O GAÚCHO

BRASIL 500 ANOS

Fundado no Sesquicentenário da Batalha do Seival

Vet Cel Eng Cláudio Moreira Bento

Livro Digital

O Informativo O Gaúcho foi editado pelo
Veterano Cel Inf Luiz Ernani Caminha Giorgis
Digitalizado por Camila Renê

SUMÁRIO

Apresentação 5
Especial n° 1 - ano 2000 – cel cláudio moreira bento
Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS) - objetivos; 6
Nova diretoria do IHTRGS; 6
Cadeiras do IHTGRS homenageando assinalados historiadores, tradicionalistas e folcloristas gaúchos; 7
Síntese histórica do IHTRGS 1986-2000; 8
Piratini, um sagrado símbolo gaúcho farrapo; 12
Os 155 anos da paz farrapa em dom pedrito em 28fev e 01mar1845. 17
Notas diversas 21
Recordando Ivo Leites Gaggiani 22
Nº 2 – ano 2000 – Cel Cláudio Moreira Bento
Homenagem a João Cezimbra Jacques, patrono do tradicionalismo gaúcho e ex-professor do Velho Casarão da Várzea (cmpa), realizada no Colégio Militar de Porto Alegre em 27 de maio de 1999 23
Historiadores de comunidades gaúchas - Cláudio Moreira Bento (*) 28
O Cel Flávio Mabilde parte para a estância do infinito 30
Especial Brasil 500 anos - Nº 3 – Ano 2001 – Cel Cláudio Moreira Bento
Necrológico e esboço biográfico do General Morivalde Calvet Fagundes 31
Especial Brasil 500 anos - n° 04 - ano 2001 – Cel Cláudio Moreira Bento
Antonio coruja, um mestre do passado 33
Especial Brasil 500 anos n° 05 - ano 2001 – Cel Cláudio Moreira Bento
"O Tropeiro da Liberdade" 35
Especial Brasil 500 anos - n° 06 - ano 2001 – Cel Cláudio Moreira Bento
Uma heroína da 3ª Região Militar 37
A Revolução de 1930 e o antigo QG da 3ª RM 39
N° 7 - Ano 2001 – Cel Cláudio Moreira Bento
150 anos da criação do ensino superior e do militar acadêmico no Rio Grande do Sul 41
N° 08 - Ano 2001 – Cel Cláudio Moreira Bento
Bicentenário da Guerra de 1801 no Rio Grande do Sul e da conquista dos Sete Povos das Missões 43
A Guerra de Portugal e Espanha na Europa 43
Rio Grande: período de paz e grande progresso de 1777-1801 43
O início da guerra na Fronteira do Rio Grande 44
As operações militares nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo 44
A reação do Governador de Buenos Aires 44
A paz retorna ao Rio Grande do Sul 46
Os estancieiros e fazendeiros financiaram e lutaram nesta guerra 46
As conseqüências da guerra para o Rio Grande do Sul 47
Uma guerra pouco estudada e conhecida 47
Os atuais municípios gaúchos nos territórios conquistados 48
O comandante militar do Rio Grande do Sul em 1801 48
Especial / Março n° 9 - Ano 2002 – Cel Cláudio Moreira Bento
Homenagens à Barbosa Lessa - Depoimento do Cel Cláudio Moreira Bento 49
Depoimento de Cairo Moreira Pinheiro 55
Desfile de 20 de setembro de 2.000 em Canguçu –RS 57
Nº 10 – ano 2002 – Cel Cláudio Moreira Bento
O Preto Caxias - um soldado carioca do exército considerado o santo de Bagé ... 57

Especial Brasil 500 anos Nº 11 - Ano 2002 – Cel Cláudio Moreira Bento
Revolução Farroupilha e Guerra dos Farrapos 61
N° 12 - Bicentenário do Duque de Caxias - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento
A casa das 7 mulheres 65
N° 13 - Bicentenário do Duque de Caxias - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento
Marechal Bento Manoel Ribeiro (1783-1855) 68
N° 14 - Bicentenário do Duque de Caxias - Ano 2003
Bento Gonçalves da Silva 87
Nº 15 - Bicentenário do Duque de Caxias - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento
General David Martins Canabarro (1796-1867) 110
Coronel Joaquim Teixeira Nunes (1801-1844 119
Tenente Manoel da Silva Caldeira (1815-1900) 127
N° 16 - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento
Corpo dos Lanceiros Negros Farroupilhas 133
N° 17 - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento
Manifesto de Bento Gonçalves em 1835, início da Revolução 142
Carta de Bento Gonçalves ao regente Feijó em 1835 143
Proclamação de **Bento Gonçalves** em 1838 143
Final do manifesto às nações, de **Bento Gonçalves**, em 1838 145
Comentário de Alfredo Ferreira Rodrigues 145
Comentário de Pedro Calmon sobre Bento Gonçalves 146
Nº 18 - Bicentenário do Duque de Caxias - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento
Condições de paz reivindicadas pelos Farrapos em 1845 146
Comentário de Alfredo Ferreira Rodrigues no estudo sobre BG 148
Síntese de Mansueto Bernardi sobre o Projeto da Constituição Farroupilha 148
Declaração de paz de Davi Canabarro 149
Proclamação de Caxias ao final da Guerra 150
Episódio de Rosas e Canabarro em 1843 150
Carta de Garibaldi a Domingos José de Almeida 151
N° 19 - Ano 2003 - Bicentenário do Duque de Caxias – Cel Cláudio Moreira Bento
A educação cívica e o espírito militar na visão do capitão da Guarda Nacional João Simões Lopes Neto (1865-1916) 152
N° 20- Bicentenário do Duque de Caxias - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento
Colégio Militar de Porto Alegre - Academia de História Militar Terrestre do Brasil - Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul 172
Hora da saudade - Recordando o falecido acadêmico General João Carlos Rotta..... 174
Síntese da Academia de História Militar Terrestre do Brasil 176
Significação histórica do duque de caxias, o patrono da academia de história militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) 178
Oração de recepção ao novo acadêmico prof. Flávio Camargo 182
Elogio ao Gen Souza Docca - prof. Flávio Camargo 184
Palavras finais do presidente da AHIMTB no CMPA em 8 jul 2003 187
Fundação da Academia Piratiniense de História 193
N° 21 - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento
A ferro e a fogo - a saga das guerras e revoluções no Rio Grande do Sul - na RBS TV 193
N° 22 - Ano 2004 – Cel Cláudio Moreira Bento
Em Canguçu Velho-Canguçu-RS a sede da real feitoria do Linhocânhamo do

Rincão do Canguçu 1789-89 214
Controvérsias e dúvidas na História do Brasil 216
Localização do Rincão do Canguçu por fontes primárias 218
Ilha de Canguçu e atual Feitoria – entendimento 224
Capitão Mor de Laguna Paulo Rodrigues Xavier Prates 226
Um apoio oportuno e elucidativo da genealogista Ilka Guittes Neves 229
Relação de trabalhos do autor sobre o tema 231
Notas ao texto (49 notas) 232
Artigo do autor – “Dúvidas sobre a localização da Feitoria” 236
A exata localização da Real Feitoria 237
-" A ilha tida como Feitoria é uma restinga" 238
- A explicação da denominação Arroio do Padre 239
-Onde se localizavam as sementeiras de trigo 239
A sede da Real Feitoria em Canguçu Velho 240
-Um canal navegável no arroio Correntes 240
Possível origem das denominações Canguçu na Zona Sul 241
Real Feitoria -um exemplo de contribuição do Exército ao desenvolvimento 242
Notas finais 242
"O passado uma enorme planície onde correm dois rios" 242
Nota sobre o Conde de Porto Alegre 243
N° 23 - especial: O Conde de Porto Alegre - ano 2004
Bicentenário do Conde de Porto Alegre 244
Primeiras batalhas do jovem oficial 245
Líder da retomada de Porto Alegre aos farroupilhas 246
Emissário de Caxias e negociador da paz farroupilha 247
Grande herói de Monte Caseros 248
Rendição de Estigarribia e Libertação de Uruguaiana 249
A retirada em Curupaiti 251
Vencedor de Curuzú 251
Currículo Cultural Sintético do Cel Claudio Moreira Bento 252

Apresentação

Em 1986 dirigiamos o Arquivo Histórico do Exército e atuávamos como sócio no Rio de Janeiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E decidimos fundar o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. (IHTRGS)

Instituto que visava integrar historiadores de comunidades gaúchas, em razão do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul só aceitar historiadores residentes em Porto Alegre.

Outra ideia era tentar controlar a culto de falsas Tradições Gaúchal que não tinham apoio na História a qual, em realidade, é a mãe da Tradição.

Consultamos os possíveis interessados por correspondência. E a seguir o fundamos com o aval dos Presidentes dos IGHMB e IHGB. E escolhemos para a sua instalação a data de 10 de setembro de 1986 – Sesquicentenário do vitorioso combate do Seival, o qual criou condições para a criação da República Rio-Grandense. Instalação que tive lugar em concorrida cerimônia no Auditório da Escola Técnica Federal em Pelotas e teve o apoio da 8º Brigada de Infantaria Motorizada, cuja história escreveriamos em 2005 em parceria com o historiador militar Cel Inf Luiz Ernani Caminha Giorgis. Dentro do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul.Seus Estatutos foram registrados em Canguçu – RS, no Tabelionato de meu irmão José Moreira Bento.

Conseguimos com a Ipiranga o fornecimento de Diplomas. E como Informativo do IHTRGS criamos **O Gaúcho** que está disponível para acessar na folha de abertura do site.

Informativo que passamos a explorar, transformando-os em livros digitais com matérias de nossa autoria, como o que a seguir elaboramos para colocar em nosso site www.ahimtb.org.br e no Google. Viva a Era Digital que nos permitiu resgatar o conteúdo dos informativos **O Gaúcho** de nossa autoria.

Veterano Cel Eng e de Estado-Maior
Cláudio Moreira Bento
Presidente Emérito e Fundador do IHTRGS
Atualmente o IHTRGS é presidido pelo Historiador e Tradicionalista Cap R2 Art Juarez Nunes da Silva, tendo como Vice Presidente o Veterano Cel Inf e de Estado-Maior Luiz Ernani Caminha Giorgis

VOTOS DE BOA LEITURA AOS PESQUISADORES E LEITORES INTERESSADOS!

Especial n° 1 - Ano 2000 – Cel Cláudio Moreira Bento

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO

- INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RGS (IHTRGS) -OBJETIVOS;
- NOVA DIRETORIA DO IHTRGS;
- CADEIRAS DO IHTGRS HOMENAGEANDO ASSINALADOS HISTORIADORES, TRADICIONALISTAS E FOLCLORISTAS GAÚCHOS;
- SÍNTESE HISTÓRICA DO IHTRGS 1986-2000;
- PIRATINI, UM SAGRADO SÍMBOLO GAÚCHO FARRAPO;
- OS 155 ANOS DA PAZ FARRAPA EM DOM PEDRITO EM 28Fev e 01Mar1845.

NOTAS DIVERSAS - INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RGS (IHTRGS)

"O IHTRGS, criado em 10Set1986 em Pelotas, sesquicentenário do Combate do Seival objetiva como o concurso governamental, do empresariado, da mídia, da comunidade em geral e dos historiadores, tradicionalistas e folcloristas gaúchos, levar a efeito um mutirão permanente, com vistas à preservação, a pesquisa, ao culto e a divulgação, com a maior penetração popular possível, da História, da Tradição e do Folclore do Rio Grande do Sul, procurando ao mesmo tempo incentivar e mesmo convidar a que participem e animem este objetivo, as autoridades gaúchas com responsabilidade e dever constitucional de Estado por estas ações culturais.

NOVA DIRETORIA DO IHTRGS

Considerando:

O envelhecimento dos quadros do IHTRGS, desde a sua criação há 14 anos, com lamentáveis perdas em seu quadro social por morte e mesmo impossibilidade de atuação efetiva. A necessidade conseqüente de dinamizá-lo e enraizá-lo no Rio Grande do Sul e, em especial em Porto Alegre, sua capital. A existência de um forte núcleo apoiado no Casarão da Várzea, caserna do Colégio Militar de Porto Alegre onde há 102 anos em 1898, o então Major de Cavalaria João Cezimbra Jaques e atual patrono do MTG, fundou o Grêmio Gaúcho com civis e oficiais e alunos da então Escola Preparatória e Tática de Porto Alegre. Núcleo que possui sala onde se acha instalada a sua Sede Administrativa e Centro de Informações, cedida por empréstimo pelo Comando da 3ª RM, ao lado da redação do Tradição. A dificuldade crescente de membros da Diretoria de exercerem na plenitude suas funções por limitações de saúde ou idade. A necessidade de dinamizar o IHTRGS, que vem perdendo a sua impulsão inicial. Resolvo (Resolução 1/2000 de 24Mai2000):

Ouvida a atual Diretoria Executiva, e no uso das atribuições que nos

conferem os Estatutos do IHTRGS confirmar a seguinte Diretoria Executiva:

DIRETORIA
Presidente CLÁUDIO MOREIRA BENTO - Itatiaia -RJ

2° Presidente e Secretário Geral OSÓRIO SANTANA FIGUEIREDO -São Gabriel/RS
1° Vice Presidente LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS - Porto Alegre -RS
2° Vice Presidente AROLDO MEDINA - Porto Alegre -RS
Coordenador LEONARDO ROBERTO CARVALHO DE ARAÚJO - Porto Alegre
Secretaria e Tesouraria CTG PIQUETE DA VÁRZEA, no Colégio Militar de Porto Alegre
Conselheiros fiscais: EDMIR MÁRMORA JUNIOR, JOSÉ CONRADO DE SOUZA e ERILDO SIMEÃO JÚNIOR
Comissão de Relações Públicas e Redação O GAÚCHO: JOSÉ CONRADO DE SOUZA, EDSON OTTO e CLÁUDIO BELÉM DE OLIVEIRA - Porto Alegre
Conselheiros de Tradições Gaúchas: IVO BENFFATO- Porto Alegre - RS, ARMANDO ECÍQUO PERES -Canguçu-RS e ÂNGELO PIRES MOREIRA - Pelotas-RS
Conselheiros de História/RGS: JOSÉ LUIS SILVEIRA, Santa Maria-RS, OSÓRIO SANTANA FIGUEIREDO, São Gabriel e CARLOS FONTTES, Uruguaiana -RS.
Conselheiro de Folclore: Hélio Moro Mariante - Porto Alegre.
Delegados do IHTRGS: JONAS DE MORAIS CORREIA NETO - no Rio de Janeiro RUY PAULO DZIOBRZINSKI , na Sociedade Sul Rio-Grandense no Rio de Janeiro; LUIS RENATO BRAGAGNOLO no GTG Galpão da Saudade da Academia Militar das Agulhas Negras; LEONARDO ROBERTO ARAÚJO no Núcleo do IHTRGS Cel João Cezimbra Jaques no CMPA; OSÓRIO SANTANA FIGUEIREDO em São Gabriel-RS; CARLOS FONTTES - Uruguaiana - RS; ARMANDO ECIQUO PERES em Canguçu -RS; CAIRO MOREIRA PINHEIRO em Pelotas -RS; JOSÉ LUIS SILVEIRA em Santa Maria -RS; PEDRO ARI VERISSIMO DA FONSECA em Passo Fundo -RS; MÁRIO GARDELIN - Caxias do Sul -RS; ADILSON NUNES -D.PEDRITO -RS.

Ass: Cláudio Moreira Bento, Presidente do IHTRGS

O IHTRGS ADOTARÁ HISTORIADORES,TRADICIONALISTAS E FOLCLORISTAS GAÚCHOS FALECIDOS E DE ATUAÇÃO ASSINALADA PARA PATRONOS DE CADEIRAS, INCLUSIVE, EXEPCIONALMENTE, NÃO GAÚCHOS.

O IHTRGS adotará doravante a modalidade de patronos de cadeiras, historiadores, tradicionalistas e folcloristas gaúchos em princípio falecidos, a serem ocupadas por sócios efetivos que mais se destacaram desde a fundação

do IHTRGS e se mostraram mais solidários aos objetivos do IHTRGS. A presidência esta aceitando sugestões além dos nomes já fixados de João Cezimbra Jaques, João Simões Lopes Neto, intelectuais gaúchos que melhor traduzem, por suas obras e ações, os objetivos culturais perseguidos pelo IHTRGS há 14 anos e dos quais transcrevemos este pensamentos e mais o do IHTRGS, os quais tem motivado a sua ação cultural como ONG .

"Meu Rio Grande do Sul onde a cada passo em teu chão se acorda um eco. Onde cada barranca de teus rios conhece uma História. Onde cada coxilha tua foi testemunha de um fato heróico e onde cada cidade tua abriga em seu seio fatos históricos importantes (J. Simões Lopes Neto).

"O minuano ao tocar nas plagas rio-grandenses e revolver a poeira das gerações passadas, retempera as gerações presentes. A boa tradição é o melhor da alma nacional e povo sem tradição é como uma árvore sem raízes. (João Cezimbra Jaques).

A Tradição é a alma de um povo e, a sua História é a mãe da Tradição. Povo sem Tradição ou que a se possuindo não a cultue é nau sem bússola à deriva numa tempestade, sem saber de onde veio, onde é que está e para onde é que vai! (IHTRGS).

SÍNTESE HISTÓRICA DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RGS

Em 10Set1986,sesquicentenário do combate do Seival que criou condições para a Proclamação da República Rio Grandense (1836-45) no dia seguinte no Campo do Menezes, foi fundado, em cerimônia concorridíssima, na Escola Técnica de Pelotas, o Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS). Instituição destinada a memorar com prioridade fastos sesquicentenários da Revolução Farroupilha (1835-45). Fundação toda documentada em volume especial.

Como sócios efetivos fundadores figuraram Alberto R. Rodrigues, Ângelo Pires Moreira (coordenador), Arnaldo Luiz Cassol, Clayr Lobo Rochefort, Cláudio Moreira Bento (presidente), Corálio Cabeda, Fernando O'Donell, Gastão Abbot (falecido), Hélio Moro Mariante (vice presidente), Ivo Caggiani, Jonas Morais Correia Neto, José Luiz Silveira(2º vice), JúlioPetersen, Manoel Rodrigues, Mario Gardelin, Mario Mattos, Marlene Coelho, Morivalde Calvet Fagundes, Mozart Pereira Soares, Osório Santana Figueiredo (secretário), Péricles Azambuja, Sejanes Dorneles (falecido) e Telmo Lauro Muller.

Dentre as múltiplas realizações do IHTRGS registradas em seus Anais mencione-se encontros anuais com vistas a integrar historiadores, tradicionalistas e folcloristas isolados no seu movimento cultural, estreitar laços de amizade e culturais entre eles e deslocar-se até os locais cenários de fastos históricos para comemorá-los. Assim, em Pelotas ocorreu o encontro de fundação na Escola Técnica Federal coordenado por Ângelo Pires Moreira e com apoio do Diário

Popular através de Clayr Lobo Rochefort que dedicou edição especial ao combate do Seival, da lavra do presidente.

Em 08Abr1987 ocorreu o Encontro de Caçapava do Sul, no Clube União Caçapavano, sob a coordenação de Arnaldo Luiz Cassol, onde foi empossado como efetivo Humberto Fossa.

Em 13Set1987 ocorreu mais um encontro em Pelotas na sede da União Gaúcha Simões Lopes Neto, mais uma vez sob a coordenação de Ângelo Pires Moreira. Encontro que se estendeu a Porto Alegre no CPOR/PA, com conferência do presidente sobre os Sítios farrapos de Porto Alegre e sob a coordenação do sócio Gen Jonas de Morais Correa Neto no comando da 6ª DE.

Em 30Abr1988 ocorreu o encontro de Rio Pardo, comemorativo do sesquicentenário da maior vitória farrapa - o combate do Rio Pardo, quando foi lançada plaqueta alusiva pelo presidente. Encontro ocorrido no Clube Literário Recreativo de Rio Pardo.

Em 10Set1988 ocorreu o encontro de Canguçu, na Casa de Cultura, tendo como tema o combate de Serro Alegre de 20Set1932, quando foi lançada plaqueta alusiva de José Luiz Silveira (veterano do combate) e Osório Santana Figueiredo, e preparatória à fundação 3 dias após, da Academia Canguçuense de História. Encontro coordenado por Marlene Barbosa Coelho, onde foi efetivado o tradicionalista Armando Eciquo Perez, que representara o Instituto no sesquicentenário de instalação da República Rio Grandense em Piratini, em 06Nov1986 e que mereceu do Diário Popular memoração condigna do fato histórico.

Em 10Jul1989 ocorreu o encontro de São Borja, no Teatro do Regimento João Manoel tendo como tema central a comemoração à resistência à invasão paraguaia em 1865. Coordenaram o evento os sócios efetivos então empossados Sérgio Roberto Dentino Morgado e Aparício Silva Rillo. Houve visita às ruínas de São Miguel.

Em 15Set1990 e 28Set1991 ocorreram os encontros de São Gabriel, na Associação Alcides Maya, sob a coordenação do sócio Osório Santana Figueiredo um dos esteios do IHTRGS e com apoio cultural e logístico do dr. Milton Teixeira, quando foi efetivado o poeta gaúcho Caio Prates da Silveira e muito evocada a obra de Alcides Maya.

Em 14Set1992 ocorreu o encontro de Lavras do Sul, no Plenarinho da Casa de Cultura José Neri da Silveira sob a coordenação do sócio Edilberto Teixeira.

Em 25Set1993 ocorreu o encontro de Santana do Livramento de caráter internacional e marcadamente histórico e tradicionalista, na Associação Comercial e Industrial sob a coordenação do historiador santanense Ivo Caggiani, ocasião em que foi lançada a obra O Exército Farrapo e seus chefes da lavra do

presidente e diplomados efetivos os historiadores Raul Pont, Miguel Jaques Trindade e Blau Souza.

Em 07Abr1995 ocorreu o encontro do Rio de Janeiro, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a coordenação do sócio então empossado Manoel Pessoa Mello Farias, coordenador do Núcleo Rio de Janeiro do IHTRGS que reúne diversos e ilustres gaúchos e gaúchas residindo no Rio de Janeiro e também sócios da quase sesquicentenária Sociedade Sul Riograndense ali existente. Na oportunidade foram diplomados sócios efetivos Manoel Pessoa Mello Farias, Edson Otto, Daoiz de La Roche, Pedro Ari Veríssimo da Fonseca e Ciro Dutra Ferreira. Categoria a qual já haviam sido empossados quando da fundação do Núcleo do IHTRGS na Escola de Comando e Estado - Maior do Exército, P.J. Mallet Joubim e Hélio Almeida Brum.

Dia 10Set l996 o IHTRGS faz seu encontro no Rio de Janeiro na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em parceria com a Sociedade Sul - Rio Grandense e seu CTG Desgarrados do Pago e mais o Galpão da Saudade da Academia Militar das Agulhas Negras, para memorar no seu 10º aniversário e suas realizações em pról da História, Folclore e Tradições do Rio Grande do Sul. E o fez com a satisfação de já haver superado o tempo de duração da República Rio Grandense, cujos fastos se propôs a prioritáriamente memorar e divulgar, o que tem consciência de haver bem cumprido.

A partir daí foram realizados encontros internacionais em Alegrete e o último em 15/16 abril em Rosário do Sul. Em 27Mai1999 o IHTRGS realizou memorável encontro no Salão Brasil do Colégio Militar de Porto Alegre onde reverenciou a memória dos seguintes sócios falecidos então evocados por cada novo sócio que os substituíram.

Foi feito um minuto de silêncio, em reverência e saudades e em lembrança de suas ações culturais em prol da maior grandeza da História, da Tradição e do Folclore do Rio Grande aos confrades do IHTRGS falecidos; Arthur Ferreira Filho, de São José do Norte: Aparicio da Silva Rillo - Porto Alegre (viveu em São Borja); Raul Pont, de Uruguaiana; Miguel Jaques Trindade, do Alegrete; Edilberto Teixeira, de Lavras do Sul, Arnaldo Cassol de Caçapava do Sul: Humberto Castro Fossa, de Encruzilhada do Sul, Sejanes Dorneles, de Santa Vitória do Palmar; Manoel Pessoa Mello Faria, de Pelotas (viveu no Rio); Hélio de Almeida Brum, de D.Pedrito (viveu no Rio) e Marlene Barbosa Coelho, de Canguçu. Foram então eleitos novos sócios efetivos: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Ivo Benfatto, Flávio Mabilde, Aroldo Medina, José Conrado de Souza, Leonardo R. de Araujo e Cláudio Belém de Oliveira.

Nestes 14 anos de resistência cultural, como vimos, alguns dos soldados do IHTRGS faleceram, outros foram atingidos por problemas de idade e outras limitações para uma presença mais efetiva em suas atividades. A renovação de

novos nomes foi pouca, de igual forma que nas demais entidades brasileiras do gênero, parecendo que as novas gerações são avessas a estudos históricos ou pelo menos a produção e a divulgação históricas o que nos parece lamentável. E no caso do Rio Grande do Sul como ficará breve a sua perspectiva e a identidade históricas na cabeça das novas gerações gaúchas? Só Deus sabe!

Aqui, por oportuno, registre-se o apoio que o IHTRGS teve de parte do jornal Diário Popular de Pelotas, de A Platéia de Santana, dos mensários Ombro a Ombro e Letras em Marcha e ultimamente de o Tradição editado pelo sócio efetivo Edson Otto e hoje órgão de divulgação oficial do ITHTRGS, MTG e da CBTG.

Em História ou Estória, o presidente, em Tradição/Maio96 (ano da consciência tradicionalista) abordou a conjuntura crítica da historiografia brasileira, assunto estratégico nacional, para o qual os governos em todos os níveis e a Mídia, salvo raras e honrosas exceções, não tem dado a menor atenção. Em vista desta postura de quem teria obrigação social e cívica de estimular estudos de História, qual o jovem que se animará a dedicar-se a este assunto? E quem no futuro escreverá HISTÓRIA e não ESTÓRIA do Rio Grande do Sul, como bússola para a construção segura do futuro do Rio Grande do Sul e de seus filhos e como mãe legítima das TRADIÇÕES GAÚCHAS? Eis a pergunta que o IHTRGS deixa no ar. Queira Deus que os estudos de História do Rio Grande do Sul sejam retomados com vigor para que produzam perspectiva e identidade históricas seguras. E estas mais consensos sobre soluções a implementar! E aqui nossas saudades e homenagem aos sócios falecidos do IHTRGS que contribuíram para a maior grandeza da História, Tradições e Folclore do Rio Grande do Sul: Arthur Ferreira Filho (de São José do Norte), Carlos Reverbel (Porto Alegre), Gastão Abbot (São Gabriel), Aparício da Silva Rillo - Porto Alegre (viveu em São Borja), Raul Pont (de Uruguaiana), Miguel Jaques Trindade (do Alegrete), Edilberto Teixeira (de Lavras do Sul), Arnaldo Cassol, Reynaldo Cidade e Nicolau S. Abrão (de Caçapava do Sul), Humberto Castro Fossa (Encruzilhada do Sul), Sejanes Dornelles (de Santa Vitória do Palmar), Manoel Pessoa Mello Faria, de Pelotas (viveu no Rio), Hélio de Almeida Brum e Laudelino Medeiros (de D. Pedrito), Marlene Barbosa Coelho (de Canguçu), Ivo Leites Caggianni (de Sant'ana do Livramento) e Dante de Laytano (Porto Alegre).

Continuam vivos mas limitados por problemas de saúde ou de idade avançada Hélio Moro Mariante (Santana), Morivalde Calvet Fagundes (Porto Alegre), Jacob Parmagnani (historiador dos Lassalistas), Júlio Petersen (Porto Alegre) e Mallet Joubim (Rio) ao que sabemos. O livro de Atas das reuniões se encontra com o atual 2° Presidente e Secretário-geral Osório Santana Figueiredo e a documentação relativa aos encontros realizados estão em Itatiaia com o Presidente Cel Cláudio Moreira Bento à espera de uma oportunidade para

encaderná-los como toda a documentação da fundação e serem centralizados em Porto Alegre.

PIRATINI -UM SAGRADO SÍMBOLO GAÚCHO FARRAPO

"Se rasgou o negro lençol de nuvens que envolvia a vastidão dos céus. E do lado do Sul brilhou uma estrela - PIRATINI, na qual se lia Amor, Fraternidade, Humildade. (Tito Lívio Zambecari em artigo em 1839)

A Revolução Farroupilha (1835-45), orgulho cívico dos gaúchos, proclamou a República Rio Grandense, muito confundida como República de Piratini, a qual se constituiu na única experiência republicana brasileira efetiva antes de 19Nov1889. Revolução que teve por epicentro e pólo irradiador o então município de Piratini, criado em 1832, ao qual pertenciam os municípios de Bagé (até o Piraí), Hulha Negra, Candiota, Pinheiro Machado, Cerrito e Canguçu. À Piratini por decreto de Bento Gonçalves, de 4 ago 1838, foi incorporado parte do atual município de D. Pedrito, ao sul do arroio Jaguari e a leste do arroio Ponche Verde. Pelo grande simbolismo e projeção histórica farrapa que encerra o nome Piratini, nas histórias do Decênio Heróico e do Rio Grande do Sul, impõe-se como dever de justiça, na voz da História, evocar aos gaúchos, em especial aos tradicionalistas, a projeção de Piratini na História do Rio Grande e a razão do título deste artigo.

Origens da cidade de Piratini, a primeira capital farrapa

Mapa da Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso de 1777 levantado entre 1784-88, que reproduzimos em O Negro e descendentes na Sociedade do RGS (p.185), registra no rio Piratini o passo do Acampamento. Este, local de acampamento dos demarcadores do tratado citado. Logo acima estâncias portuguesas já infiltradas ao sul do Piratini em desacordo com o tratado referido e, inclusive charqueadas, ao sul da confluência do Piratini com o canal São Gonçalo. Concluídos os levantamentos, por Carta de 6 julho 1889 do Vice Rei do Brasil foram concedidas em Piratini, 48 datas de terras a casais de açorianos. Concessões no Capão Grande do Piratini, entre os arroios Piratini Mirim a leste e o do moinho de José Matos de Guimarães (meu tetravó paterno) que ali instalara um moinho de trigo e mais tarde construiu a primeira igreja de Piratini em 1811-12). As terras onde foram colocados os casais faziam parte de uma estratégia de ali barrar possíveis caminhos de invasão por espanhóis ao Rio Grande do Sul, ao longo do divisor da serra dos Tapes, a partir de Cerro Largo e atual Mello, através do passo Centurión (então Passo N.S. da Conceição) do rio Jaguarão. Na iminência de guerra, entre Portugal e Espanha, foram fundadas, no inicio de 1800, as atuais cidades de Caçapava, Encruzilhada e Canguçu, situadas sobre possíveis caminhos de potenciais invasões espanholas ao Rio Grande do Sul, sobre as serras dos Tapes e Herval.

Os casais se estabeleceram em Piratini de 1789 a 1807. O Tratado de 1777 imposto a Portugal desgostara sobremodo os rio-grandenses. E de 1777-1800 houve um grande esforço de Portugal para infiltrar seus súditos em território motivo de disputa entre Portugal e Espanha. E ao sul do Piratini disto se encarregou o comandante da Fronteira do Rio Grande e sesmeiro em Cerrito atual, o Mar Manoel Marques de Souza, denominação histórica da 8ª Bda Inf Mtz de Pelotas, cuja proposta vitoriosa foi por nós instruída. Infiltração iniciada ao sul de Piratini já antes de 1784 e que foi percebida e denunciada pelo espanhol Feliz Azara, fundador de São Gabriel, alertando que se ali não se criar núcleos espanhóis, em quatro anos a Espanha perderia o território, no caso em tela, entre os rios Piratini e Jaguarão. E esta perda aconteceu logo.

E Piratini como Vila dos Casais formou na Vanguarda desta infiltração portuguesa, ao ponto de 11 anos antes da Guerra de 1801 ali haver estabelecido açorianos para um duplo papel de soldado e agricultor. E para esta infiltração muitos açorianos se deslocaram de Estreito, Mostardas e Povo Novo para a fronteira então no corte do Piratini, em Canguçu, Vila Freire e Cerrito atuais, de onde muitos partiriam para a conquista da estância própria nos territórios conquistados em 1801 entre os rios Piratini e Jaguarão e nos Sete Povos das Missões em guerra financiada pelos estancieiros gaúchos. Coincidente com a instalação de 48 casais em Piratini, em Canguçu, a Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu (1783-89), com sede em Canguçu Velho atual, era transferida, por questões de segurança, de provável Zona de Guerra para São Leopoldo. Assim, em 01Jan1880 era fundada Canguçu atual como capela curada. E, numa encruzilhada e nó orográfico, no dorso da Serra dos Tapes, capaz de barrar caminhos provenientes de Mello, no Uruguai, ou de Rio Pardo demandando Rio Grande e vice-versa. A sede da Real Feitoria passou a ser conhecida então como Canguçu Velho.

Em 1801 aconteceu a vitoriosa guerra de 1801 que dilatou a fronteira de Portugal com a Espanha, do rio Piratini ao Jaguarão e do Taim ao Chuí. Guerra que reestudamos e a reinterpretamos em História da 3ª Região Militar (Porto Alegre: SENAI,1994). Em 1811 teve lugar a fundação de Bagé por Diogo de Souza. Em 1816 e 1820 agitou-se a fronteira com as guerras contra Artigas, tendo chegado de Portugal a Divisão de Voluntários Reais. A insegurança na fronteira do Vai Vem elegeu Piratini situada sob a proteção da serra dos Tapes, como local seguro para se viver. E para Piratini migraram famílias que construíram boas casas antes mesmo da guerra de 1801 e até 1832, inclusive palacetes e sobrados que iriam abrigar a República Rio-Grandense e até hoje de pé. A Guerra Cisplatina 1825 -28 de que resultou a independência do Uruguai do Brasil, do qual fora Província Cisplatina por 5 anos, provocou mais migrações para Piratini. E no final desta guerra ali o Exército Brasileiro esteve acampado no inverno de 1828

até ser desmobilizado em 18Dez1828. E em Piratini radicaram-se e casaram muitos militares desmobilizados como o Alferes Antônio Joaquim Bento (pai) nosso trisavô, com Cecilia Matos de Guimarães, filha do citado José Mattos, construtor da igreja local. O Alferes Antônio Joaquim seria o primeiro professor do Alegrete nomeado pelos farrapos e seu filho Antônio Joaquim Bento seria o primeiro professor régio de Canguçu em 1857. Este teve um irmão chamado Carlos Frederico Lecór Bento, o avô do ex-prefeito de Cerrito Genes Leão Bento, nome homenagem de seu pai amigo do General Lecór e Visconde de Laguna com quem viera de Portugal integrando a Divisão de Voluntários Reais. Assim, Piratini que passou a ser conhecida como a Vila dos Casais, tornou-se localidade segura e atrativa, crescendo a cada dia a sua população, prosperando e, em especial com a produção de trigo em suas terras férteis e, com o dorso da serra dos Tapes assegurando comunicações a cavalo e de carretas “sem molhar-se as patas dos cavalos das mulas e das boiadas”.

A instalação da Vila de Piratini

Piratini foi instalada em 07Jun1832 decorridos 33 anos do início de seu povoamento. Dos 40 signatários da ata de fundação registramos: Bento Gonçalves da Silva, Ubaldo Pinto Bandeira (irmão do Brigadeiro Pinto Bandeira), o mais tarde Comendador Manoel José Gomes de Freitas (grande historiador, nascido e batizado em Canguçu), Serafim José da Silveira, José de Matos Guimarães, Bernardo Pires (O simbolista farrapo e bisavô do historiador e tradicionalista Major Ângelo Pires Moreira e pai da idéia de criação do município de Canguçu em 1857).

Na eleição para a 1ª Câmara de Piratini foram os 8 mais votados: Vicente Lucas de Oliveira (último Ministro da Guerra farrapo) - 361 votos; Manoel Rodrigues Barbosa -334; Manoel Gomes de Guimarães Filho - 294; Serafim José da Silveira - 274 (e que não assumiu por haver sido eleito juiz ordinário); Manoel José da Silva Santos Veleda - 215; José Pereira da Silva Cacório - 203 e Ramão Garcia Vasconcelos - 194 .

A Câmara de Piratini - a constituinte da República Rio Grandense

Estourando a Farroupilha em Porto Alegre em 20Set1835 ela saiu a campo. Em 10Set1836 Antônio Neto venceu o combate do Seival com sua Divisão Liberal integrada por habitantes do vasto município de Piratini. E a frente dela, no outro dia, no Campo do Meneses, proclamou a República. O importante foi que a Divisão Liberal de Neto resultou da transformação da Legião de Guardas Nacionais do Termo de Piratini criada em 14Out1835 pelo Presidente da Província, tendo como Chefe o Cel Antônio de Souza Netto. Este, tio do mais tarde General Zeca Mattos Netto, revolucionário de 23, filho de Rafaela Mattos (nossa tia bisavó materna, por irmã do Ten Cel Theophilo de Souza Mattos que

comandou os canguçuenses na Guerra do Paraguai e ambos filhos de Ana Rodrigues de Sena ligada à estirpe dos Lemes segundo a genealogista Ilka Guittes Neves, do Colégio Genealógico Brasileiro em pesquisa Dos Lemes aos Moreira Bento de Canguçu. Legião organizada pela Câmara de Piratini com o nome de Corpo com 2 esquadrões, totalizando 4 companhias com as seguintes paradas: Piratini, Bagé, Canguçu e Cerrito (Vila Freire e atual Cerrito). As companhias de Piratini e Bagé formaram o 1° Esquadrão. As de Canguçu e Cerrito formavam o 2° Esquadrão. Ao 1° Esquadrão se incorporaram guardas nacionais dos atuais municípios de Pinheiro Machado, Hulha Negra e Candiota. Foram estes guardas nacionais farrapos que colheram as glórias de Seival. Combate que descrevemos e analisamos militarmente pela primeira vez em O Exército farrapo e os seu chefes. Rio de Janeiro: Bibliex ,1992 v..2. Combate que criou condições para a proclamação da Republica no dia seguinte em Campo do Menezes e assim decretada pela Câmara de Piratini depois de assumir o papel de Constituinte da República Rio Grandense para formalizá-la juridicamente. Pois decorridos 56 dias da vitória de Seival, em 05Nov1836 a Câmara de Piratini se reuniu e deliberou:

1- Assumir o papel de Constituinte (provisória) da novel República Rio Grandense (daí a chamarem impróprioamente República de Piratini);

2- Proclamar independente do Império do Brasil a Província do Rio Grande;

3- Declarar a Província do Rio Grande do Sul estado livre, constitucional e independente com a denominação de Estado Rio Grandense;

4- Poder ligar-se o Estado Rio Grandense por laços de federação a outras províncias que adotarem a República.

Assinaram estas importantes decisões históricas os vereadores Vicente Lucas de Oliveira, Manoel José da Silva Santos Veleda, Serafim José da Silveira, Antônio Correia da Silva, João Antônio de Moraes e José Pereira Cacório.

No outro dia a mesma Câmara, ausente Silva Verde (por doente) presidiu as seguintes eleições:

- Do Cel Bento Gonçalves da Silva (preso no forte do Mar em Salvador) para Presidente da República, tendo como substituto eventual no seu impedimento, o seu amigo José Gomes Jardim, um tutor de fato e de direito da República.

- Dois vice-presidentes: Paulino da Fontoura, Major José Mariano de Matos e Ignácio José de Oliveira Guimarães.

Segundo a tradição, o vereador Serafim José da Silveira (nosso trisavô e do citado Major Ângelo e tetravô de Barbosa Lessa) para evitar que o vice-presidente Paulino da Fontoura assumisse o governo por ser conhecido boêmio, e conquistador, criou a figura aprovada de Gomes Jardim assumir a Presidência .

Esta mesma Câmara deu posse a Bento Gonçalves na Presidência em

16Dez1837. Entre os vereadores mais uma vez José Serafim da Silveira que a presidiria de 1842-45. Piratini foi capital farrapa de 10Nov1826 a 07Jan1837; de 26Mai1837 a 14Fev1839 e de 04Mai1843 até o final da revolução. Ou seja, teria abrigado o governo por cerca de mais de 3 anos. O período áureo da República Rio Grandense teve Piratini como capital. Foram aprovadas a bandeira, brasão e hino rio-grandense e ali editado o jornal O Povo, etc. Mas embora no campo militar a Revolução Farroupilha tenha terminado em 28Fev e 01Mar1845 em Dom Pedrito atual, ela continuou e continua no campo político. Farrapos que combateram em defesa do Brasil e não do Império nas guerras externas contra Oribe e Rosas 1851-52 e contra Solano Lopes do Paraguai 1865-70, levavam à guisa de bandeira o lenço farrapo idealizado por Bernardo Pires em Piratini, lembrando o ideal republicano. E a revolução republicana farrapa no campo político influenciou de modo marcante meios universitários de Direito em São Paulo, através da pregação de Assis Brasil que produziu a primeira versão farrapa da história da Revolução. Movimento este republicano que influenciou o ânimo do Mar Deodoro da Fonseca como Presidente do Rio Grande do Sul através de contatos que manteve com os republicanos Júlio de Castilhos e Assis Brasil na rumorosa Questão Militar que liderou. Mas não parou a influência política republicana do Decênio Heróico. Quatro oficiais nascidos no Rio Grande do Sul tiveram grande influência na conspiração e sucesso da Proclamação da República no Rio de Janeiro: o Ten Cel João Nepomuceno Medeiros Mallet (filho de Bagé) o Major Sólon Ribeiro e o Capitão Mena Barreto (filhos de Porto Alegre) e o Coronel José Simeão de Oliveira (filho do Rio Grande). E a Revolução política farrapa continuou. Os ideais políticos da Revolução Farroupilha irradiados de Piratini foram consagrados pela Constituinte Gaúcha de 1891 que adotou como símbolos do Rio Grande do Sul a bandeira, brasão, hino, ideais e valores republicanos farrapos decididos em Piratini. E dentre eles o de Firmeza e Doçura inscritos no brasão sob a forma de dois amores perfeitos. E foi mais longe! Deu o nome a sede do Governo do Estado de Palácio Piratini em homenagem a Piratini a primeira capital farrapa onde a revolução republicana farrapa viveu os seus mais gloriosos dias. E foi em Piratini que nasceu Luiz Carlos Barbosa Lessa, filho de canguçuenses e tetraneto do vereador farrapo Serafim José da Silveira para, inspirado em Piratini, levantar a bandeira do tradicionalismo gaúcho no CTG 35 e ser consagrado por esta razão" um dos gaúchos que marcaram o século XX".

Reflexão

Por tudo o que aqui foi escrito sobre Piratini e os municípios que o integravam quando capital farrapa, pela proclamação da República Rio-Grandense no campo militar em Seival, em 10Set1836 e no campo político em Piratini em 05Nov1836, era justo esperar-se que estas comunidades tivessem merecido um tratamento mais justo de parte do Rio Grande do Sul e do Brasil e

das Tradições e História gaúchas. Mas não foi o que aconteceu! Celebrada a Paz, Piratini “a cidade sagrada dos farrapos” e hoje glória gaúcha, caiu no esquecimento. Foi discriminada pela Província e pelo Império. Foi engessada! De capital farrapa irradiadora da revolução republicana que até hoje influencia a República do Brasil, foi rebaixada a vila. E de lá para cá em nada se aproveitou administrativa e politicamente de seu pioneirismo republicano e, repetimos, e mesmo depois de proclamada a República. Mas os ideais republicanos farrapos vitoriosos pelos quais filhos do então município de Piratini lutaram e morreram em 1835-45 continuaram sendo louvados em especial nos CTGs. Mas nada para Piratini e por extensão Canguçu, cujas autoridades republicanas em todos os níveis as esqueceram, deixando-as se estagnarem como o desejou o Império. Filhos de Piratini e dos atuais municípios que o constituíam foram convocados em 1893 pelos governos do Estado e do Brasil para os defenderem. E eles pagaram alto preço com suas vidas imoladas inermes, por degola, por mercenários platinos no solo pátrio, depois de rendidos sob garantia de vida no covarde massacre federalista de 28Nov1893 no Rio Negro. Confirmar é obra de simples raciocínio e verificação das histórias dos municípios que forneceram os soldados para a vitória do Seival e que sustentaram a proclamação da República em Campo do Menezes, marco de uma revolução republicana brasileira civil ainda em curso no Brasil. E assim de tantas glórias e tradições republicanas e de cidadania com que enriqueceram o Rio Grande do Sul, pouco ou nada lhes valeu no campo político, administrativo e econômico. E lá continuam Piratini, Canguçu, Cerrito, Pinheiro Machado, Hulha Negra e Candiota (Menos Bagé até o Pirai que teve melhor sorte) esquecidos pelas lideranças republicanas estaduais e federais que os glorificam e exaltam moralmente, mas os esquecem administrativa, política e economicamente no sentido de premiá-los pelo heroísmo de seus antepassados celebrado anualmente na Semana Farroupilha, no Rio Grande do Sul e além. Ainda é tempo de exercício de gratidão cívica aos povos dos municípios atuais que constituam Piratini que ao que parece segundo um observador arguto se transformaram em tradição no Império e vício na República, com que se acostumaram e se conformaram as lideranças de Piratini e dos municípios que a integravam na Revolução Farroupilha. História é verdade e justiça! A verdade a relatamos. Falta a justiça a Piratini - como um sagrado símbolo gaúcho farrapo! (Por Cláudio Moreira Bento, Presidente do IHTRGS)

OS 155 ANOS DA PAZ FARRAPA DE D. PEDRITO EM 28Fev e 01Mar1845

Há 27 anos, publicamos na A Defesa Nacional (Jan/Fev1973) o artigo “Contribuição aos festejos do centenário de Dom Pedrito” pelo qual nosso ilustre confrade no IHTRGS, Adilson Nunes de Oliveira tem demonstrado apreço e nos considerado como um dos historiadores de D.Pedrito, o que muito nos honra. Nele, com apoio em mapas antigos pertencentes ao Exército, fizemos um

retrospecto da história de D. Pedrito 1750-1845, com ênfase na pacificação da Revolução Farroupilha que teve por cenário histórico as suas terras - Lagoa das Conchas, último acampamento farrapo e, margem direita na costa do Santa Maria, acampamento imperial do Barão de Caxias. Sobre estes locais históricos escrevemos então: “Eles se assemelham a duas irmãs siamesas.Não podem separar-se em projeção histórica quanto à pacificação da Revolução Farroupilha. ”E hoje vamos mais longe! Nestes locais teve lugar a pacificação da Família Brasileira e seu reencontro depois de cerca de 13 anos de lutas fratricidas que ameaçaram a Unidade Nacional e a transformar o Brasil numa colcha de retalhos de pequenas nações hostis entre si. E desta dualidade expressiva, penso que a paz farrapa melhor seria mencionada na História do Brasil e do Rio Grande do Sul como a Pacificação Farroupilha de D. Pedrito, em 28Fev e 01Mar1845, por sintetizar os dois fatos expressivos e de equivalente projeção. Ou sejam: Em 28Fev a reunião em lagoa das Conchas de todo o Exército Farrapo, com a leitura das proclamações farrapas de Davi Canabarro e Lucas de Oliveira e a imperial do Barão de Caxias e, em 01Mar, na Costa do Santa Maria, acampamento imperial, com a leitura da proclamação de Caxias, lida no dia anterior no acampamento farrapo e a expedição por Caxias, de Circular a todos os comandos imperiais subordinados ,com a citada proclamação anexa. Circular que mencionava a certa altura: “Pela leitura da proclamação, fica V.Mc ciente de estar terminada a guerra civil nesta Província“. Esta circular foi o selo da pacificação e ordem para a suspensão de todas as atividades bélicas. Enfim - a Paz !

Quando D. Pedrito era distrito de Bagé foi conhecido ao que parece, não oficialmente, como distrito da Paz ou da Pacificação, por haver sido cenário da Pacificação Farroupilha. Daí sugerirmos, em 1973, o município chamar-se oficialmente de D. Pedrito da Paz ou da Pacificação. Mas a idéia evolui para melhor ao ser chamado por decreto pelo cognome de D. Pedrito - Capital da Paz. Mas poderia ao final, caso os pedritenses decidissem, talvez até em Plebiscito, chamar-se oficialmente D. Pedrito da Pacificação e como complemento o cognome D. Pedrito a Capital da Paz, de inspiração justíssima em 1970, segundo Nelso Oliva, da poetisa Marília Alencastro Maia. Um apodo de apelo turístico como: “Rio Grande, a Noiva do Mar“, ”Pelotas, A Princesa do Sul“, ”Canguçu, a Magnífica dos Cerros”, “Piratini, a Capital Farrapa”, “Bagé, a Raínha da Fronteira” e assim por diante.

Em 1973 sugeríamos que os locais históricos pedritenses de magna projeção histórica na preservação do objetivo nacional de Unidade Nacional fossem bem balizados e definidos.

E foi com imensa satisfação, ao lermos D. Pedrito e a paz farroupilha, conhecemos que o seu autor Nelso S. Oliva, um inspirado double de historiador e tradicionalista, recordou, com propriedade, os eventos de D. Pedrito relacionados

com o Decênio Heróico e, fundamentalmente, em muita significativa contribuição à História do Brasil, localizou e ajudou a balizar com obeliscos, para a referência e reverência das futuras gerações, os seguintes locais históricos: Costa da Santa Maria - margem direita (hoje campos do Dr. Armando Azambuja de Almeida) local onde Caxias proclamou a Paz e expediu Circular dando por terminada a luta civil que durara quase 10 anos: Lagoa das Conchas (campo do Sr. Antero Assis Meireles), último acampamento farrapo, onde foram lidas em 28 Fev 1845 as três proclamações de paz Combate de Ponche Verde, local onde feriu-se em 26 Mai 1843 este combate indeciso; Quartel General Imperial do Barão de Caxias, no histórico e estratégico passo de D.Pedrito (onde Caxias esteve acampado com o Exército); Estância da Música, em campos do Sr. Carlos Machado e o local do combate do Santa Maria Chico, em campos do Sr. Virgílio dos Santos, onde ao descrever o combate, o historiador Nelso S. Oliva referiu ao sargento Fetter haver salvo Chico Pedro. Aquele, em realidade, o sargento imperial Jacob Fetter, tronco da ilustre família Fetter de Pelotas e alhures, cuja atuação militar resgatamos às páginas 484/490 da monumental obra genealógica, em 1977, Os Vetter/Fetter - 170 anos no RGS, de autoria do Deputado Federal pelotense Fetter Júnior.

É com muita satisfação que a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) que tem como seu patrono o Duque de Caxias, tão justamente reverenciado por Nelso Oliva, e o Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS) acolhem e festejam o seu muito benvindo D. Pedrito e a Paz farroupilha, com votos que ele aprofunde ainda mais no tema D. Pedrito - A Capital da Paz. Como estudioso do tema em O Exército farrapo e os seus chefes 1992-93 e Porto Alegre - memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias (Brasília: EGGCF,1989), muito aprendi com Nelso Oliva em seu livro, acerca de detalhes da Pacificação. No último livro citado biografamos, pela primeira vez, Francisco Pedro Azambuja Brusque de Abreu, o grande guerrilheiro imperial que dominava a Guerra à gaucha e que passou à História como Chico Pedro ou “Moringue” e consagrado mais tarde como Barão de Jacuí, lembrado também pela liderança de incursões no Uruguai chamadas Califórnias de Chico Pedro e comandante da Fronteira com o Uruguai na Guerra do Paraguai. Chico Pedro, que a partir de novembro de 1842 baseou sua Ala Esquerda do Exército de Caxias em Canguçu onde construiu a cadeia local (só demolida em 1939) para servir “como quarto de hóspedes farrapos”. Prédio que foi usado como Posto de Comando do Capitão Antônio Sampaio de 1846-49, atual patrono da Infantaria do Exército, como comandante de uma Companhia de Infantaria, para ali assegurar a Paz, a meio caminho das ex-capitais farrapas Piratini e Caçapava. Nelso S. Oliva é mais um historiador a substituir na trincheira do culto da História e da Tradição do Rio Grande do Sul, ilustres historiadores gaúchos falecidos, entre os quais os inspirados pedritenses Hélio de Almeida Brum e Laudelino Teixeira

Medeiros que recordo para a reverência da terra pedritense que tanto amaram e honraram.

Sobre as condições honrosas da Paz Farroupilha deixemos falar Bento Gonçalves da Silva, em carta que publicamos em O Exército Farrapo e os seu chefes (Rio:BIBLIEx,1992,p.20) do qual doamos exemplar ao Museu Paulo Firpo e que foi alvo de estimulante artigo do confrade Adilson Nunes da Silveira na imprensa pedritense:

"Sabes (a Dionísio Amaro da Silva, em 06Mar1845) que por fim temos uma paz que só conseguimos pela generosidade do Barão de Caxias. Deste homem verdadeiramente amigo dos rio-grandenses que não podendo fazer-nos publicamente a paz, por causa da péssima escolha dos negociadores e da estupidez sem igual dos que a dirigiram, nos fez o Barão o que já não podíamos esperar, salvando assim, em grande parte a nossa dignidade".

Dom Pedrito foi também palco, em 01Mar1945, da primeira libertação em massa de escravos e 43 anos da Lei Áurea, por iniciativa de Caxias, conforme temos escrito artigos com o título "Caxias pioneiro abolicionista". Vejamos: Por sua conta e risco no Convênio de Ponche Verde, tão bem estudado pelo falecido amigo Oscar Wiedersphan, Caxias incluiu a seguinte cláusula . "4 -São livres e como tal reconhecidos todos os cativos que serviram a República." Com isto desobedeceu ao Gabinete Liberal que assim desejava o teor desta cláusula; "5 - Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes, depois de apresentados serão remetidos para esta Corte, à disposição do Governo que lhes dará o conveniente destino". Segundo Wiedersphan o conveniente destino seria enviá-los para a Imperial Fazenda de Santa Cruz como escravos estatais .

Para desbordar esta ordem iníqua, os 120 ex-escravos lanceiros negros apresentados a Caxias em Ponche Verde e que se haviam celebrizado ao comando do canguçuense Cel Joaquim Teixeira Nunes, a maior lança farrapa, segundo o General Tasso Fragoso, Caxias os incorporou como livres à Cavalaria Ligeira do Exército. E usou o seguinte artifício: invocou o Aviso de 19Nov1838 que assegurava liberdade aos ex-escravos que desertassem do Exército Farrapo e se apresentassem às autoridades imperiais. E foi assim que evitou o envio deles para o Rio. Daí o seu pioneirismo abolicionista tendo por testemunha os campos pedritenses de Ponche Verde. Evento histórico de grande projeção na conquista do objetivo permanente de Paz Social. D. Pedrito, em realidade, é o exemplo da "Fronteira do Vai e Vem" (mencionada por Helio Moro Mariante em poesia épica), na disputa entre espanhóis e portugueses. O atual território de D. Pedrito foi Espanhol pelo Tratado de Tordesilhas. Espanhol e Português pelo Tratado de Madrid, tendo o Santa Maria como Fronteira. Espanhol pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Mais uma vez Português e Espanhol pela conquista de seu território na margem esquerda do Santa Maria na Guerra de 1801, tendo

este novamente como Fronteira e, somente português, com a conquista portuguesa em 1812, por D. Diogo de Souza do distrito de Entre Rios entre os rios Santa Maria, Ibicuí, Uruguai e Quaraí. Esta confirmada em 1821 com a incorporação do Uruguai ao Brasil português como Província Cisplatina e, consolidada com a Independência do Uruguai em 1828. Estes são pontos da bela História pedritense, com marcos luminosos na batalha para a conquista da Unidade Nacional, com a Paz farroupilha e da Paz Social, com a libertação de escravos por Caxias, 43 anos antes da lei Áurea (Por C. M. Bento Presidente do IHTRGS).

NOTAS DIVERSAS - Notícias de sócios efetivos que nos chegaram à redação de O Gaúcho EDSON OTTO: Com edições do Tradição cada vez mais substanciosas e bonitas.
JOSE CONRADO DE SOUZA: Com significativa oração no Monumento a FEB, evocativa do 55° aniversário da Vitória na 2ª Guerra Mundial .
LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS: Estreiando no Tradição com artigo A Viagem comemorativo dos 500 anos do Descobrimento.
CARLOS FONTTES: de Uruguaiana. Com artigo no Tradição evocando a Flotilha do Alto Uruguai, episódio da Guerra do Paraguai e realizando mostra de sua obra pictórica.
PEDRO ARI VERÍSSIMO DA FONSECA: de Passo Fundo. Com brilhante comunicação no Certame de Tropeirismo e Bom Jesus com o tema TROPAS (de Mulas, de Vacuns, de Cavalos, de Porcos. Estes de pequenas propriedades, de encerra, soltos, de roça e o binômio porco-milho). Originalíssimo. Conhecemos em Canguçu tropas de perús, também.
OSORIO SANTANA FIGUEIREDO: Lançando a 2ª edição de seu apreciado Carreteadas heroicas, com orelha de apresentação pelo presidente Cláudio Moreira Bento. Presidiu o Encontro Internacional de História em Rosário do Sul em 15/16 abril em parceria IHTRGS/Prefeitura local. Encontro denominado IVO CAGGIANI.
MORIVALDE CALVET FAGUNDES: com suas Memórias prefaciadas pelo presidente Cláudio Moreira Bento a espera de um editor.
AROLDO MEDINA: Em voltas com a dinamização e modernização do Museu da Brigada Militar que dirige.
CLAUDIO MOREIRA BENTO: Reverenciou a memória de DANTE DE LAYTANO no IHGB e a de IVO GAGGIANI no Instituto Militar de Engenharia como o maior historiador residente na imensa fronteira brasileira e abordou o tema Projeções culturais da Revolução Farroupilha na obra do CIPEL/RS no contexto do Brasil, alusiva aos 500 anos do Descobrimento.
JOSÉ LUIZ SILVEIRA: na citada obra do CIPEL abordou a Revolução Federalista de 93.

ARMANDO ECIQUO PEREZ e CAIRO MOREIRA PINHEIRO: focalizaram na Revista Canguçu 200 anos, organizada pelo Presidente, o Tradicionalismo em Canguçu e sua projeção no Tradicionalismo através de Luiz Carlos Barbosa Lessa no MTG e do Presidente no IHTGRS.

ÂNGELO PIRES MOREIRA: Prossegue em seus estudos sobre a vida do grande fronteiro Marechal Manoel Marques de Souza I, o primeiro gaúcho a governar o Rio Grande do Sul como unidade autônoma e atual denominação histórica da 8ª Bda Inf Mtz.

RECORDANDO IVO LEITES GAGGIANI

Foi o primeiro sócio fundador do IHTRGS participando de sua fundação em Pelotas. Nasceu em Santana e ali faleceu aos 67 anos. Sua obra de historiador de Santana se projeta de maneira notável na História do Rio Grande. Em sua História de Santana em 3 v. balizou a História do seu amado torrão natal. E mais biografou Davi Canabarro seu parente, Cel João Francisco - a hiena do Cati, Flores da Cunha, Honório Lemes e, em inédito, o Marechal Nelson de Mello. A AHIMTB e o IHTRGS em parceria com a Prefeitura de Rosário organizaram em 15-16 abril o 4° Encontro Internacional de História, ao qual foi dado de justiça Ivo Caggiani, homenagem que conheceu e o deixou muito feliz 4 dias antes de sua morte. Ivo Caggiani era o maior historiador residente na imensa fronteira brasileira do Rosário e foi o guardião da memória e tabelião dos tempos da gente heróica de Santana. Valia por uma academia inteira. Foi historiador singular que além de preservar a obra literária de santanenses em seu Museu Folha Popular registrava e arquivava diariamente os fatos de sua amada cidade. E do seu avantajado volume e peso fala a lenda que assim Deus o quis para pudesse possuir um coração enorme capaz de com conforto abrigar o seu enorme amor pela terra e gente santanense. Sua obra foi relacionada por Pedro Villas Boas em Dicionário Bibliográfico Gaúcho. Osório Santana Figueiredo em inspirado artigo em São Gabriel fez o seu necrológio em nome dos integrantes do IHTGRS. Queira Deus que Santana saiba aproveitar a obra. Descansa em paz. Missão cumprida para com a tua Santana!!!

Cel João Cezimbra Jacques - Patrono do Tradicionalismo Gaúcho

HOMENAGEM A JOÃO CEZIMBRA JACQUES, PATRONO DO TRADICIONALISMO GAÚCHO E EX-PROFESSOR DO VELHO CASARÃO DA VÁRZEA (CMPA), REALIZADA NO COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE EM 27 DE MAIO DE 1999.

O HOMEM JOÃO CEZIMBRA JACQUES

Segundo seu biógrafo - o Coronel PM, historiador e membro do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul - Hélio Moro Mariante, JOÃO CEZIMBRA JACQUES teve sua vida terrena assinalada por um signo dúplice - o do infortúnio e o do pioneirismo - um e outro com extraordinária influência em sua vida.

Abriu os olhos para o mundo na rua do Acampamento, em Santa Maria, no dia 13 de novembro de 1849. Seu pai, moço ainda, expirou no Paraguai a serviço da Pátria, onde também se encontrava nosso biografado que, contando apenas 18 anos de idade, prestava serviços de guerra, engajado no 2° Regimento de Cavalaria.

Sua mãe, esposa e filhos faleceram muito jovens, vítimas da tuberculose que dizimou toda sua família, vindo ele próprio sucumbir aos 73 anos de idade, do mesmo mal.

Juntamente com seus dois irmãos, Cezimbra Jacques foi criado pelos avós paternos.

Esse permanente e angustiante estado emocional influenciou, como não poderia deixar de ser, em sua idiossincrasia, pois que o acompanhou do berço ao túmulo como um ferrete a amargurar-lhe a existência.

De estatura mediana, cabelos lisos, maçãs do rosto salientes. Grandes orelhas, olhos levemente amendoados, fronte ampla e bastos bigodes, era bem o tipo representativo do gaúcho da campanha.

“Indiático, pouca barba, a sua fisionomia tinha traços do silvícola nacional. Talvez mesmo, o sangue desses antepassados corresse nas suas veias”, segundo precioso depoimento de seu íntimo amigo, Dr. Sinval Saldanha, que acrescentou: “Original, excêntrico, respeitável por todos os títulos, gozava de alta consideração no meio social.”

O Dr. Mário Kroeff, amigo pessoal de Cezimbra Jacques, em seus livros “Imagens do Meu Rio Grande” e “O Gaúcho no Panorama Brasileiro”, relata com pormenores, a tragédia que se abateu sobre a família de Cezimbra, culminando por acompanhar ele próprio os restos mortais de seus filhos e de seu pai até a última morada. Encarregado do enterro pelo próprio Cezimbra, desincumbiu-se dolorosamente do encargo.

Outro depoimento valioso, de autoria do também seu amigo Dr. Sinval Saldanha, diz: “Mais de uma vez visitei-o em sua residência na Avenida Mem de Sá, no Rio. Eu ia em companhia do Oswaldo e do Mário Kroeff, seus bons amigos aqui do Sul. Na parede do quarto, penduradas, se viam fotografias de dois moços e duas blusas de militar. Eram dos entes queridos levados pela morte. Uma ou duas vezes por semana renovavam-se as flores que enfeitavam aquele quarto.

E o velho pai, reverente, saudoso e positivista, se encurvava todos os dias ante aqueles objetos pertencentes aos caros filhos desaparecidos.

Em dado momento de nossa palestra, naturalmente sobre assuntos do Rio Grande do Sul, Cezimbra Jacques abriu uma gaveta e dela tirou um saquinho. Aberto, vimos que tinha terra. Sim, era terra do Rio Grande do Sul que o venerando cidadão conservava para lhe servir de travesseiro em seu caixão mortuário. Emocionado, disse que ia morrer distante de seu torrão natal, pois não queria afastar- se para longe da sepultura dos filhos, no Rio. E assim sendo, suplicava aos três amigos presentes, que levassem um dia as suas cinzas para os pagos sulinos.

Lamentavelmente não foi cumprida sua última vontade. Oswaldo e eu morávamos em Porto Alegre; Mário, no Rio de Janeiro, viajou à Europa por longo tempo. Deixamos assim, passar o prazo do arrendamento do túmulo do intrépido gaúcho”.

No entanto, durante o 32° Congresso Tradicionalista Gaúcho, em Capão da Canoa, uma tradicionalista pediu ao presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, Cel Cláudio Moreira Bento, para localizar os restos mortais de Cezimbra Jacques, e o Instituto então foi a campo. Através das pesquisas realizadas no Hospital Central do Exército, onde ele faleceu em 28 julho 1922, na Santa Casa - que administra os cemitérios, na Biblioteca Nacional e no jornal A Noite - que registrou seu falecimento, chegou-se à conclusão que seu óbito foi lavrado sob o número 242, tendo sido seus restos mortais trasladados para Porto Alegre em 3 agosto 1927, com a guia de n° 406. Todavia,

ainda não se descobriu quem o levou e para onde.

O MILITAR JOÃO CEZIMBRA JACQUES

Sua vida militar pode ser assim resumida: em 1867, contando apenas 18 anos de idade e à revelia de seus avós, por quem estava sendo criado, alistou-se no 2° Regimento de Cavalaria, que passou a integrar o 3° Corpo do Exército Brasileiro que operou no Paraguai.

Finda a guerra, retornou à Pátria como 2° Cadete do 4° Regimento de Cavalaria, tendo sido condecorado com medalhas conferidas pelos governos do Brasil, Argentina e Uruguai. Logo após seu regresso, verifica praça no dia 1° outubro de 1870, ingressando, como filho de militar, diretamente na Escola Militar. Gaúcho até a medula dos ossos, preferiu a Arma de Cavalaria, concluindo o respectivo curso no ano de 1874.

Foi elevado a Alferes em 1875, a Tenente em 1884 e a Capitão em 1891. Em 1895 comandava o 3° Esquadrão do 3° Regimento de Cavalaria. Foi instrutor da Escola Preparatória de Rio Pardo e do Curso D'Armas da Escola Militar do Rio Grande do Sul em Porto Alegre.

A compulsória atingiu o Capitão Cezimbra Jacques em 1901, quando então foi transferido para a reserva do Exército no posto de Major. Posteriormente, em 1922, segundo pesquisas do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, foi promovido post mortem ao posto de Tenente-Coronel.

Mestre, desenvolveu atividades, desde o tempo do Império, na Escola Tática e Preparatória de Rio Pardo, grande celeiro de Oficiais Superiores do nosso Exército, e na Escola Militar do Rio Grande do Sul, também famosa pelo número de Oficiais ilustres que passaram pelos seus bancos. De um dinamismo incomum, era muito acatado, quer no meio civil, quer no militar, sendo muito estimado por alunos e considerado por seus pares.

Foi instrutor militar do Instituto de Ensino da Escola de Engenharia, hoje Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

A OBRA DE JOÃO CEZIMBRA JACQUES

Seu pioneirismo nos é revelado por diversas iniciativas: como escritor versou sobre assuntos até então pouco explorados ou inéditos em nossas letras; por sua inspiração e trabalho de proselitismo foi criado o Grêmio Gaúcho, núcleo primeiro no culto sistematizado das tradições sul-riograndenses; fez parte dos primeiros adeptos do positivismo em nosso Estado; foi um dos primeiros gaúchos a escrever sobre o problema social; falava o francês, o guarani e o caigangue, e gozava de prodigiosa memória.

Sua participação na vida pública, social e intelectual do seu Estado foi profícua e plena de serviços prestados. Dotado de profundo espírito cívico-patriótico, suas atenções encontravam-se permanentemente voltadas para as

origens e fatos de sua terra e usos e costumes do homem nela integrado.

Escritor, conferencista, indigenista, professor e instrutor, possuía o poder da persuasão. Com facilidade atraía amizades e sua palavra, simples mas incisiva, conquistava adeptos para os seus ideais. Cidadão integrado na política, foi um dos fundadores do Partido Republicano no RS (1880).

Já na reserva do Exército, teve ativa participação nas liças partidárias. Freqüentemente proferia palestras e conferências versando sobre assuntos políticos; escreveu dois pequenos ensaios: “O Parlamentarismo e o Presidencialismo” e “O Presidencialismo Puro”, ambos em 1918.

Integrou o elenco de intelectuais gaúchos que fundou a Academia de Letras do RS, onde ocupou a cadeira de Crítica e História. É o patrono da cadeira n° 19 da atual Academia Riograndense de Letras.

Discípulo convicto de Augusto Comte, revela seus ideais positivistas em vários ensaios sobre política e assuntos locais, todos embasados no Sistema Político Positivo. Seguindo seu destino de antecipar fatos e idéias, Cezimbra Jacques publicou, também em 1918, um pequeno ensaio sob o título “A Proteção ao Operariado na República”, tema pouco explorado e quase tabu à época.

Indigenista, falava muito bem o Guarani e possuía bons conhecimentos do Caigangue, o que lhe permitia dialogar com representantes dessas tribos. Era uma espécie de cônsul dos aborígenes semi-civilizados então existentes no RS. Recebia-os em sua residência na Várzea (atual Avenida João Pessoa, em Porto Alegre), onde por vezes eram alojados. Encaminhava-os aos poderes competentes, apadrinhando suas reivindicações.

Além de considerações a respeito da vida, usos e costumes dos indígenas sul-riograndenses, registrados em seu “Ensaio Sobre os Costumes do Rio Grande do Sul” (1883) e em “Assuntos do Rio Grande do Sul” (1911), escreveu uma pequena monografia intitulada “Frases e Vocábulos de Aba Neenga Guarani e Notas Sobre os Silvícolas”.

Estas duas obras tratam de história, geografia, usos e costumes das gentes da raia meridional patrícia, de alto interesse para antropólogos, folcloristas e estudiosos em geral. Variada é a matéria apresentada: música, poesia, danças populares, crendices e superstições, aspectos lúdicos, culinária, indumentária, pelagens bovina e eqüina, lendas em sua pureza primitiva, colhidas diretamente da boca do povo, e outros aspectos da vida do homem do campo que faz da faina pastoril o motivo e a razão de ser da sua existência.

Registra ainda um pequeno vocabulário; dá-nos uma sintética notícia da nossa antologia literária e inclui valioso estudo etnográfico referente aos indígenas instalados no RS.

Um estudo sério da formação do homem no pampa sul-brasileiro não pode prescindir de consultar a obra de Cezimbra Jacques. É mais um mestre, um

pesquisador e divulgador que um escritor. Sua aspiração era ser útil, e o foi.

Apaixonado por seu pago, orgulhoso da história, admirador da geografia e profundo conhecedor dos costumes sul-riograndenses, por ele recolhidos, analisados e, principalmente, vividos, passou a publicar os resultados das suas remebranças, observações e pesquisas em periódicos. Posteriormente, atendendo a solicitações de amigos e admiradores dos seus trabalhos de coleta e divulgação, enfeixou-os nos dois referidos volumes.

O GAÚCHO JOÃO CEZIMBRA JACQUES

Entusiasta e excelente tocador de viola, era grande conhecedor das danças antigas, cujas características - coreografia, música e letra - recolheu nas suas andanças pelos pagos.

Foi um grande ginete e exímio domador. Anacleto Torres, relata que João Cezimbra Jacques costumava passar temporadas nas estâncias de parentes e amigos, participando, com invulgar entusiasmo, de todas as práticas campeiras, nas quais se revelava um verdadeiro mestre, informando- nos ainda que “usava estribos de cônica aspa de touro brasino e botas de meio pé, feitas de garrão de bagual tordilho-negro”.

Conseguiu ver colimado seu anelo de criar no Rio Grande do Sul entidades de cunho nativista onde, segundo suas próprias palavras, se pudesse “cultivar os usos salutares do passado, já nos outros ramos de atividades de um povo, já nos jogos e diversões, de modo a poder-se reproduzir esses quadros da vida dos nossos Maiores nas comemorações dos grandes acontecimentos do passado...”.

Auxiliado por um grupo de dedicados patriotas, civis e militares, e entre estes, colegas e alunos da então Escola Militar, fundou o Grêmio Gaúcho na cidade de Porto Alegre, no dia 22 de maio de 1898. No seu próprio dizer, foi ele o “primeiro iniciador de sociedades dessa ordem no Rio Grande do Sul” com a fundação do Grêmio Gaúcho. Por este motivo foi agraciado com o honroso título de Patrono do Tradicionalismo Gaúcho, resolução tomada no 6° Congresso Tradicionalista Gaúcho efetivado na cidade de Cachoeira do Sul e patrocinada pelos ilustres Carlos Galvão Krebs e Antônio Augusto Fagundes, então presidente e diretor administrativo, respectivamente, do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore.

Ao homenageá-lo nesta data solene, ano do sesquicentenário de seu nascimento e centésimo primeiro da fundação do Grêmio Gaúcho, o fazemos com especial deferência.

Ao insigne mestre deste Velho Casarão da Várzea, Tenente-Coronel João Cezimbra Jacques, o Colégio Militar de Porto Alegre e o Exército Brasileiro curvam-se num preito de honra, respeito e admiração. Ao mesmo tempo, o CTG Potreiro da Várzea, captando e exprimindo o sentimento dos gaúchos de todas as querências, ergue os olhos para o firmamento e, com a voz embargada pela

emoção, grita em alto e bom tom: “Obrigado, tchê Cezimbra!”.

- Texto preparado pelo Cel Leonardo Araújo, baseado na obra bibliográfica realizada pelo Cel PM Hélio Moro Mariante e em estudos do Cel Cláudio Moreira Bento.

HISTORIADORES DE COMUNIDADES GAÚCHAS - Cláudio Moreira Bento (*)

O jornal **Zero Hora**, em reportagem especial num Dia do Escritor sob o título “Escritores em nome do Prazer” e assinada por Thiago Coppetti, destacou os seguintes historiadores dedicados ao resgate das histórias de seus municípios: **Santa Cruz:** Mauro Klafke; **Bento Gonçalves**: Itacyr Giacomello; **Estrela:** José Alfredo Schieshoet; **Pelotas**: Mário Osório Guimarães; **Cruz Alta**: Jurandir Zamberlam; **Passo Fundo**: Wilmar Nascimento; **Bagé**: Cláudio Lieminsk; **São Leopoldo:** Germano Moelecke; **Santo astón:** Mario Simon; **Encantado, Muçum, Rondinha, Roca Sales:** Gino Ferri e **Santana do Livramento:** Arlindo Coutinho. Mas nenhum vinculado ao Instituto de História e Tradições (IHTRGS) que há 14 anos atua no Rio Grande do Sul. O autor do artigo menciona com justiça: “são escritores que assumem no interior do estado a tarefa de registrar em livros a História de seus municípios e das regiões a que pertencem”. Escritores que dedicam parte de suas vidas as pesquisas. Trabalho que não dá retorno econômico, mas seu destino é nobre. Os livros nas prateleiras de bibliotecas públicas municipais, educando gerações de estudantes. Esses historiadores municipais desenvolvem trabalho único. São essenciais para resgatar a memória de suas aldeias. Ao mesmo tempo contam fragmentos da História de Estado, elogia Paulo Flávio Ledur, presidente da Câmara Riograndense de livros”.

Concordamos com Thiago Coppetti e Paulo Flávio Ledur, mas sentimo-nos no dever de aqui apontar escritores municipais integrantes do Instituto de História e Tradições (IHTRGS), que fundamos em 10Set1986, em Pelotas, no sesquicentenário de Combate de Seival, e outros escritores de nosso conhecimento, cujas obras reunimos, entre outros autores do gênero, na Biblioteca do IHTRGS.

Uruguaiana-Raul Pont com Campos Realengos e Carlos Fonttes com Uruguaiana aqui te Canto; **Santana do Livramento-**Ivo Caggiani: Santana 150 anos; **D. Pedrito**-Nelson Oliva, com Dom Pedrito e a Paz Farroupilha; **Santa Vitória do Palmar**-Péricles Azambuja com Terras e mares do Chuí, com nosso prefácio; **Alegrete**-Miguel Jacques Trindade com Alegrete; **Rosário do Sul**-Jorge Telles, com Uma Batalha e Três Combates; **São Gabriel e Vila Nova do Sul**-Osório Santana Figueiredo com São Gabriel desde o Princípio, Marco de Ferro e outras; **Caçapava do Sul**-Arnaldo Cassol e Abrão Nicolau, Histórias de Caçapava; Lavras-Edilberto Teixeira com História de Lavras; **Canguçu**-sobre o qual produzimos Canguçu reencontro com a História, Canguçu 200 anos; **Pelotas-**Ângelo Pires Moreira com A Tarca do Tempo, Heloísa Assunção

Nascimento, com Nossa Cidade era Assim, José Vieira Echeveny com Coleção Caderno de Pelotas, Flávio Azambuja Kremer com Indústrias e templos de Pelotas; **São Borja**-Aparício Silva Rillo e Fernando M. O'Donnel com Populário São Borgense e outros trabalhos. **Santa Maria**-José Luiz Silveira e Mário Menezes, com várias colaborações à História local e em especial a militar; **Encruzilhada do Sul**-Humberto Castro Fossa, com História de Encruzilhada (Crônica na Imprensa); **São Leopoldo**-Thelmo Lauro Muller, com Colônia Alemã; **Rio Grande**-Daoiz La Roche, com contribuições na imprensa e no jornal SOAMAR; **Rio Pardo**-Dante de Laytano, com História de Rio Pardo e Marina Quadros Resende com Rio Pardo**; Santana da Boa Vista**-José Francisco Teixeira, com Santana da Boa Vista; **Nonoai**-José Vera Sperry, com Raízes e Retalhos de Nonoai; **Cambará do Sul**-Arautos Corujistas, com Cambará do Sul; **Torres**-Dante de Laytano com Torres; **Passo Fundo**-Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, com Gaúcho Serrano Tropeiro de Mulas com grande projeção regional, o mesmo se dizendo em Porto Alegre da obra histórica, tradicionalista e folclórica de Hélio Moro Mariante. Fora dos quadros do IHTRGS registramos em **Bagé**-Tarcísio Taborda com variada obra de suporte à história local e incentivador dos encontros de microhistoriadores do Rio Grande do Sul com o concurso de Astrogildo Fernandes. Este vem colecionando e divulgando todas as obras sobre municípios gaúchos e de escritores gaúchos que escrevem por amor ao Rio Grande e as suas querências. Ainda em **Bagé**, Eurico Salis com História de Bagé; **Herval do Sul**-Manoel da Costa Medeiros com História do Herval; **Jaguarão**-Sérgio da Costa Franco, com Origens de Jaguarão 1790/1833; **Piratini**-Davi de Almeida, com História do Município de Piratini, e também colaboramos com Piratini: Símbolo ***Sagrado Gaúcho Farrapo;*** **Cachoeira do Sul** - Ângela Shuc e Ione Maria Carlos, com ***Cachoeira em Busca de sua História;*** **Rio Pardo**-De Paranhos Antunes, com ***História de Rio Pardo;*** **Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro**-Luís Alberto Cibils, com história desses locais; **Pelotas**-Fernando Luis Osório, com ***A Cidade de Pelotas*** e de Edgar Curvêllo, com ***Pelotas: Retomando a História;*** **Triunfo**-Fernando Castro Freitas, com ***Triunfo;*** **Marcelino Ramos**-Lauro Nelson F. Thomé, com ***Marcelino Ramos - Histórico;*** **Santa Vitória do Palmar**-Anselmo Amaral, com ***Os Campos Neutrais;*** **Júlio de Castilhos**-Firmino Costa, com ***História do Município de Júlio de Castilhos;*** **Santo Antônio da Patrulha**-Rubens Neis; **Porto Alegre**-Walter Spalding, com ***Pequena História de Porto Alegre***, Gastón Mazeron, com ***Reminiscências de Porto Alegre,*** Clóvis Silveira de Oliveira, com ***Porto Alegre - a Cidade e sua Formação***, Achyles Porto Alegre, com ***História Popular de Porto Alegre***, Sérgio da Costa Franco, com ***Guia Histórico das Ruas de Porto Alegre e Porto Alegre História do seu Comércio.*** Colaboramos com o tema com ***Porto Alegre - Memória dos Sítios Farrapos e da Administração de Caxias*** com a ***História***

da 3ª Região Militar em 3v. De **Jaguarão** não pode ser olvidado Pedro Leite Vilas Boas, autor de excelentes instrumentos de trabalho do historiador gaúcho, onde ressalta o muito útil ***Dicionário Bibliográfico Gaúcho.***

Esta é, a vôo de pássaro, uma amostragem mais ampla e portanto mais justa na voz da História, que a de **Zero Hora**, sobre os escritores comunitários que trabalham sem apoio, inclusive das mídia, de onde foram afastados há muito. Justiça se faça ao **Jornal Tradição**, órgão de divulgação dos MTG, IHTRGS e da CBTG. É assunto a ser meditado pela mídia gaúcha e pelas autoridades do Executivo e Legislativo, em todos os níveis no Estado, pois possuem o dever e o poder constitucional de alterar este quadro tão intimamente ligado à formação da consciência, da identidade e da perspectiva histórica das comunidades que formam o Rio Grande do Sul, para que ele continue a ser festejado como "Rio Grande, querência amada, recanto das suas tradições", e não das de outras nações, mantendo assim a identidade e a perspectiva histórica de seus conterrâneos, além de alertar a consciência de que o homem é eterno enquanto a sua obra for lembrada.

* Presidente do Instituto de História e Tradições do RGS

O Cel FLÁVIO MABILDE PARTE PARA A ESTÂNCIA DO INFINITO

O Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS), cumpre o doloroso dever de registrar o falecimento de seu membro, Coronel FLÁVIO JOSÉ CORRÊA MABILDE, ocorrido em 25 de julho próximo passado. O Cel MABILDE nasceu em Porto Alegre a 04 de maio de 1940. Formado em Odontologia pela PUCRS, ingressou na carreira militar, tendo servido nas seguintes unidades militares: 13° Grupo de Artilharia de Campanha (Cachoeira do Sul), 16° GAC (São Leopoldo), Pelotão de Fronteira de Palmeira do Alto Javari (AM), Hospital de Guarnição de Tabatinga (AM), Comando da 3ª RM, 3° Btl de Comunicações de Exército e Colégio Militar, todas estas três últimas sediadas em P. Alegre. Formado também em História pelas Faculdades Porto-Alegrense (FAPA), foi, por muitos anos, professor da matéria no Colégio Militar (CMPA), além de escritor, poeta, declamador, tradicionalista e nativista. Possuía, ainda, outros cursos de especialização odontológica, realizados, inclusive, no exterior. O Cel MABILDE deixa esposa, dona Helena Aparecida Mahlmann Mabilde e quatro filhos. O Patrono da cadeira deixada vaga pelo falecido no IHTRGS é o historiador Cel ARTHUR FERREIRA FILHO. Enlutado pelo seu passamento, o IHTRGS rende sua homenagem ao brilhante historiador e tradicionalista, pelo excelente trabalho que deixou em proveito da História e das Tradições do Rio Grande do Sul.

CLÁUDIO MOREIRA BENTO - Presidente do IHTRGS Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS - lecaminha@gmail.com

Especial Brasil 500 anos - Nº 3 – Ano 2001 – Cel Cláudio Moreira Bento

NECROLÓGICO E ESBOÇO BIOGRÁFICO DO GENERAL MORIVALDE CALVET FAGUNDES

Morivalde Calvet Fagundes nasceu em Porto Alegre a 30 de março de 1912, sendo o 4° filho de Antonio Lobo da Costa Fagundes e de Dona Maria Calvet Fagundes, ambos naturais de Pelotas. Fez o curso primário e o 1° ano ginasial no Ginásio Anchieta, hoje Colégio dos Padres Jesuítas. Em 1928, trancou a matrícula, para trabalhar como balconista no armazém de seu tio.

A 02 de maio de 1931 sentou praça como soldado no então 8° Batalhão de Caçadores, em São Leopoldo, sendo, no prazo de um ano, promovido a Cabo e a 3° Sargento. De 1933 a 1938 realiza um curso de preparação à carreira militar, enquanto faz sua estréia, a partir de 1935, no jornalismo, publicando artigos no Correio de São Leopoldo. Casa em 1937, com Dona Nady Duarte Rodrigues, tendo dela três filhos. Nesta época volta a estudar em Porto Alegre (Colégio Universitário), recolhe dados para a biografia do poeta pelotense Lobo da Costa, seu tio-avô, e pronuncia em público (1939) sua primeira conferência, em São Leopoldo, sobre o 51° aniversário da morte de Lobo da Costa.

Em 1940 ingressa na Escola Militar de Realengo, sendo declarado Aspirante a Oficial do Serviço de Intendência em 09 de outubro de 1942. Classificado em P. Alegre, continua aliando armas e letras, pronunciando e escrevendo dezenas de palestras, conferências e trabalhos. Em 24 de junho de 1943 é promovido a 2° tenente. Desde jovem portanto, revela-se um homem atento à evolução e aos acontecimentos da época, sem descuidar dos ensinamentos da história.

O ano de 1945 é importante para Calvet, pois inicia sua carreira maçônica, na Loja Bento Gonçalves de P. Alegre, filiada à Grande Loja do Rio Grande do Sul. Em nove meses já chega à Venerança, e no ano seguinte alcança grau 30. Em 25 de março do mesmo ano é promovido a 1° tenente. Cinco anos depois, 25 de dezembro de 1950, foi promovido a Capitão.

Em 1954 surge o seu primeiro livro - Lobo da Costa, Ascensão e Declínio de um Poeta - homenagem a seu tio-avô.

Na Maçonaria, ainda em 1954, destaca-se como Grande Orador de sua Grande Loja.

Sua promoção a Major, em 25 de agosto de 1956, acarreta, no ano seguinte, transferência para o Rio de Janeiro. Naquela capital filia-se à Loja Maçônica Luis de Camões.

Seu segundo livro - Estórias da Figueira Marcada - sobre folclore gaúcho, é lançado em 1961, com prefácio e anotações do mestre Câmara Cascudo.

No ano de 1962 galga um degrau importante na carreira militar, ao concluir o Curso de Chefia de Serviços, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME - Praia Vermelha, Rio). Foi promovido a Tenente-Coronel em 25 de agosto de 1963. Na mesma época é agraciado com a Medalha do Pacificador e com a Medalha Militar de Ouro (Tempo de Serviço), pelos seus mais de 30 anos de bons serviços prestados à Pátria e ao Exército.

Em 1965 solicita transferência para a Reserva Remunerada do Exército, alcançando assim os postos de Coronel e de General de Brigada, simultaneamente, pela legislação da época.

Na iniciativa privada revela-se um administrador, lançando, no Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas (COIFA), onde exerce funções de Vice-Presidente, o Pecúlio-Pensão, modalidade que alcança muito boa repercussão em todo o território nacional, aos associados da COIFA. Posteriormente, Calvet alcançaria a posição de Presidente da mesma entidade.

Em 1967 ocupa o cargo de 1° Grande Vigilante da Loja Luís de Camões, filiada à Grande Loja Maçônica da Guanabara. Dois anos depois é Grande Tesoureiro Adjunto do Supremo Conselho do Grau 33° e eleito membro efetivo e redator-chefe da Revista Astréa.

Em 1972, funda a Academia Brasileira Maçônica de Letras, a primeira do gênero no mundo, congregando intelectuais brasileiros e estrangeiros. A iniciativa do General Calvet foi extremamente profícua, pois existem hoje mais de 14 academias no Brasil, realizando intercâmbios culturais, congressos internacionais e publicações de Anais e documentos, inclusive com a participação e colaboração da Academia Brasileira de Letras. Calvet foi, também, fundador da Academia Sul-Riograndense Maçônica de Letras (Cadeira 1), sendo atualmente Patrono da referida Academia.

O seu 3° livro - A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução - que retrata a participação da Maçonaria na Revolução Farroupilha, é publicado em 1976, com prefácio do maçonólogo Nicola Aslan.

Em março de 1981 organizou o 1° Congresso Maçônico Internacional de História e Geografia, no Rio de Janeiro, reunindo os trabalhos de 12 escritores estrangeiros e 35 brasileiros, constituindo a maior obra maçônica dos tempos modernos, com 4 volumes e 1100 páginas.

O General Calvet faz parte também das seguintes associações literárias e de classe: Academia Maçônica de Letras, Ordem dos Velhos Jornalistas, Associação Brasileira de Geografia, Academia Anapolina de Ciências e Letras, Instituto Histórico e Academia de Letras de Uruguaiana, Clube Militar, Academia Guanabarina de Letras, Instituto Brasileiro-Peruano Marechal Ramón Costilla, Instituto Cultural Simon Bolívar Argentino-Brasileiro, Centro de Estudos de

Maçonaria Espanhola, Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, Academia de História Militar Terrestre do Brasil e Instituto de História e Geografia do Rio Grande do Sul.

Foi diplomado Cidadão do Estado da Guanabara e Benemérito da Cultura, além de Honra ao Mérito da Grande Loja do Estado do Rio de Janeiro e do Grande Oriente Independente do Estado do RJ.

Colaborou, por mais de 50 anos, com os principais jornais do país. Conferencista, ensaísta e historiador, Calvet Fagundes desenvolveu intensa atividade intelectual, sendo que seus trabalhos receberam, sempre, louvores da crítica. Por último, publicou as seguintes obras:

- Maçonaria, Espírito e Realidade. Rio de Janeiro, Editora Aurora, 1982.
- A Bandeira do Brasil como Símbolo Sagrado da Pátria. Rio de Janeiro, Editora Aurora, 1983.
- História da Revolução Farroupilha. Caxias do Sul, EDUCS, 1984, 2ª ed./1985 e 3ª ed./1989.
- Uma Visão Dialética da Maçonaria Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Aurora, 1985.
- Subsídios para a História da Literatura Maçônica Brasileira do Século XIX. Caxias do Sul, EDUCS, 1989.
- Rocha Negra, a Legendária. Londrina, Editora A Trolha, 1989.
- Os Maçons - sua Vida e sua Obra.
- Dom Pedro I na Intimidade. Porto Alegre, Edições EST, 1994.
- Peregrinando pelo Rio Grande. Porto Alegre, Edições EST, 1995.

O General Morivalde Calvet Fagundes faleceu a 23Jun2000, no Rio de Janeiro, onde residia, motivo pelo qual o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) vêm prestar-lhe esta homenagem como militar, maçon, historiador, escritor, tradicionalista gaúcho, escritor, conferencista, ensaísta, administrador e, sobretudo, patriota, na certeza de que o conjunto de sua obra tem e terá sempre inestimável valor.

CLÁUDIO MOREIRA BENTO
Presidente da AHIMTB/IHTRGS

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS
Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

Especial Brasil 500 anos - N° 04 - Ano 2001 – Cel Cláudio Moreira Bento

ANTONIO CORUJA, UM MESTRE DO PASSADO

Antonio Gonçalves Meira
Do Instituto de História e Tradições do RGS

Antonio Álvares Pereira nasceu em Porto Alegre em 31 de agosto de 1806, vivendo em sua cidade natal até 1837. Tinha raízes açorianas.

Ainda menino, vítima das troças infantis dos seus pares de escola, deram-

lhe o apelido de “coruja”. Não esteve diminuído por tal. Viria a incorporar o apelido ao seu próprio nome de família. O Professor Coruja honrar-se-ia ao ser assim chamado.

Almejava ir estudar a Coimbra, mas isso não lhe foi possível. Dedicar-se-ia ao magistério, iniciando-se nessas lides na sua cidade natal. Atraído pela política foi deputado na Assembléia Provincial e envolveu-se no Movimento Farroupilha. Preso, e após libertado transferiu residência para o Rio de Janeiro, onde prosseguiu no seu labor pedagógico. O Liceu de Minerva, por ele fundado na capital do Império, teve longa, afamada e proveitosa existência. Deixou o magistério para dedicar-se aos estudos de sua motivação, de que nos legou notáveis obras, além da farta colaboração nos jornais da Corte e de Porto Alegre. Atuou também no comércio, onde os resultados não foram dos melhores. Não soube conciliar Hermes com Minerva.

Dos cargos que exerceu, no Rio de Janeiro, destacaram-se o de membro do Conselho do Grande Oriente do Brasil, tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Presidente da Sociedade Beneficente e Humanitária Rio-Grandense.

Dentre suas obras destacamos “Compêndio da Gramática da Língua Nacional”, publicada em Porto Alegre, em 1835. Teve sucessivas edições no Rio de Janeiro. Essa obra inaugura a gramaticografia brasileira, atento que estava o autor às diferenças do falar brasileiro. Outras obras suas: “Manual dos Estudantes de Latim”, Rio de Janeiro, 1838, adotada no Colégio Pedro II; “Compêndio de Ortografia da Língua Nacional”, Rio de Janeiro, 1848; “Lições de História do Brasil", Rio de Janeiro, 1855, com uma 7ª edição em 1877; “Coleção dos Vocábulos Usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, publicado inicialmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1852, depois reproduzido no Rio de Janeiro em 1861 e em Porto Alegre em 1862. Em Londres, em 1856, teve uma edição de apenas vinte e cinco exemplares, às expensas do Príncipe Luciano Bonaparte. Um desses exemplares foi oferecido a Leite de Vasconcelos, o grande filósofo português. Esse trabalho do Professor Coruja inicia, entre nós, os estudos lexicográficos da dialetologia.

Anotou, com correções relativas ao Rio Grande do Sul, as “Memórias Histórica” do monsenhor Pizarro. O seu último livro foi o “Ano Histórico Sul-Rio-Grandense, publicado em 1889, pouco antes de seu falecimento.

Obra de Coruja com valor todo especial são as “Antigualhas e Reminiscências de Porto Alegre”. Não é possível escrever a história da cidade sem elas. Resultado de matérias jornalísticas publicadas em fontes diversas e com uma sequência não programada, essas remembranças foram reunidas, a partir de 1881, em edições ampliadas e, recentemente Sérgio da Costa Franco consolidou-se em uma edição definitiva e por ele anotada, em Porto Alegre. Uma excelente fonte de conhecimento histórico, com sabor jornalístico.

Ao escrevê-las, o Professor Coruja estaria no estado que os franceses

chamam “être en verve”.

Faleceu o Professor Coruja no Rio de Janeiro, em 04 de agosto de 1889. Era agraciado com a Ordem da Rosa e a de Cristo.

Antonio Álvares Pereira Coruja foi um gaúcho que fez fluminense, não só pelos cinquenta e poucos anos que viveu no Rio de Janeiro mas por tudo que dedicou do seu trabalho ao rincão que o acolhera.

Restringindo-se (quase ao máximo) proporções, o autor destas notas é um fluminense (mais exatamente carioca) que se fez gaúcho também pela acolhida meridional e pela admiração que tem pela querência que Guilherme Schultz Filho bem denomina “resumo da grande Pátria”.

O autor é membro-acadêmico da AHIMTB/IHTRGS e Cel Reformado do EB

Especial Brasil 500 anos N° 05 - Ano 2001 – Cel Cláudio Moreira Bento

"O TROPEIRO DA LIBERDADE"

Cláudio Moreira Bento (x)

Honório Lemes - as revoluções de seu tempo (Rosário do Sul: Graf. SARAN 2001) é o excelente e oportuno livro do membro do nosso membro do IHTRGS e jornalista Jorge Telles, de Rosário do Sul. Terra esta, cenário da Batalha do Passo do Rosário, em 20 Fev 1827, a maior batalha campal brasileira. E também das manobras de Saicã de 1940, as maiores realizadas pelo Exército, guardadas as devidas proporções no tempo e no espaço, quanto aos efetivos e equipamentos ali empregados. Rosário do Sul, cenário principal da, da vida e obra, no dizer do autor "do cavalheiresco, aventureiro romântico General (Revolução 23/25) Honório Lemes da Silva, o lidador de 23, Leão do Caverá e Tropeiro da Liberdade". Vulto histórico nascido em Cachoeira do Sul em 23 Dez 1864, durante a Guerra contra Aguirre, do Uruguai, pródromos da Guerra do Paraguai, falecido em 30 Set 1930, três dias antes da eclosão da Revolução de 30, aos 65 anos, e sepultado em Rosário. Apelando em poesia Testamento a seguinte inscrição na lápide em seu túmulo : **- Aqui jaz o tropeiro “O Leão do Caverá”.**

Figura carismática de líder militar guerrilheiro nato, Honório Lemes descendia do bandeirante Fernão Dias Paes Lemes, o descobridor de Minas Gerais e de igual forma que o outro líder revolucionário de 23, o General Zeca Neto, por nós estudado em **O Tradição** (n° 112, 15 Mai 1983).

Zeca Neto era neto de Ana Rodrigues Sene (nossa trisavó), descendente dos Lemes, que casou com Antônio de Souza Mattos, fundador da Estância da Armada em Canguçu, local onde existe a ADALEME (Associação dos Descendentes e Afins dos Lemes) a qual pertencemos Barbosa Lessa e Bento Gonçalves, entre outros.

É um livro excelente de expressiva contribuição à História e às Tradições do Rio Grande do Sul, e o melhor e mais documentado resgate da História da Revolução de 23, no território, outrora chamado distrito espanhol de Entre Rios, entre os rios Ibicuí, Santa Maria, Quaraí e Uruguai, que foi incorporado a Portugal pela força das Armas, entre 1812-21 e cenário das guerras contra Artigas em 1816 e 1821. Jorge Telles, com apoio no estudo acurado de 28 fontes que relaciona ao final, resgatou a vida e obra de Honório Lemes dentro de uma moldura política, econômica, social e militar do Rio Grande da época, dentro da qual atuou de cerca de 1890 a 1920, como **Tropeiro-chefe** de boiadas para as charqueadas e mais tarde para os frigoríficos de sua região, liderando cerca de 20 tropeiros. Tarefa em que conheceu palmo a palmo e em detalhes o território e, inclusive, a serra do Caverá, mais tarde cenário de seus feitos militares. Jorge Telles, em linguagem clara, direta e objetiva e em estilo jornalístico resgatou um belo capítulo da História gaúcha, além de dar expressiva contribuição à História Militar Terrestre do Brasil, em especial à Doutrina da Resistência, uma doutrina militar baseada na estratégia da fraco contra o forte - a guerra à gaúcha - da qual Honório foi um mestre e a enriqueceu. E dentro do seu livro merece destaque o relacionar como causa da Revolução de 1923 a influência do término da 1ª Guerra Mundial, que reduziu drasticamente as exportações de carne para a Europa, com breves reflexos na Pecuária. E como ponto alto as lições deixadas por Honório Lemes e Flores da Cunha, em grande parte responsáveis pela Revolução de 23, ser considerada A Revolução de Cavalheiros. Isto em contraposição à de 1893, chamada de Revolução de Bárbaros, Maldita, da Degola, onde a 1a degola foi as das virtudes de Firmeza e Doçura que os republicanos farrapos fizeram inscrever sob a forma de dois amores perfeitos no losango do Brazão Gaúcho.

Firmeza, simbolizando em combate, lutar com toda a garra, bravura e determinação. Doçura após o combate, traduzida por respeito, como religião, à vida, à honra, à família e ao patrimônio de vencido inerme.

E disto Flores da Cunha, em 08 Out 1925, deu imortal exemplo ao receber a rendição de Honório Lemes , conforme escreveu :

> "Honório estava esperando a faca e eu o abracei. Honório arrancou do revólver e do espadim para entregá-los a mim o que não aceitei e disse- lhe: -guarde as suas armas general, um homem como o senhor não deve andar desarmado, e abraçamo-nos e os olhos de Honório umedeceram. Falou-me então: Como quer que eu lhe chame, de doutor ou de general? E respondi-lhe! Sou bacharel em Direito. Pode me chamar de doutor, se quiser! Está certo disse-me Honório - porque general até um índio rude e grosso como eu pode ser".

Honório Lemes em sua poesia **O Testamento** escreveu à certa altura:

" Se pretendem me entregar ...
A minha cortante espada
Podem dar ao camarada
General Flores da Cunha
Que me pegou quase a unha
E não quis me fazer nada".

Testemunhou a Firmeza e a Doçura de Honório o Gen Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra que pacificou a Revolução de 23 de maneira exemplar segundo Sérgio da Costa Franco em A Pacificação de 23 (Porto Alegre: Graf. da UFRGS,1993). Escreveu o general Setembrino:

"General Honório Lemes onde estiver. Cumprimento prezado e distinto patrício pela sua atuação na campanha. Valente na ação (Firmeza) e magnânimo na vitória (Doçura) ... "

Jorge Telles revigora com seu excelente livro o que escreveu Ruy Ramos ao prefaciar **Galpão da Estância**, do grande Jaime Caetano Braun e que abordamos em nossa apresentação da **História da 3ª Região Militar 1808-1953** e Antecedentes (Porto Alegre: SENAI/RS, 1995).

> "O culto das tradições gaúchas representa no Rio Grande um impulso espontâneo e irredutível da alma da raça... Falar das lutas e das dores do gaúcho para definir e fixar os limites do Brasil no Sul e manter a posse da terra e dominá-la é tocar na corda sensível das gerações gaúchas".

E Jorge Telles terá este poder com seu livro que a certa altura encerra esta preciosa lição de vida de Honório Lemes entre muitas outras.

"Em todos os partidos há homens bons e maus. Os bons são em maior número, mas os maus são mais audaciosos e por isso andam sempre na frente, sendo necessários cortar-lhes a ação..."

Enfim a condenação do maniqueísmo político de que o bem é monopólio de uma corrente política e o mal monopólio da oposta.

(x) Presidente do Instituto de História e Tradições do RGS e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Vice-Pres. e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

Especial Brasil 500 anos - N° 06 - Ano 2001 – Cel Cláudio Moreira Bento

UMA HEROÍNA DA 3ª REGIÃO MILITAR

Cel Cláudio Moreira Bento (*)

A História da 3ª Região Militar, em seus primórdios, registra uma heroína, a

Marquesa de Alegrete, D. Francisca de Noronha, esposa do Marechal - de Campo (atual general de Divisão) Luiz Teles da Silva Caminha e Menezes - o 5° Marquês de Alegrete. Personagem ilustre que originou o nome do município e cidade de Alegrete, criado como capela, em 1817, em invocação à N. Sra. Aparecida da Conceição do Alegrete. O Marquês de Alegrete foi o 2° Governador e Capitão-General da Capitania do Rio Grande de São Pedro, bem como o 2° Comandante da 3a RM no período 1815-18. Foi o vencedor de D. Gervásio Artigas, na Batalha de Catalan, a qual liderou pessoalmente e que ocorreu em 4 de janeiro de 1817. Batalha que assinalou o fim da 1a Guerra do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve contra Artigas.

Catalan foi uma batalha árdua e impetuosa e por algum tempo indecisa, até que o Marquês de Alegrete lançou a Cavalaria do Cel José de Abreu, o “Anjo da Vitória”, que repeliu para fora do campo de batalha a Cavalaria do oriental Latorre.

A Marquesa de Alegrete acompanhou o marido nesta vitoriosa campanha. Quando ia acesa a batalha e depois da vitória, a Marquesa de Alegrete liderou socorro médico aos feridos, sem discriminação de amigo ou inimigo, tarefa de caridade cristã em que foi auxiliada pelo capelão militar Dom Feliciano Rodrigues Prates, que se tornaria o 1° bispo do Rio Grande do Sul e personagem que resgatamos no **Noticiário do Exército** (n° 8.313, 17Out1991).

O episódio foi registrado pelo primeiro historiador militar do Brasil, como Reino Unido de Portugal e Algarve, o Coronel Diogo Moraes de Arouche Lara em suas “Memórias da Campanha de 1816”, publicadas na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (n° 7, 1845, p. 122-173). O Cel Diogo é patrono da Cadeira na AHIMTB e nosso patrono no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e filho do Marechal Arouche de Toledo Rondon, o fundador e 1° diretor da famosa Escola de Direito de São Paulo do Largo de São Francisco, celeiro da maioria dos presidentes civis da República Velha.

Esta admirável mulher, D. Francisca de Noronha, acompanhou o marido, a cavalo, através da campanha rio-grandense. Fazia 9 anos que ela chegara ao Brasil junto com a Família Real. De igual forma que Maria Quitéria, a heroína da Independência na Bahia, da Marquesa de Alegrete só se conhece o feito histórico que a projetou na História, por haver prestado assistência aos feridos da Batalha de Catalan.

Na **História da 3a RM**, v. 1, p. 158, publicamos alegoria focalizando a Marquesa do Alegrete socorrendo feridos, na batalha, sem discriminar brasileiros e orientais, tendo ao lado o capelão militar D. Feliciano Prates, prestando assistência religiosa aos feridos. Imortalizar no óleo este momento seria tarefa para o acadêmico Cel Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia. Óleo a ser entronizado quem sabe no Hospital Militar de Porto Alegre ou no de Alegrete.

A REVOLUÇÃO DE 1930 E O ANTIGO QG DA 3ª RM

Cel Cláudio Moreira Bento (*)

A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo 1919-21 formou a geração que liderou o movimento tenentista anti-oligárquico que terminou sendo violentamente reprimido nas revoluções de 1922 e 1924-26.

Finalmente o tenentismo, em 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul e antigo aluno da Escola Preparatória do Rio Pardo, liderou a conspiração de mais uma revolução armada. O primeiro objetivo a conquistar pela Revolução de 30 foi o QG da 3ª Região Militar, da qual era o comandante o General Gil de Almeida, que mais tarde escreveria a obra **Homens e fatos de uma revolução** (Rio de Janeiro: Ed. Calvino FO, 1943). Foi seu depoimento sobre o ataque ao QG, seguida de sua neutralização e prisão em 03Out1930 e de seu Chefe de Estado Maior.

Então, o QG da 3a RM, seu comandante e sua Guarda foram alvo da 1a ação militar revolucionária. O QG Regional e o antigo Arsenal de Guerra haviam antes sido colocados sob a mira de metralhadoras colocadas na torre da igreja vizinha e no alto do Hotel Majestic.

O início da Revolução de 30, com seu QG no Grande Hotel, foi dado às 17h50 de 03 Out, por um foguete lançado às 17h30 no Morro do Menino Deus.

E teve início a seguir o ataque ao QG da 3a RM, com 35 homens da Guarda Municipal, saídos em coluna por dois, de seu quartel na esquina atrás do atual QG da Brigada Militar simulando uma passagem de rotina na porta do QG e armados de revólveres 38 novos, mantidos escondidos sob suas túnicas. E na retaguarda da mesma um grupo revolucionário liderado por Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Barcelos Feio.

Eles atacaram de surpresa o QG depois do expediente e foram eliminando os militares da guarda e os demais encontrados no QG, que eram em número de 14, e que foram mortos em cerca de 15 minutos. Ainda hoje a escada de acesso e as ferragens do elevador guardam sinais de impactos de balas.

O Comandante da 3a RM recusou a entregar-se, o que só fez depois de receber carta de Getúlio Vargas, demonstrando a inutilidade da resistência.

O General Gil foi preso em seus aposentos e a seguir no navio Comandante Ripper, onde foram presos outros oficiais, inclusive o então Coronel João Baptista Mascarenhas de Moraes que comandava em Cruz Alta. O General Candido Mariano Rondon, preso em Marcelino Ramos, pelo General Miguel Costa que comandara a Coluna Miguel Costa/Prestes, foi preso no Grande Hotel, tendo a cidade por menagem.

E com a bem sucedida conquista do QG da 3a RM e prisão de seu comandante e chefe do Estado-Maior a revolução expandiu-se sem reação pelo Rio Grande do Sul e Brasil.

A Revolução de 30 extinguiu a 3a RM por 15 dias e a substituiu pelo Departamento de Pessoal da Guerra, sob a chefia do Ten Cel Horácio Souza. Foi restabelecida a 3a RM depois da chegada vitoriosa da Revolução no Rio de Janeiro.

Em 27Out1930 a 3a RM, restabelecida, passou a funcionar no mesmo QG, agora tendo como comandante o Coronel João Carlos Bordini (1877-1966), sobrinho-neto do General Osório, com papel de destaque na conspiração vitoriosa, cuja biografia resgatamos na **História da 3a RM**, v. 2.

Em 03Out2000 no 70° aniversário da Revolução de 30, que teve início com o vitorioso e mortífero ataque ao QG da 3a RM, foi nele colocada externamente, na Rua dos Andradas, a seguinte placa de bronze, como justiça na voz da História e traduzida pela seguinte interpretação histórica:

"Neste local, na tarde de 3 de *outubro de 1930, um ataque ao Quartel General da 3ª Região Militar deflagrou o início da Revolução de 1930.*

Sob a direção de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Agenor Barcellos Feio e outros, o movimento denominado Aliança Liberal empolgou o estado e o país, alcançando a vitória com a deposição de Washington Luis.

A Revolução de 30 encerrou um ciclo de lutas anti-oligárquicas e por eleições limpas, conhecido por Tenentismo, e desencadeou um processo de modernização das estruturas sócio- econômicas no rumo de uma sociedade urbana e industrial".

Uma consequencia da Revolução de 30 no campo militar foi a sua promessa concretizada de construção de uma moderna escola militar: a atual Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. Prometida em Resende em julho de 1932, lançada a sua pedra fundamental em 1938 e inaugurada em 1944, tudo pelo chefe da Revolução de 30, Dr. Getúlio Vargas, os recursos para a sua construção foram viabilizados pelo Ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, o cérebro da Revolução de 30 e um dos comandantes do ataque ao QG da 3ª RM.

Mas este ataque bem sucedido ao QG da 3a RM, de incontestável e grande projeção nos destinos do Brasil, tem uma outra face que não pode ser esquecida: a dos soldados que juram solenemente ao Brasil, entre outras afirmações relevantes **"defender as suas instituições com o sacrifício da própria vida"**. E no outro lado do vitorioso ataque ao QG da 3a RM existiram militares que foram mortos na crença de estarem defendendo as instituições, o que fizeram com o sacrifício da própria vida. E que não possuíam qualquer envolvimento político, a não ser o de cumprirem o seu dever militar até a morte.

Circunstância que Cícero, o Pai da Democracia grega, assim definiu:

"Aqueles que morrem por sua Pátria fazem mais por ela naquele instante que os demais em todas as suas vidas".

E foi o caso dos seguintes militares do Exército que no ataque ao QG da 3a RM foram mortos, nos seus postos de honra, contra um bem urdido, coordenado e mortífero ataque de surpresa, desfechado depois do término do expediente no QG, também residência de seu comandante com família.

Os nomes dos mártires, mortos de modo fulminante e a maioria desarmada ou sem reação, conforme se conclui de excelente estudo do historiador Major Dentista Reformado Hélio Ricardo Alves, sob o título “Ataque ao QG da 3a RM em 03 Out 1930”, enviado à Academia de História Militar Terrestre do Brasil e com apoio na interpretação de depoimentos dos irmãos Aranha e Etchegoyen (Alcides e Ciro), Flores da Cunha, três guardas civis que participaram do ataque e bibliografia que relacionou ao final.

Os 14 militares do Exército mortos no ataque ao QG da 3a RM foram: Major Otávio Cardoso, Capitão Jaime Argolo Ferrão, 1° Ten Atho Corrêa Franco, 2° Ten Joaquim Gonçalves de Melo, Cabos João Gouveia, Vítor Rodrigues dos Santos e Marinho Borges, Soldados Otávio Guidote, Flávio Guidote, Leonardo Lisboa, Mário de Paula, Galdino Soares, Américo Cortes e Vicente dos Santos.

O comandante da 3a RM, na ocasião, em seu livro citado escreveu a certa altura:

“Honra aos oficiais, cabos e soldados mortos no dia 3 de outubro de 1930, no cumprimento do seu dever militar, na defesa dos brios do Exército, na obediência da Lei e no respeito à Pátria sublime”.

Acredita este historiador e outros analistas, em que pese a grande projeção da vitoriosa revolução de 1930, que teve seu início bem sucedido com o fulminante ataque no QG da 3a RM, sem nenhuma vítima sua a lamentar, que os nomes dos militares do Exército mortos sejam perpetuados em bronze, como mártires, junto à entrada do QG da 3a RM, à vista de todos que ali penetrem. Pois morreram fiéis ao juramento de soldado, defendendo as instituições com o sacrifício da própria vida e não em defesa de uma ideologia política.

(*) O autor é Presidente da AHIMTB e do IHTRGS.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS

N° 7 - Ano 2001 – Cel Cláudio Moreira Bento

150 ANOS DA CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E DO MILITAR ACADÊMICO NO RIO GRANDE DO SUL

Cláudio Moreira Bento (x)

Em 20 de setembro de 1851, no 16° aniversário do início da Revolução Farroupilha e no 6º ano de seu término, foi criada, por Dec n° 634 de 20Set1951 a

Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul, na forma de Curso de Infantaria e Cavalaria. Curso que deveria observar o Regulamento para a Escola Militar da Corte de 1° de março de 1845 (ato coincidente com o dia da Paz de Ponche Verde), aprovado pelo Dec. 404 e que reorganizou o ensino militar no Exército. Evento que teve lugar, por empenho do Barão de Caxias junto à Corte, e no momento imediatamente anterior à derrota de Manoel Oribe do Uruguai e quando Caxias se preparava para combater o ditador argentino Dom Juan M. Rosas.

Este evento se projetou como o marco inicial do ensino superior e o do militar acadêmico no Rio Grande do Sul .

Vale lembrar que por ocasião de seu primeiro governo do Rio Grande do Sul, o Barão de Caxias havia lançado a pedra fundamental, em Porto Alegre, em 1° Fev 1846, em presença do Imperador D. Pedro II, do Liceu de Dom Afonso, com curso de 6 anos e com 7 horas de aula por dia. Iniciativa de Caxias, que alicerçou todo o edifício educacional do Rio Grande do Sul.

A primeira Escola Militar no Rio Grande do Sul foi instalada na Praia de Belas em instalação hoje ocupada pelo 9° Batalhão de Polícia Militar da Brigada Militar. O curso iniciou em 02Abr1953 com 54 alunos. E com transformações registradas pelo acadêmico Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis em Cronografia da Legislação oficial original do CMPA, Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS, 2001, a referida Escola Militar passou a funcionar, depois de 34 anos, no atual prédio do Colégio Militar de Porto Alegre, o Casarão da Várzea, instalação recordista em serviços contínuos ao Ensino no Exército, como Escola Militar, Escola Preparatória e Colégio Militar.

Constava o curso de Infantaria e cavalaria de 3 anos: Parte Fundamental: 1° ano: aritmética, álgebra, geometria e trigonometria plana e desenho. 2° ano: álgebra superior, geometria analítica, cálculo diferencial e integral, geometria descritiva e suas aplicações, estereoctomia e a perspectiva, e desenho. Parte Profissional: 3° ano: topografia, tática, fortificação passageira, história militar, princípios de direito natural aplicáveis aos usos da guerra e as capitulações.

Como se pode concluir, o Duque de Caxias, patrono do Exército e da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, e duas vezes presidente, pacificador e senador por 30 anos pelo Rio Grande do Sul liga-se à fundação do ensino médio e superior do Rio Grande do Sul.

A primazia da fundação do ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino superior civil no Brasil coube ao Vice-Rei Conde de Resende ao criar na Casa do Trem no Rio de Janeiro, em 1792, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho e, nela, o curso de Engenharia Civil. Autoridade sob cuja égide o Rio Grande do Sul foi substancialmente aumentado na bicentenária Guerra de 1801, com a conquista dos Sete Povos das Missões, do atual Município de Santa Vitória e dos ricos territórios ao sul do rio Piratini, até encostar

no rio Santa Maria em Dom Pedrito atual.

(x) Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul

Nº 08 - Ano 2001 – Cel Cláudio Moreira Bento

BICENTENÁRIO DA GUERRA DE 1801 NO RIO GRANDE DO SUL e da CONQUISTA DOS SETE POVOS DAS MISSÕES

Cláudio Moreira Bento (x)

SUMÁRIO

A Guerra de Portugal e Espanha na Europa
Rio Grande: período de paz e grande progresso de 1777-1801
O início da guerra na Fronteira do Rio Grande
As operações militares nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo
A reação do Governador de Buenos Aires
A paz retorna ao Rio Grande do Sul
Os estancieiros e fazendeiros financiaram e lutaram nesta guerra
As conseqüências da guerra para o Rio Grande do Sul
Uma guerra pouco estudada e conhecida
Os atuais municípios gaúchos nos territórios conquistados
O comandante militar do Rio Grande do Sul em 1801

A GUERRA DE PORTUGAL X ESPANHA NA EUROPA

Em 1801, Portugal e Espanha entraram novamente em guerra na Europa. Ela se estendeu ao Brasil, envolvendo os territórios do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso do Sul

Esta guerra no Rio Grande do Sul durou de 14 julho à 17 Dez 1801, ou 5 meses e 3 dias. Foi planejada e comandada pelo governador do Rio Grande de então, o Tenente General Sebastião Veiga Cabral da Câmara, que em 10 de abril de 1776, como coronel, comandara o Regimento de Bragança na reconquista da Vila de Rio Grande e onde foi o primeiro a entrar depois de expulsos os espanhóis que a ocuparam por 13 anos. Evento que abordamos com detalhes na obra A Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul 1774-76. (Rio de Janeiro: BIBLIEx,1996). Guerra esta em que o Ten Gen Veiga Cabral comandou de Rio Grande - seu Quartel General, recolhido ao leito, onde veio a morrer após comandar a fase mais crítica da guerra e governar o Rio Grande do Sul subordinado ao Rio de Janeiro por mais de 20 anos, de 14 Abr 1780 a 05 Nov 1811, data de sua morte.

RIO GRANDE: PERÍODO DE PAZ E GRANDE PROGRESSO DE 1777-1801

O Rio Grande do Sul, de 1777 a 1801 atravessou um período de paz e de grande desenvolvimento ao lado de um inconformismo generalizado de seu povo com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777, que reduziu expressivamente o

território do Rio Grande do Sul delineado pelo Tratado de Madrid de 1750.

Nessa época, a Comandância Militar do Rio Grande do Sul atual estava dividida pelo rio Camaquã, em Fronteiras do Rio Grande, sob jurisdição da vila do Rio Grande - Quartel General da Comandância Militar, e a do Rio Pardo, sob jurisdição de Rio Pardo, sede do Regimento dos Dragões do Rio Grande.

O INÍCIO DAS HOSTILIDADES NA FRONTEIRA DO RIO GRANDE

As hostilidades tiveram início na Fronteira do Rio Grande, comandada pelo Coronel Manoel Marques de Souza I, atual denominação histórica da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada de Pelotas. Foram atacadas as guardas espanholas ao sul do rio Piratini, a fronteira de fato (municípios de Canguçu e Piratini atuais) até o rio Jaguarão.

Esta operação foi conduzida pelo Major Vasco Pinto Bandeira, o qual consta que era irmão do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e filho do primeiro comandante de uma unidade de linha no território do Rio Grande do Sul - Capitão Francisco Pinto Bandeira - a primeira companhia formadora do Regimento de Dragões.

As citadas guardas denominavam-se: São Sebastião, São José, Santa Rosa, Quilombo e da Lagoa.

AS OPERAÇÕES MILITARES DAS FRONTEIRAS DO RIO GRANDE E DO RIO PARDO

Na fronteira do Rio Pardo, os Dragões, ao comando do Coronel Patrício Corrêa da Câmara, atual denominação histórica da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada de Bagé, expulsaram os espanhóis da guarda de São Gabriel do Batovi, fundada pelos espanhóis, conforme Osório Santana Figueiredo em História de São Gabriel (São Gabriel, s/ed., 1993), e a seguir a de Santa Tecla, que foi arrasada pela 2ª vez e definitivamente.

Os espanhóis de Batovi e Santa Tecla recolheram-se ao forte de Cerro Largo (atual Mello). A Guarda São Sebastião, no passo do Rosário, retirou-se para São Borja.

A partir de Santa Maria atual, 40 Dragões aventureiros, sob orientação do Coronel Patrício Correia da Câmara, comandante da Fronteira do Rio Pardo, lançaram-se a partir de Santa Maria, sobre a guarda espanhola de São Martinho e dali sobre os povos de São Miguel, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Nicolau, terminando por incorporar definitivamente os Sete Povos pela força das armas.

Seguiu-se a conquista do atual município de Santa Vitória, a partir dos arroios Taim e Albardão, fronteira de fato. Conquista feita pelo Capitão de Milícias Simão Soares da Silva e pelo Tenente de Dragões José Antunes de Porciúncula,

à frente de 100 milicianos e 36 Dragões de Rio Pardo. Eles atacaram, de surpresa, as guardas do Chuí e de São Miguel que retraíram para o forte de Cerro Largo, conforme artigo nosso “Santa Vitória do Palmar na História Militar” (Revista Militar Brasileira. Jul/Dez 1974). Face a estes ataques, os espanhóis reagiram a partir do forte do Cerro Largo ao comando do Marquês de Sobremonte, governador de Buenos Aires.

O contingente da Fronteira do Rio Grande chocou-se com um contingente espanhol lançado de Cerro Largo na direção do passo N. S. da Conceição do rio Jaguarão (atual Centurión). E teve lugar o combate do Passo das Perdizes em 17 Out 1801.

Esta manobra espanhola foi diversionária, para cobrir o lançamento de Cerro Largo, em socorro das Missões, do Ten Cel José Ignácio de la Quintana, forte de 600 homens.

A Fronteira do Rio Pardo reagiu enviando 300 Dragões que conquistaram São Borja depois de violento e muito disputado combate.

Por outro lado, estes Dragões de Rio Pardo acompanharam a coluna Quintana e ofereceram-lhe tenaz resistência em São Gabriel e Rosário do Sul atuais, obrigando-a a retirar-se para Cerro Largo.

Estimulados pelas vitórias das guardas do Chuí e São Miguel e Passo das Perdizes, na Fronteira do Rio Grande, e pelas de São Borja, Rosário do Sul e São Gabriel atuais, na Fronteira do Rio Pardo, o Comando Militar do Rio Grande decidiu conquistar a base de operações espanhola - o forte de Cerro Largo, aproveitando a ausência dali da Coluna Quintana lançada em socorro a São Borja.

A REAÇÃO DO GOVERNADOR DE BUENOS AIRES

Enquanto isto se passava o governador de Buenos Aires - Marquês de Sobremonte - mobilizou recursos para socorrer o ameaçado forte de Cerro Largo, cerrando sobre ele e o encontrando desamparado.

Com a morte do governador do Rio Grande Ten Gen Veiga Cabral em 05Nov1801, cerca de 42 dias antes do término da guerra, ele foi substituído no Comando Militar e governo do Rio Grande pelo Brigadeiro Francisco Róscio. Este ordenou uma concentração de todas as forças do Rio Grande no passo N. S. da Conceição do Jaguarão (passo Centurión) face à concentração espanhola no forte Cerro Largo.

Sobremonte cerrou suas forças para o passo N. S. da Conceição do Jaguarão em 30 Nov 1801. A concentração portuguesa foi ali reforçada em 05 Dez com 500 homens transferidos do Taim e Albardão, aprofundamentos das defesas nos arroios do Chuí e São Miguel.

Ainda a 05Dez1801 o comandante espanhol mandou um ultimatum ao

heróico Cel Manuel Marques de Souza, comandante da Fronteira do Rio Grande, futuro comandante da 3ª RM, e primeiro gaúcho a presidir o Rio Grande do Sul como capitania, dando-lhe 24 horas para evacuar a região. E recebeu a seguinte resposta do Coronel Marques de Souza:

"Que nem 2400 anos conseguiriam desalojá-lo do local. E que tentassem para confirmar!"

CONCENTRAÇÃO PORTUGUESA NO PASSO N S DA CONCEIÇÃO DO JAGUARÃO

Em 10 Dez 1801, a Fronteira do Rio Grande foi reforçada pela Fronteira do Rio Pardo, com a chegada do Cel Patrício Corrêa da Câmara à frente de 400 dragões milicianos e voluntários.

Em 13 Dez 1801, o Marquês de Sobremonte ordenou a retirada de sua tropa para o forte do Cerro Largo, consciente da superioridade portuguesa e do perigo que corria de ser batido em campo raso.

A PAZ RETORNOU A RIO GRANDE

Em 17 Dez 1801 foi publicada no Rio Grande a paz entre a Espanha e Portugal. O Cel Patrício, em 20 Dez, retornou a Rio Pardo em razão da suspeita, não confirmada, de que outra coluna Quintana fora lançada na direção dos Sete Povos para reconquistá-los.

Aliás, em 29 Nov uma coluna de 100 espanhóis e 80 índios, apoiados em duas peças de Artilharia, haviam sido rechaçados pelos conquistadores dos Sete Povos. Foi o segundo ataque à conquistada São Borja. O primeiro viera pelo rio Uruguai. Em Porto Alegre, em condições de reforçar as tropas do Rio Grande, encontrava-se o Regimento Extremoz, de Portugal, que participara da reconquista da Vila do Rio Grande em 01 de abril de 1776.

OS ESTANCIEIROS E FAZENDEIROS GAÚCHOS FINANCIARAM E LUTARAM NESTA GUERRA

Esta guerra foi financiada por estancieiros e fazendeiros gaúchos que participaram da luta como voluntários e milicianos. Eles forneceram comandantes, oficiais, graduados, soldados, armas, cavalos e uniformes que foram distribuídos às colunas de Cavalaria de Milícias e Auxiliares da Ligeira, particularmente na Fronteira do Rio Grande, depois de mobilizados nos atuais municípios de Estreito, Mostardas, Rio Grande, Pelotas, Canguçu, Piratini, Cerrito, Capão do Leão, São Lourenço do Sul e Camaquã.

Enfim, foi uma guerra vitoriosa com o apoio logístico predominante da iniciativa privada, ou do povo gaúcho.

AS CONSEQÜÊNCIAS DA GUERRA PARA O RIO GRANDE DO SUL

Os resultados desta guerra foram excepcionais para o Rio Grande do Sul.

Foram conquistados pela força das armas, as riquíssimas pastagens:

- Dos Sete Povos das Missões;
- Dos territórios entre os rios Jaguarão e Piratini;
- Da margem esquerda do rio Santa Maria até a linha do Tratado de Santo Ildefonso, divisória das bacias da Lagoa dos Patos e do Uruguai;
- O território do atual município de Santa Vitória do Palmar

Enfim, compensou-se de certa forma o que o Tratado de Madrid de 1750 eqüitativamente previra.

Só ficou de fora do Rio Grande o atual território conhecido por Distrito de Entre-Rios (rios Quaraí - Uruguai - Ibicuí - Santa Maria).

Estes territórios não foram devolvidos, por não terem sido exigidos, em razão da Espanha ter se sentido compensada com a cidade portuguesa de Olivença, que conquistara nesta guerra.

Passou a ter grande movimento o caminho terrestre de articulação das sedes das fronteiras do Rio Grande, Rio Pardo e do Distrito das Missões então criado e seguindo o seguinte itinerário: Rio Grande - Pelotas - Canguçu - Encruzilhada - Rio Pardo - Santa Maria - São Borja.

Surgiu na divisão territorial da atual 3ª RM mais o Distrito Militar das Missões, que se desligou da Fronteira do Rio Pardo e hoje é área a cargo da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada de Santiago do Boqueirão.

UMA GUERRA POUCO ESTUDADA E CONHECIDA

É uma guerra que tem sido pouco estudada, e dela só enfatizada, pela tradição, a conquista dos Sete Povos como sendo uma iniciativa de 40 aventureiros.

Em realidade, eles atuaram dentro de um amplo contexto estratégico que envolveu o vice-rei, Capitão General de Mar e Terra do Brasil e Conde de Resende, o governador e comandante militar do Rio Grande, Tenente General Sebastião da Veiga Cabral da Câmara e os das Fronteiras do Rio Pardo e Rio Grande - os coronéis Patrício e Marques de Souza.

Esta guerra foi estudada pelo Cel Jonathas Rego Monteiro em Campanha de 1801 (Rio, IHGB - IN), 1942 (Separada dos Anais do III Congesso de História Nacional, v. 4), com apoio em fontes primárias consultadas no Itamarati, Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional. A seguinte interpretação resultou de pesquisa de fontes variadas.

ATUAIS MUNICÍPIOS NOS TERRITÓRIOS CONQUISTADOS

A guerra de 1801 incorporou ao Rio Grande do Sul territórios dos seguintes atuais municípios: Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Arroio Grande, Pedro Osório, Herval, Pinheiro Machado, Bagé, São Gabriel e parte de D.Pedrito (margem direita do Santa Maria). E nas Missões os atuais São Borja, Santiago, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Ijuí, São Miguel. Enfim, todos os municípios que se encontram nas Missões.

COMANDANTE MILITAR DO RIO GRANDE EM 1801

Tenente General Sebastião Veiga Cabral da Câmara (17421801). Nasceu em Santa Maria do Sotello - Portugal, em família de grande conceito social. Chegou ao Brasil com 25 anos, em 1767, como Tenente Coronel do RI de Bragança, ao comando do Cel Francisco Lima e Silva, tio- avô do futuro Duque de Caxias. Em 1774 foi enviado para Rio Grande no comando do 1° Escalão do Exército do Sul, comandado pelo Ten Gen Henrique Bohn, que expulsou os espanhóis do Rio Grande em 1776. Veio no comando do RI de Bragança. Dele afirmou o cirurgião-mór do RI, Rio de Janeiro, ao deixar o Rio com destino ao Rio Grande:

'Ameniza o sofrimento do afastamento do Rio, dos seus divertimentos e das famílias o fato de viajarmos na honrosa companhia do sr. Sebastião Xavier da Veiga Cabral, comandante das Tropas do Sul, pelo seu gênio amável, pelas suas virtudes e pelo seu ilustre nome admirado.'

Segundo o Gen Lyra Tavares "Veiga Cabral formou-se engenheiro geógrafo". Foi promovido a brigadeiro aos 34 anos, por haver sido o primeiro a entrar na vila do Rio Grande conquistada em 01 de abril de 1776, após 13 anos em poder dos espanhóis.

Em 1780 assumiu o governo do Rio Grande, que exerceu com brilho por 21 anos, cumulativamente como 1° Comissário de Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Nesta condição percorreu em 178488 intensamente, inclusive, a Fronteira do Rio Grande.

Seu trabalho, de grande repercussão na construção do Rio Grande do Sul, foi inventariado por Abeillard Barreto em Bibliografia Sul- riograndense (Rio INL, v. 1, pp. 254-276), obra que está a merecer um estudo mais profundo sobre sua importância na vida dos gaúchos.

Sua projeção maior foi no campo militar. Foi ele o planejador secreto, como Comandante Militar do atual Rio Grande do Sul da vitoriosa guerra de 1801 aqui estudada. Seu heroísmo decorreu do fato de, mesmo preso ao leito, por doença, haver conduzido a guerra em sua fase mais crítica, até falecer em 05 Nov 1801 na vila de Rio Grande, em seu Quartel General, aos 59 anos de idade. Só foi

superado à frente do governo do Rio Grande por Borges de Medeiros.

Até então três eram os caminhos de invasão do território gaúcho:

1- Por São Borja - Rio Pardo.
2- Por Aceguá - Santa Tecla - Rio Pardo
3- Pelo Chuí - Rio Grande

Ele percebeu a existência de outro com base no forte Cerro Largo (Mello), caminho que em sentido contrário os guerrilheiros de Pinto Bandeira percorreram em 1773-77: Canguçu - Piratini, - Herval - passo Centurión - Mello, para penetrar no atual Uruguai, desviando-se dos fortes espanhóis de Santa Tereza e Santa Tecla.

Em 1800 Veiga Cabral estimulou a criação das povoações de Canguçu, Piratini e Herval para barrar esta via de acesso pela linha seca, no dorso da Serra dos Tapes. Em Canguçu, ela poderia infletir tanto para Rio Grande como para o Rio Pardo, barrando o caminho histórico de articulação destas duas bases militares, ou fronteiras do Rio Pardo e do Rio Grande, divididas pelo rio Camaquã.

Em razão desta guerra, foi determinada a fundação de Canguçu em 1800, conforme estudo em: Canguçu - reencontro com a História. Porto Alegre: IEL, 1983. Foi desta localidade, que as guerrilhas de Rafael Pinto Bandeira ameaçavam os espanhóis em Rio Grande. Pois era um local onde guardavam o gado vacum e cavalar arreados dos espanhóis e de onde, na Encruzilhada do Duro, atual Coxilha do Fogo, vigiavam as passagens do rio Camaquã, como proteção, à distância, da reconquistada vila do Rio Grande.

(x) Presidente do Instituto de História e Tradições do RGS.

Especial / Março n° 9 - Ano 2002 – Cel Cláudio Moreira Bento

HOMENAGENS À BARBOSA LESSA
1ª PARTE

DEPOIMENTO do Cel Cláudio Moreira Bento

(Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul(IHTRGS) e das academias de História Militar Terrestre do Brasil(AHIMTB) e da Canguçuense de História(ACANDHIS)

O Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e as academias de História Militar Terrestre do Brasil e a Canguçuense de História, e mais o Piquete Barbosa Lessa se associam às homenagens ao ilustre escritor e sobretudo tradicionalista Luiz Carlos Barbosa Lessa, falecido em Camaquã em 10Mar2002, aos 72 anos e consagrado, de justiça na voz da História, como um dos gaúchos

do século XX, pela projeção de sua obra, traduzida pela expansão do tradicionalismo gaúcho no Rio Grande, Brasil e Exterior, a partir do 35 CTG, de cuja fundação participou em 1948 e onde exerceu seu apostolado tradicionalista, cuja filosofia traduziu na tese **O Sentido e o Valor do Tradicionalismo** (Porto Alegre,1954), aprovada no 1º Congresso Tradicionalista em 1954 e reeditada em Porto Alegre, na Comissão Gaúcha de Folclore em 1979.

Luiz Carlos, como era conhecido e tratado em família, era nosso primo por parte de mãe e descendente de Carlos Norberto Moreira, meu avô e seu bisavô, e, de quem penso, herdamos o gosto pela letras.

Ele nasceu acidentalmente em Piratini, em 03Dez1929, filho de canguçuenses, com diferença de 2 anos de mim, pois nasceu em 1929 e eu em 1931. Fui trazido ao mundo por seu pai, Dr. Luiz de Oliveira Lessa, que foi o parteiro e de quem meus pais eram padrinhos de casamento. E a foto do casamento dos pais de Lessa foi entronizada na sala de minha casa e por mim reproduzida mais tarde em meu livro **Canguçu, reencontro com a História.** Como também ocupou local de destaque, na sala de estar, enorme vaso de fundo azul com um motivo japonês, ao que recordo, pintado por sua mãe e por ela oferecido à minha mãe.

Convivemos na infância, na meninice, na adolescência e na mocidade, em Canguçu. Ele foi finamente educado por sua mãe Alda Moreira Barbosa Lessa, que tanto marcou minha infância por sua simpatia, delicadeza, sensibilidade artística e sobretudo atenções carinhosas a este seu primo.

Era uma grande dama ! A ela Lessa e seu irmão Paulo, Canguçuense, devem a fina educação e orientação para as atividades em que ambos vieram a seconsagrar e coroada, com o exercício pelos dois, das funções de secretário de Governo do Rio Grande do Sul.

Luiz Carlos cursou o Ginásio Gonzaga em Pelotas em 1941/44, durante a 2ª Guerra Mundial. E ali revelou o seu talento de escritor no jornal do ginásio **O Gonzagueano.** E nele estreou com temas de História Militar do Brasil**,** fato que chamou a nossa atenção como historiador militar brasileiro, fundador e presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Assim estreou em 1942 na 2ª série ginasial e aos 12 anos no **Gonzagueano** n° 7, com o artigo **Duque de Caxias**, o pacificador da Revolução Farroupilha, atual patrono do Exército e da citada Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Personagem que defendeu por 30 anos no Senado os interesses do Rio Grande, cujos destinos presidiu por duas vezes.

No n° 8 abordou **A Valsa da guerra**. No n° 11 publicou **O Gauchinho de Triunfo,** abordando seu ídolo desde menino em Piratini, o Gen Bento Gonçalves da Silva. No n° 17, em 1943, escreveu sobre a **Proclamação da República**. Ato este de consolidação da idéia de República que fora proclamada em Campo do

Menezes, evento conseqüência do dia anterior,10Set1836, da vitoriosa Batalha do Seival, vencida por Antônio Neto, tendo por tropa 2 esquadrões a duas companhias cada, sendo uma companhia de Piratini, outra do distrito de Canguçu, outra do distrito de Bagé, até o Piraí, e outra do atual município de Cerrito, conforme abordamos amplamente em nosso **O Exército farrapo e os seus chefes** (Rio de Janeiro:BIBLIEx,1992.2v).

De contexto histórico militar, Luiz Carlos escreveria **República das Carretas** (romance farrapo). Em vidas ilustres abordou **Henrique Dias**, **Fernão Dias Pais Leme**, **André Vidal de Negreiros**, **Almirante Barroso** e **Almirante Tamandaré**. Na Revista **Província de São Pedro** /n° 7, escreveu **A Retirada de São José do Norte**. E no **Julinho** escreveu **Nas pontas de Ituzaingó**,1948. Em 02Fev1952 escreveu **Centenário da Batalha de Monte Caseros,** no **Diário de Notícias**. Estava com 22 anos. Encerrou a sua fase de abordagem de História Militar tendo cursado Cavalaria no CPOR de Porto Alegre.

Integrava a ADALEME como nós, **Associação dos descendentes e afins dos Lemes,** da família de Fernão Dias Pais Lemes, o descobridor das Minas Gerais. E dos Lemes descendiam os generais Bento Gonçalves da Silva, Zeca Neto e Honório Lemes. Atividade em que dedicou horas a desenvolvê-la. Sua cabeça de menino em Piratini, antiga capital farroupilha fora incendiada por feitos militares. Em 20Set1932 deve ter escutado ao longe o pipocar da fuzilaria do combate do Cerro Alegre, onde foi aprisionado o Dr. Borges de Medeiros. Combate que encerrou o ciclo revolucionário gaúcho, que durou exatamente 97 anos, desde 20Set1835, início da Revolução Farroupilha.

Recordo que quando prestei o Admissão do Ginásio Gonzaga, conversamos longamente. Ele da calçada, e eu da janela de um sobrado, em diagonal com os fundos do Colégio Santa Margarida, na rua D. Pedro II. E junto comigo estava Lori da Rosa Krusser, escritor tradicionalista, hoje dos bons, que me guiou na obra de J. Simões Lopes Neto. Então Luiz Carlos falou-me que estava de partida para Porto Alegre para estudar no Júlio de Castilhos.

Em pouco estava fazendo reportagens ou artigos no **Eco,** do Anchieta e no **Julinho**, jornal do Júlio de Castilhos, e para a **Revista Globo**. Recordo de que, certa feita, ousadamente se meteu no meio de “um rolo” (briga) numa carreira de cancha reta, para fotografar a cena. Na **Revista Globo,** lembro de sua reportagem **Coxilhas coloradas,** em que focalizava o General Zeca Neto, primo irmão de minha avó Firmina e bisavó de Lessa e em cuja chácara passamos inesquecíveis momentos infantis.

Como estudante passava férias em Canguçu. Lembro-me de sua roupa de baile, um terno de “tuçor de seda” branco levemente azulado e do seu modo de dançar vagaroso, com os pés abertos na posição “10 minutos para as duas horas”, o que lhe valeu de seus primos o apelido de “Carinhoso.”

Ele já se aplicava em pesquisar cantigas populares, como esta, que costumava cantar, “Quem tiver mulher bonita, Alexandrina. Traga presa na corrente, Alexandrina. Pois a minha era bonita, Alexandrina. E Jacaré a levou nos dentes”.

Outra demonstração comum sua era dedilhar um lápis sobre os dentes e dali tirar uma música. E isto fazia muito sucesso!

Quando ingressei na Escola de Cadetes em Porto Alegre em 1951, retomamos o contato. Convidou-me e visitei a sede do 35 CTG, fundado 3 anos antes, onde encontrei o piratiniense Sady Escalante, que havia cursado a Escola Técnica de Pelotas e mais o Henrique César de Oliveira, canguçuense que se consagrou como dançarino de música gaúcha e meu companheiro de noites de boemia em 1951/52. Recordo haver estado com Lessa e Paixão Cortês, seu parceiro em assuntos de danças e canções gaúchas, já com seus nomes em ascensão cultural, em bailes na Azenha e no Clube Comercial.

Nesta época, com um pequeno grupo de alunos gaúchos, procuramos Manoelito de Ornellas em sua casa, em Petrópolis, em busca de orientação para fazer algo no Casarão da Várzea, relacionado com o culto de Tradições Gaúchas. Mas a iniciativa se reduziu a uma palestra dele no Casarão da Várzea (EPPA).

Só mais tarde conhecemos que há 45 anos passados o Ten Cel Cav Cezimbra Jacques, atual patrono do MTG, ali havia fundado o Clube Gaúcho, em 1903, com alunos militares e civis, com o fim de cultuar as Tradições do Rio Grande do Sul. Nossas vidas então tomaram rumos diferentes. Ele foi para São Paulo e eu fui para a Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende-RJ. Só nos reencontramos cerca de 25 anos mais tarde.

Em 1983, quando era Secretário de Cultura, apoiou, prefaciou e esteve presente no lançamento de nosso citado **Canguçu, reencontro com a História**, Porto Alegre: IEL, 1983, uma síntese de uma volumosa pesquisa.

Em 10Set1996, sesquicentenário do Combate do Seival, fundamos em Pelotas, em concorrida cerimônia, o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, elegendo-o como Conselheiro de Tradicionalismo, Dante Laytano de Folclore e Arthur Ferreira Filho de História.

Estivemos longo tempo juntos como convidados de Edson Otto no 1° Congresso Tradicionalista Brasileiro, em Capão da Canoa. Viajamos de Porto Alegre à Capão de Canoa juntos, quando colocamos a conversa em dia.

E no Congresso colocamos nossos ideais e idéias para o público. No nosso caso, a idéia do Instituto de História e Tradições do RGS, já vitoriosa e com um apreciável acervo de realizações. Eu como historiador gaúcho e ele fundamentalmente como filósofo do tradicionalismo gaúcho e vivendo para ver o sucesso de seu sonho que o consagrou como um dos gaúchos do século XX. Em Canguçu, no Distrito da Armada, foi criado o Piquete Barbosa Lessa, o que o fazia

muito feliz, por serem membros das famílias Mattos, Borba e Moreira, de quem descendia.

E do Piquete Barbosa Lessa recebemos três homenagens, o título de sócio benemérito, Canguçuense Emérito e Diploma pelos 70 anos, todos acompanhados de expressivos versos de autoria dos tradicionalistas e primos comuns meus e de Lessa, Moacyr Mattos e Cairo Moreira Pinheiro, hoje sócios efetivos de nosso Instituto de História e Tradições e acadêmicos da Academia Canguçuense de História.

Nosso derradeiro contato foi em 20 de setembro de 2.000, em Canguçu, em que, como homenageados especiais, fomos colocados pilchados e lado a lado, na frente do enorme desfile. Foi tirada a foto aqui reproduzida, que foi publicada no jornal **Tradição,** de Edson Otto.

Foto em que figuram da esquerda para a direita Saul Duarte, velho e querido amigo, José Moreira Bento, meu irmão e ligado à fundação do 1º CTG em Canguçu, este que vos escreve, Barbosa Lessa, Moacyr Mattos e Cairo Moreira Pinheiro. Vê-se à direita a casa que pertenceu à minha tia Alice, que presenteou o adolescente sobrinho Luiz Carlos com o **Almanaque Literário e Estatístico do RGS,** que ali conheceu, consultou e com ele se encantou e se inspirou e o remeteu ao passado do Rio Grande!

E desfilamos um pequeno trecho até sermos convidados para o palanque oficial. Lembro de dois sofrimentos nossos. Ele calvo, com a cabeça exposta a um sol causticante e à procura da sombra tênue de uma árvore próxima, até não agüentar mais e procurar uma sombra amiga. De minha parte era um par de botas apertadíssimo, que me fora emprestado por meu irmão José, me fazendo lembrar das chinesas que comprimiam os pés para não crescerem. Não agüentei e desertei. Que alívio descalçar aquelas botas!

Foi um grande momento para os primos, um como historiador e o outro fundamentalmente como filósofo do tradicionalismo gaúcho, receberem o reconhecimento de sua gente.

Ao saber, em nossa última visita a Canguçu, pelo primo Moacyr Mattos, de seu grave estado de saúde, pensamos em homenageá-lo, de forma que ele tomasse conhecimento em vida.

E em nosso estudo **Inspirações Geopolíticas de Portugal e do Brasil no Prata e suas repercussões no Rio Grande do Sul, 1688-1900**, que será divulgado no Brasil e em Portugal, fizemos esta referência justa a Luiz Carlos, que tentei através de Cairo Moreira Pinheiro, nosso primo comum, que ele conhecesse antes de nos deixar. Eis o texto em que refiro à sua obra:

“Gaúcho primitivo, histórico e romance - evolução

Nesta época(cerca de1737), surgiu a figura do gaúcho primitivo, branco ou um misto de índio e branco, um tipo de corsário dos pampas, sem lei e sem rei,

vivendo da matança do gado alçado, monopólio do Rei da Espanha, para tirar o couro e vendê-lo de contrabando a portugueses na Colônia do Sacramento e mais tarde, a partir de 1754, em Rio Pardo.

Foram assim estes gaúchos, grandes instrumentos a serviço da Geopolítica de Portugal, que os tinha como aliados e eram combatidos pelos espanhóis. Eles facilitaram a expansão, por terra, de Portugal, no território entre Laguna e Colônia.

Com as guerras no Rio da Prata, entre espanhóis e portugueses e dos platinos contra a Espanha e depois brasileiros e descendentes e descendentes platinos dos espanhóis, o gaúcho primitivo transformou-se no gaúcho histórico, como grande soldado de Cavalaria, apto para grandes movimentos, com apoio no cavalo e no boi. O primeiro como transporte, e o segundo como alimento auto-transportável, que o supria com o couro para sua improvisada barraca e como barco para a travessia de rios da região (as pelotas). Circunstância interpretada pelo Cel BM Hélio Moro Mariante com a **Idade do Couro no Continente D'El Rey** (P. Alegre: IGTF,1974).

Gaúcho que, depois de curadas e cicatrizadas as feridas daquelas lutas e das revoluções no Prata, deu origem ao gaúcho romance, o gaúcho tradicionalista que cultua as tradições criadas pelo gaúcho histórico, hoje numa impressionante rede de Centros de Tradições Gaúchas espalhados pelo Rio Grande, pelo Brasil e até no exterior, a partir do 35 CTG em 1948, onde exerceu seu apostolado Luiz Carlos Barbosa Lessa, de justiça consagrado um dos gaúchos do século passado, para a glória de Piratini, seu berço acidental e para Canguçu, terra natal de seus pais e onde tomou contato com o **Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, 1889-1917,** que havia sido colecionado e curtido pelos seus colaboradores em Canguçu, os irmãos Franklin Máximo Moreira e Carlos Norberto Moreira (nosso avô e bisavô de Lessa). E tanto a obra impressionou Lessa que a nora de Franklin e filha de Carlos Norberto, Alice Moreira terminou por doá-la ao gaúcho do século citado, dado o seu grande interesse.

Mas penso que este movimento perdeu o sentido predominante da participação bélica do gaúcho como Sentinela do Sul e assim instrumento da Geopolítica na definição das fronteiras do Rio Grande e na defesa das mesmas. Sentido bélico que como demonstramos, Lessa iniciou sua atividade literária e que fora muito enfatizado pelo Capitão da Guarda Nacional J. Simões Lopes Neto.

Depois fundamos em 10Set1986, nos 50 anos da vitória do Seival, em Pelotas, o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, para tentar colaborar com apoio histórico ao culto das Tradições Gaúchas com apoio da História, a mãe da Tradição, as quais tendiam descambar para fantasias e desconhecer o processo histórico do Rio Grande do Sul, com identidade fundamentalmente castrense, até cerca de 20Set1932, com o citado combate do

Cerro Alegre, em Piratini, último confronto armado no Rio Grande.

Quando Canguçu comemorou 200 anos de fundação, em 2000, a Academia Canguçuense de História (ACANDHIS), que fundamos e presidimos, publicou a **Revista dos 200 anos de Canguçu,** na qual seu acadêmico Caio Moreira Pinheiro, secretário do Piquete Barbosa Lessa e hoje coordenador da ACANDHIS publicou o Depoimento **Tradicionalismo Gaúcho** (p.147/150), ao lado de nosso **O Decano Instituto de História e Tradições do RGS** (p. 143/146) e mais o de Armando Ecíquo Peres, que substituiu Lessa como conselheiro de Tradições Gaúchas do IHTRGS, sob o título **O MTG e o IHTRGS**. Abordagens que revelam aspectos pouco conhecidos da vida de Barbosa Lessa e da expressiva posição de Canguçu na gênese do Tradicionalismo Gaúcho.

Barbosa Lessa deixou obra literária volumosa, valiosa e variada como contista, folclorista, compositor, teatrólogo, historiador, etc. e inventariada por Pedro Leite Villas-Boas no **Dicionário Bibliográfico Gaúcho**(Porto Alegre:Est./Edigal 1991p.129/130). Neste inventário destacamos: **As mais belas poesias**; **História do Chimarrão; O Sentido e o Valor do Tradicionalismo**; **Manual de danças gaúchas; Coletânea de canções gaúchas**; **O Boi de aspas de ouro**(contos gaúchos); **Primeiras noções de Teatro; História e lendas do Rio Grande do Sul**; **Porto Alegre, terra e gente**; **O rodeio dos ventos**; **Problemas Brasileiros**; **Calendário histórico cultural do Rio Grande do Sul**; **Vida e obra de Severino Sá Brito; Pequena História do Rio Grande; Nativismo, um fenômeno social gaúcho; São Miguel da Humanidade; República das carretas**(romance histórico farrapo); **O pampa e os cavaleiros; Antologia do conto gaúcho; Assim escrevem os gaúchos; Brasileiro hoje, gaúcho sempre**; **Rio Grande, canções, terra e povo,** etc.

Curioso que publicou em alemão, em Jul1971, no **Serra Post Kalender,** artigo Due prozession des Azambuja. Fato baseado em Canguçu, num personagem popular conhecido, Etelvino Azambuja, que havia sido sacristão da igreja local e era um fascinado pela oratória e tinha por ídolo Silveira Martins, cujas tiradas oratórias repetia com pompa e circunstância e assim desfrutava conceito de sábio na região da serra para os lados de Canguçu Velho, antiga sede da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu, 1783/89.

Sendo a sua região atingida por forte seca, ele marcou para seu povo uma procissão até a vila de Canguçu, pedindo aos céus uma forte chuva para abrandar a seca. Formada a procissão, ao chegarem próximo de Canguçu desabou um forte temporal. Milagre! Milagre!

E o conceito de Azambuja de sábio e de mediador entre a terra e o céu aumentou. Mais tarde um amigo perguntou-lhe como explicava aquele fato considerado um milagre. E ele confidenciou ao pé ouvido do amigo. Eu não adivinhei! Marquei a procissão para o dia em que o **Almanaque do Pensamento** registrava que iria chover. E não deu outra!

DEPOIMENTO DE CAIRO MOREIRA PINHEIRO

(Membro efetivo do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e seu

Delegado em Pelotas/Canguçu e Piratini, acadêmico coordenador da Academia Canguçuense de História e Secretário, e animador cultural do Piquete Barbosa Lessa, da Armada).

LUÍS CARLOS BARBOSA LESSA(N. 13/12/1929 - M. 11/03/2002)

Sempre que o ia visitar, Barbosa Lessa, jornalista, escritor, ensaísta, folclorista, historiador, advogado e ex-secretário da Cultura do RS -um dos pioneiros na pesquisa e divulgação das tradições e da cultura destes pampas- sempre analisava os caminhos do tradicionalismo gaúcho e os impactos deste movimento, que tem sua base nos valores, nas lides e nos personagens da história rio-grandense, e sobre a cultura e a própria identidade deste Estado e de sua gente. Sempre destacava a singularidade do gaúcho e a importância das professoras primárias e dos CTGs na disseminação da cultura do nosso povo.

Outro assunto de todos os encontros era "**O sentido e o valor do tradicionalismo**" sua tese aprovada no 1° Congresso Tradicionalista em 1954.

Dizia-me Lessa:

- **"É sumamente necessário que o tradicionalismo ampare social e moralmente o homem do campo, para que um dia não se chegue à situação paradoxal de uma tradição de fantasia, em que se cantem hinos de louvor ao "monarca das coxilhas", ao "centauro dos pampas", e em realidade esse gaúcho seja um desajustado social, um pária lutando febrilmente pela própria subsistência. Precisamos mostrar às novas gerações que as tradições gaúchas são realmente belas e que o gaúcho merece realmente a nossa admiração. O tradicionalismo pode contribuir de maneira inestimável para a solução do problema do êxodo rural. Prestigiando as tradições gaúchas, e prestando assistência moral e social ao homem do campo, estará convencendo o campesino da dignidade e importância de seus status. Estará, em suma, pondo em prática aquilo que o sanitarista Belizário Penna um dia salientou, mais ou menos nestes termos: O Brasil é o país onde mais se fala em valorização. Valorização do café brasileiro, do dinheiro brasileiro, do boi brasileiro. Somente não se pensa na mais urgente e importante valorização — a do Homem brasileiro — a qual, por si só, estaria conduzindo a todas as outras". Continuaremos lembrando quanto ressuscitaste para nós o brilho das jóias que tornam melhor o pago, mais esclarecido o Rio Grande do Sul e o Brasil, mais confiantes, solidários e cordiais os seus filhos.**

Muita saudade, nosso irmão de fé!... Um dos 20 gaúchos que marcaram o século XX.

DESFILE DE 20 de SETEMBRO DE 2.000 EM CANGUÇU -RS

Comissão de frente do desfile tradicionalista em Canguçu de 20 de setembro de 2.000. Da esquerda para a direita; Saul Duarte (conselheiro do Piquete Barbosa Lessa); José Moreira Bento (tabelião e benemérito do Piquete Barbosa Lessa, um dos fundadores, em 17Nov1957 do CTG Barbosa Lessa, que evoluiria para GTG Sinuelo); Cel Cláudio Moreira Bento (Presidente do Instituto de História e Tradições do RGS e da Academia Canguçuense de História); Luís Carlos Barbosa Lessa, filósofo do tradicionalismo gaúcho e consagrado como um dos 20 gaúchos do século XX; Moacyr Pereira de Mattos, fundador, em 1981, na Armada, e atual presidente do Piquete Barbosa Lessa e acadêmico da Academia Canguçuense de História e Cairo Moreira Pinheiro (Acadêmico coordenador da Academia Canguçuense de História , sócio efetivo dos Instituto de História e Tradições do RGS e secretário e animador cultural do Piquete Barbosa Lessa e que confortou Lessa em seus últimos dias de vida e representou o IHTRGS e a ACANDHIS em seu sepultamento.

Nº 10 – ano 2002 – Cel Cláudio Moreira Bento

O PRETO CAXIAS - UM SOLDADO CARIOCA DO EXÉRCITO CONSIDERADO O SANTO DE BAGÉ

Cláudio Moreira Bento (*)

Faleceu na Santa Casa de Caridade de Bagé, na gelada madrugada de 01 Jul 1888, um ilustre homem negro, Maximiano Domingos do Espírito Santo, cercado pela dor e pesar dos bagéenses e já imortalizado na memória local por sua excepcional conduta como o Preto Caxias, com sua foto a óleo na Igreja São Sebastião, o santo de sua devoção como carioca de nascimento. Foi sepultado

em mausoléu especial mandado erigir pela Santa Casa com o seguinte epitáfio: "Humanitário Preto Caxias - passou pela vinda servindo e chorando as desgraças alheias".

Hoje para muitos bagéenses ele é considerado um santo, o santo de Bagé, a quem muitos recorrem para alcançar uma graça e esperam que ele interceda junto a sua devoção em vida, o santo guerreiro São Sebastião, padroeiro de Bagé, sua terra adotiva e de sua terra natal o Rio de Janeiro. Passou a ser chamado Preto Caxias como uma homenagem às virtudes do Barão de Caxias, sob cujas ordens ele serviu na Revolução Farroupilha, e por haver sido, segundo Eurico Jacinto Sales na História de Bagé: *'"Um bom autoridade Jorte conciliadora e justa semJiaverjamais abusado do pode£em sua <u>função policial."</u>*

Em Caxias impressionara sobremodo o Preto Caxias, freqüentador da Igreja São Sebastião, onde mostrava com orgulho a faixa de Marechal de Campo que o barão doara à Igreja depois da missa que ali mandou celebrar depois da Paz de Ponche Verde, pela alma dos que tombaram na Revolução Farroupilha.

Antes Caxias mandara o seu 8° Batalhão de Fuzileiros guarnecer a abandonada Bagé, de Nov 1844 a 05 Set 1845, por cerca de 10 meses.

E assim ele entendia, com razão, que Caxias passou a ter uma ligação especial com Bagé. E tinha consciência de que fora o Pacificador que colocara Bagé no caminho do progresso, interrompido pela Revolução para, a seguir, como Presidente da Província do Rio Grande do Sul, decretar a elevação de Bagé à vila e a município e à freguesia em 1846.

E a seguir, tendo como seu cabo eleitoral o Ten Cel Osório, que para Bagé ele destacara em 1846 com o seu heróico 2 ° Regimento de Cavalaria Ligeira, obter ali expressiva votação para ele poder ser senador vitalício pelo Rio Grande do Sul, o que se verificou por cerca de 30 anos.

O Preto Caxias assistiu o Pacificador passar por Bagé em 1851, a caminho de Santana, para comandar o Exército Imperial na Guerra contra Oribe e Rosas e dali levar consigo, para a ativa, o injustiçado e heróico Capitão Luís Emílio Mallet que há 20 anos ali se dedicava a atividades pecuárias e também a produzir telhas e tijolos no Quebracho para construir o casario de Bagé.

E finalmente assistiu o então Marquês de Caxias pernoitar em Bagé em outubro de 1865, como integrante da comitiva de Dom Pedro II que retornava de Uruguaiana onde presidira a rendição do invasor paraguaio.

E com orgulho lembrava o pioneirismo de Caxias ao conceder liberdade aos lanceiros farrapos incorporando-os como livres à Cavalaria Ligeira do Rio Grande do Sul e inclusive no 2° RC que, ao comando de Osório, aquartelou em Bagé depois da Revolução e ajudou a reerguê-la, depois de abandonada na revolução. E de tanta veneração a Caxias e correção no exercício de função policial, e por passar aos visitantes da Igreja a biografia do Pacificador, passou a

ser conhecido como Preto Caxias. E tanta foi a sua dedicação ao exercício da caridade cristã que, em reconhecimento, recebeu em vida a entronização de seu retrato a óleo no consistório da Igreja São Sebastião de Bagé em 1877.

Foi uma excepcional homenagem prestada em vida aos 67 anos a um negro carioca, ex- soldado do Exército Imperial, homem do povo, pobre, humilde, com uma vida plena de altruísmo, e benfeitoria à humanidade. Ao morrer o Preto Caxias o jornalista Jorge Reis, em seu elogio fúnebre ressaltou, em artigo na imprensa:

"Raro encontrar-se nestes tempos de egoísmo, misérias, vaidade e ostentação um homem com caráter como o do preto Caxias, que abrigue tantas e tão raras qualidades".

Seu singelo túmulo possui duas mãos entrelaçadas, uma branca e outra preta, apertando-se fraternalmente, com o seguinte símbolo segundo ainda o citado historiador Eurico Jacinto Sales em sua História de Bagé:

"A caridade e as boas ações não constituem privilégio de raças ou cores, de quem possui bens naturais. Praticam-na as almas piedosas que possuem a exata noção da necessidade dos seus semelhantes"!

Visitamos seu túmulo em agosto de 2002 e constatamos uma enorme quantidade de placas com ex-votos por graças alcançadas pelos filhos de Bagé, o local cheio de vestígios de grande quantidade de velas derretidas e ao lado da notável sepultura do bravo defensor do Império Silva Tavares que o Antônio Neto venceu no combate do Seival em 10 Set 1836.

Mas quem foi o Preto Caxias?

Ele nasceu escravo no Rio de Janeiro, por volta de 1810 e foi batizado com o nome de Maximiano Domingos do Espírito Santo. Por volta de 1831, em decorrência das lutas fratricidas que ameaçavam transformar o Brasil numa colcha de retalhos, ele ingressou no Exército e, em conseqüência passou a ser livre, pois o Exército não podia ter escravos como soldados.

E por cerca de 15 anos ele serviu ao Exército e, inclusive, de 1843 a Nov 1845 integrou a Ala esquerda do Exército de Caxias, baseada em Canguçu ao comando do Ten Cel Francisco Pedro de Abreu, o Moringue, e como integrante do 8° Batalhão de Fuzileiros ao comando do Cel Graduado Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto.

E foi integrando este Batalhão que o soldado Maximiano Domingos do Espírito Santo chegou a Bagé em Nov 1844, aos 34 anos, tendo seu comandante atribuições, por cerca de 10 meses, das funções de comandante militar e administrador civil da castrense Bagé, que seria elevada à vila 9 meses mais tarde por Caxias.

Ali, com seus companheiros do 8° Batalhão, que Caxias mandara guarnecer a abandonada Bagé, de Nov 1844 a Set 1945 começaram a lhe dar formato. Em 1847 obteve baixa do Exército e passou a residir em Bagé.

Inicialmente foi policial, função que exerceu de modo exemplar, com grande espírito de justiça e equilíbrio, evitando prisões injustas e orientando a vida dos faltosos a trilharem o caminho do bem. Tornou-se conhecido, muito confiável e respeitado e sempre pautando o exercício de sua autoridade inspirado nas ações de seu modelo o então Barão de Caxias. E foi daí que começou a ser chamado Preto Caxias.

O 8° Btl Fzo fora organizado em Santa Catarina em 1837. Quando da Proclamação da República como 7° BC desde 1870, aquartelava no Mosteiro de Santo Antônio, no Largo da Carioca e teve destacada atuação neste evento, conforme abordamos em O Exército na Proclamação da
República. Rio de Janeiro: SENAI,1989. Com a Reforma de 1908 do Marechal Hermes, passou a ser o 1° RI do Rio de Janeiro o atual Batalhão Sampaio da Vila Militar, segundo o Arquivo do Exército em Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938.

Em 1870, ao final da Guerra do Paraguai e já sexagenário, o Preto Caxias passou a exercer com extraordinária dedicação e capacidade de trabalho as funções de zelador, enfermeiro, transportador e consolador dos doentes do Hospital de Caridade, então fundado pelo baiano médico militar Albano de Souza, pai de José Albano de Souza (Zeca Albano), que como médico prático humanitaríssimo, consagrou sua vida à saúde dos canguçuenses e mereceu de nossa parte a crônica "Meu tipo inesquecível" , sendo imortalizado em nome de rua onde se situa o Hospital de Caridade. E em Bagé Zeca Albano muito aprendeu até os 18 anos com o Preto Caxias no Hospital fundado pelo pai.

O Hospital de Caridade, junto com o Preto Caxias, passou em 1883 ao patrimônio da Santa Casa, então criada. E ali ele morreria depois de 18 anos de excepcionais serviços dedicados aos sem fortuna. Felizmente não viveu para ver a sua terra adotiva - Bagé, ser atingida pela tragédia que sobre a cidade e município se abateu na cruel luta fratricida na Guerra Civil de 1893-95, em que a cidade esteve sitiada por 42 dias por federalistas. E no interior do município, em 28 Nov 1893, teve lugar em Rio Negro (Hulha Negra atual), o cruel massacre da Cavalaria Civil republicana, que estava a serviço do governos Estadual e Federal, por mercenários platinos, estes a serviço de federalistas.

Tomamos conhecimento do Preto Caxias através de Tarcísio Taborda, que nos forneceu dados para constar em nosso livro O Negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul (Porto Alegre: IEL, 1975). Trabalho premiado em 1° lugar em Concurso Nacional no Biênio da Imigração e Colonização do RGS. Mas a publicação premiada foi editada pela metade e deixada de lado a parte referente a presença do negro na literatura gaúcha e, com ela, o Preto Caxias, que ora trago à luz. .

(x) Presidente do Instituto de História e Tradições do RGS

Especial Brasil 500 anos Nº 11 - Ano 2002 – Cel Cláudio Moreira Bento

REVOLUÇÃO FARROUPILHA E GUERRA DOS FARRAPOS

A Revolução Farroupilha iniciou na noite de 19 de setembro de 1835, na ponte da Azenha, em Porto Alegre, exatamente há 167 anos, com um entrevero, um pequeno combate, entre uma patrulha de tropas do governo e revolucionários farroupilhas. Nos dias seguintes, 20 e 21, os farroupilhas entraram em Porto Alegre, tomando posse do governo da província através do líder maior, o coronel, depois general, Bento Gonçalves da Silva. A partir daí, seguiram-se 09 anos, 05 meses e 09 dias de luta, tendo a revolução terminado a 01 de março de 1845 no Campos de Alexandre Simões, na margem direita do Santa Maria, interior do município de Dom Pedrito. **Foi a maior revolução da história do país.**

Abordando o grande líder político e militar da revolução, Bento Gonçalves da Silva era gaúcho de triunfo, coronel do exército, comandante da Guarda Nacional e bisneto de Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcellos, primeiro sesmeiro de Porto Alegre. Na época da farroupilha tinha 47 anos de idade e já possuía grande experiência militar, acumulada nas campanhas contra artigas e na guerra da cisplatina. Era oficial de estado-maior criado nas lides campeiras e depois entre lutas e combates, Bento Gonçalves da Silva personificava o espírito combativo do gaúcho, tendo sido o maior rio-grandense do período, herói autêntico e a “encarnação das maiores virtudes da nossa raça”, conforme o historiador Arthur Ferreira Filho.

Os outros principais líderes foram Antônio de Souza Netto, Davi José Martins Canabarro, Onofre Pires da Silveira Canto, João Manoel da Lima e Silva, João Antônio da Silveira, Manoel Lucas de Oliveira, Domingos José de Almeida, Antônio Vicente da Fontoura, Ismael Soares, Giuseppe Garibaldi, Tito Lívio Zambecari, José Mariano de Matos, Joaquim Teixeira Nunes, José Gomes de Vasconcelos Jardim e tantos outros.

O termo “farroupilha” já existia antes da revolução e significa realmente maltrapilho e esfarrapado, mas, ao contrário do que muita gente pensa, os farrapos não usavam, de modo geral, roupas gastas e esfarrapadas. E já havia no país um partido político, chamado **Partido Farroupilha**, partido este que congregava os liberais exaltados, contrários à monarquia e a favor dos ideais da revolução francesa. Este partido era muito forte na nossa província e daí surgiu o nome da revolução, depois chamada de Guerra dos Farrapos.

E o quê então, os revolucionários farrapos pretenderam com a revolução?

A época era conturbada. O país vivia a regência una, com o Padre Diogo Antonio Feijó. O período regencial durou 09 anos, entre a abdicação de Dom Pedro I em favor do filho, Dom Pedro de Alcântara, e o golpe da maioridade, em julho de 1840, em que o príncipe tornou-se imperador com 14 anos de idade, com

o nome de Dom Pedro II. A personalidade intolerante do regente Diogo Antonio Feijó seria uma das causas da Revolução Farroupilha. Além disso, o governo central e a hegemonia política e econômica da região sudeste do império impunham à província de são pedro do rio grande do sul uma pesada taxação de impostos sobre o charque e sobre a circulação de gado na fronteira com o Uruguai. A taxação sobre o nosso charque favorecia a importação do produto uruguaio e argentino. E ainda, o Rio Grande do Sul, contando com uma população de somente 400 mil habitantes, era obrigado a mandar recursos para províncias mais pobres, como Santa Catarina e outras, além de contribuir para o pagamento de dívidas com a Inglaterra. A imposição de 2 presidentes da província, muitas vezes pessoas estranhas, sem nenhuma identidade com a região, que eram nomeadas para governar o Rio Grande do Sul, também criava sérios problemas políticos internos. Portanto, a reivindicação geral era de autonomia política e econômica, o que deu lugar às pioneiras idéias de federalismo na província e também no Brasil. É importante acrescentar que a idéia inicial da revolução nunca foi de separatismo definitivo, antes federalismo, e que a influência política vinda do prata era muito forte, o que constituía motivo de preocupação do governo central monárquico. Na época, a maior ameaça vinha da ditadura de Juan Manuel de Rosas, da Argentina, e de seus aliados na República Oriental do Uruguai. Rosas pretendia reconstituir o antigo vice-reinado do Prata, do qual o território do Rio Grande do Sul faria parte. Na verdade, os espanhóis nunca aceitaram perder o território do continente de São Pedro para Portugal, uma vez que, pelo Tratado de Tordesilhas, este território era espanhol. Finalmente, uma instituição que influiu decisivamente na revolução foi a maçonaria. Os principais líderes eram maçons, e os mesmos líderes levaram as orientações maçônicas para as grandes decisões e direcionamentos revolucionários. O manifesto republicano de Bento Gonçalves, no início da revolução, e a declaração de paz de Davi Canabarro em 1845 são claramente maçônicas.

Durante os quase dez anos de lutas, houve aproximadamente 112 combates e enfrentamentos. Separando 15 deles que tiveram resultado indefinido, uma metade foi vencida pelos farroupilhas e a outra metade pelos imperiais. A maior vitória farrapa foi a Batalha de Rio Pardo, em 30 de abril de 1837.

No seu desenvolvimento, a Revolução Farroupilha teve os seguintes pontos de inflexão, ou seja, fatos que mudaram os rumos e alteraram a sua continuidade:

1°) A 12 de setembro de 1836, a vitória na Batalha de Seival e, em seguida, a Proclamação da **República Rio-Grandense**, por Antônio de Souza Netto**.** A partir desse dia, não se tratava mais de uma revolução e sim de uma guerra entre nações independentes. A partir daí, a república rio-grandense elegeu um presidente (Bento Gonçalves da Silva), formou um exército, nomeou ministros de

estado, designou uma sede (Piratini) e elegeu uma assembléia constituinte, entre outras medidas;

2°) A 04 de outubro de 1836, ocorreu uma derrota de graves conseqüências para os farroupilhas, a batalha da ilha do fanfa, no rio taquari, de onde Bento Gonçalves, juntamente com outros líderes farrapos, foi levado preso para Porto Alegre, depois para a Fortaleza de Santa Cruz e finalmente para a Fortaleza da Lage, Rio de Janeiro, de onde tenta fugir, em 15 de março de 1837, desistindo da fuga em solidariedade a Pedro José de Almeida (o Pedro Boticário), que ficou entalado em uma janela, por ser gordo. Tiveram melhor sorte Onofre Pires e José De Almeida Corte Real. Bento Gonçalves foi então transferido para a prisão da Ilha de Fernando de Noronha**.** De passagem por Salvador, estando preso no forte do mar, conseguiu fugir a nado, embarcando em um navio que o esperava ao largo. Nesta fuga, Bento teve o auxílio da maçonaria baiana e dos revolucionários da sabinada. Após uma viagem cheia de peripécias, em um navio argentino que transportava farinha para Montevidéu e Buenos Aires, a 10 de novembro de 1837 Bento chegou a viamão, reassumindo a liderança da revolução. Havia ficado afastado da luta durante 13 meses. Na sua ausência, a presidência da República Rio-Grandense foi exercida por José Gomes Jardim;

3°) A 25 de julho de 1839, Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, proclamam a república juliana, ou catarinense, em Laguna, Santa Catarina. A intenção dos farroupilhas era levar a revolução a outras províncias, mas foram frustrados em seus objetivos. Quatro meses depois, já em Novembro, os farrapos, acossados pelos imperiais, abandonam Laguna e a República Juliana. As perdas em homens e material foram enormes, inclusive os dois lanchões, Seival e Rio Pardo, que Garibaldi havia transportado por terra do Arroio Capivari, na Lagoa dos Patos, até o mar, usando bois para a tração, e fazendo um percurso de mais de 12 quilômetros, em 07 dias. A partir do insucesso da República Juliana começou o declínio dos farrapos, mas estes, superando seus problemas e suas deficiências, ainda manteriam a guerra por quase seis anos, buscando, inclusive, desde meados de 1840, entendimentos com o governo central para o fim da guerra;

4°) A 23 de julho de 1840 acontece o golpe da maioridade, em que Dom Pedro II, com 14 anos, assume o governo. Somente a partir daí, foi possível iniciar negociações com o império em bases sólidas e confiáveis, mantendo a dignidade dos rio-grandenses, com condições antes não aceitas pelos representantes do governo central;

5°) A 09 de novembro de 1842, o Barão de Caxias, nomeado por Dom Pedro II, assume as funções de presidente e comandante das armas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Este fato é importantíssimo para a guerra. Os efetivos eram, aproximadamente, de seis mil homens para cada lado**.** Caxias dobrou o efetivo dos imperiais para 12 mil, causando assim um desequilíbrio de

forças a favor do império. Caxias porém, nunca pretendeu vencer humilhando os revolucionários gaúchos, e sim, buscou pacificar a província, permanecendo sempre aberto às negociações de paz e considerando que era uma luta entre irmãos;

6°) A 12 de dezembro de 1844, o representante da república rio-grandense, Antonio Vicente da Fontoura, chega ao Rio de Janeiro, com carta de apresentação de caxias, para as negociações de paz com o imperador;

7°) A 28 de fevereiro de 1845, Davi Canabarro, em nome da República Rio-Grandense, declara a paz de Ponche Verde;

8°) A 01 de março, o Barão de Caxias proclama pacificada a província. A 12 de março, encontra-se com Bento Gonçalves.

CONCLUSÃO

Terminou assim a Revolução Farroupilha e a Guerra dos Farrapos, luta de expressão da revolta dos gaúchos contra a hegemonia política e econômica da região sudeste sobre as demais regiões do país. Embora não tendo unido todos os setores da sociedade gaúcha e todas as principais cidades (porto alegre, por exemplo, nunca foi farroupilha) a República Rio-Grandense foi uma sólida realidade que teve de ser considerada e respeitada pelo império. Proclamando sempre o federalismo antes do separatismo, as principais reivindicações dos gaúchos foram atendidas pelo imperador, e foi afastado o perigo representado pelos caudilhos platinos. Aliás, este perigo já havia sido afastado pelos próprios farroupilhas, que optaram por ser brasileiros, ao invés de submeterem-se ao domínio dos ditadores do Prata, Manuel Oribe, do Uruguai, e Juan Manuel de Rosas, da Argentina.

A revolução foi feita por lideranças da Guarnição do Exército, charqueadores, estancieiros e parte expressiva da Guarda Nacional sediada na província, conforme destaca o historiador militar coronel Cláudio Moreira Bento em sua obra "**O Exército Farrapo e seus chefes**".

E sobre Caxias, hoje duque, patrono do Exército Brasileiro, como destacou Bento Gonçalves em carta a um companheiro, era um amigo dos rio-grandenses, tendo assumido poderes para fazer a paz em condições honrosas para ambos os lados e mostrando sensibilidade e compreensão às posições dos gaúchos. Caxias ainda seria senador pelo Rio Grande do Sul por mais de trinta anos.

Diante da freqüente pergunta se podemos e devemos, ou não, nos orgulhar da revolução e guerra dos farrapos, digamos que sim, porque além de não termos sido vencidos e sim convencidos, o sentido cívico, os ideais revolucionários e os exemplos de abnegação, espírito de luta e coragem dos nossos heróis farrapos permanecem sólidos e atuais. Definitivamente, e isto é mais importante para os jovens, não precisamos buscar heróis em outros estados ou países.

Finalmente, não esqueçamos que as primeiras experiências federalistas, republicanas e abolicionistas, adotadas em 1888 pelo império e a partir de 15 de novembro de 1889 com a república, vieram inspiradas pelo nosso decênio heróico e com o legado deixado pelos farrapos. Este é o real significado das comemorações que levamos a efeito todos os anos na semana farroupilha. A exteriorização do sentimento gaúcho representado pelas pilchas não é indispensável. Não se deixa de ser rio-grandense pelo fato de não usar a nossa indumentária. O mais importante é que a alma esteja pilchada.

Luiz Ernani Caminha Giorgis
1° Vice-Presidente do IHTRGS

N° 12 - Bicentenário do Duque de Caxias - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento

A CASA DAS 7 MULHERES
(A História e a Fantasia)

Cláudio Moreira Bento(x)

Gaúcho natural da Serra dos Tapes onde se encontra a cidade de Piratini e Canguçu, o seu distrito de mais perigo e mais farrapo" durante a Revolução Farroupilha 1835-45 e, além, autor do livro O Exército Farrapo e os seus Chefes em 1991 e outros sobre o assunto, cabe-me fazer algumas considerações históricas sobre o magnífica mini série A Casa das 7 mulheres da Globo que vem com traje de gala divulgando a Revolução Farroupilha, onde possui suas raízes a República Federativa do Brasil implantada há 114 anos.

A minisérie atende em seu miolo ou espinha dorsal ,até agora ,o desenvolvimento histórico da Revolução Farroupilha.

Mas como disse seu diretor Jaime Monjardin "ela possui 40 % de História e 60 % de fantasia". E aproveitou um tema histórico e o vestiu de gala com toda a pompa e circunstância e de forma notável.

No tocante a Fantasia como elemento notável para atrair os teleespectadores e passar-lhes o essencial da História, usou recursos inexistentes na época e tudo, por conta da citada e louvável fantasia.

Exemplos: O uso de lenços vermelhos e brancos pelos farrapos e imperiais, um costume que remonta a Guerra Civil na Região do Sul 1893-95. O cenário lindíssimo dos Aparados da Serra onde a revolução não chegou. Luxo nas estâncias, casas e igrejas incompatível com aspecto espartano das mesmas do que a estância de Bento Gonçalves em Cristal-RS , hoje Parque Histórico em sua memória é um exemplo. Imperiais entrando a cavalo dentro de uma igreja quando os santos no Império eram mais respeitados que os próprios generais e a canção do Exército era a de N. S. da Conceição a sua padroeira. Era raro o uso de carroças e sim carretas. E não existiam carruagens que só aparecem em Pelotas

por volta de 1865 .

Os Farrapos não possuíam uniformes conforme abordamos no livro citado e nem usavam bigodes. As casas não possuíam vidraças o que só apareceria mais tarde. Tanto que o Ministro de Fazenda Domingos de José de Almeida, mineiro de Diamantina, levava em suas viagens em sua carretinha, uma pequena janela com vidraças para instalar nos locais onde montava o seu escritório itinerante.

Aliás ele não foi ainda citado bem como os cariocas João Manoel Lima e Silva e José Mariano de Matos, oficiais com curso na Escola Militar do Largo de São Francisco.

A estes três se deve a idéia depois da vitória de Seival da proclamação da República Rio Grandense em 11 Set 1836 em Campo do Menezes pela Brigada Liberal de Antônio Netto e composta de 4 esquadrões mobilizados em Piratini, Canguçu, Cerrito e Bagé .

João Manoel foi o primeiro general farroupilha e foi assassinado pelos imperiais em São Borja e de lá trasladado para Caçapava do Sul e ali espalhados seus ossos pelos campos por imperiais. Era tio do futuro Duque de Caxias. José Mariano de Matos foi Ministro da Guerra Farrapo, vice presidente da República e seu presidente interino e autor do brasão farrapo e adotado desde 1891 pelo Constituinte Gaúcha. Ao fim da Revolução foi Ajudante General de Caxias na Guerra contra Oribe e Rosas 1851-52 e terminou como Ministro da Guerra do Império em 1864.

A minisérie exagerou nas tintas revolucionárias ao tratar do maior general do período, o sorocabano General Bento Manoel Ribeiro que assim foi defendido pelo grande Osvaldo Aranha.

"Bento Manoel, o grande farroupilha foi até certo ponto a figura mais caluniada da nossa história. Não lhe compreendiam as aparentes variações e transigências . Não lhe perdoavam o monarquismo destoante do espírito da Revolução. Investigações mais profundas permitiram resgatar a verdadeira figura moral do soldado. Bento Manoel é um dos maiores tipos do Rio Grande. Guerrilheiro e soldado, a sua fé de ofício não inveja a de ninguém. Lutou pelo Rio Grande sem nunca perder de vista a Integridade do Brasil".

Concordamos com Osvaldo Aranha e na História da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada estamos abordando os argumentos em que ele justificou suas atitudes e que nunca foram ouvidos e considerados e sim abafados por esta quadro popular no folclore gaúcho.

"Pode um altivo humilhar-se
pode um teimoso ceder, pode um pobre enriquecer, pode um pagão batizar-se pode um avaro emprestar, um lascivo confessar-se. tudo pode ter perdão!
Só Bento Manoel não"

Lamento a abordagem exagerada da figura de Bento Manoel pela minisérie, que se reflete negativamente em seus descendentes que por ai se encontram , merecendo destaque o General Bento Ribeiro, hoje nome de um bairro no Rio e que como Chefe do Estado-Maior do Exército criou a célebre Missão Indígena da Escola Militar do Realengo (1919-1921).

Não sabemos em que fontes a minisérie buscou apoio, pois não vi a mesma referir-se a nenhuma delas, o que me parece seria ético e justo que o fizesse, como homenagem a todos aqueles que com suas pesquisas possibilitaram os argumentos para Jaime Monjardin. Isto fortaleceria a democracia e o direito à propriedade intelectual. Fica o registro! Não chego ao ponto de alguns escritores classificarem esta ausência de referência a seus trabalhos de pirataria intelectual. Talvez a autora do romance A casa das 7 mulheres tenha feito em seu livro.

Em 1971 produzimos o livro **A Grande Festa lanceiros,** focalizando a inauguração do Parque Histórico Osório em Tramandai e nele ,em razão de replica do barco Seival ali colocado, resgatamos o feito épico do transporte dos barcos Seival e Farroupilha, da Lagoa dos Patos ao Atlântico. E junto às histórias de Garibalda, Anita, e do norte-americano John Grigs, esquecido na minisérie em sua grandeza e que atuou como construtor e comandante do barco Seival, em cujo comando encontrou a morte na batalha naval de Laguna. E mais os esquecidos lanceiros negros farrapos e seu líder o Cel Joaquim Teixeira Nunes, natural de Canguçu e considerado pelo General Tasso Fragoso como "a maior lança farrapa."

Isto nos fez sugerir neste livro, então pela presença de Garibaldi, John Grigs e Anita, um consórcio cinematográfico Brasil, EUA e Itália para fazer um filme que hoje a minisérie está fazendo com grande brilho e que nos enche de orgulho.

A novela é magnífica. Os reparos correm por conta do tratamento injusto de Bento Manoel na minisérie e ela, em seu excelente trabalho, não mencionar os historiadores que ajudaram a fazer o seu trabalho preservando a memória desta revolução.

E o que a Globo realizou é do agrado geral, menos para o descendentes do General Bento Manoel, apresentado como um homem diabólico sem levar em conta o quanto lhe devem à Unidade, à Soberania e à Integridade do Brasil e mesmo à expansão do Brasil no Sul de 1801 a 1828. Confirmar é obra de simples raciocínio e verificação!

E por último: a Revolução Farroupilha conforme demonstramos no livro citado foi feita pela guarnição do Exército do Rio Grande, a maior da época, em apoio aos fazendeiros e charqueadores que integravam a Guarda Nacional que era comandada por Bento Gonçalves.

As 6 unidades do Exército que guarneciam a Província se revoltaram: 1 de Infantaria, 1 de Artilharia e 4 de Cavalaria.

Bento Manoel e Bento Gonçalves eram oficiais de Estado Maior do Exército e vinham de comandar a Cavalaria de Rio Pardo e Jaguarão. Só o comandante do 2° RC de Bagé não se revoltou e o Ten Osório, hoje patrono da Cavalaria, aderiu à revolução e conduziu seu comandante até a fronteira.

Sintetizando, a minisérie satisfaz a História em sua espinha dorsal e a fantasia no esplendor de suas imagens onde ressaltam gravuras da época de Porto Alegre e Rio Grande, que conseguiram movimentar, dando um impressão de realismo, acredito que por conta do gênio de Hans Donner. Vamos aguardar o que vem por aí. E como Caxias (o seu pacificador) será tratado historicamente na minisérie em seu bicentenário de nascimento em 2003? ocasião em que lançaremos o livro “Caxias e a Unidade Nacional” reverenciado-o como patrono da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

(x) Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul

O Gaúcho n° 17 (pg. 1)

N° 13- Bicentenário do Duque de Caxias - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento

Marechal BENTO MANOEL RIBEIRO (1783-1855)
(Na História e na Fantasia da Casa das sete mulheres)
Por Cláudio Moreira Bento

Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS)

Na mini-série A Casa das sete mulheres, o Marechal Bento Manoel Ribeiro foi escolhido como o vilão, na fantasia de 60% que ela representa. E, mui justamente, como herói, o General Bento Gonçalves da Silva, 5 anos mais moço do que Bento Manoel e que focalizaremos em outro artigo. Mas, para que não se confunda a fantasia com a realidade, apresentamos ao leitor e pesquisador interessados o perfil histórico da personalidade singular de Bento Manoel, para que seja apreciada dentro das circunstâncias complexas que ele vivenciou e coerente com Ortega Y Gasset : "Eu sou eu e as minhas circunstâncias!" Abordagem histórica da vida e obra de um grande guerreiro, dos maiores que o Brasil possuiu, segundo se conclui de análise de Osvaldo Aranha em 1946, na Revista Província de São Pedro.

Bento Manoel Ribeiro prestou relevantes serviços militares, de soldado a marechal do Exército Imperial, à Integridade e à Soberania do Brasil, colônia e independente, nas guerras do Sul de 1801, 1811-12, 1816 e 1821, 1825-28 e 1851-52, onde se afirmou entre as maiores espadas de seu tempo. Foi militar de raros méritos como estrategista, tático, profundo conhecedor do terreno e grande capacidade de nele orientar-se. Possuía grande capacidade de liderança em combate e de bem combinar Infantaria e Cavalaria, além de conhecimento apreciável da psicologia de seus homens e dos adversários e dentre estes dos caudilhos platinos.

Durante a Revolução Farroupilha, 1835-1845, em função de seu temperamento singular, segundo Sanmartim, mentalidade "mais caudilhesca do que militar", adotou posições até hoje controvertidas e aparentemente inexplicáveis. Isso, ao combater, ora ao lado dos farrapos, ora ao lado dos imperiais, mas sempre desequilibrando, acentuadamente, o prato da balança, em favor da causa que defendia.

Inicialmente como farrapo, depois como imperial, novamente como farrapo e, finalmente, depois de mais de dois anos de neutralidade, lutando pela Unidade do Império até o final da Revolução, "como vaqueano - mor de Caxias". Por esta razão entrou para a História do Rio Grande do Sul como a mais controvertida personalidade do ponto de vista político e psicológico, com defensores a explicar seus gestos, como Osvaldo Aranha e acusadores impiedosos, até na poesia popular da época, o que a fantasia da mini-série citada reflete com extremo exagero.

Mas Bento Manuel é um raro caso histórico de alguém que, iniciando a vida como peão de estância e soldado miliciano, atingiu por seus excepcionais méritos militares e pendores comerciais e políticos o posto de Marechal de Campo (atual General de Divisão) do Exército Imperial e General da República Rio-Grandense.

E mais, haver acumulado enorme fortuna, cercada, inclusive, pela lenda

gaúcha da Salamandra do Jarau, local da estância do bem - sucedido paulista de Sorocaba, em Quaraí, próximo da fronteira com o Uruguai.

Seu biógrafo, Olhynto Sanmartim e o General Souza Docca o ensaiaram do ponto de vista psicológico. Forneceram dados interessantes para os psicólogos explicarem melhor Bento Manuel num Tribunal da História que se impõe lhe seja propiciado, particulamente quanto à sua segunda adesão à Revolução Farroupilha, que foi grandemente festejada pelos farrapos .

Personagem que a novela **A Casa das 7 mulheres** da TV Globo arrasou, na visão dos brasileiros que acreditaram ser aquela belíssima fantasia a verdade histórica. Vamos tentar pois, minimizar este prejuízo, causado a sua memória histórica, em concordância com o grande brasileiro Osvaldo Aranha, que o defendeu de forma notável.

Naturalidade, Ascendência, Descendência

Bento Manuel nasceu em 1783, filho do tropeiro Manuel Ribeiro de Almeida, na histórica cidade dos tropeiros, Sorocaba, São Paulo. Com 7 anos veio para o Rio Grande como piá (menino) na estância do Major Antônio Adolfo Charão (corruptela Scharam), em Rio Pardo.

O Major Charão era dos Dragões do Rio Grande, em Rio Pardo e natural do Rio de Janeiro, filho do médico alemão João Adolfo Scharam. E casou com a filha do mineiro Capitão João Carneiro Fontoura, dos Dragões de Rio Pardo, com ilustre descendência. Assim, aos 18 anos, nas fileiras do citado regimento de Dragões, onde ingressara como soldado raso em 1800, teve início a cintilante e muito movimentada carreira de Bento Manuel, que durou 54 anos e foi encerrada no posto de marechal de Campo do Exército Imperial Brasileiro.

Bento Manuel, pelo lado materno descendia do bandeirante Anhangüera e do português João Ramalho. E pela linha paterna de Pedro Taques. Era ligado à família Bueno, de Amador Bueno, que fora proclamado rei de São Paulo, segundo se conclui de Olhynto Sanmartim.

Pelos Bueno ligava-se por parentesco ao General farroupilha Antônio Netto, depois brigadeiro do Exército Imperial, que comandou a vanguarda do Exército Brasileiro na guerra do Paraguai e ambos assim de boa cepa.

Bento Manuel casou em 15 de setembro de 1807, aos 24 anos, em Caçapava do Sul atual, com Maria Mâncio da Conceição. Desse consórcio nasceram 11 filhos (5 mulheres e 6 homens). Sua filha, Benevenuta, casou com o pernambucano, mais tarde General Victorino José Carneiro Monteiro e Barão de São Borja, do qual descendia o General Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, destacado Chefe do Estado-Maior do Exército, que criou a Missão Indígena da

Escola Militar de Realengo, em 1919.

Nas Guerras do Sul, 1801-1824

Em 1801, sob o comando do Coronel Patrício Correia Câmara, tomou parte, como soldado de Milícias, ao lado dos Dragões, da expulsão dos espanhóis de Batovi (São Gabriel primitivo), da fortaleza de Santa Tecla (reocupada) e da concentração defronte ao passo N.S. da Conceição do Jaguarão (Centurión), para barrar ali uma possível reação do Marquês de Sobremonte, governador de Montevidéu, contra a expansão de Portugal sobre o território entre os rios Piratini e rio Jaguarão, conquistados por Portugal nesta guerra, junto com os Sete Povos das Missões.

Em 1808, aos 25 anos, foi promovido a furriel de Milícias. Mas voltou-se também para a conquista da fortuna, o que conseguiu ao final de algum tempo.

Tornou-se um dos maiores e até lendários estancieiros rio-grandenses, no disputado território entre Portugal e Espanha compreendido pela antiga estância jesuítica Japejú, em território atualmente compreendido pelos atuais municípios de Alegrete, Uruguaiana, Quaraí e Barra do Quaraí, que ele ajudou a incorporar ao Brasil Lendário, através principalmente da lenda Salamanca do Jarau, colhida por J. Simões Lopes Neto.

Na guerra 1811-12, integrando O Exército

Pacificador da Banda Oriental, ao comando de D. Diogo de Souza, Capitão General e Governador do atual Rio Grande do Sul se destacou no ataque a Paissandú, na liderança de 60 milicianos. Isto lhe valeu a promoção a tenente, em 17 de dezembro de 1813.

Na guerra contra Artigas 1816-17, o Tenente Bento Manuel evidenciou o seu valor, ousadia e intrepidez em diversas ações. Foi citado

nominalmente em diversas ordens do dia. Por haver derrotado em Belém, na linha do Quaraí, em 7 de setembro de 1817, o chefe oriental D. José Verdum, que ele capturou com outros oficiais e todo o armamento, foi efetivado no posto de “Capitão de Milícias “ pelo distinto comportamento com que se houve na ação“.

Atuou no combate de Guabiju, em abril de 1818, onde Aranda sofreu pesada derrota que veio reforçar o arsenal e remonta do Império.

Em 26 Mai ele dirigiu, na outra margem do Uruguai, bem sucedida surpresa contra Artigas. Trouxe farta presa de guerra (cavalos, armas, munições etc.).

Em seqüência foi elogiado e promovido a major. Repetiu este feito em Queguai-Chico. Em 28 de fevereiro de 1815 infligiu pesada derrota a Frutuoso Rivera, no Arroio Grande, com grandes presas de guerra. Isto lhe valeu a promoção, em 17 de março de 1820, a tenente coronel “ por distinção no combate de Arroio Grande“. Aí teve a instruir-lhe o Marechal Joaquim Xavier Curado, filho

de Pirenópolis, Goiás.

A independência do Brasil vai encontrá-lo na defesa da Fronteira do Brasil, com base em suas estâncias junto a fronteira em Quaraí e Alegrete atuais. Foi promovido aos 39 anos a coronel graduado do 22° Regimento de Milícias de Rio Pardo. Regimento integrado por estancieiros e seus homens, que haviam se estabelecido no antigo distrito espanhol de Entre Rios (entre os rios Uruguai, Ibicui, Santa Maria e Quaraí). A esta altura já era um mestre na Guerra à gaúcha, que ele aprendeu na Academia Militar das Coxilhas “vendo, tratando e pelejando”.

Esta guerra, segundo o Barão do Rio Branco, foi o período áureo de Bento Manuel, tendo se destacado nas ações de Belém, Calera de Berquió, Perucho-Berin e Arroio de La China.

Guerra da Cisplatina, 1825-1828

Nesta guerra, Bento Manoel colocou-se na frente de seu 22° Regimento de Milícias e internou-se na campanha da Província Cisplatina do Brasil (o atual Uruguai). Em 3 de setembro de 1825 bateu Frutuoso Rivera no arroio d’Aquila, sendo recebido em triunfo em Montevidéu.

No dia 12 de outubro de 1825, por várias circunstâncias adversas, provou o sabor de derrota em Sarandi, junto com o Coronel Bento Gonçalves, conforme foi contado pelo Alferes Manoel Luiz Osório que participou da batalha. Durante a retirada, segundo a tradição, conta-se que o Coronel Bento Manuel, admirado da atuação do Alferes Osório, hoje patrono da Cavalaria do Exército, e semelhante a sua quando na mesma idade, teria dito. “ É para aquele que vou deixar um dia a minha lança, na certeza que ele a levará mais longe do que eu a levei ”.

Em 5 de novembro de 1826, derrotou na Capela do Rosário (Corrientes), depois de atravessar o rio Uruguai, o inimigo lá concentrado. Capturou farta presa de guerra. Comandava desde 9 de março de 1826 uma brigada, como coronel efetivo.

Durante as marchas estratégicas dos exércitos argentino de Alvear e o imperial de Barbacena, Bento Manuel Ribeiro, na vanguarda, com sua brigada integrada por dois regimentos de Milícias afastou-se em demasia do grosso do Exército do Sul, este ao comando do Marquês de Barbacena.

E acreditou num movimento inimigo feito para iludi-lo. Em função dessa falsa possibilidade inimiga, a qual teria transmitido ao Marquês de Barbacena, terminou por ausente da batalha de Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827, onde deveria estar ocupando a Ala Esquerda do Exército, o ponto crítico da defesa brasileira.Em seu local foi colocada a vanguarda do Barão do Serro Largo, Marechal José de Abreu, constituída de um punhado de desertores, paisanos mal montados e sem efetivo preparo para receber os ataques da Cavalaria inimiga.

Disto resultou o Marechal Abreu vir morrer com os seus homens, vítimas dos

tiros amigos e das lanças e espadas inimigas em choque.

Esta ausência de Bento Manuel da batalha teve imensa repercussão tática negativa, para a sorte das armas brasileiras. Por isto tem sido muito discutida a sua atuação entre os estudiosos do assunto. O que focalizamos no nosso livro a ser lançado em breve: **2002-Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário**.

Bento Manuel, o fiel da balança na

Revolução Farroupilha

A situação de Bento Manuel imediatamente anterior à Revolução era a seguinte: Desde 27 de agosto de 1825 ingressara na 1ª Linha do Exército Imperial, como coronel de Estado-Maior. Era já um opulento estancieiro em Quaraí e Alegrete atuais, bastante relacionado e respeitado por seu valor militar e liderança política. Seu perfil era o de um caudilho, a que foi obrigado, pelas suas circunstâncias a se tornar um deles, para se defender, tratar e vencer caudilhos argentinos, correntinos, missioneiros e orientais do outro lado do Quaraí e Uruguai, que disputavam a posse do já citado território entre os rios Uruguai. Ibicuí, Santa Maria e Quaraí. Território sobre o qual incidiam interesses geopolíticos argentinos, paraguaios, orientais e espanhóis. Estes, assumidos pela rainha Carlota de Portugal em defesa de seu irmão D. Fernando, Rei de Espanha, prisioneiro de Napoleão. E neste território a atuação de Bento Manoel na defesa vitoriosa de interesses da rainha Carlota, que coincidiam com os seus, se tornou um ícone.

Bento Manoel possuía temperamento incomum, merecedor de um ensaio psicológico, por mestres do assunto, para ajudar a explicá-lo. E o General Souza Docca o ensaiou sob este aspecto. E também sua ação integral nesta área está a merecer um estudo.

Com a Abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831 e até dezembro de 1834, Bento Manoel comandou a guarnição e a Fronteira do Rio Pardo. Foi substituído na função por um desafeto, por ato do Presidente da Província Fernandes Braga, e seguramente por indicação do comandante - das- Armas da mesma, o Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto. Esta circunstância muito pesou na decisão de Bento Manuel de ajudar a derrubar o governo, aderindo à Revolução Farroupilha, feita contra o mesmo.

Sobre ele escreveu mais tarde o veterano farrapo Ten Caldeira, em Canguçu, que privou com todas as lideranças farrapas:

“Bento Manuel era um militar de muita tática na guerra. E possuía muito conhecimento dos habitantes da campanha da nossa Província e também era de muito prestígio. O procedimento dele durante a Revolução é público e notório.

Quando a legalidade estava caída, ele, com sua presença dava-lhe vida e quando a causa da República precisava alento, ele lhe dava."

Como se verá, seu apoio, ora à Revolução Farroupilha, ora Império, sempre desequilibrou o fiel da balança para o lado que ele lutava. Assim tomou parte ativa e proeminente na revolução de 20 de setembro a dezembro de 1835, que derrubou o Presidente Fernandes Braga e o Marechal Sebastião Barreto, Comandante - das - Armas, e em cujas funções ele foi colocado pela revolução que passou a dominar por completo toda a Província do Rio Grande.

Ao passar para o lado legal, a convite do novo Presidente, enviado pela Regência, e seu amigo, o Dr. José de Araújo Ribeiro, mais tarde Visconde do Rio Grande, desequilibrou as forças em luta, em favor do Império. Pois lhe satisfizera a derrubada do Presidente da Província e seu comandante de Armas, cujas funções passou a ocupar. E o Tenente Osório, futuro patrono da Cavalaria, se satisfez com a solução e não prosseguiu na revolução, embora republicano, por estar convicto que o momento para a República não era o ideal.

Durante sua primeira luta pela causa imperial de dezembro de 1836 a 23 de março de 1837, ou por cerca de 13 meses, sua participação foi decisiva no campo estratégico:

A reconquista Imperial da cidade do Rio Grande, foi incruenta e ocorreu por hábil manobra política sua e do novo presidente que lá assumiu suas funções.

Reconquista de cidade de Rio Grande que assim se projeta:

Passou a servir de base de partida de reforços navais e terrestres, enviados pela Regência, para combater a Revolução, além de negar aos revolucionários um porto marítimo para desenvolverem suas marinhas de guerra e mercante, ou seu poder marítimo.

Para distrair atenções para si, engajando forças ao comando de Bento Gonçalves, essenciais à tentativa de conquista do Rio Grande.

E disto resultou por manobra política incruenta, repito:

- A queda definitiva de Porto Alegre em mãos imperiais, prisão de 36 revolucionários importantes e liberação da ligação lacustre imperial, Porto Alegre - Rio Grande.
- A prisão de Bento Gonçalves, na ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836, com o concurso naval.
- A desistência do ataque a Rio Grande, a partir de Pelotas, pelo Major João Manuel de Lima e Silva que o substituiu, no Comando - das - Armas revolucionário .
- A proclamação da República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836, no Campo do Menezes.
- O abandono de Pelotas pelos agora republicanos revolucionários, em direção da Serra dos Tapes, para Piratini, então escolhida capital da nova República.
- A retirada dos farrapos de Piratini, em direção à fronteira, sob o comando

do então do 1º general farrapo João Manoel, seguida de internação, ao comando de Antônio Netto, no atual Uruguai, tudo sob ameaça de Bento Manoel em Caçapava.

Esta atuação estratégica brilhante valeu-lhe promoção a brigadeiro do Império.

E com a Revolução Farroupilha nos estertores foi lutar por ela mais uma vez. E isto ocorreu de 23 de março de 1837 a 18 de julho de 1839, pelo espaço de cerca de 2 anos e 3 meses, período áureo da República com capitais em Piratini e Caçapava e quando ela implantou sua estrutura. E, além disso, foi conquistada Laguna-SC, em julho de 1839 e lá proclamada a República Juliana.

Quando cobria a Fronteira do Uruguai, contra o General Netto e suas forças lá emigradas, conheceu a substituição humilhante do Presidente Araújo Ribeiro, seu amigo, com o que não concordou.

Entrou em rota de colisão com o novo Presidente da Província, o Brigadeiro Antero José de Brito, que ordenou que Araujo Ribeiro deixasse logo a Província para não atrapalhar, foi extremamente inábil politicamente e radical com Bento Manuel, acusando- o de incompetente, por incapaz de pôr logo um fim à Revolução. E decidiu destituí-lo do Comando-das- Armas. E foi mais além - tentou prendê-lo! Era um homem impulsivo! Antes da proclamação da Independência, por um levante que tentou liderar em Porto Alegre, foi preso e condenado por lesa majestade. Mais tarde foi o encarregado na Bahia de efetuar a prisão do Marechal Pedro Labatut. E saiu a campo para prender o Brigadeiro Bento Manoel. Mas ao pretender tosquiar saiu tosquiado, pois foi aprisionado por Bento Manoel junto a uma de suas estâncias no passo do Itapevi, em 23 de março de 1837, em Alegrete atual, onde Bento Manoel era o maior líder político e o mais próspero estancieiro.

E como medida de segurança para si entregou o presidente Antero a generais orientais em cujas mãos ele permaneceu por 9 meses até ser trocado em Viamão por um oficial farrapo. E o Brigadeiro Antero retornou para o Rio, onde exerceu funções burocráticas pelo resto de sua carreira.

Fora enorme o prejuízo causado com sua inabilidade política classificada como “burrice emocional”, antônimo de inteligência emocional, tão em moda hoje e o que lhe faltou.

Os farrapos, que estavam na pior, acolheram Bento Manoel com o maior entusiasmo.

Em 21 de abril de 1837, um mês decorrido da prisão do Brigadeiro Antero foi instaurado pelo Império um processo contra Bento Manuel e seu filho Sebastião “por crime de sedição e rebelião e também cúmplice de roubo “.

Entre passar à situação de fora-da-lei, perseguido pela República e pelo Império, aceitou o convite de aderir à causa farrapa. Não lhe restava outra

alternativa.

Na explicação de seu comportamento contra o Brigadeiro Antero sugeriu ao vice-presidente da Província, Marechal Chagas Santos, que a presidência fosse passada para o vice-presidente da Província que mais voto recebera para o cargo e como Comandante das Armas um brigadeiro filho do Marechal João de Deus Nunes e visconde de São Gabriel. E não foi considerada e nem resposta teve sua idéia. E o Império teve um imenso prejuízo com o prolongamento da Revolução Farroupilha, que estava internada no Uruguai sob pressão de Bento Manoel. E ela retornou ao Rio Grande e se agigantou com Bento Manuel.

Pela segunda vez no lado revolucionário

Os farrapos, em maus lençóis, o receberam com imenso júbilo. Foi nomeado comandante das divisões da Direita e do Centro do Exército da República Rio-Grandense. Exército cujo comandante-em-chefe interino, na ausência de Bento Gonçalves, era o General Antônio Netto. E ele mostrou serviço:

Em 7 de abril de 1837 reconquistou Caçapava. Em 8 de junho de 1837 bateu-se com Sebastião Barreto no arroio Santa Bárbara, em Cruz Alta, sendo ferido na ação. Em 30 de outubro de 1837, na coxilha do Espinilho, bateu seu aliado de ontem, o Cel Manoel dos Santos Loureiro. Enquanto isto, Netto mantinha sob cerco terrestre Porto Alegre. Em 16 de dezembro de 1837, Bento Gonçalves retornou da prisão onde fora colocado, depois de preso por Bento Manuel.

Decorridos 15 dias, de seu retorno, em 29 de dezembro de 1837, ele promoveu Bento Manuel, que era brigadeiro pelo Império, a general da República. E continuou no comando das divisões da Direita e Centro, diretamente subordinado a Bento Gonçalves, como Presidente e Comandante-em-Chefe do Exército, mas cercado de todas as atenções, respeito e considerações.

Em 31 de janeiro de 1838, no Caí, Bento Manuel tomou em ação duas canhoneiras. Elas foram incorporadas à Marinha da República, ao comando do então Giusepe Garibaldi e mais tarde o herói maior da unificação da Itália, além de “ o homem de ação de seu século “.

Em 30 de abril 1838 comandou o Exército da República na vitória de Rio Pardo, a maior dos republicanos e caracterizada pela combinação de armas e até da construção de uma ponte, conforme abordamos, junto com a Batalha do Seival, em **O Exército farrapo e seus chefes** v.2. E ali derrotou seu grande desafeto, o Marechal Sebastião Barreto, que o levara a aderir à Revolução.

Reconquistar Porto Alegre era o sonho dos dois Bentos, que se encontraram em Encruzilhada. Mas faltavam cavalhadas, e os imperiais se fortificavam e mantinham aberta a linha de suprimento geral (lacustre) Rio-Grande Porto Alegre,

a despeito da interferência de Garibaldi, com sua pequena esquadra dos barcos Seival e Farroupilha neutralizada com a navegação imperial em comboios. E sobre este assunto produzimos **Porto Alegre, memória dos sítios farrapos e da Administração de Caxias**. Brasília: EGGCF,1989.

Os farrapos dominavam a campanha e recebiam apoio externo pelas fronteiras com Uruguai e Argentina. Os imperiais dominavam Rio Grande, São José do Norte, Porto Alegre e a navegação interior do Rio Grande do Sul.

Em 25 de julho de 1839, David Canabarro proclamou, em Laguna, a efêmera República Juliana, que serviria para porto de mar, de onde a República, recorrendo à guerra de corso, pudesse prejudicar a navegação imperial, em alto mar.

Abandono definitivo dos farrapos

Em 18 de julho de 1839, quando a causa farrapa se desenvolvia ainda bem, Bento Manuel a abandonou, através de carta circunstanciada dirigida ao Ministro da Guerra da República, José Mariano de Mattos. Este, era carioca, com curso de Artilharia na Escola Militar do Largo do São Francisco, comandante da unidade de Artilharia do Exército da Província e que a revoltara. Mais tarde, foi Ajudante General de Caxias na guerra contra Oribe e Rosas, 1851/52. Foi Ministro da Guerra do Império em 1864. O brasão do Estado do Rio Grande do Sul é de sua autoria e se constitui no primitivo brasão farrapo adotado pela Constituinte de 1891. Basicamente, Bento Manoel alegou haver recebido ingratidões do Brasil, depois de sacrifícios superiores ao esforço humano, na defesa de sua Integridade, como a desconsideração do Marechal Antero de Brito que o tentou prender. Que pressagiava ingratidões semelhantes dos farrapos, que hoje o lisonjeavam.

Protestou contra a promoção a tenente coronel e nomeação para comandante do 2° Batalhão de Caçadores, do baiano Francisco José da Rocha, o qual havia repreendido asperamente por insubordinação. Fatos que tomou conhecimento através da leitura do jornal farrapo **O Povo**. Creio que nenhum chefe militar que se preze aceitaria isto. O tenente coronel Rocha, que biografo em **O Exército Farrapo e os seus chefes** v.2, era a maior autoridade maçônica na Província.

Bento Manuel havia sido decisivo na prisão de Bento Gonçalves e seu envio para o forte do Mar, de onde fora libertado, acreditamos, com a ajuda do citado oficial baiano, o qual teria acompanhou Bento Gonçalves ao Sul.

E concluiu Bento Manoel em sua carta em que se exonerou dos serviços à República:

“Hoje, já próximo da sepultura (54 anos) e cheio de cãs ganhadas em árduos

serviços à pátria prestados, não posso nem devo tolerar que, por um obscuro baiano, fira. V. Excia e Exmo governo minha honra e pundonor militar “ .

Bento Gonçalves tentou de tudo para demovê-lo, mas sem resultado. E desistiu ao ver a carta de Bento Manoel publicada. Foi um grande e gravíssimo cochilo do Governo Farrapo. Em realidade, Bento Manuel foi desautorizado e sem outra alternativa, que não a de deixar o serviço da República. Assim, de 18 de julho de 1839 a 9 de novembro de 1842, chegada de Caxias, ou por cerca de 3 anos e 4 meses, Bento Manuel permaneceu neutro, ora no Uruguai, ora em sua estância no Jarau e sob a ameaça de ser preso pelo Império.

Com a chegada de Caxias, Bento Manuel foi anistiado pelo Governo Imperial e assim ele e seu filho deixaram de responder por crime de rebelião, sedição e roubo, passando a colaborar no combate aos republicanos.

A mancada da promoção, da exaltação e de confiar um comando ao Ten Cel Francisco José da Rocha sem consultar Bento Manoel, foi mortal para o destino da Revolução. Foi outra burrice emocional, agora dos farrapos, a qual não deixou nenhuma chance para ser corrigida por Bento Gonçalves.

Em 26 de maio de 1843 ele lutou, pelo Império em Ponche Verde, onde foi ferido duas vezes no peito, tendo, em movimento dificílimo, uma inspiração tática que adotou e o salvou da derrota certa.

Em 29 de julho de 1844, evitou combate no Pai- Passo, com os revolucionários mais fortes que ele.

Bento Manuel, segundo Caxias

Bento Manuel recebeu de Caxias o comando de uma Divisão. Desempenhou então decisiva ação militar na perseguição aos republicanos, até a conclusão da Paz de Ponche Verde, em 1° de março de 1845.

Caxias, julgava impolítico dar-lhe comando, mas acreditava que Bento Manuel lhe seria útil, como de fato o foi, “suprindo-me naquilo que me faltava, que é o conhecimento prático do Rio Grande e com suas relações na campanha, de que espera obter mais alguma gente de Cavalaria e Cavalos “ .

Ao Caxias dirigir proclamação aos farrapos, em 9 de novembro de 1842, o jornal farrapo **Americano** assim a comentou em certo trecho:

“Caxias não traz a faculdade de atemorizar com pragas, mas traz Bento Manuel e seu filho, que valem por todas as pragas do Egito. Se o nome de S. Excia, Caxias, pela fama de sua habilidade estratégica, era capaz de nos inspirar temor, que receio não incutirá agora...”

Caxias, em ofício de 31 de março de 1843, escreveu:

“Até hoje nenhum dos chefes a quem Bento Manuel escreveu, e com os quais contava se apresentou. Pelo contrário, continuam a servir a favor da revolta

como dantes, sendo suas respostas dadas bocalmente ao portador das cartas do referido brigadeiro. E não mereciam resposta nenhuma suas proposições, dando a entender que nada com ele haviam tratado a semelhante respeito. “

Caxias, em ofício de 4 de maio de 1844 ao Ministro da Guerra esclareceu:

“Logo que fiz junção com a 1ª Divisão, um requerimento me foi dirigido em nome dos soldados, pedindo serem desligados do comando do Brigadeiro Bento Manuel. Não dissimularei a V. Excia que esta mostra de desobediência e má vontade de alguns chefes dessa Província provém, como é notório, da indisposição e ódio que votam à pessoa do Brigadeiro Bento Manuel, com quem não desejam servir. Ódios que com bastante esforços e persistência tenho conseguido dissipar, se não em todos os filhos dessa Província, ao menos na maior parte do Exército.“ Vale lembrar que em 27 de agosto de 1825, ele ingressara na 1a linha do Exército Imperial como Oficial de Estado -Maior.

Com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, ele passou a comandar a Fronteira do Rio Pardo, que abrangia Alegrete, a qual, por seu prestígio, passou à vila e município, por lei da Regência, de 25 de Out de 1831.

Município e vila de Alegrete a que passaram a pertencer todas as terras do primitivo Distrito Espanhol de Entre Rios, abrangendo, além de Alegrete atual, mais os atuais Santana, Quaraí, Uruguaiana, Barra do Quaraí e parte do de Rosário e D. Pedrito. Área conquistada e povoada por luso- brasileiros de 1801 a 1828, quando passou em definitivo a pertencer ao Brasil, com a Independência do Uruguai pelo Tratado Preliminar de 1828.

A partir de 1812, D. Diogo de Souza passou a doar terras nesta região a militares, que passaram a povoá-la, desenvolvê-la e defendê-la. Mas desde a Guerra de 1801 luso-brasileiros começaram a nela estabelecer suas estâncias e entre eles Bento Manoel .

A influência da cultura castrense gaúcha na atual área da 2ª Bda C Mec (Com apoio em interpretação de Oliveira Vianna).

A interpretação a seguir, de Francisco José de Oliveira Vianna na obra **Populações Meridionais do Brasil:** Rio de Janeiro,1952, caiu como uma luva para entender-se a atuação e a liderança política, econômica e militar de Bento Manoel na mencionada região. Senão vejamos o que escreveu Oliveira Vianna:

“Na verdade, educada sob o regime da premência guerreira e de uma férrea disciplina militar aquela população acabou tendo pelo homem de espada uma espécie de respeito religioso e uma confiança integral. Todos acorriam a eles nas suas dúvidas e acatavam os seus julgamentos e conselhos com submissão mista de veneração e orgulhos:“

E mais adiante, ao abordar antigos militares aos quais D. Diogo de Souza doou terras naquela região:

“Egressos da farda, esses homens levaram, destarte, para a vida das estâncias, o vinco da disciplina militar, o hábito da obediência, o sentimento da hierarquia e da autoridade. Incorporados à classe aristocrática dos pampas - à sua oligarquia estanciária - foi neles que os altos representantes do poder colonial ou imperial encontraram os mais austeros respeitadores da sua autoridade.

Não foi só. Dessa aristocracia pastoril, os elementos que não tinham, como os militares acima nomeados, uma origem militar, tinham, em regra, uma educação militar. Porque, se havia soldados que se faziam estancieiros, havia estancieiros que se faziam soldados. E eram quase todos. Já vimos que todos os estancieiros da fronteira, por ocasião das guerras e das invasões platinas, eram naturalmente levados a se tornarem poderosos caudilhos, valentes capitaneadores dos bandos da peonagem recrutada de improviso, formada do centro de agrupação da população da campanha, tornados em falanges particulares de paisanos ou guerrilheiros. Eram incorporados aos exércitos em marcha. Eles eram verdadeiros soldados, sujeitos aos rigores da disciplina militar.

Terminada a guerra, esses caudilhos paisanos tornavam aos seus pagos amados, em companhia dos seus numerosos guerrilheiros.

Estes ensarilhavam as suas lanças, mas continuavam a ser aqueles caudilhos improvisados em face da agressão, os seus mesmos chefes civis, os seus mesmos capitães dos tempos de guerra. E continuavam a ser os seus mesmos patrões nos tempos de paz.

O caudilho de há pouco era agora, cessada a guerra, apenas o dono da estância que os conduzira à guerra. Camarada e amigo dos seus antigos soldados, estes, agora tornados à sua faina de peões e capatazes, continuavam a manter a mesma obediência militar. Como lha prestavam no campo da guerra, continuavam agora a prestá-la, já em pleno regime de paz e de trabalho.

Pondo agora em jogo as leis da imitação social, atuando numa sociedade em que eram extremas as predileções militares, podeis agora imaginar que esplêndidos, que inestimáveis, que eficacíssimos agentes de transmissão de hábitos, de hierarquia e disciplina não eram, para o resto da população, estes galhardos guerrilheiros licenciados, vindos das campanhas do Prata! “

E Bento Manuel Ribeiro, que se estabelecera com várias estâncias na região, mais David Canabarro em 1833, próximo a Santana atual e Chico Pedro de Abreu, traduzem o que Oliveira Viana interpretou.

Na falta de unidades militares naquela movimentada e ameaçada fronteira, eles supriram esta lacuna transformando o pessoal e sede de suas estâncias em pequenos pontos ativos de vigilância da fronteira e as mobilizando com as demais ao primeiro sinal de perigo sob a forma de Regimentos de Milícias.

Foi esta uma solução eficaz e econômica para o Império manter a Soberania

e a Integridade em suas fronteiras nos rios Uruguai e Quaraí.

Bento Manoel e Alegrete

Vencida a Revolução Farroupilha e assumindo Bento Manoel Ribeiro o Comando das Armas do Rio Grande, tratou de conseguir, como citado, a transferência do 3ª Regimento de Cavalaria para Alegrete, para ali reforçar as forças militares milicianas. Assunto que se insere no seguinte contexto, que encerra preciosas lições de história:

No Rio de Janeiro a Regência se empenhava em sustentar as doutrinas e os liberais que lideraram em 7 de abril de 1831 a revolução que obrigou D. Pedro I abdicar em favor de seu filho. Revolução que teve o apoio constrangido do Exército, como alternativa para preservar a Monarquia.

Dentro deste contexto, tendo como falsa justificativa um possível conflito entre o Paraguai e Corrientes, o Executivo da Província transferiu o 3° Regimento de Cavalaria de Porto Alegre para Alegrete, onde se constituiu na primeira unidade de linha a ali estacionar. E esta a pedido do Coronel Bento Manoel Ribeiro ao Presidente da Província, Araujo Ribeiro.

E por sua vez a Regência transferiu de Porto Alegre, por ordem de 22 Mar 1834 mais as seguintes unidades: o 8° Batalhão de Caçadores para São Borja, ao comando do Major João Manoel da Lima e Silva, que viria a ser o primeiro General da Republica Rio Grandense, tio do futuro Barão de Caxias e que o estudamos em **O Exército Farrapo e seus chefes.**

O 1° Regimento de Artilharia de Porto Alegre para Rio Pardo, ao comando do Major José Mariano de Matos, já abordado antes.

Ele figura como o 1º comandante do atual 22° Grupo de Artilharia de Campanha -Grupo Uruguaiana, conforme a obra **De São Gabriel a Uruguaiana**. Santa Maria: Pallotti,2001. Obra editada por comissão presidida pelo Cap Antônio Carlos dos Reis e nomeada pelo Cel José Júlio Dias Barreto, comandante do Grupo.

Em realidade a Revolução Farroupilha, que evoluiu para República Rio Grandense, foi sustentada pela guarnição do Exército, e fazendeiros e charqueadores. Os militares, motivados pela disfarçada e irresponsável redução dos efetivos do Exército promovida pelas lideranças liberais do 7 de abril.

E tudo resultado das atitudes hostis e antimilitares de lideranças liberais influentes na Sociedade Brasileira, logo após a Independência, adeptos das “políticas de erradicação” do Exército e da Marinha, partindo das seguintes premissas:

“Forças Armadas numerosas e permanentes são uma ameaça À liberdade

- À democracia

- À prosperidade econômica
- À paz".

No esforço de constitucionalizar-se a monarquia em 1823, três anos antes de Passo do Rosário, projeto neste sentido procurava reduzir o Exército à posição mais insignificante, confiná-lo nas fronteiras e litoral, para segurança externa, afastá-lo dos centros de decisões políticas e descentralizar o seu controle entre a Assembléia Legislativa e os Presidentes de Província.

Os últimos por possuírem capacidade presumida, auxiliados por milícias encarregadas da segurança interna, de neutralizar qualquer ação do Exército, em caso grave de conflitos entre poderes e de tentar recompor, no Executivo ou no Imperador, a Unidade Nacional ameaçada.

A abdicação de D Pedro I forneceu os argumentos para aquelas mesmas lideranças liberais, 4 anos após Passo do Rosário, para erradicar o Exército, sob a acusação de indisciplina, que elas próprias fomentaram, e criar uma Guarda Nacional mais forte que o Exército e servil a interesses menores de grupos, se comparados com o interesse nacional.

Para adeptos influentes da erradicação do Exército, no 1° Império, significava desarmar o Poder Central ou Imperador, para que não viesse a usar a força contra movimentos de autonomia regionais e tentativas de subverter o regime monárquico.

O ciclo revolucionário 1831-1841 em que a Unidade Nacional foi seriamente ameaçada, foi uma conseqüência da malfadada política liberal de erradicação do Exército, que assumindo formas claras ou sutis, perdurou por mais de um século.

Situação que alguns pensadores atuais apontam insistentemente estar em curso desde que o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo há 8 anos e ora continuada pelo atual Governo, o que precisa ser confirmado ou negado nos termos da análise a seguir do Cel Art Pqdt Ref Adalto Luiz Lupi Barreiros, extraída de alentado estudo que nos chegou e que merece ser refletido e considerado se está de volta ou não a política de erradicação das Forças Armadas do Brasil, como na Regência de 1831-45 e que tão graves e sangrentas conseqüências trouxe para a Família Brasileira. E escreveu o Cel Adalto:

A alteração da estrutura militar, caracterizada pelo seu ápice (a criação do Ministério da Defesa), nada teve a ver com uma mudança para aumentar a operacionalidade das forças de mar, terra e ar, propiciar uma significativo avanço nos sistemas de planejamento da defesa, de material ou de equipamento militares, no sistema de armas, nos sistemas logísticos das Forças Singulares ou no adestramento do contingente recrutável pelo sistema de serviço militar.

Foi a forma encontrada para prover o afastamento dos militares do processo de decisão governamental. Atendeu, portanto, aos paradigmas da globalização para as FAAA. Atendeu, em segundo, à revanche política agregada à falsa defesa

dos preceitos da vida democrática. Houve, de início, uma tentativa solerte de mudar a destinação constitucional das FFAA, na Constituinte de 1988. Ainda bem que infrutífera. A pretensa submissão ao poder civil, que teria surgido com essa mudança, não passa de um grande equívoco político, uma armadilha que deserve ao país, e vendida como se fosse um instrumento de preservação do regime democrático. Acessoriamente, atende à voracidade do revanchismo político, que não fez, nunca, jus à grandeza do espírito da anistia dos brasileiros.

Associada e feita quando haveria escassez de recursos orçamentários para sua dotação, imposta pelas políticas de governo, foi um golpe completo em sua capacidade operacional! Mas, pior que isso, de um sucateamento de meios militares que ultrapassou todos os limites da sensatez com problemas de segurança.

Para sermos claros, nenhum poder dissuasório real restou efetivamente capaz de prover a defesa externa e restaram mínimos os meios para cumprimento de suas missões constitucionais, tais as restrições que foram impostas às Forças Singulares, durante décadas. No meio dessas limitações de toda ordem, passou-se a atingir os quadros, com forte desestímulo profissional, embrionado por desacertos salariais sucessivos, descaso com políticas de carreira, restrições crescentes na parte assistencial, ameaças e falácias sobre seu sistema de previdência e desprestígio notório.

Por fim, descaso completo com a razão de ser do soldado - o preparo diário e perene para a guerra, ainda que jamais aconteça. O corpo militar da nação pode ficar por anos sem entrar em um conflito, mas não pode ficar um só dia sem se bem preparar para ele. Este preparo implica em material e treinamento. Ambos foram sonegados ao Brasil. Nesta última campanha sucessória até a extinção do serviço militar entrou na pauta dos "democratas", além de ser defendida, estranhamente, em comemorações de centrais sindicais, sem que, sequer, qualquer deles soubesse, ainda que por noção primária, quais as conseqüências ou do que se trata uma medida dessa natureza, num pais como o Brasil .

A moldura e fecho de tudo isso foi fornecido, permanente e universalmente, pela mídia, numa enxurrada diária de agressões e acusações, a maioria das vezes sem fundamento nenhum, por anos a fio.

Os governos militares abrigaram todos os demônios da nação e os militares foram os vampiros dos direitos civis. Aos adversários do regime pós movimento de 64, a anistia forneceu a canonização de seus santos - todos patriotas imaculados - e a idolatria de suas vitimas, ainda que, entre eles, o tal esquecimento unilateral não consiga esconder que foram de seu meio que surgiram os vendilhões do país e os fabricantes das monumentais dívidas que os companheiros de agora herdaram pelo voto majoritário, com todas as suas

conseqüências.

Seguem-se as iniciativas do novo governo. Engajamento no Fome Zero, (depois de ela ser evitada nas Forças Armadas com a dispensa de 40.000 recrutas no governo anterior) suspensão da compra de aeronaves e emprego na recuperação da malha viária do país, também destruída pelo descaso, corrupção e despreparo do governo que findou, com as mesmas falácias com que nos brindou com a desconstrução do sistema energético brasileiro, nos legou o apagão da luz (e da inteligência nacional), os negócios escusos e as tarifas crescentes que engordaram os lucros dos seus compradores estrangeiros.

De quebra, não sem objetivos escusos, as novas, velhas e enganosas justificativas sobre a previdência dos militares, jogando-os contra os trabalhadores. Vamos tratar deles. Mantida a estrutura militar ineficiente e deformada, a começar pelo organismo da Presidência da República (o gabinete de Segurança Institucional), o programa Fome Zero, embora eivado de realidade social, pretende usar o sistema militar para alavancar parte do conjunto de ações dessa iniciativa governamental.

Certamente no transporte e distribuição de alimentos! Uma missão complementar. Dizem os falsos "entendidos" em questões militares - as ameaças à nossa integridade territorial ou à soberania, justificam e permitem que a atividade - fim seja relegada a um segundo plano por um tempo (mais um tempo), de forma que os contingentes militares podem se engajar numa atividade complementar, até que os objetivos do governo sejam alcançados e promessas políticas sejam resgatadas.”

Enfim, estas considerações do Cel Adalto merecem ser debatidas e esclarecidas pelos envolvidos e atingidos pelas conseqüências das mesmas.

Daí podemos lembrar o seguinte ensinamento da História, como mestra das mestras:

A expressão militar do Poder Nacional não pode ser improvisada. Ela exige um esforço de toda a Sociedade, como o seu braço armado, no sentido de bem organizá-la, equipá-la, motivá-la e adestrá-la. Enfim, uma Doutrina Militar dinâmica que assegure o seu eficiente emprego e, sobretudo, resultados positivos.

Como Bento Manoel explicou em Alegrete a sua saída da Revolução em 1836

Feitas as considerações do Cel Adalto recordo que vereadores, fazendeiros e militares de Alegrete desejavam entrar em acordo com seu líder Bento Manoel também deputado provincial por Alegrete, com vistas a pacificar a Província.

Deixando a Revolução em apoio ao novo presidente da Província, Marciano

Pinto Ribeiro, nomeado pela Regência para substituir o presidente que ajudara a depor, o Dr. Fernandes Braga, Bento Manoel sugeriu à Câmara de Alegrete que fizesse uma proclamação ao seu povo, para apoiar o novo Presidente, o que ela fez, proclamando a certa altura:

"Proclamação

Habitantes do Termo de Alegrete. A Pátria está em perigo e no mais eminente e ruinoso que a poderia ameaçar.

Habitantes do Termo de Alegrete. A causa (da pacificação) é de interesse público e de conveniência de todos. É com alguns sacrifícios que se conseguem os bons finais.

Se vós prestardes a apoiar, os alucinados (farrapos) desanimarão de sua empresa. Se vos negardes (a apoiar) a este útil trabalho (a pacificação) eles (farrapos) se julgarão com forças bastante e levarão avante seus planos e então todos abismaremos.

"Às armas, cidadãos! Às armas, brasileiros!"

Sala da Câmara Municipal de Alegrete, 5 de janeiro de 1836.

Ass.: Joaquim dos Santos Prado Lima -

Presidente e mais 6 vereadores.

Bento Manoel na Guerra contra Oribe e Rosas e morte

Bento Manoel foi convidado por Caxias para defender a Integridade e a Soberania do Brasil na Guerra contra Oribe e Rosas, 1851-52, aos 68 anos de idade. Coube-lhe o comando da 1ª Divisão integrada por 4 brigadas comandadas pelo brigadeiros Francisco Arruda Câmara, Manoel Marques de Souza (futuro Conde de Porto Alegre) e coronéis João Propício Mena Barreto e Jerônimo Jacinto Pereira. Ele faleceu em Porto Alegre, em 1859. Seu túmulo notável se encontra na entrada do Cemitério de Uruguaiana, capital hoje, da região cenário de suas glorias e brasileira graças em grande parte ao seu valor militar.

E entrou para História controvertido por suas posições, ora a favor dos farrapos, ora ao lado do Império.

Ao lado da sua condenação popular, injusta para a História, o tem defendido em sua atuação o Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, seu contemporâneo na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** .v.31,n o 36,p.384/402, 1868; Alfredo F. Rodrigues no **Almanaque do RGS** de 1907, o General Souza Doca na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul** , n° 11 e 12 em 1923, no 68° aniversário de seu falecimento e principalmente Osvaldo Aranha na Revista **Província de São Pedro, n° 5, em 1946,** onde, em artigo "A Revolução de 35 e a Unidade Nacional" escreveu, entre

outras coisas:

“Garibaldi colocava a sua Pátria, a Itália, acima dos partidos, e das formas de governo Republicano, convicto depois de um certo período, isto não o impediu de aceitar uma Itália monárquica, sob o cetro de um soberano que lhe garantisse a Unidade. Essa é a meu ver a melhor forma de patriotismo.

Na Revolução Farroupilha tivemos um homem com a mesma formação moral: Bento Manoel Ribeiro.

O grande farroupilha foi até certo ponto a figura mais caluniada de nossa História. Não lhe compreendiam as aparentes variações e

transigências. Não lhe perdoavam o monarquismo destoante do espírito da Revolução.

Investigações mais profundas permitiram reconstituir a verdadeira figura moral deste soldado. Esteve com a Revolução enquanto foi necessário desafrontar e libertar o Rio Grande do Sul. Quando a metrópole caiu em si e decidiu fazer-lhe justiça, quando os farrapos receberam o ramo de Oliveira trazido por Caxias, a sua missão estava finda. Não iria fazer o jogo do estrangeiro.

Bento Manoel, embora nascido acidentalmente fora dos pagos, é um dos maiores tipos do Rio Grande. Guerrilheiro e soldado, a sua fé de ofício não inveja a de ninguém. Lutou pelo Rio Grande sem nunca perder de vista a Integridade do Brasil .” E ao finalizar este artigo creio que fornecemos os argumentos para que Bento Manoel Ribeiro seja submetido a um Tribunal da História, para que se resgate a verdadeira dimensão de sua vida e obra, ora seriamente comprometida pela mini-série da A Casa das Sete Mulheres, que o apresenta como um filho do demônio capaz de todas as maldades e a encarnação do Mal.

E tudo com o esquecimento da sua grande projeção em defesa da Unidade, da Soberania e da Integridade do Brasil, e ainda de haver contribuído para que o Brasil conquistasse, pelas armas e pela diplomacia, o rico território entre os rios Uruguai, Ibicuí, Santa Maria e Quaraí, onde funcionou a estância jesuítica de Japeju.

História é verdade e justiça! Urge que se separe o Bento Manuel histórico do Bento Manoel da fantasia que é a minisérie A Casa das Sete Mulheres que penso deveria fazer por imperativo de ética e de justiça a seguinte ressalva, ao seu término:

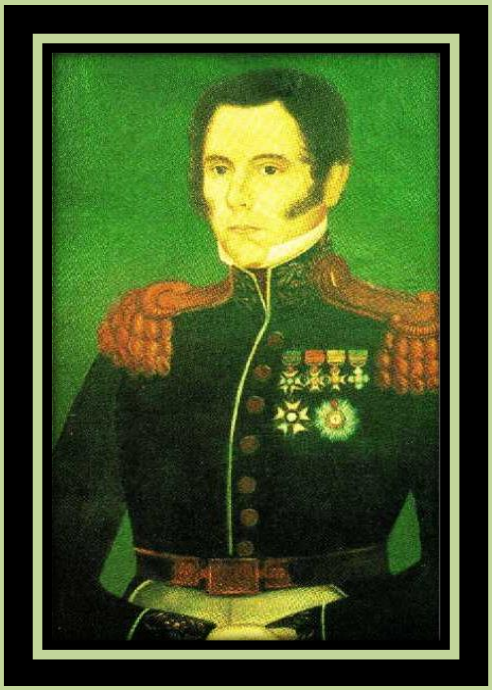
Qualquer semelhança do Bento Manoel da História do Rio Grande com o da fantasia que ele encarna na mini-série A Casa das Sete Mulheres não tem apoio na realidade histórica, a não ser a sua grande capacidade militar.

E mesmo assim seria como recolher-se um saco de penas que foi jogado na ventania como a que demonstrava desprezo pela raça negra, o que não tem amparo na História. E para melhor se entender o que escrevo é necessário os

responsáveis pela mini- série enxergarem um familiar seu no lugar de Bento Manuel. Como se sentiriam? Teriam a consciência que o público separaria a verdade da fantasia?

Reafirmo que a mini-série, como fantasia é excepcional e talvez um marco notável na cinematografia brasileira e que terá grande aceitação internacional. Voltarei, se Deus quiser, focalizando o General Bento Gonçalves da Silva na História.

N° 14 - Bicentenário do Duque de Caxias - Ano 2003



BENTO GONÇALVES DA SILVA

Por Cláudio Moreira Bento

Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS)

A excelente minisérie A casa das sete mulheres, da Globo, tem focalizado justamente, como herói maior do seu enredo, num misto de História e Fantasia, o General Bento Gonçalves da Silva. E como vilão, numa brutal desfiguração de sua real imagem, o paulista de Sorocaba, General Bento Manoel Ribeiro, que o Almanaque de Zero Hora de 2 de fevereiro sintetiza em artigo -Um guerreiro pintado de vilão. Apresentamos a seguir, como já o fizemos com o General Bento Manoel, o perfil histórico de Bento Gonçalves, para que o leitor e pesquisador interessado tenha uma visão da real dimensão do líder da Revolução Farroupilha e presidente da República Rio Grandense de 1836-45. Esta foi a única experiência republicana efetiva no Brasil, antes da Proclamação da República há 113 anos. República Rio

Grandense que exerceu grande influência sobre o Marechal Deodoro da Fonseca, como Presidente da Província do Rio Grande do Sul durante a Questão Militar, através da pregação de Júlio de Castilhos e de Assis Brasil, conforme ele próprio, Deodoro, reconheceu. O último foi o 1º a escrever sobre a Revolução Farroupilha e República Rio Grandense, do ponto de vista dos que as lideraram. Em que pese as lideranças farrapas haverem lutado em defesa da Integridade e da Soberania do Brasil na Guerra do Paraguai, como foi o caso de uma monarquia irradiada do Sudeste, sem levar em conta o quanto a República Rio Grandense contribuiu para a República dos sobreviventes farrapos Canabarro, Netto, Silveira, José Gomes Portinho e outros menos graduados, persistiu na historiografia uma imagem distorcida, fruto fruto de uma monarquia irradiada do Sudeste, sem levar em conta o quanto a República Rio Grandense contribuiu para a República Brasileira, adotada entre nos há 114 anos, contra os 67 anos que durou o Império. Este artigo procura iluminar e conciliar nos integrantes do Exército o quanto Bento Gonçalves contribuiu para as suas gloriosas Tradições.

Prestou assinalados serviços militares à preservação da Soberania e Integridade do Brasil nas Guerras de 1811-12 (Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental), guerras contra Artigas, 1816-17 e 1821, 1 Guerra da Independência do Brasil na Cisplatina, 1822-24 e Guerra da Cisplatina, 1825-28, na qual Bento Gonçalves teve destacada atuação na proteção da junção do Exército do Sul, ao comando de Barbacena, nas margens do arroio Lechiguana, em 5 de fevereiro de 1827, em manobra considerada " obra prima de estratégia". 2 E além disso, na Batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro, no comando da 2ª Brigada de Cavalaria. 3

Porisso, Bento Gonçalves atingiu a condição de coronel de Estado-Maior da 1a linha do Exército Imperial.

Na Revolução Farroupilha foi o seu líder político- militar, tendo sido eleito Presidente da República Rio- Grandense e seu segundo general, mesmo preso no Rio.

Bento Gonçalves foi um grande estudioso da História Militar Romana e da Revolução Francesa, de onde tirou muitas inspirações para a sua atuação militar, circunstâncias que compensavam não haver cursado a Academia Real Militar do Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro.

Em reconhecimento a seus serviços foi condecorado com a medalha da Campanha 1816-21 contra Artigas e com as ordens de Cristo e da Rosa. Para Arthur Ferreira Filho, grande intérprete do heróico espírito militar do Rio Grande do Sul - "Bento Gonçalves da Silva foi o maior rio-grandense do período, herói autêntico, figura de romance e a encarnação das melhores virtudes de nossa raça. Personagem sem contrastes, brilhou como sol entre as luminárias de uma época em que o Rio Grande se notabilizou pela superioridade moral de seus

filhos.” 4

Confirmar esta afirmação do mestre é obra de simples verificação, da ligação do nome do Cel Bento Gonçalves, usada como denominação de uma cidade e ruas, além de patrono do Regimento de Cavalaria da histórica e briosa Brigada Militar do Rio Grande do Sul, dentre outras justas homenagens recebidas, como, em curso, a notável mini-série da Globo a Casa das Sete Mulheres em que se mistura em relação a este herói História e Fantasia.

Naturalidade, ascendência e laços de família

Bento nasceu em Triunfo-RS, na margem do Jacuí, em 23 de setembro de 1788, tendo passado sua infância na Estância da Piedade, próximo a Triunfo, que fora fundado por seus avós maternos.

Foi o 10° filho do casal Alferes Joaquim Gonçalves da Silva e de Perpétua, nome que deu a uma das filhas. Pelo lado materno era neto do paulista de Guaratinguetá, Antônio Costa Barbosa, e bisneto do casal Jerônimo de Ornellas - o patriarca de Porto Alegre, que por esta razão foi chamado Porto de Ornellas, e Lucrécia Leme Barbosa, também de Guaratinguetá, consangüínea do bandeirante Fernão Dias Pais Leme.

Seu bisavô, Jerônimo, era da ilha da Madeira e descendente de fidalgos. Com ele Bento privou, em Triunfo, em sua infância, desde que Jerônimo se mudara de Porto Alegre para Triunfo, em 1762. O pai de Bento, que lutara na Guerra de 1763-76, comprou, junto ao rio Camaquã as sesmarias do Cristal, do Cordeiro, do Duro, do Santo Antônio do Paraíso, e das Sobras. Atingiu o posto de capitão de Ordenanças, foi vereador da Câmara de Porto Alegre, tesoureiro da Delegacia Fiscal, tendo servido de exemplo e conselheiro, acatado por Bento Gonçalves até morrer.

Bento criou-se nas estâncias do rio Camaquã, tornando-se cedo um expoente nas lides campeiras, a par de apreciável cultura absorvida sob a orientação do pai, um homem de largos horizontes, como o provou seu currículo sintético.

Bento, além de suas origens familiares distintas em São Paulo, na ilha da Madeira e Portugal, ligou-se por laços de família a diversas outras famílias distintas na parte Leste do Rio Grande. Eram seus parentes na Revolução Farroupilha entre outros, Araújo Ribeiro, Gomes Jardim (primo), Onofre Pires, Antunes Soares da Porciúncula, Florentino Souza Leite (de Canguçu) e Chico Pedro ou “ Moringue ”.

Serviu-lhe de padrinho de batismo o Tenente Manoel Carvalho, que levantou a única planta até hoje conhecida da Fortaleza Santa Tecla, em Bagé, antes de ser arrasada em 1776, conforme demonstramos na **História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada-Brigada Patrício Correia da Câmara,** em Bagé. Seu

padrinho foi também o primeiro sesmeiro das terras onde hoje se ergue a cidade de Pelotas.

De Triunfo, depois da expulsão dos espanhóis da Vila do Rio Grande em 7 de abril de 1776, partiram muitos dos povoadores de Tapes, Camaquã, Canguçu, Piratini, Caçapava e Encruzilhada.

O filho de Bento, Cel da Guarda Nacional Caetano Gonçalves da Silva, teve destacada participação na Guerra do Paraguai, tendo contribuído em Bagé expressivamente para a mobilização, pelo General Osório, do 3º Corpo de Exército. Na já citada obra, abordamos também a atuação de seu filho, Major do Exército Bento Gonçalves da Silva (neto), no comando do Corpo de Transportes do Exército, atacado em Rio Negro, e que dali conseguiu escapar e foi participar da defesa de Bagé, sitiada por federalistas por 46 dias, no final de 1893 e inicio de 1894, durante a Revolução Federalista.

Furriel de Auxiliares

Na Campanha de Pacificação da Banda Oriental, 1811-12, Bento Gonçalves integrou o Exército ao comando de D. Diogo de Souza. Assistiu à fundação de Bagé por D. Diogo e de lá, aos 23 anos, escreveu ao pai: “que tudo corre bem e que a experiência correspondia às minhas expectativas”, depois de apresentar-se, em 15 de julho de 1811.

Sua primeira missão militar foi logística. Foi promovido a furriel de Auxiliares e colocado por D. Diogo, como Alcaide ou Juiz de Paz de Cerro Largo, ou Melo atual, para dali ajudar a suprir o Exército Pacificador em operações.

Terminada a campanha estabeleceu-se no local como comerciante. Ali conheceu, aos 26 anos, sua futura esposa, a oriental Caetana, em 1814.

Em Cerro Largo, trabalhou e estabeleceu largo círculo de amizades. Em Las Canas, afluente do rio Jaguarão, próximo à fronteira do Rio Grande, estabeleceu a sua estância de criar e invernar gado.

Com a esposa manteve modelar ligação, conforme correspondência disponível, que não corresponde à falsa imagem de conquistador que a TV Bandeirantes vinculou em 2 de dezembro de 1985 no programa **Guerra dos Farrapos**.

Informante da Fronteira do Rio Grande

Face à difícil situação no Prata, Bento Gonçalves tornou-se agente de informações, no Uruguai, para o célebre fronteiro Manuel Marques de Souza, atual denominação histórica da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada em Pelotas, conforme nossa obra **A História da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada**. Marques de Souza era o comandante da Fronteira do Rio Grande, herói da expulsão dos espanhóis da Vila do Rio Grande, em 1° de abril

de 1776, como Ajudante-de-Ordens do General Bohn e padrinho de batismo do Almirante Tamandaré, avô do futuro Conde de Porto Alegre.

E assim, Bento enviou informes, posteriormente confirmados, alguns obtidos com riscos pessoais, sobre as movimentações de Artigas.

Mantendo comércio com o Brasil, foi atingido duramente por medidas decretadas por Artigas, no sentido de impedir a passagem para o Brasil, de gado, couros e sebo da Cisplatina.

Capitão de Milícias contra Artigas

Acreditando que outras medidas restritivas seriam adotadas, uniu-se ao mais tarde Coronel de Milícias Albano de Oliveira Bueno, seu amigo e compadre, para o seguinte oferecimento, caso o Brasil invadisse a Cisplatina: “Avisados com o tempo, desarmariam a guarnição de Cerro Largo, tirando-lhe os cavalos. Colocariam à disposição das Tropas do Brasil 600 cavalos e reuniriam 60 homens armados, desertores e foragidos, desde que fossem perdoados ou anistiados.”

O Coronel Albano era filho de um paulista de Guaratinguetá. Na Revolução Farroupilha colocou-se do lado do Império. Preso em Pelotas, no combate de Passo dos Negros, foi morto no arroio Velhaco pela escolta, não se sabe em que circunstâncias. Albano deu o nome de albanesa a uma partida de espadas que adquiriu para seus homens. Foi com uma espada albanesa que Bento Gonçalves iria ferir de morte, em duelo, o Cel Onofre Pires, próximo à Santana atual.

A oferta de Bento e Albano foi aceita mas as operações evoluíram.

Segundo interpretações dominantes, Bento foi eleito Juiz de Paz e Alcaide de Cerro Largo, localidade que foi invadida por artiguenhos. Estes saquearam e incendiaram suas vendas.

Antes dessa ação, em carta ao pai, Bento escreveu, em 4 de setembro de 1816: “Estar estabelecido em Cerro Largo com negócios de fazendas e bebidas, haver comprado uma estância por 30 mil cruzados, com 12 mil de aviso, a qual possuía 15.000 reses, cavalos, carretas, escravos etc... e em dois anos pretendo estar livre de dívidas.” Durante a guerra contra Artigas, 1816-17, Bento iniciou sua carreira militar, com 28 anos, que o conduziu, 13 anos depois, à sua promoção a coronel de 1ª linha e de Estado-Maior do Exército. E, em 1836, decorridos 20 anos de vida militar, a General da República Rio-Grandense e Comandante-em-Chefe de seu Exército.

Atuação nas Guerras contra Artigas

A partir de Cerro Largo, apoiou logisticamente a Divisão de Voluntários Reais, que invadiu o Uruguai, ao comando de Lécor, pelo litoral, e na qualidade de alcaide e juiz de paz.

Foi alvo de represália, a qual destruiu e saqueou sua casa comercial. Obrigado a ir para o Serrito do Jaguarão (Jaguarão atual), foi colocado à frente de uma guerrilha.

Em fevereiro de 1817 destroçou partida inimiga que saqueava Herval. Em 22 de abril de 1817, a partir de Encruzilhada do Sul, recrutou guerrilheiros de Encruzilhada, Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Herval e Jaguarão atuais para liderar a defesa móvel da Fronteira, no rio Jaguarão, depois de a medida ser aprovada por Marques de Souza (1/), Comandante da Fronteira, em Rio Grande.

Com esta tropa e o título de Comandante da Partida Volante da Fronteira de Jaguarão ingressou, em 22 de setembro de 1817, no serviço militar, em caráter oficial, através de ato do Marquês de Alegrete, Dom Luís Telles da Silva Caminha e Menezes, Capitão General do Rio Grande (atual RGS) e que sintetizo:

"Ordem para organizar de novo a guerrilha do Capitão Bento Gonçalves da Silva, com homens, desde que não desertores, a partir de hoje.

O ponto de reunião deve ser ao sul do Jaguarão, na faixa entre Jaguarão e Bagé. Bento terá liberdade de interiorizar-se no Uruguai e lá praticar todas as hostilidade permitidas pelo direito de guerra." Terminava dizendo que Bento "pelas provas de valor e lealdade, iria bem cumprir os deveres do bom português". 5

Dentro desse contexto, Bento Gonçalves participou das seguintes ações:

Em 1818 em Currales derrotou o oriental Moreira. Em 20 de julho de 1818, em Las Canas, derrotou e aprisionou Delgado. Em 6 de maio de 1815, em Cordovez, bateu e aprisionou Ortoguez. Em 25 de julho de 1815, em Carumbé destroçou "Lopes Chico". Em janeiro de 1820, no arroio Olimar, derrotou o coronel Aguiar.

Estava, pois, formado guerreiro na Academia Militar das Coxilhas, da Fronteira do Vai e Vem 6 "vendo, tratando e pelejando", segundo Camões.

Traços de seu perfil militar

Sobre seu perfil militar, escreveria em Canguçu mais tarde uma testemunha ocular na Revolução Farroupilha, o Tenente Caldeira: 7 "Foi o primeiro general da república, tanto pela tática militar, como pelo prestígio na Província do Rio Grande. Era um cidadão muito atencioso, prudente e valente, como os mais valentes dos generais do Exército (Rio- Grandense).

Era de boa estatura e bem feito de corpo. Tinha a cabeça pequena e redonda. Era a primeira espada da Província e tinha conhecimento da História Romana."

Em outra oportunidade o mesmo depoente o definiu melhor ainda: 8

“Bento Gonçalves era um homem prudente, não só frente ao inimigo e também no círculo de seus amigos. Em combate, ele era o primeiro visado pelo inimigo. Sabia o momento de atacar e vencer, bem como o da retirada, quando julgada conveniente. Era um homem popular e apreciado. Era bem apessoado, mais alto do que baixo. Possuía ombros largos e corpo bem desembaraçado e flexível. Era bonito de rosto e simpático. Era uma das primeiras espadas do seu tempo. Desconhecia homem que lhe impusesse condições. Por tudo, o povo o seguia como se fora ele a alma dos rio-grandenses. Ele era símbolo de Liberdade, como João Antônio da Silveira era o da Prudência.

Era um perfeito patriota! Possuía predicados desconhecidos pelo homem normal. Não era um homem de cultura comum. Era ilustrado e dava-se muito à leitura de obras de peso.“

Aqui ressalta a importância da cultura geral do líder, especialmente em História Romana. Esta, fonte e inspiração de sua cultura militar notável.

Morivalde Calvet, em estudo sobre o líder farrapo apresentou os dados a seguir:

Bento Gonçalves foi mestre consumado de todos os esportes campeiros. Sobre ele escreveu Garibaldi: “Bento Gonçalves, cavaleiro errante do ciclo de Carlos Magno, irmão pela alma dos Olivérios e Rolandos, vigoroso, leal, ágil com eles. Era um verdadeiro centauro, manejando um cavalo como eu nunca vi ser manejado, senão por outro gaúcho rio-grandense, o general Neto. “

Penso que esta circunstância, por si só, naquele tempo assegurara o status de ídolo popular a Bento Gonçalves.

Sobre sua rusticidade, atesta a sua alimentação diária em campanha, “churrasco e água pura” - frugalidade espartana.

Francisco Sá Brito, ex-ministro farrapo em **Memória da Guerra dos farrapos**, concluída em 1875, em que pese reservas a Bento Gonçalves, sobre este escreveu:

“Devo aqui fazer justiça ao nobre caracter e suma bondade do chefe da Revolução. Se estudos regulares ornassem seu espírito, para os quais tinha uma imensa agilidade, esta condição, somada ao seu caracter enérgico, tão generoso e vistas elevadas e perspicaz, teria feito dele um homem destinado para grandes, gloriosos e proveitosos feitos.“

É o testemunho de um jurista que estudou em Coimbra e São Paulo de 1826-32 e foi jornalista de o **Echo -**:**Porto Alegrense** e O Continentista e a quem Bento Gonçalves convocou depois da vitória de 20 de setembro para dizer-lhe e a outros líderes civis:

“A força já fez o que lhe cumpria fazer. Agora compete aos senhores, como pessoas inteligentes, encaminhar a governança do país.”

Foi ainda numa assembléia presidida por Sá Brito e secretariada pelo Major do Exército José Mariano de Mattos que Bento Gonçalves deu prova eloqüente de sua grandeza de espírito e autoridade moral.

Tratava-se de uma manobra revanchista liderada por Pedro Boticário, como Juiz de Paz. Inicialmente foram relacionados 400 nomes de adversários, em maioria portugueses, que deveriam ser apontados. Entregue esta relação a uma comissão ela reduziu o número a 140, depois de três dias. Mais dois dias de estudo ficou reduzida a 40 nomes.

Ao Bento Gonçalves retornar de Rio Grande foi- lhe apresentada. Ele a leu calmamente. E tranqüilo e serenamente a atirou embaixo da mesa e disse a todos os presentes: “- Isto não tem lugar! Passemos ao próximo assunto!” E ninguém voltou com o projeto revanchista.

Bento Gonçalves havia retornado de Rio Grande, onde, depois de obter a adesão de sua Câmara fez proclamação aos seus companheiros recomendando: “Usai moderação depois do triunfo. O menor insulto às pessoas e bens de vossos inimigos será uma mancha em vossa glória.”

O seu conceito nacional foi assim interpretado por Evaristo da Veiga na **Aurora Fluminense**, o que dificulta negar a sua condição de ídolo e herói popular do Rio Grande com projeção nacional, alegada por alguns estudiosos.

"O Coronel Bento Gonçalves da Silva tem por seu valor adquirido um nome brasileiro (projeção nacional): Valente defensor de sua Pátria contra o inimigo estrangeiro, por sua probidade, coragem e retidão conquistou entre os povos da fronteira do Rio Grande, onde mora, um tal conceito que, por seu nome, toda aquela população se move para o combate, certa de que marcha para a vitória e de que possuem um chefe leal e um brioso companheiro de armas."

Repare-se as expressões probidade e retidão, reconhecidas pela imprensa da capital do Império.

Depoimento dos que com ele conviveram referem a sua religiosidade equilibrada, sincera, sem fanatismo e a sua simplicidade no vestir, quase sempre à paisana, com uma jaqueta de brim. Nunca usando fardão com medalhas e condecorações que possuía.

Quando era impositivo fardar-se, envergava jaqueta de pano azul da Cavalaria ou verde da Infantaria, conforme tivesse que homenagear uma ou outra arma , e sem insígnias.

Segundo conclui de Fontoura em seu **Diário**, Bento Gonçalves, durante marchas noturnas e acampamentos dava assistência cerrada à tropa, percorrendo todos os grupos, comunicando e convencendo seus soldados de seus projetos.

Segundo se conclui do Ten Cel Oscar Wiedersphan, ao biografá-lo, assim

escreveram sobre Bento Gonçalves seus superiores nas guerras contra Artigas:

"Muito desembaraçado e prestimoso para o serviço desta campanha (Uruguai) em que é sumamente prático (Marquês de Souza, Comandante da Fronteira do Rio Grande).

"Subordinado ativíssimo e valoroso" (Do Ajudante-de-Ordens do Marquês de Alegrete). "Prestou relevantes serviços. É valente" (Conde da Figueira). 9

Compõe seu perfil militar e atesta seus serviços o decreto de 24 de janeiro de 1834 da Regência que lhe concedeu pensão de 1.200$000 réis anuais: 10

Atendendo aos relevantes serviços que tem prestado por longos anos nas trabalhosas campanhas do Sul, onde sacrificou toda sua fortuna, a maior parte dela despendida ao serviço da Pátria e, tomando em consideração que esse benemérito oficial, possuindo fazendas no Estado Oriental, as abandonou ao inimigo que corajosamente debelara, desprezando seus convites (ofertas) com brio e honra, que lhe são próprios, portando-se em todo o tempo com a maior firmeza de caráter, amor e adesão à Independência do Império, à sua Constituição e ao Sr. D. Pedro II, tendo sempre, em maior conta, o serviço da Nação, do que a sua numerosa família, que com ele passara as maiores privações."

E reconhecendo a Regência que estes serviços tão importantes, até então não foram premiados ou compensados, foi-lhe concedida a pensão, que foi aprovada pela Assembléia.

Quando Bento Gonçalves foi promovido general da República, em 12 de novembro de 1836, a justificativa da República Rio-Grandense escudou-se no seguinte argumento, que compõe seu perfil militar:

"Por merecimento, valor, acrisolado patriotismo, perícia militar e relevantes serviços prestados è causa da liberdade rio-grandense." 11

Caldeira, para comparar Bento e Netto, diz que o primeiro sabia combinar as três armas e que Netto não, pois só sabia empregar Cavalaria.12

Domingos José de Almeida, que conviveu intimamente com Bento Gonçalves, assim traçou seu perfil, por volta de 1850:

"Aprendeu apenas as primeiras letras. Sendo criado no exercício do campo, se fez insigne cavaleiro. Era de estatura ordinária e proporcionada, mas dotado de força e destro (hábil) no manejo de diversas armas. Era de fisionomia regular e simpática e muito popular.

Cultivou com grande assiduidade seu grande talento no estudo da História. Principalmente sobre a vida dos grande homens, dos quais sempre trazia alguns casos em suas conversações particulares."

Vê-se que foi um autodidata. Outro contemporâneo refere-se aos estudos de Bento Gonçalves sobre História Romana. Em correspondência, ele referiu a

personagens da História Romana e da Revolução Francesa.

Aí estão algumas de suas inspirações.

Almeida confirmou noutra oportunidade o que afirmara. Escreveu que Bento Gonçalves iniciou a vida como furriel de Auxiliares em 1811-16 e, o mais importante:

"Que era um homem incapaz de dirigir uma revolução porque seu coração de mulher (bondoso) estava sempre em luta com seu espírito forte e superior a todas as vicissitudes.

Depois de afirmar que seu "coração bondoso predominava a maior parte das vezes sobre o seu espírito forte e resoluto" concluiu que as decisões de Bento Gonçalves" eram sempre rápidas e enérgicas, "seja sobre influência da bondade ou de seu espírito forte e superior".13

Ação na Guerra da Cisplatina, 1825-28

Bento Gonçalves saiu major de Milícias na guerra contra Artigas. Participou ativamente, em Serro Largo, da incorporação do Uruguai ao Brasil como Província Cisplatina e mais tarde em 1824, do dispositivo militar que consolidou, em Montevidéu, a Independência do Brasil, na Província Cisplatina.

Desde 1824, Bento Gonçalves, como tenente coronel de Milícias radicado em Serro Largo, passou a comandar dali aquela Fronteira, com apoio no Regimento de Cavalaria de Milícias que organizou, com sede em Jaguarão. Regimento que com a criação do Exército Brasileiro em 1° de dezembro de 1824, passou a ser o 39° Regimento de Cavalaria de 2ª Linha, a seu comando.

Antes de irromper a Guerra da Cisplatina, 182528, Bento Gonçalves já havia vendido sua estância Leonche, em Serro Largo.

Mudou então sua família para a estância do Cristal, junto ao rio Camaquã, hoje sede do Parque Histórico Bento Gonçalves.

Em 12 de outubro de 1825, aniversário de D. Pedro I, Bento Gonçalves foi promovido a coronel, no mesmo dia em que, na Cisplatina, no combate de Sarandi, conheceu o sabor da derrota, ao comando do seu tocaio o Coronel Bento Manuel Ribeiro.

Em 24 de maio de 1827, no Passo São Diogo, bateu força argentina. Em 22 de junho seguinte, na Estância do Sego, bateu destacamento do General La Valle.

Por ocasião das marchas estratégicas dos Exércitos do Brasil, ao comando do Marquês de Barbacena e o republicano, ao comando de Alvear, para a Batalha do Passo do Rosário, em 20 de Fevereiro de 1827, teve, nesta histórica batalha, papel de relevo no comando da 2a Brigada de Cavalaria. 14 Inicialmente cobrindo o flanco; a partir de Jaguarão, da coluna do General Brown que, de Pelotas rumou para operar junção com Barbacena, que marchava desde Santana, protegida no

flanco direito por Bento Manuel.

Depois, em Santa Tecla, cobriu o Exército de Barbacena e em seguida protegeu a homérica transposição do Camaquã-Chico, do citado Exército de Barbacena, quando impediu a interferência de Alvear. Cobertura decisiva para o Exército do Sul operar junção em região de serra, no arroio Lechiguana. Posição interposta entre Alvear e os principais centros gaúchos da época.

Finalmente, na Batalha de encontro de Passo do Rosário, fez a proteção do flanco direito do Exército, e a cobertura da retirada estratégica para o Passo São Lourenço, no rio Jacuí, para fugir ao incêndio, conforme estudamos na revista a **Defesa Nacional** 15 e agora com mais detalhes na obra **2002-Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário**, no prelo.

Antecedentes da Revolução Farroupilha

Em 1825, Bento Gonçalves foi promovido a coronel de 1a Linha e de Estado - Maior do Exército, cabendo-lhe o comando da Fronteira do Jaguarão e da unidade de ia Linha-4° Regimento de Cavalaria, com parada em Jaguarão (Serrito), (não confundir com Serrito do Piratini - Vila Freire).

O espírito liberal gaúcho tendia para o ideal de república-federativa, desde 1889 uma realidade no Brasil. Idéias propagadas no século 19 e que se projetaram no Brasil e no espírito da revolução, conforme estuda Calvet Fagundes, no fundamental instrumento de trabalho do historiador gaúcho **A Maçonaria e as forças secretas da Revolução,** 16 o que não pode ser desconhecido do historiador político, ao tratar do século citado, tão marcado pela influência da Maçonaria.

Isto, sob pena de incorrer-se em falsas visões e interpretações. Bento Gonçalves passou, por suas qualidades, a se impor como líder e catalisador do espírito rio-grandense.

Este espírito estava inconformado, através de lideranças de charqueadores e estancieiros, com os exorbitantes impostos sobre o charque, o couro e a légua de campo; alta taxa de importação do sal de Cadiz para as charqueadas; fechamento da fronteira ao ingresso de gado uruguaio no Brasil, e depois liberado com pesados impostos; não protecionismo do charque gaúcho, nos portos do Brasil, onde não podia concorrer com charque uruguaio.

Esta situação, depois da Guerra da Cisplatina,1825-28, em que os campos gaúchos foram talados pelo invasor e pelo Exército Imperial, não fazia justiça aos rio-grandenses, inclusive, aos chefes militares locais, que foram preteridos no comando do Exército do Sul.

A República Federativa, vitoriosa no Prata, influiu muito no ânimo de muitos rio-grandenses, segundo se conclui de Ferreira Filho. 17

Ela era uma alternativa válida dentro daquele quadro de discriminação do

Sudeste com o Sul, após a Independência.

Bento Gonçalves, inclusive, fora duramente atingido pelas medidas econômicas adotadas pelo Império sob a forma de impostos e protecionismo ao charque uruguaio.

Nas guerras contra Artigas perdera suas propriedades na Cisplatina. Ao tentar recuperar-se financeiramente, na estância do Cristal, em Camaquã, uma situação fiscal adversa que provocou recessão da economia gaúcha o colheu em cheio, como outros no seu caso.

Na Guerra da Cisplatina, 1825-28, inúmeros estancieiros que sofreram prejuízos não foram indenizados pelo Império. Tiveram seus campos talados pelos exércitos em luta.

A Revolução de 7 de abril de 1831, que depôs D. Pedro I, pareceu, à primeira vista, que traria em sua esteira conseqüências benéficas à aflitiva situação dos rio-grandenses.

Bento Gonçalves mantinha, na fronteira, ligações com Lavalleja e outros líderes platinos, através de canais maçônicos.

Denunciado na Corte, foi chamado ao Rio, onde foi defendido pelo Major João Manuel de Lima e Silva (mais tarde elevado ao posto de 1º general da República e cunhado de Corte Real), junto ao seu irmão regente -Francisco-, pai do futuro Duque de Caxias.

Bento Gonçalves retornou, depois de contato pelos canais maçônicos, segundo Calvet Fagundes, 18 com diversos liberais, inclusive com Evaristo da Veiga, jornalista de **A Aurora Fluminense**.

Com o Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834, foram eleitos para a Assembléia Legislativa do Rio Grande, que foi instalada em 12 de abril de 1835, cinco meses antes da Revolução Farroupilha, entre outros liberais, os seguintes oficiais da 1ª Linha do Exército:

Bento Gonçalves, Bento Manuel, José Mariano de Mattos e José Pinheiro de Ulhoa Cintra (suplente), desgostosos com a política de erradicação e sucateamento do Exército e Marinha, desde 7 de abril de 1831. Em reunião da Assembléia, o Presidente da Província acusou nominalmente Bento Gonçalves:

“De combinação com Lavalleja e seu mentor, o padre Antônio Caldas e, ambos, em território do Brasil, estarem trabalhando para separar o Rio Grande do Império e federá-lo ao Uruguai.“

O padre Antônio Caldas era alagoano, constituinte de 1824, que, preso na Fortaleza de Santa Cruz, dela fugiu e foi acolhido pelos líderes argentinos e uruguaios em nome da Maçonaria, conforme estudamos na **Revista do Museu do Açúcar**.19

Esta atitude acendeu a fogueira. Bento recolheu- se à sua estância no Cristal.

Em Alegrete, Bento Manuel Ribeiro foi substituído no comando da Fronteira do Rio Pardo.

A fogueira aumentou com a lenha lançada pelo incidente Major João Manoel de Lima e Silva x Visconde de Camamu, Major Egídio Barbuda Gordilho. Camamú acusou falsamente João Manoel pelo jornal. Este processou Camamú, que foi condenado à prisão comum. O radical irmão do Presidente da Província, Pedro Chaves, tentou relaxar a prisão.

Aí entrou em cena o advogado português Pedro Boticário, que conseguiu, derrotando o Presidente e seu irmão, que Camamú fosse entregue e recolhido à prisão comum.

Disto tudo, segundo Ferreira Filho, a Revolução Farroupilha estourou, graças, em grande parte, à intolerância radical de alguns governantes.

Entre estes se encontrava o Marechal Sebastião Barreto, comandante das Armas (inimigo do marechal José de Abreu, que morreu em Passo do Rosário), e que votava ódio a Bento Gonçalves 20 e a Bento Manoel.

Plano para o início da Revolução Farroupilha

Bento Gonçalves, como Comandante Superior da Guarda Nacional da Província, cujos principais líderes eram estancieiros e charqueadores (sendo que muitos seus parentes e amigos), desenvolveram o seguinte plano militar, que, com apoio em Alfredo Varela, procuro interpretar e sintetizar: 21

Finalidade: Derrubar o Governo da Província, representado pelo Presidente e seu suporte militar, o Comandante das Armas e o Comandante da Fronteira do Jaguarão e assumir o controle político-militar de toda a Província.

Objetivos:

- Conquistar Porto Alegre e derrubar o Governo da Província, substituindo-o por um revolucionário.
- Neutralizar as ações do Comandante-das- Armas e do Comandante da Fronteira do Jaguarão (cargo do qual Bento Gonçalves fora demitido pelo Comandante-das -Armas desde 30 de dezembro de 1834), na oportunidade em que eles se encontravam tratando de interesses particulares, em suas estâncias.
- Conquistar o controle de Alegrete, São Borja, Cruz Alta e respectivas áreas de influência, sob a liderança de Bento Manoel e com o concurso do 8° BC de Linha de São Borja, ao comando do Major João Manoel de Lima e Silva (tio de Caxias), e irmão do Ministro da Guerra do Império.
- Conquistar o controle político-militar das seguintes localidades, além de Alegrete: Jaguarão, Bagé, São Gabriel na fronteira com o Uruguai e, mais a retaguarda - Herval, Canguçu e Piratini, na Serra dos Tapes e Encruzilhada e Caçapava, na Serra do Herval; no corte do Jacuí, Rio Pardo, importante centro provincial, Cachoeira e Triunfo; em torno de Rio Grande, ao Sul, Povo Novo (terra de Netto) e ao norte Mostardas, Estreito e, em torno de Porto Alegre, Guaíba (na época Pedras Brancas), Viamão e Santo Antônio da Patrulha.

Não foram incluídas Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e a Colônia de São Leopoldo, núcleos sob controle dos imperiais, bem como Herval.

Bento Gonçalves contava com o apoio das unidades de linha do Jaguarão, Bagé, São Gabriel, Rio Pardo e São Borja, pois dois comandantes delas, João Manoel de Lima e Silva e José Mariano de Mattos, estavam comprometidos com a Revolução. Eram os únicos com curso na Academia Real Militar do Largo de São Francisco, no Rio.

No dia do início da Revolução julgava-se Bento Gonçalves distante e em licença em Entre-Rios.

Mas ele encontrava-se em seu QG revolucionário em Guaíba (Pedras Brancas), acolhido na casa do primo Gomes Jardim, dando os últimos retoques e instruções para que o movimento fosse simultâneo. Sua última instrução foi dirigida a Canguçu, para seu amigo e parente Florentino Souza Leite.23 Dali ele poderia acompanhar o lance decisivo - a conquista de Porto Alegre.

Execução do Plano

Em 19 de semtebro de 1835, forças ao comando dos parentes de Bento Gonçalves, Onofre Pires e Gomes Jardim, cerram sobre Porto Alegre. Onofre, depois de concentrar, em Viamão, elementos locais de Osório, Santo Antônio e Gravataí atuais. Gomes Jardim, depois de atravessar o Guaíba, com elementos que reuniu em Pedras Brancas (Guaíba), uniu-se a Onofre Pires, mais tarde morto em duelo com Bento Gonçalves, a quem coube dirigir a ação, a partir de posições hoje ocupadas pelos cemitérios, junto à ponte Azenha (ponte do moinho).

O ataque teve lugar à noite, com vantagens para os revolucionários, que penetraram em 20 de setembro, no perímetro, sem reação, com adesão da Guarda Nacional e reforço de cerca de 300 homens do Capitão Manuel Antunes de Porciúncula (concunhado de Bento), que este propusera para comandar os Permanentes antes de 30 de novembro, no que foi recusado pelo Presidente Braga. Aumentada a pressão, a Polícia (Corpo de Permanentes) desertou. O Presidente Braga procurou reagir no Arsenal de Guerra.

No desamparo, embarcou na escuna “Rio- Grandense” e rumou para Pelotas à procura de apoio. Lá prendeu, sob suspeita de querer atuar sobre ele, o mineiro Domingos José de Almeida, o qual transportou preso para Rio Grande, soltando-o somente quando vitoriosa a Revolução e embarcou, forçado, para o Rio de Janeiro.

Em todos os outros lugares a revolução impôs- se, sem resistência, à exceção dos seguintes:

Rio Pardo resistiu até 30 de setembro, sob a liderança do Marechal João de Deus Mena Barreto. E capitulou na presença de Bento Gonçalves e com reforços

da Guarda Nacional, de Cachoeira e Triunfo. Em São Gabriel houve resistência até 4 de outubro de 1835, quando o 3° Regimento de Cavalaria de Linha aderiu à revolução, ali liderada pelo tenente-coronel e mais tarde general farrapo, João Antônio da Silveira.

São Gabriel revolucionária, dissuadiu a reação do Comandante das Armas, seguida de seu internamento no Uruguai, ao ver, em Batovi, o 2° RC de linha de Bagé aderir à Revolução. Foi substituído na função, pela revolução vitoriosa, pelo Coronel Bento Manoel Ribeiro, seu desafeto.

A reação mais forte foi em Herval, do Tenente- Coronel João da Silva Tavares, que passou a dominar a área entre o Jaguarão e Pelotas, com um grupo de homens de sua família.

Lançou-se contra o Capitão Domingos Crescêncio de Carvalho, que havia aderido à revolução com o 4° RC de 1ª Linha, de Jaguarão, obrigando-o a emigrar. Mais tarde, em 16 de outubro, o Capitão Crescêncio bateu Silva Tavares, no Retiro, no arroio Pelotas, junto a Pelotas atual.

O Major Manuel Marques de Souza protegia Pelotas, que reagia à revolução por ter sido muito prestigiada pelo Presidente Braga, que a elevara à cidade com o nome de Pelotas.

Ao Maj Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre, coube a última reação, ao vencer, em 14 de outubro de 1835, no arroio da Várzea, próximo a Pelotas, o Capitão Manuel Antunes de Porciúncula.

Bento Gonçalves decidiu, numa ampla manobra estratégica, submeter ao mesmo tempo Pelotas, Rio Grande e São José do Norte.

Enviou Onofre Pires, a partir de Porto Alegre, contra São José do Norte, para servir de bigorna ao papel que ele faria de martelo, para submeter Rio Grande, abrigo do Presidente Braga deposto.

Assim, a partir de Porto Alegre, através de passo da Armada, no Camaquã, depois de reunir recursos em Camaquã, Encruzilhada, Canguçu e Pelotas, ocupou esta última cidade, forte de 400 homens, forçando a que sua Câmara reconhecesse o Governo Revolucionário em 15 de outubro.

A seguir transpôs o Passo dos Negros, no São Gonçalo. Em 20 de outubro cercou Rio Grande. Rendido, e sem condições de resistência, o Presidente Braga deixou Rio Grande, em 23 de outubro, depois da Câmara local reconhecer o Governo Revolucionário, bem como a de São José do Norte.

Com o reconhecimento do Governo Revolucionário pelas câmaras de Pelotas, Rio Grande e São José do Norte coroava-se de êxito o plano revolucionário farrapo.

Bento Manoel assumiu o Comando-das-Armas revolucionário. Os 8° BC de Lima e Silva e o 1° Corpo de Artilharia a Cavalo, de Mariano de Mattos retornaram

de São Borja e Rio Pardo para o esquema de segurança do Governo Revolucionário em Porto Alegre.

Assim, em cerca de 1 mês, a Revolução Farroupilha havia dominado e empolgado todo o Rio Grande do Sul e, particularmente, seus mais importantes e estratégicos pontos: Rio Grande, Porto Alegre e Rio Pardo, com apoio das cinco unidades de Linha: 3 Regimentos de Cavalaria (Jaguarão, Bagé e São Gabriel), Batalhão de Caçadores e um Corpo de Artilharia a Cavalo, a mais importante guarnição do Exército.

Fora do Rio Grande estavam os maiores obstáculos e a causa próxima da Revolução: O Presidente Braga e o Marechal Sebastião Pereira Barreto .

Toda esta trama liberal republicana é explicada por Morivalde Calvet Fagundes na obra **A Maçonaria e as forças secretas da revoluçã***o,* instrumento de trabalho fundamental ao historiador do século XIX em geral, repetimos.

Reviravolta na Revolução

Depois de consolidada a Revolução com domínio de todo o Rio Grande do Sul de então, o quadro vai alterar-se substancialmente, a partir da posse, em janeiro de 1836, do novo presidente, Araújo Ribeiro, em Rio Grande. Contou com o Coronel Bento Manuel Ribeiro para lutar pelos imperiais, o que se deu de dezembro de 1835 a março de 1837. Muitos revolucionários se satisfizeram com a derrubada do governo provincial, como foi o caso do Tenente Osório, futuro Patrono da Cavalaria do Exército.

E por uma hábil e incruenta manobra política e estratégica, a cidade do Rio Grande voltou definitivamente ao Império, junto com São José do Norte. Serviu para o Império ali estabelecer inexpugnável base terrestre e naval, aberta a reforços de toda a natureza e protegida pelo canal de São Gonçalo.

Porto Alegre foi reconquistada em definitivo em 15 de junho de 1836, com a prisão

de 36 líderes revolucionários. Este fato fez abortar a idéia de reconquistar Rio Grande e criou condições de apoio mútuo de Porto Alegre e Rio Grande, através das forças navais que em pouco dominaram toda a navegação interior do Rio Grande (23 de agosto de 1836).

Este fato veio agravar-se ainda mais, quando Bento Gonçalves foi preso na ilha do Fanfa, quando retirava-se do sítio de Porto Alegre, e ao atravessar o rio Jacuí. Isto, por insistência imprudente de Onofre Pires, desde então seu inimigo, ao ser criticado por ele, Bento.

Estas circunstâncias adversas foram amenizadas com a vitória de Netto, em Seival, em 10 de setembro de 1835, com a sua Brigada Liberal, integrada por gente de Piratini e de seus distritos Canguçu, Cerrito e Bagé até o Piraí, seguida da Proclamação da República no dia seguinte, no Campo do Menezes.

Bento Gonçalves fora favorável a bater por partes o adversário. Primeiro, Bento Manuel, depois de conquistar Rio Grande e, finalmente, Silva Tavares. Mas foi voto vencido pelo Major João Manoel, que decidiu que Bento Manuel e Rio Grande fossem atacados ao mesmo tempo, segundo Canabarro Reichardt, ao biografar Bento Gonçalves (Ed. Globo, 1933).

Prisão e fuga de Bento Gonçalves

Em 4 de outubro de 1836, Bento Gonçalves foi obrigado a render-se, sem aceitar as condições que lhe foram oferecidas.

Elas implicavam na cessação da Revolução. Ele estava ferido a bala, desde Viamão.

Foram presos com ele Onofre Pires e o Conde Tito Lívio Zambecari. Bento Gonçalves e os demais foram levados para o Rio, para a Fortaleza de Santa Cruz. Ali já se encontravam vários aprisionados em Porto Alegre, quando esta foi tomada pelo Império.

Bento Gonçalves recriminou Onofre Pires como responsável, pelo peso de sua opinião, pela armadilha da ilha do Fanfa. Teve com ele uma discussão, ao ponto de quase irem às vias de fato, não fora a intervenção de Greenfel, segundo testemunhou Caldeira.

Esta inimizade se acentuou em Alegrete. Isto, quando Onofre Pires integrou a minoria oposicionista na Assembléia Constituinte, instalada em 1° de setembro de 1842, em Alegrete, o que provocou a renúncia, tempos depois, de Bento Gonçalves à Presidência e ao Comando-em-Chefe.

Ela foi terminar em 27 de fevereiro de 1884. Tudo por haver-se deixado cegar pela paixão, ser manipulado por um grupo, que nem sequer prestou- lhe assistência nos seus últimos momentos.

Quando Bento Gonçalves retornou da Bahia, de onde fugira, Onofre Pires recusou-se a entregar-lhe o Comando do sítio de Porto Alegre, conforme registrou Caldeira, em seus "Apontamentos".

Bento, Onofre e Zambecari foram levados ao Rio, à Fortaleza de Santa Cruz, para fazer companhia aos presos em Porto Alegre, e mais Corte Real, preso em combate por Bento Manuel, no passo do Rosário.

Bento Gonçalves preso no Rio e Bahia

Bento partiu consciente de que o vácuo de poder gerado com a prisão e dos demais, com a queda de Porto Alegre, tinha sido preenchido com a Proclamação da República por Netto.

Em 15 de março de 1837, falhou sua fuga da Fortaleza da Lage, em solidariedade a Pedro Boticário que, por ser gordo, não conseguiu passar por uma janela. Melhor sorte tiveram Corte Real e Onofre. Bento foi transportado para

Bahia e preso no Forte do Mar. Comandava o navio, o mais tarde Visconde de Inhaúma, herói da Guerra do Paraguai.

Em 10 de setembro de 1837, decorridos 13 dias preso na Bahia, Bento, com auxílio da Maçonaria, evadiu-se do Forte do Mar, em operação realizada com o concurso do Tenente Coronel Francisco José da Rocha, que estudamos pioneiramente em **O Exército Farrapo e os seus chefes.**

Este, mais tarde, no Rio Pardo, terá um sério incidente de insubordinação com o General Bento Manuel. E este, em conseqüência, abandonará a causa republicana para longa neutralidade (18 de julho de 1839 a 9 de novembro de 1842).

Isto por alegar, e com razão, haver sido desprestigiado com a promoção do citado oficial, em que pesem as satisfações tentadas por Bento Gonçalves pelo jornal **O Povo,** para cobrir erro clamoroso praticado por subordinados a ele.

A fuga de Bento Gonçalves foi desvendada por Pedro Calmon e assim sintetizo:

Do Forte do Mar, Bento Gonçalves foi levado à ilha de Itaparica. Foi embarcado num navio que transportava farinha para Pelotas e Montevidéu. Foi desembarcado em Florianópolis atual. Dali seguiu a cavalo, em companhia do catarinense Mateus. Em 3 de novembro de 1837, atingiu Torres e em 10 de novembro de 1837, Viamão (depois Setembrina) - Quartel-General do sítio, ao Comando de Onofre Pires. Isto, decorridos 1 ano e 7 meses de sua prisão e dois meses de sua fuga da Bahia.

Ambas as prisões, no Rio e Salvador eram insalubres e desconfortáveis, conforme trecho de carta, na qual Bento pedia:

"Mais 3 camisas, por estarem em frangalhos as suas, um capote por sentir frio à noite, pois só tinha um lençol para cobrir-se e um par de tamancos para passear na masmorra em que estava preso, que é toda uma lagoa cheia de imundície e de péssimo cheiro". Masmorra sob a muralha externa, com entrada de luz indireta pela porta de grade.

Estes fatos hoje fantasiados revelam o martírio do líder farrapo, que chegou na Bahia em 26 de agosto de 1837, conforme observou o **Jornal** local, apresentando "ar seco, aspecto melancólico e sisudo".

Bento Gonçalves na Presidência da República

Em Viamão, Bento reassumiu a Presidência e o Comando-em-Chefe do Exército, com a Revolução em melhores condições em deixara. Onofre Pires apresentou-lhe reação em entregar-lhe o comando, conforme queixou-se Bento à Caldeira.24

Com o célebre incidente de Bento Manuel, prendendo o Presidente da

Província, no Passo do Itapevi, Alegrete, quando este ia prendê-lo, a causa republicana ganhara um novo alento.

No período de 23 de março de 1837 a 18 de julho de 1839, em que Bento Manuel lutou pelos farrapos, acrescido do período de neutralidade de 15 de julho de 1839 a 8 de novembro de 1842, portanto 5 anos, 7 meses e 16 dias, a República Rio- Grandense estruturou-se e organizou-se melhor, até 1840, quando começou a declinar, em razão do grande endividamento interno e externo.

Nessa fase, Bento Gonçalves atuou mais como político e diretor da guerra no campo estratégico, como Presidente e Comandante-em-Chefe do que comandante tático.

Grande endividamento interno e externo

Depois de quase 5 anos de revolução, a economia do Rio Grande, à base da pecuária que a sustentava começou a apresentar sinais de exaustão e a crescer em demasia o endividamento externo e interno.

Os créditos internos e externos se retraíram, com reflexos no apoio logístico e administrativo ao Exército da República.

Surgiu oposição a Domingos José de Almeida que deixou a estrutura de apoio logístico que detinha como Ministro da Fazenda e Interior cercado de acusações das mais injustas, segundo interpretações dominantes.

Os demônios das revoluções, as contradições, as insatisfações, as injustiças, as calúnias, os desejos divergentes, as ambições incontroláveis, as frustrações, etc. foram soltas nos campos da República Rio-Grandense e substituíram o gado e as cavalhadas, que sustentaram a luta.

Estas, agora desgastadas, eram a base da mobilidade farrapa e penhor para prolongamento da luta, e esta assim sobreviver, mantendo acesa a esperança de uma solução honrosa.

Em 1840 foi eleita a Assembléia Constituinte, em Alegrete, de 36 deputados. Liderou a maioria de 30 Domingos José de Almeida e a minoria de 6 Antônio Vicente da Fontoura, inimigos mútuos. Fontoura foi apoiado por Onofre Pires.

Foram sessões tumultuadas, de 1° de dezembro de 1841 a 16 de fevereiro de 1842, quando tinha lugar a aproximação do Conde de Caxias ao Alegrete. 25

Foi inclusive apresentado um projeto de abolição da Escravatura, pelo Coronel José Mariano de Matos, mas rejeitado. 26

O Império, através de seus agentes, procurava minar para reinar, segundo se conclui de Morivalde Calvet Fagundes, ao custo da derrubada de Bento Gonçalves. 27

Bento foi acusado de autor intelectual do assassinato do Vice-Presidente Antônio Paulino da Fontoura, caso rumoroso abordado pelos historiadores da Revolução.

Embora contando com apoio da maioria, Bento Gonçalves renunciou em 4 de agosto de 1843, passando a Presidência a Gomes Jardim e o

Comando-em- Chefe a David Canabarro. 28

Foi lutar como comandante de Divisão. Ao passar o comando a Canabarro, referiu-se a este como “benemérito e ínclito rio-grandense”.

Exortou a todos a se reunirem em torno de tão virtuoso patriota, desse novo Fábio (Gomes Jardim), que pela segunda vez deixa a “charrua” (arado).

A renúncia teve lugar em Piratini, novamente capital desde março de 1843, depois de ter sido em Caçapava e Alegrete.

Nesta fase, Bento como comandante de Divisão, tomou parte dos dois combates de Canguçu, em 25/26 de outubro de1843 (Pedras das Mentiras) e 6 de novembro de 1843 (Cerro do Ataque), ao lado do Cerro da Liberdade, na tentativa de lá desalojar Chico Pedro de Abreu, desde agosto instalado em Canguçu com a Ala Esquerda do Exército de Caxias, conforme estudamos.29

O duelo com o Coronel Onofre Pires

Logo depois desses combates de Canguçu, terra de Teixeira Nunes e de Manoel Alves da Silva Caldeira, 30Bento duelou com Onofre Pires, que morreu em 3 de março de 1844.

Em carta a Domingos de Almeida de 4 de março, Bento descreveu o duelo: "fim desastroso de Onofre, que fazia o papel de Santerre" (da Revolução Francesa) na minoria (liderada por Antônio da Fontoura) que o incitara "a provocar-me tão atrevidamente... a paixão dominava a minoria e por isso, vendo aquele homem tão corpulento, o julgaram um gigante e eu um pigmeu.

Enganaram-se, e depois, escondendo todos os rabos, se retiram de Onofre, ao ponto de não achar- se um só desses malvados a seu lado, ao menos na hora da morte. Que malvadeza!!!

Eu lamento a sorte de Onofre, mas não tenho o menor remorso, porque obrei como verdadeiro homem de honra. Em tais casos obrarei sempre assim, não me importando com o tamanho nem com a fama da pessoa que se atreva a atacar a minha honra"31.

Bento Gonçalves possuía 54 anos ou a desvantagem de 10 anos a mais que o corpulento e atlético Onofre Pires. Escudado em imunidade parlamentar, Antônio da Fontoura acusou Bento Gonçalves de general sem sorte, que teve a infelicidade como companheira de seus passos e operações. Vencendo somente a batalha de Setembrina, a retirada sobre Gravataí e a ação de Arroio dos Ratos.

Onofre Pires, entre outras acusações genéricas não provadas, assacou contra seu primo estas palavras: "Ladrão da fortuna, ladrão da vida, ladrão da honra e ladrão da liberdade."

Participação na Pacificação e Final

Bento Gonçalves participou do encaminhamento da pacificação em Ponche Verde em 1845, cedendo face a "um valor mais alto que se levantava" - a ameaça de Rosas, da Argentina, intervir em apoio ao Rio Grande do Sul, desequilibrando a balança para a causa republicana, contra o Império, o que o Ministro da Justiça do Império, Marquês do Paraná, percebeu, tratando de apressar a paz. Este personagem, mineiro e muito conciliador, era o modelo do falecido Presidente Tancredo Neves.

Pobre, depois de haver perdido seus bens no Uruguai, ao lutar contra Artigas, 1816-21, apoiar a Independência do Brasil e combater na Cisplatina (1825-28), Bento foi tentar refazer sua vida no Cristal, hoje Parque Histórico em sua memória. Teve de pedir emprestadas 150 cabeças de gado.

Ele foi recebido pelo Imperador em 10 de dezembro de 1845.

Em 18 de julho de 1849, vítima de pleurisia, veio a falecer em Guaíba (atual), na casa de Gomes Jardim. Local onde planejara e dera início à Revolução de 20 de setembro, marco inicial do processo revolucionário histórico rio-grandense, encerrado quase um século depois, ainda em Piratini, no combate de Cerro Alegre, de 20 de setembro de 1932, assinalado pela prisão do Dr. Borges de Medeiros e seu envio preso para Pernambuco, segundo Osório Santana Figueiredo.

Não fora a morte de Bento Gonçalves, seguramente o teríamos em campo, à frente de uma Divisão Brasileira, comandando seus co-provincianos na defesa da Integridade e da Soberania do Brasil, no Prata, contra Oribe e Rosas, como o fizera com destaque na invasão de Alvear. Mas seu filho Caetano o representou à altura na Guerra do Paraguai, assim como seu neto, Major do Exército Bento Gonçalves da Silva, como comandante do Corpo de Transportes no sítio federalista do Rio Negro e de Bagé.

É um herói nacional, por sua contribuição civil e militar à implantação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, regime no qual vivemos há mais de um século.

Ao leitor interessado, para um melhor julgamento do herói, recomendamos a leitura serena do **Diário de Antônio Vicente da Fontoura** 32 que, ao perseguir de modo obsessivo e altamente meritório a Paz, tinha sido injusto com Bento Gonçalves e outros líderes em seus conceitos, desde que passou a liderar a minoria oposicionista a Bento, em 1841. Prestamos-lhe as homenagens que foram possíveis em 1985 - Sesquicentenário

Farroupilha.33O programa Guerra dos Farrapos da TV Bandeirantes em 2 de dezembro de 1985, penso, distorceu a imagem sesquicentenária do herói, 34honrado e distinto chefe de família, o que a minisérie A casa das sete mulheres

restaura no essencial.

"Eu sou eu e as minhas circunstâncias" afirmou Ortega y Gasset. Bento Gonçalves tem de ser julgado e entendido nas circunstâncias que enfrentou. Circunstâncias que estudos recentes, feitos com muita seriedade científica e competência por Décio Freitas, Sandra Jatahy Pesavento e Helga I. L. Piccolo 35 ajudam a bem entender a eclosão da Revolução Farroupilha, que não poderia ter líder mais representativo do que Bento Gonçalves, que encarnou o espírito do Rio Grande do Sul.

Trabalhos que ajudarão a redimi-lo de investidas sensacionalistas, de distorções da imagem do herói ao tentarem apresentá-lo como herói ladrão ou um conquistador machista e ditador barato.

Sabemos que não foi um Deus, que foi um homem normal com virtudes e defeitos, mas que correspondeu ao que dele esperaram os rio- grandenses e que dele fizeram, faz século e meio, seu vulto maior.

E mais do que isto, é um herói do Exército Brasileiro por sua memorável e distinta atuação na Guerra da Cisplatina em 1825-28. E aí estão, eloqüentes, as partes de combate atestando sua significativa contribuição.

Sobre sua opinião sobre a Paz de Ponche Verde transcrevo o seu pensamento em documento enviado a Davi Canabarro. Bento Gonçalves e a Paz

"Cidadão David Canabarro, General em Chefe do Exército

Em observação a quanto ordenais em vosso ofício de 21 de janeiro último, chamei a conselho os oficiais superiores da força de meu imediato mando para emitirem suas opiniões sobre a transcendente negociação entabolada com o Barão de Caxias, Comandante - em - chefe do Exército Imperial, e pela Ata que aqui junto envio, vereis o unânime acordo dos mesmos.

No dia 18 do corrente marchei do Cristal no empenho de cumprir vossa ordem, depois de haver tomado as precisas medidas para a segurança daquela força, e chegando a Jaguarão no dia 19, uma inopinada constipação (resfriado) me privou de prosseguir a marcha a esse campo, e resolvi a ele mandar o cidadão Ismael Soares da Silva, seguindo o Exército Imperial, a fim de ser informado do ponto que ocupais e estado da negociação pendente.

Ele acaba de regressar voltando do campo, e deste por saber que só aguardavas a minha chegada, e ser isto impossível, segundo meu estado de saúde. É pois de meu dever dirigir-vos esta para anunciar- vos quanto venho de responder e habilitar-vos com meu voto para conclusão de tão apetecido arranjo.

Minha opinião, Sr. General, é e será aquela que adote a maioria de seus irmãos de armas, sempre que esteja nas raias do justo e do honesto, e, ainda, mesmo quando no caso vertente estes sagrados objetos deixem de ser observados, nem por isso serei capaz de a ela opor-me, tendo eu outros meios

em semelhante caso para deixar ilesa minha honra e consciência.

A paz é indispensável fazer-se, o país altamente a reclama pois infelizmente vítima de nossos desacertos nada temos a lucrar com os azares da guerra.

Eu vejo, mau grado meu, que hoje não podemos conseguir vantagens que estejam em harmonia com nossos sacrifícios, por se haver, a despeito de meus incessantes conselhos, perdido a melhor quadra de negociar-se uma conciliação honrosa.

Nada sei das condições em que se tenha a paz lavrado, e mesmo das instruções que conduziu o comissionado da Corte do Brasil, e sendo tudo para mim misterioso me abalanço a lembrar-vos que uma das primeiras condições deve ser o pleno esquecimento de todos os atos que individual ou coletivamente tenham praticado os Republicanos durante a luta, não sendo em nenhum caso permitido a instauração de processo algum contra estes, nem ainda para reivindicação de interesses privados.

Tendo emitido minha opinião, resta-me repetir- vos que a paz é absolutamente necessária, que os meios de prosseguir na guerra se escasseiam, o espírito público (opinião pública) está contra qualquer idéia que tende a prolongar seus sofrimentos, classificando de guerra caprichosa a continuação da atual.

Uma conciliação é sempre preferível aos azares de um derrota; a história antiga e a moderna nos fornecem mil exemplos que não devemos desprezar. (O grifo é do autor). Compenetrai-vos desta verdade e evitai quando puderdes os funestos sucessos que vão aparecer se prevaleceram as bravatas contra os conselhos da sã razão.

Lembrai-vos que muitos que os propalam vos abandonarão no momento do perigo.

Eu pretendo esperar aqui vossa ulterior resolução, e só depois dela poderei mover-me, quando minha saúde o permita.

É portador o Tenente José Narciso Antunes, por quem espero uma resposta categórica destes negócios.

Deus vos guarde. - Estância do Velho Neto, 22 de fevereiro de 1845. Ass: Bento Gonçalves da Silva .”

Depois de 6 dias de feita a Paz em honrosas condições, escreveu a Dionísio Amaro da Silva:

Por fim temos uma paz em que só conseguimos algumas vantagens pela generosidade do Barão de Caxias, deste homem verdadeiramente amigo dos rio-grandenses, que não podendo fazer-nos publicamente a paz, por causa da péssima escolha e da estupidez sem igual dos que a dirigiram, nos fez o Barão de Caxias o que já não podíamos esperar, salvando assim em grande parte a nossa

generosidade. E finaliza:

"Sigo para a minha pequena fazenda, unicamente com a ingente glória de achar-me o homem, talvez, mais pobre do país."

PS: A numeração em vermelho refere-se a notas do texto no livro **O Exército farrapo e os seus Chefes**.

Nº 15 - Bicentenário do Duque de Caxias - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento

Informação: Os artigos a seguir são de autoria do Coronel Cláudio Moreira Bento, presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS), ampliados da edição histórica do Diário Popular de Pelotas de 20 de setembro de 1985 e de seu livro O Exército Farrapo e seus chefes (Rio de Janeiro: BIBLIEx,1992.2v), disponíveis no site www.resenet.com.br/users/ahimtbe em "História" na Revista Eletrônica de História Militar Terrestre do Brasil no site www.militar.com.br. Estão também disponíveis no Portal Agulhas Negras em Resende, RJ em www.resenet.com.br

Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, Vice-Presidente do IHTRGS e da AHIMTB

GENERAL DAVID MARTINS CANABARRO (1796-1867)

Significação histórica

A excelente mini-série A Casa das sete mulheres, tem levado ao conhecimento geral, num misto de História e de muita Fantasia a História da República Rio-Grandense, 1835/45, que se constituiu na única experiência republicana brasileira antes dela ser proclamada. República que influiu no Marechal Deodoro da Fonseca, o proclamador da República em 15 de novembro de 1889, quando o mesmo presidiu a Província do Rio Grande do Sul durante a Questão Militar, através da pregação dos líderes Júlio de Castilhos e de Assis Brasil à ele, conforme o mesmo registrou.

A Assis Brasil se deve a primeira abordagem da República Rio Grandense do ponto de vista dos que a promoveram, numa historiografia até então dominada pelas abordagens de cunho monarquista .

Em que pese o sucesso da mini-série, por nós já reconhecido em artigo pela Internet e no informativo O Guararapes 36, a "A Casa das sete mulheres" satanizou cruelmente as personagens Marechal Bento Manoel Ribeiro e agora o Brigadeiro David Canabarro, heróis militares surgidos do seio do povo e aos quais

estão muito a dever as atuais e futuras gerações de brasileiros, conscientes da identidade e perspectiva históricas do Brasil, por suas contribuições à consolidação da nossa Unidade, Soberania e Integridade do Brasil. E assim, por conseqüência, eles são cultuados, sendo lembradas as preciosas lições que legaram à posteridade de um Brasil que não pode ser tratado por seus filhos como uma nau sem rumo, à deriva numa tempestade, não sabendo de onde veio, onde está e para onde vai!

A seguir, abordamos a real projeção na História do Brasil do Brigadeiro David Canabarro, para que ela não seja tomada como real, na Fantasia e notável produção da mini-série da Globo, que não lhe faz justiça histórica e da qual se espera ao final a clássica retificação:

"Qualquer semelhança com o personagem da mini-série, General David Canabarro, como herói da História no Brasil não tem amparo na verdade histórica e se constitui em mera fantasia para compor o enredo."

Significação histórica de Canabarro

Prestou assinalados serviços militares, de soldado de Milícias a brigadeiro do Exército Imperial, à Integridade e Soberania de Portugal e depois do Brasil, no Sul, nas guerras de 1811-12, pacificadora da Banda Oriental; de 1816 e 1821, contra Artigas; guerra da Cisplatina, 1825-28; guerra contra Oribe e Rosas, 1851-52; guerra contra Aguirre, 1864 e no início da guerra do Paraguai, 1865-67, contra a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e na mobilização do 3° Corpo de Exército pelo General Osório.

Na República Rio-Grandense, a qual aderiu depois de proclamada, ascendeu por seus méritos e valor militar notável, de tenente-coronel comandante de brigada, ao posto de general da República e Comandante-em-Chefe de seu Exército na fase final, até a pacificação em D. Pedrito atual em 1° de março de 1845. Paz que aceitou, sopitando seu ideal republicano face ao sentimento maior de brasilidade, que tantas vezes comprovara no campo de batalha de 1811 a 28 e que seria reafirmado em 1851-52 e 1864-67, ideal exacerbado com a hipótese de interferência de Rosas, da Argentina, nas divergências entre brasileiros em 1845.

Ficaram célebres palavras a ele atribuídas, de resposta a emissário enviado pelo ditador D. Manuel Rosas, no sentido de auxiliá-lo no combate aos imperiais:

"Diga a seu chefe que assinaremos a paz com o Império com o sangue do primeiro invasor estrangeiro que atravessar a fronteira. Pois antes de tudo somos brasileiros."

Ao morrer, pesavam sob sua memória falsas acusações de traição da Revolução, em Porongos, e incompetência, ou falta de cumprimento do dever como comandante da Fronteira do rio Uruguai. Isto, por não impedir que a coluna

invasora paraguaia penetrasse no Brasil por São Borja e ocupasse Uruguaiana. Assim, em ambos os casos, teria ele sido bode expiatório de duas bombas que estouraram em suas mãos, dada a simplicidade e rusticidade de sua vida, não preparada para travar batalhas de alfinetes e sim batalhas reais.

Mas a História, como instrumento de verdade e justiça mostrou sua inocência e sua real imagem, como pode ser acompanhada no livro **David Canabarro, de tenente a general**. Porto Alegre: Martins Livreiro,1992, do grande historiador santanense Ivo Caggiani, que foi o primeiro sócio correspondente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e que nós considerávamos o maior historiador residente na imensa fronteira brasileira e o maior que Santana já possuiu.

A primeira bomba foi a de terminar a revolução como Comandante-em-Chefe e firmar com Caxias a paz em D.Pedrito, feita com o apoio de Bento Gonçalves em carta que lhe enviou onde, a certa altura mencionava:

"Tendo emitido minha opinião, resta-me repetir-vos que a paz é absolutamente necessária, que os meios de prosseguir na guerra se escasseiam, o espírito público está contra qualquer idéia que tende a prolongar seus sofrimentos, classificando de guerra caprichosa a continuação da atual.

Uma conciliação é sempre preferível aos azares de um derrota; a história antiga e a moderna nos fornecem mil exemplos que não devemos desprezar.

Compenetrai-vos desta verdade e evitai quando puderdes os funestos sucessos que vão aparecer se prevaleceram as bravatas contra os conselhos da sã razão. Lembrai-vos que muitos que os propalam vos abandonarão no momento do perigo."

A segunda, foi ao fazer frente à invasão paraguaia do despreparado Rio Grande, em 1865, com tropas milicianas improvisadas e mal armadas. Acusação injusta, pois ele adotou estratégia de que era mestre consumado: a guerra "à gaúcha", deixando o inimigo se desgastar no terreno como se fora um pneu, e distanciar-se de sua base logística.

Guerra à gaúcha iniciada contra os espanhóis, depois de invadirem o Rio Grande e nele permanecerem em posições estratégicas por 13 anos, seguindo orientação do Rio de Janeiro:

"A guerra contra o invasor será feita em pequenas patrulhas localizadas nas matas e nos passos dos rios e arroios. Destes locais sairão ao encontro dos invasores para os surpreender, causar-lhes baixas, arruinar-lhes gados, cavalhadas e suprimentos e ainda trazer-lhes em constante inquietação."

Mas, ao excepcional valor militar de Canabarro deve o Brasil e a família Brasileira significativa parte de sua pacificação em condições honrosas em D.

Pedrito atual. Não fora sua destacada ação militar como Comandante-em-Chefe da República Rio-Grandense, no período em que o Barão de Caxias comandou o Exército e presidiu o Rio Grande do Sul, a Corte não teria se convencido de aprovar a paz nas condições em que foram celebradas, pois teriam predominado algumas disposições acentuadamente revanchistas. Para constatar isto basta verificar os Ofícios de Caxias, 1842-45, os quais revelam algumas de suas perplexidades com o excepcional tino militar guerrilheiro de Canabarro. Daí surgiu uma admiração militar recíproca que, concluída a Paz, se transformou em amizade e respeito.

Origem, guerreiro nato

Nosso herói nasceu em 22 de agosto de 1796, em Pinheiros, próximo à Taquari, povoação que se originara, durante a guerra de 1764-76, de uma povoação sob proteção do Forte do Tebiquari, levantado então e destinado a barrar, naquele ponto, a direção estratégica Rio-Pardo, Taquari, Porto Alegre.

Descendia de imigrantes açorianos da ilha Terceira. Passou a assinar Canabarro depois de desmobilizado da Guerra da Cisplatina. Nome adotado de seu tio e sócio em pecuária, Antônio Ferreira. Canabarro casou formalmente duas vezes no âmbito familiar. A primeira vez com uma tia mais velha, para que amparasse sua única filha e natural perfilhada Maria Angélica, nascida em 1834, e a 2ª vez com sua cunhada viúva, poucos dias antes de morrer e com vistas a preservar na família o patrimônio acumulado. Sua vida em realidade foi de homem solteiro com ligações amorosas alternadas, sem ser o galã e conquistador que se procura deduzir da obra **Os amores de David Canabarro**. Porto Alegre: Globo,1933.

Atuação militar, 1811-28

Canabarro, cedendo à vocação das armas, com 17 anos incompletos alistou-se em um Regimento das Milícias de Rio Pardo e participou do Exército Pacificador de D. Diogo de Souza que fez a Campanha de 1811-12, onde foi promovido a cabo. Nas guerras contra Artigas em 1816 e 1820 continuou a se destacar como guerreiro de Cavalaria, como nos entreveros de Catalan.

Na Guerra da Cisplatina, 1825-28, conquistou seus galões de tenente no combate de Rincón das Galinhas, de 24 de setembro de 1825.

Na Batalha do Passo do Rosário integrou o 4° Regimento de Cavalaria da 2- Linha, que fez parte da 2- Brigada de Cavalaria da 2- Divisão de Infantaria.

Esta, ao comando do Marechal Sebastião Barreto. Isto talvez explique a sua não participação da Revolução Farroupilha em seu início e que teve como

objetivo derrubar seu comandante de Divisão. Sabe-se que não se relacionava bem com Bento Manuel Ribeiro.

Finda a guerra, em 1831 fixou-se com estância em São Gregório, próximo a Santana atual junto à fronteira do Quaraí, para dedicar-se à pecuária.

Canabarro manteve-se neutro na revolução, sendo por isto ameaçado por um representante de Bento Manoel. Ao passar Bento Manoel para o lado imperial, Canabarro decidiu lutar pela revolução sob o argumento: ***"Antes que me matem com um cevado (porco), prefiro morrer em campo aberto de armas na mão."***

Canabarro juntou-se à gente do alegretense Tenente Coronel Jacinto Guedes que se tornou legendário por sua bravura e intrepidez e pelo lema que incutiu em seus soldados, que traziam inscritos em seus chapéus:

" Sou do Guedes; morro seco e não me entrego! "

Ficou também sob o comando do Coronel José Antônio da Silveira, grande figura humana, símbolo da prudência e mais tarde general farroupilha.

Ao ser organizado o Exército da República Rio-Grandense em 8 de novembro de 1836, em Piratini, pelo 1º General farrapo João Manoel da Lima e Silva (tio do Duque de Caxias), Canabarro foi promovido a tenente-coronel e passou a integrar a 4ª Brigada, comandada pelo citado Coronel João Antônio e constituído dos:

3° Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Missões. Comandante Ten Cel Jacinto Guedes.

4° Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Missões. Comandante Ten Cel David Canabarro.

Traços do perfil militar de Canabarro

O Monsenhor Pinto de Campos, biógrafo de Caxias e contemporâneo de Canabarro, sobre ele escreveu:

"Havia incontestavelmente neste homem talento militar, auxiliado por muita energia, decisão e concepção variada e vasta. Era um Proteu, revestindo-se de mil formas e imaginando constante e sucessivamente novos ardis." 2

Sobre Canabarro escreveu Caldeira, o cronista farrapo que o conheceu e à sua justa fama:

"Canabarro foi o general mais severo da revolução. Mantinha ordem e boa disciplina nas forças que comandava. Era um general arrojado. Marchava com denodo na frente de Caxias, sem que este general conseguisse batê-lo em campo raso. Canabarro era um homem alto e cheio de corpo. Não era ilustrado (culto) porém era muito perspicaz, enérgico e muito audaz. Era muito respeitado. O inimigo sempre o considerava como bom guerreiro. Ele possuía a melhor gente

da fronteira consigo.” 3

Caldeira, em outro depoimento, acrescentando sobre Canabarro, depois de dizer que ele servira na Guerra Cisplatina, onde fizera proezas na retaguarda de nosso Exército em retirada para o passo São Lourenço, no Jacuí, depois de Passo do Rosário, prosseguiu:

“Era homem de um caráter muito severo. Era valente a toda prova e muito perspicaz. Durante a revolução nunca foi derrotado. Somente em Porongos perdeu parte de tropa que comandava. Quando Caxias estava em seu encalço ele mais severo se tornou. E chegava a dizer aos oficiais faltosos, caso repetissem outras faltas, que dava duas alternativas, prisão ou liberdade de desertar para Caxias e apontava para o acampamento imperial. Era homem de poucas palavras e positivo. A sua vontade era de ferro. Depois da pacificação foi o primeiro homem da Fronteira do Quaraí. Dizia que não era homem do primeiro informe (versão) e que era preciso ouvir as partes. Ele falava português pelo dicionário Rio-Grandense ou seja, o linguajar gauchesco típico da época.” 4

Segundo Alfredo Varela, “Canabarro era de constituição robusta, de estatura avantajada, grosso de corpo e de feições carregadas.”5e para Garibaldi, “Canabarro era rude na aparência, mas de excelente coração”. 6

Era um mestre na guerra de guerrilhas das coxilhas. Fugia ao combate decisivo e fazia a guerra de recursos, a Guerra à gaúcha, consistente em fatigar o inimigo ao danificar-lhe o equipamento, arruinar suas cavalhadas e mantê-lo sob a tensão de uma surpresa.

Antônio Vicente da Fontoura, que liderou a reação contra Bento Gonçalves a partir de 1841, culpando-o por inúmeros insucessos militares e que ao final teve papel importante na Paz de D. Pedrito, assim referiu-se ao comportamento de Canabarro como comandante do II Corpo de Exército:

“Canabarro era laborioso, ativo e enérgico, prevendo as marchas e os planos do inimigo e suprindo a nudez e provação do soldado. Em marcha, já em um e outro flanco, já na retaguarda e logo na frente, fazendo conservar a ordem dos esquadrões e a regularidade das colunas, infundindo ao soldado, enregelado de frio, um novo brio, uma audácia, mesmo contra o rigor da estação.”7Possuía rusticidade (endurance) invulgar que infundia à sua tropa, e ainda grande capacidade de manobrar e fazer amplos deslocamentos.

Os combates de Taquari, de 3 de maio de 1840, de São José do Norte de 15 de julho de 1840 e os de setembro a 23 de novembro de 1840, foram insucessos atribuídos a Bento Gonçalves pela oposição. Por outro lado, as vitoriosas operações contra o General Pedro Labatut na região de Cima da Serra, comandadas por Canabarro, lhe valeram grande prestígio como general farrapo.

A este tempo, os republicanos lutavam sem Infantaria e com bom suporte

logístico. Bento Gonçalves não os possuía suficientes; isto era agravado pelo efetivo da tropa de 1ª Linha reduzido a 1/3 e a situação logística péssima em razão do grande endividamento interno e externo da República.

O prestígio de Canabarro foi crescendo até colocar sombra em Bento Gonçalves e mais tarde em Netto. Neste, pelo mesmo não ter interferido na marcha de Caxias de Rio Grande até Passo de Lourenço levando 5.000 cavalos.

Principais feitos de Canabarro

Canabarro, numa atividade incrível percorreu o Rio Grande, do qual tinha o mapa na cabeça, em todos os sentidos. Dentre seus maiores feitos amplamente abordados em histórias do decênio, registro:

Prisão em Herval em 17 de dezembro de 1836, de surpresa, do Coronel João Silva Tavares, um dos mais destacados chefes imperiais.8 Em 1838, restabeleceu o sítio de Porto Alegre.

Comandou expedição a Laguna, em julho de 1839 levando o Coronel Joaquim Teixeira Nunes e seus célebres Corpo de Lanceiros Negros para a conquista de um porto de mar, do que resultou a proclamação da efêmera República Juliana e sua aclamação como general.

Paz de D. Pedrito

Canabarro ao assumir o Comando-em-Chefe do Exército da República em agosto de 1843, em que pesassem dificuldades de toda a ordem, manteve sua tropa em movimentação e atividade constantes, através da guerra de guerrilhas e por cerca de 16 meses. Teve 21 encontros com os imperiais. Canabarro lutou como só haviam feito os republicanos em 1836 e 1837.Foi mais de um combate por mês, segundo estatística de Morivalde Calvet Fagundes. 9

Caxias o perseguiu por 38 léguas, através de toda a fronteira sudoeste, sem conseguir um encontro com Canabarro, que tentava repetir a tática vitoriosa contra o General Manoel Jorge, em 1841, a guerra à gaúcha, que abordamos na Revista do CIPEL de 1996.

Em 13 de novembro de 1844, Canabarro foi surpreendido em Porongos, por Chico Pedro. Esta surpresa foi por longo tempo discutida pelos farrapos. "Fomos ou não traídos em Porongos?" Surpresa que não foi mais completa graças a reação do Cel Teixeira Nunes e do seus lanceiros negros que ali apresentaram uma resistência a todo o custo, salvando da derrota a honra da moribunda República. Em defesa de Canabarro tem saído entre outros Eugênio Vilhena de Moraes, o biógrafo de Caxias, Alfredo Ferreira Rodrigues e outros.

David Canabarro, o último Comandante-em-Chefe do Exército Farrapo

recusou o apoio de Rosas da Argentina para continuar a luta. Sopitando seu ideal de República face ao perigo de intervenção estrangeira, segundo a tradição, teria respondido ao emissário de Rosas à proposta de apoio estrangeiro de que “com o sangue do primeiro estrangeiro que atravessar a fronteira celebraremos a paz com Império. Acima de nosso sentimento republicano está o de brasilidade".

Alguns tem se apoiado em instruções que teriam sido dadas pelo Barão de Caxias a Chico Pedro nas quais Canabarro teria sido conivente com o ataque de Porongos. É uma agressão injusta contra Caxias, Canabarro e Chico Pedro.

Até hoje não foi aprovada a autenticidade do documento, em realidade um documento forgicado. 10 É incluído, por dedução, nas injustas suspeitas, o Coronel Lucas de Oliveira.

Acertada a pacificação, Canabarro, em 28 de fevereiro de 1845, assinava e fazia divulgar esta proclamação ao Exército da República;11ei-la:

"Concidadãos! Competentemente autorizado pelo Magistrado Civil a quem obedecíamos e na qualidade de Comandante-em-Chefe, concordando com a unânime vontade de todos os oficiais da força de meu Comando, vos declaro que a guerra civil que há mais de nove anos devastava este país está acabada. A cadeia dos sucessos por que passam todas as revoluções tem transviado o fim político a que nos dirigimos, e hoje a continuação de uma guerra tal, seria o ultimatum da destruição e do aniquilamento de nossa terra. Um poder estranho ameaça a integridade do Império; e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será teatro de suas iniqüidades; nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil.

Concidadãos! Ao desprender-me do grau que me havia confiado o poder que dirigia a revolução, cumpre assegurar-vos que podeis volver tranqüilos ao seio de vossas famílias. Vossa segurança individual e de propriedade está garantida pela palavra sagrada do Monarca, e o apreço de vossas virtudes confiado ao seu magnânimo coração. União, fraternidade, respeito às Leis e eterna gratidão ao ínclito Presidente da Província, o Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Caxias, pelos afanosos esforços que há feito na pacificação da Província.

Campo em Ponche Verde, 28 de fevereiro de 1845.

Ass: David Canabarro”

No dia seguinte o Barão de Caxias, em seu acampamento em D.Pedrito, na margem direita do rio Santa Maria, 1° de março de 1845, difundiu proclamação que representava, além da Paz da Revolução Farroupilha, a pacificação da Família Brasileira, atingida pelas revoluções liberais que ameaçaram incendiar o Brasil de Norte a Sul durante 14 longos e sofridos anos de lutas fratricidas.

Da proclamação de Caxias retiro estas sentenças:

"Uma só vontade nos una, Rio-Grandenses. Maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas dissenções. União e Tranqüilidade seja de hoje em diante nossa Divisa."12

Preciosa lição da História, não respeitada pelos vencidos na Luta Armada urbana e rural levada a efeito no Brasil, em decorrência da Revolução Democrática de 1964.

Trechos das proclamações de Canabarro e Caxias, fiadores da paz de D .Pedrito em termos honrosos, estão gravados em bronze, juntas e em destaque, no hall da entrada principal do Clube Militar do Rio de Janeiro, para reflexão e admiração de todos quanto pela primeira vez por ali adentram o Clube.

Em que pesem os grandes prejuízos causados pela Revolução Farroupilha, não se pode deixar de reconhecer que ela foi um laboratório para as guerras externas de 1851-52 e 1865-70 e que formou excelentes chefes e soldados da Cavalaria mais famosa da América, a Rio-Grandense, fato exaltado por Garibaldi em suas **Memórias**, que Caxias sempre reconheceu e escreveu, a propósito da morte do General Andrade Neves.

Face à ameaça de um valor maior, a Integridade e a Soberania nacionais, calou no coração dos rio-grandenses o ideal de República, adiado por 44 anos.

Novamente em defesa da Soberania e Integridade

Por ocasião da guerra contra Oribe e Rosas, Davi Canabarro foi nomeado coronel comandante da Guarda Nacional de Alegrete e Uruguaiana. Lá, deu todo apoio ao Marquês de Caxias e ao agora seu Ajudante General do Exército, o Coronel José Mariano de Mattos, ex-ministro farrapo, bem como ao Chefe do Estado-Maior de Caxias e Ministro da Guerra do Império em 1864, o Coronel Miguel Frias, que fora líder de um movimento revolucionário no Rio e que depois assessorou Caxias como Ajudante-General na Pacificação do Rio Grande de 1842-45. Canabarro recebeu o comando da 4ª Divisão, ou Divisão Ligeira, integrada pelas seguintes brigadas: 13

13ª Brigada - comandante Coronel GN Demétrio Ribeiro, antigo companheiro de Bento Manuel, que efetuou a prisão do Presidente da Província Brigadeiro Antero de Brito em Itapevi e que depois do combate de Ponche Verde voltou a lutar pelo Império. Era constituída de guardas nacionais alegretenses e gabrielenses (2 corpos).

Da data de 18 de novembro de 1866, em que Caxias assumiu o comando do Exército Brasileiro, até a morte de Canabarro, decorreram cerca de 4 meses. Neste ínterim, Canabarro teve a alegria do reconhecimento nacional, traduzido por Caxias, a quem conhecia e reconhecia competência militar, ao restaurar-lhe no comando da Fronteira e permitir-lhe prestar à defesa da Integridade do Brasil, o concurso de seu prestígio, na mobilização do 3° Corpo de Exército, em auxílio a Osório, que levou o citado Corpo para o Teatro da Guerra.

Sofreu bastante, por longos anos, o intrépido campeão as injustiças de traição, em Porongos e de incompetência e inércia, quando da invasão do Rio Grande do Sul pelos paraguaios. E mais, a imerecida pecha de conquistador. Acusações de que foi inocentado por Alfredo Rodrigues, Danton Garrastazú Teixeira e Morivalde Calvet Fagundes. 15

Os **Anais do Arquivo Histórico do RS, 8v,** fornecem interessantes

informações sobre a atuação de Canabarro. Ele esteve presente com sua Cavalaria na rendição dos paraguaios em Uruguaiana, aos 68 anos.

A morte do herói

Depois, retirou-se para a sua estância de São Gregório em Santana. E nesta, em 25 de março, foi ferido num pé quando executava, numa mangueira, uma atividade campeira. Pequeno ferimento que evoluiu para um grave infeção que terminou por matá-lo. Um jornal do Rio de Janeiro assim noticiou sua morte:

"Tendo sido um notável caudilho da revolução por que passou esta Província, na qual adquiriu a reputação de bravo e habilidoso para a guerra, desceu ao túmulo, acompanhado de graves acusações que a história um dia decifrará se foram merecidas ou injustas."

História é verdade e justiça e ela provou que as acusações a este bravo e autêntico herói militar e filho adotivo de Santana foram injustas e diria covardes!

PS : Os números no texto se referem a notas ao texto no original na nossa obra **O Exército farrapo e os seus chefes.**

CORONEL JOAQUIM TEIXEIRA NUNES (1801-1844)

O maior lanceiro farrapo

A mini-série A Casa das sete mulheres está focalizando a malograda tentativa dos farrapos em Laguna, SC, de ali estabelecerem a República Juliana e nela um porto de mar para uso próprio.

A personagem principal deste episódio foi o Coronel Teixeira Nunes, no comando seu célebre Corpo de Lanceiros Negros Farrapos, Corpo cuja existência não vinha sendo ressaltada pela historiografia, bem como a do seu líder, o Cel Teixeira Nunes, a maior lança farrapa, segundo o General Tasso Fragoso. Teixeira Nunes era praticante das virtudes de Firmeza e Doçura, inscritas no brasão da República Rio-Grandense, sob a forma de dois amores perfeitos e assim traduzidos: Firmeza ao combater com toda a garra e valor visando a vitória. Doçura, depois de vencido o combate, respeitar como religião, do prisioneiro inerme, a sua vida, honra, família e patrimônio.

Teixeira Nunes foi vítima fatal no último combate farroupilha antes da Paz,

depois de haver salvo em Porongos, com os seus Lanceiros Negros, a República de um colapso total .

Garibaldi, que foi seu comandado em Laguna e na retirada para o Rio Grande do Sul, lembrou mais tarde na Itália o seu grande valor como um dos mais assinalados guerreiros farrapos e também como o Bravo dos bravos.

Significação histórica

Prestou distintos serviços militares à Independência e Soberania do Brasil na Guerra da Cisplatina, 1825-28, como alferes de um Regimento de Cavalaria das Missões. Participou da Batalha de Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827 e teve papel destacado ainda nesta guerra, contra uma incursão profunda inimiga que penetrou até o rio Camaquã, a partir do rio Jaguarão.

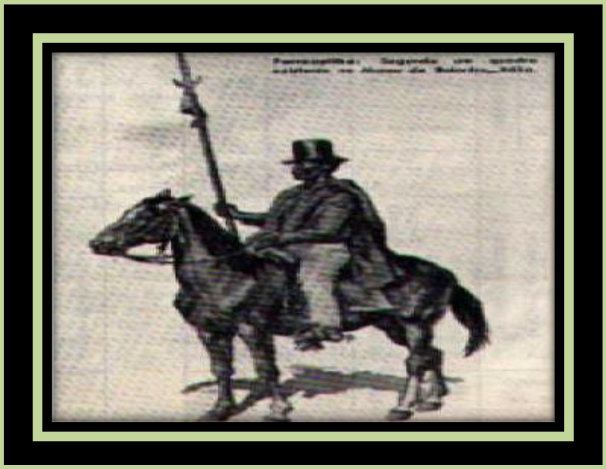
Na Revolução Farroupilha foi um dos mais constantes, intrépidos e denodados líderes de combate. Brilhou em diversas ações, ao ponto de ser classificado por Assis Brasil "**como o maior herói da Revolução"** e pelo General Tasso Fragoso como **"a maior lança farrapa".** Participou com destaque do combate de Rio Pardo em 1838, e da expedição a Laguna em 1839, na liderança do célebre 1° Corpo de Lanceiros Negros, constituído de escravos libertos.

Seu maior feito estratégico foi derrotar, em Santa Vitória (Bom Jesus) a Divisão Paulista ou da Serra, enviada de São Paulo para lutar contra a Revolução. Isto quando, em companhia de Garibaldi, Rosseti e Anita Garibaldi, retornava da malograda expedição a Laguna, 1839.

A Teixeira Nunes coube, em 26 de novembro de 1844, a última reação armada da República Rio-Grandense, que custou-lhe a vida, após memorável e comovente reação junto com seus lanceiros negros na surpresa de Porongos, doze dias antes.

Sua importância na Revolução Farroupilha pode ser medida pela lembrança de Garibaldi a seu respeito, este já herói da unificação da Itália, nestas palavras, em carta a Domingos José de Almeida.

"Eu vi batalhas mais disputadas, mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem lanceiros mais brilhantes que os da Cavalaria Rio-Grandense...Onde estão estes belicosos filhos do Continente, tão majestosamente intrépidos nos combates? Onde estão Bento Gonçalves, Netto, Canabarro, Teixeira Nunes e tantos outros."



Pintura de um lanceiro negro farrapo, existente em um museu de Bologna, Itália, da tropa de Teixeira Nunes, que participou da expedição a Laguna e que de lá retornou por terra junto com Garibaldi e Anita.

Naturalidade, ascendência e perfil militar

Teixeira Nunes nasceu em 1802 na costa do rio Camaquã, no então Curato de Canguçu e filho dos primeiros povoadores de Canguçu. 1

Sobre seu perfil militar, escreveu seu conterrâneo Caldeira, que foi seu porta-estandarte no combate do Rio Pardo em 1838 e que, em Canguçu, prestou a historiadores gaúchos os mais importantes depoimentos sobre perfis militares dos líderes farrapos, os únicos que se dispõe publicados. 2

"Teixeira Nunes foi um dos oficiais de maior nomeada que possuiu a Revolução Farroupilha. Era uma lança das primeiras.

Com o Corpo de Lanceiros Negros a seu mando, alongava do exército, para operar com seus próprios meios, em qualquer parte que o inimigo aparecesse. Era o terror dos seus inimigos. Onde carregava o Corpo de Lanceiros Negros ao seu comando surgia a vitória. Teixeira era humano. Durante a peleja matava por ser contingência da luta, e depois da vitória não morria um só prisioneiro. Era um oficial que sabia fazer a guerra de recursos (a guerra à gaúcha, de guerrilha). Esbelto e galhardo, apresentava-se à frente de seu corpo na ocasião do combate.

Oficial que manejava a lança com invulgar destreza, de estatura mais alta do que baixa, montando garbosamente seu cavalo, sobranceiro, seria capaz de dominar qualquer inimigo. Sua voz de comandante feria os ouvidos. Possuía invulgar espírito militar.

Em novembro de 1836, Teixeira Nunes era major do Corpo de Lanceiros Negros (corpo formado por pretos escravos ou libertos), a esse tempo comandados pelo Tenente Coronel Joaquim Pedro Soares. No dia 6 desse mês, feita a eleição para Presidente da República, realizou-se na igreja de Piratini um Te Deum. E quando as autoridades de novel Estado Rio-Grandense e a massa

popular em cortejo solene se dirigiam para templo, ia à frente deles e pela primeira vez desdobrado à luz do céu, o pavilhão tricolor, o símbolo da República Rio-Grandense. E quem o conduzia, fremente de emoção e entusiasmo, ufano da glória de ser o primeiro a carregar a bandeira gaúcha, é o major de lanceiros Joaquim Teixeira Nunes.

Dentro de pouco tempo seria ele o comandante dos lanceiros negros. E à frente desta força praticaria façanhas sem conta, intervindo em inúmeros combates, até ornar os punhos com galões de coronel."

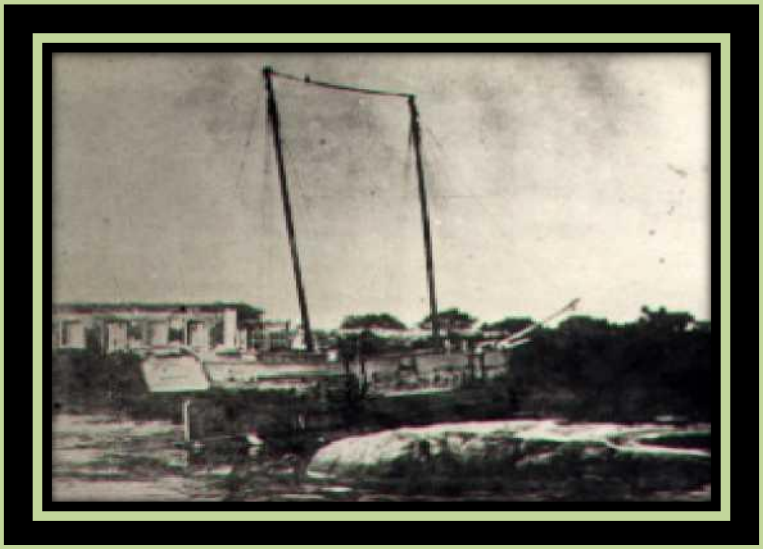
Teixeira Nunes, por seu raro valor como líder de combate, rusticidade e habilidade em conduzir operações de guerra prolongada, vivendo de parcos recursos locais e mais a legenda de combatente humano e generoso que se criou em torno de seu nome, seria tratado pelo título honroso de **O Bravo dos bravos.**

Expedição a Laguna - SC

Ele foi um dos mais constantes combatentes farroupilhas. Sua consagração como soldado adveio da expedição que realizou por terra a Laguna-SC, coadjuvado por Garibaldi por água, resultando a Proclamação da República Juliana. Esta, em sinal de reconhecimento, o promoveu a coronel e fez do Capitão Garibaldi o comandante de sua Esquadrilha Naval.

Ao apossar-se, sem reação, de Laguna, em virtude de retraimento do comandante daquela praça, além dos navios de guerra auxiliou Garibaldi e John Griggs a aprisionar ou colocar fora de combate. Reforçou consideravelmente sua logística, ao cair em seu poder 14 barcos abarrotados de mercadorias, 6 bocas de fogo, cerca de 500 armas e para mais de 36.000 cartuchos carregados. Em Ordem do Dia, após a vitória alcançada, Teixeira Nunes assim se expressou ao agradecer a ação de seus bravos comandados:

"Iguais, se não maiores respeito e consideração, adquiriu o Capitão José Garibaldi, comandante da força naval da República. Em nome da Pátria agradeço-lhe a maneira como desempenhou a parte do plano de ataque que lhe coube executar, fazendo uma jornada de mais de duas léguas por terra (transporte dos lanchões **Seival e Farroupilha**), sendo o primeiro a lançar-se n'água para desencalhar o lanchão Seival, preso ao baixo do Camacho." 3



Legenda: Foto do verdadeiro lanchão farroupilha Seival, que terminou seus dias mais tarde em Laguna com o nome de Garrafão e de cujo casco imprestável foi retirada uma pequena planta, que foi plantada em praça de Laguna, simbolizando a união de Garibaldi e Anita, os heróis de dois mundos. Teixeira Nunes, ao chegar em Laguna, lançou proclamação vazada nos seguintes termos: "Irmãos catarinenses, empunhai as armas conosco e arrancai a segunda província ao diadema do segundo Pedro: Mostrai porém, que os verdadeiros livres, mesmo no afã da guerra, sabem manter a ordem, obedecer às leis e respeitar a propriedade."

Talvez o redator de suas proclamações fosse o italiano Luiz Rosseti.

Teixeira Nunes e o ideal federativo

Em seguida, fez chegar aos líderes catarinenses uma carta circular, cujo teor reproduzimos a seguir:

"Proclamando a Independência de Santa Catarina, não penseis que isto afetará os interesses do Brasil, do solo sagrado dos brasileiros, pois que a República Riograndense, conscienciosa de sua dignidade, do espírito da grande maioria dos brasileiros e da honrosa missão que lhe foi confiada, não tem tanto a peito quanto a federação aos estados seus irmãos."4Não havia a idéia de separatismo e sim República Federativa do Brasil, regime em que vivemos há 114 anos.

Após a derrota de Garibaldi no mar, Teixeira Nunes foi forçado a retrair sob forte pressão de João Fernandes, chefe legalista. Atravessou o canal de Laguna a nado, indo reunir-se com Canabarro, no passo do Camacho.

Havendo discordância sobre operações futuras entre Canabarro e Teixeira Nunes, enquanto o primeiro se dirigiu ao Rio Grande, Teixeira Nunes,

convicto de que perdeu uma batalha mas não a guerra, dirigiu-se para o planalto e com ele Garibaldi, agora infante, mais Anita e Rosseti, todos já ligados por laços de amizade.

Derrota da Divisão da Serra

Na margem norte do rio Pelotas, no interior de um mangueirão de pedra, feriu-se um cruento e encarniçado combate que passou à história com o nome de Santa Vitória.

Nele Teixeira Nunes, tendo Garibaldi no comando de sua Infantaria, infligiu pesada derrota na Divisão da Serra ou de São Paulo, ao comando do Brigadeiro Xavier da Cunha.

Após a vitória, reuniu os prisioneiros e para surpresa de todos, os mesmos ouviram de Teixeira Nunes estas palavras:

“Vocês estão livres! Voltem para casa, para cuidarem de suas famílias!

E lá se foram todos de volta para São Paulo e Paraná.

Este combate lhe possibilitou entrar triunfalmente em Lages, vila que encontrou com os cofres raspados e sem administração, o que procurou refazer, bem como a refazer os uniformes de sua tropa, dando contas precisas de tudo aos seus superiores em Caçapava.

Em Lages Teixeira Nunes, agora com o comando militar e político, procurou tratar o povo como amigo, dirigindo a guerra não contra a população, mas contra os defensores do governo. Procurou ignorar atitudes hostis e, habilmente, por todos os meios, conquistar a confiança dos simpatizantes da causa, revelando mais um positivo aspecto militar de sua personalidade.

Visão estratégica

Sobre sua visão política e estratégica, podemos concluir que era muito boa, pelos termos da carta abaixo, em que advogava a manutenção de Santa Catarina e sobretudo de Lages:

"Esta fronteira (Lages), é de primeira importância para nós, seja com respeito ao grande rendimento das tropas de gado, seja porque daqui podemos manter comunicações, não só com a Província de Santa Catarina, como também com a de São Paulo e vigiar, com maior facilidade, os distritos de Vacaria, Cima da Serra e Missões. Logo deve ser este ponto guarnecido por uma força correspondente às infinitas vantagens que o mesmo apresenta."5

Combate de Curitibanos

Sabendo Teixeira Nunes que uma tropa do Coronel imperial Antônio Albuquerque Mello andava em seu encalço, saiu à procura da mesma na direção de Curitibanos, onde se feriu o combate de Marombas. Nele, Teixeira Nunes, após um sucesso inicial, caiu numa emboscada, sendo salvo pela Infantaria de Garibaldi, que o acolheu. Salvou-se da destruição total, ao embrenhar-se numa mata, através da qual atingiu Lages no 5° dia, após indescritíveis sofrimentos no matagal.

Anita Garibaldi extraviou-se neste combate. Sendo presa por Albuquerque Mello, conseguiu empreender uma épica fuga, vindo a se encontrar com a coluna de Teixeira Nunes e com Garibaldi, em Vacaria.

No Rio Grande, Teixeira Nunes, juntamente com Garibaldi e sob o comando de Bento Gonçalves, tomou parte do indeciso combate de Taquari, no qual comandou uma Brigada Ligeira de Cavalaria. Posteriormente, sob o comando de Bento Gonçalves, se destacou no ataque de S. José do Norte, no qual cambateram a seu lado seus velhos amigos de tantas jornadas na república Juliana - Garibaldi e Rosseti. Aí, Teixeira Nunes, já conhecido como “Coronel Gavião", bateu-se com um denodo sem precedentes, fato reconhecido em Ordem do Dia de Bento Gonçalves. Depois, foi operar para os lados de Bagé. Atacou Jaguarão, em 19 de dezembro de 1843.

Os lanceiros negros de Teixeira Nunes foram, em grande número, recrutados nos municípios atuais de Arroio Grande, Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Herval, Bagé, Camaquã, São Lourenço do Sul, Pelotas, Pedro Osório, Caçapava e Encruzilhada do Sul.

Ao homem que desfraldou e portou pela primeira vez o pavilhão tricolor da República Rio- Grandense, coube o privilégio de comandar no Rio Grande a última reação armada do ideal republicano farroupilha, em 26 de novembro de 1844. Ideal que não viveu para ver concretizado para todo o Brasil 45 anos após.

Garibaldi recorda Teixeira Nunes

Foi por certo pensando no bravo canguçuense Teixeira Nunes e nos seus bravos lanceiros, com os quais Garibaldi conviveu e padeceu irmanado na longa odisséia desde sua derrota naval em Laguna, até o frustrado ataque a São José do Norte, que o mesmo escreveu em suas Memórias e cartas estes trechos: 6

"Os gaúchos rio-grandenses eram homens habituados a todas as privações, e nunca de uma só boca ouvi lamentação de fome e sede; ao contrário, mesmo em tão dolorosa situação, desejavam combater."

"Eu vi batalhas mais disputadas, mas nunca vi em nenhuma parte, homens mais valentes, nem lanceiros mais brilhantes que os da cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras comecei a desprezar o perigo e combater dignamente pela causa sagrada das gentes."

Quando a Europa celebrava Garibaldi como figura mais romântica do mundo, ele se lembraria do canguçuense Teixeira Nunes, seu comandante na retirada da República Juliana.

"E repassando na memória as vicissitudes da minha vida no vosso meio, em 6 anos de atividade de guerra, de constante prática de ações magnânimas como que em delírio exclamo! Onde estão agora esses belicosos filhos do Continente, tão majestosamente intrépidos nos combates? Onde estão Bento Gonçalves, Netto, Canabarro, Teixeira Nunes e tantos valorosos lanceiros que não me lembro!

Que o Rio Grande ateste com uma modesta lápide o sítio em que descansam os seus ossos; e que vossas belíssimas patrícias cubram de flores esses santuários das vossas glórias."

Final de Teixeira Nunes

O final do maior lanceiro farrapo foi assim descrito por seu citado conterrâneo, o tenente farrapo Manoel Alves Caldeira e seu comandado como porta-bandeira no combate de Rio Pardo.7

Por ordem de Canabarro, após Porongos, Teixeira Nunes foi acampar no arroio Chasqueiro. Aí foi procurá-lo o Cel Chico Pedro, baseado em Canguçu no comando da Ala Esquerda do Exército de Caxias, em 26 de novembro de 1844.

"Chico Pedro marchava pela estrada real em direção do passo onde se achava Teixeira Nunes - o seu inimigo dos mais temíveis e respeitados...

Chico Pedro, ou Moringue, carregou sobre a pequena força de Teixeira Nunes, que não podendo suportar as cargas foi derrotada e perseguida de morte em morte. O cavalo de Teixeira Nunes foi boleado (atingido por boleadeiras) e assim mesmo Teixeira Nunes, a pé, continuou se defendendo com sua lança.

Mas foi também boleado com a sua célebre lança. E não podendo mais manejá-la, foi rodeado pelos que mais perto o seguiam. Um deles deu um tiro em uma coxa. Nesta ocasião, chegava junto a ele Chico Pedro ao qual disse - Coronel, não me deixa matar. Chico Pedro seguiu e virando a cara para o lado disse: - Não matem o homem. Teixeira tinha feito um sinal de socorro e morreu.

A História do Exército publica alegoria que refere à sua ação comovente e a de seus lanceiros negros em Porongos. 8

Tasso Fragoso, ao escrever a sua **História da Revolução Farroupilha,** impressionado com o valor de Teixeira Nunes o classificou "a maior lança

farrapa"9. Fernando Osório em **A História do General Osório** o chama de "valente chefe" e Schultz Filho o classifica de "garboso comandante de Lanceiros e o primeiro entre os primeiros na missão arriscada".

Teixeira Nunes foi um dos esquecidos por Alfredo Ferreira Rodrigues no seu **Almanaque Literário e Estatístico do RGS, 1889-1917**. Ao lado do próprio Caldeira, que tão valiosos subsídios forneceu-lhe. Aí falhou a História como instrumento de verdade e justiça.

Acreditamos que fomos pioneiros na abordagem histórica da real e gloriosa dimensão dos 2 Corpos de Lanceiros Negros Farrapos em 1975 na obra **O Negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul, 1635-1975**. Porto Alegre:IEL,1975. Obra 1° prêmio em concurso nacional sobre a contribuição do negro na integração sócio- cultural sul-rio-grandense, no certame de letras do Biênio da Colonização e imigração para o Rio Grande do Sul.

O legendário Coronel Joaquim Teixeira Nunes é patrono de cadeira da Academia Canguçuense de História, onde a sua memória é cultuada, na terra que lhe serviu de berço quando era curato, subordinado à paróquia de Rio Grande.

PS. Os números no texto se referem às notas no livro O Exército farrapo e os seus chefes.

Tenente MANOEL DA SILVA CALDEIRA (1815-1900)
O cronista farrapo

Existem homens cuja nome e obra se tornam notáveis depois de mortos, quando em vida não despertaram a atenção, não foram avaliados e valorizadas as sua obras, como no caso do maior escritor regionalista gaúcho J. Simões Lopes Neto.

Outro destes homens foi o heróico tenente farrapo Caldeira, que conviveu intimamente com todas as lideranças militares farrapas e graças ao que viu, ouviu, participou, sentiu e memorizou sobre o Decênio Heróico em que atuou ativamente, veio a tornar-se o seu maior cronista e preservador da memória da Revolução, particularmente dos perfis guerreiros que muito bem captou de seus maiores campeões.

Significação histórica

Participou intensamente e de maneira romanesca dos dez anos de Revolução Farroupilha, de soldado a tenente do célebre 1° Corpo de Lanceiros da 1° Linha do Exército da República Rio- Grandense.1Privou ou conviveu com a maior parte das lideranças militares, entre elas Bento Gonçalves. Foi ferido em combate gravemente mas sobreviveu.

Graças ao que viu, participou e sentiu, captou e memorizou sobre o

Decênio Heróico, veio tornar-se, segundo interpreto, o seu maior cronista e preservador da memória da Revolução e particularmente do perfil guerreiro que muito bem captou de seus maiores campeões.

Isto por prestar, de 1888 a 98 lúcidos, honestos e detalhados depoimentos escritos, em sua maior parte redigidos em Canguçu, em atendimento a solicitações dos historiadores Alcides Lima, Alfredo Ferreira Rodrigues, Alfredo Varela e Piratinino de Almeida. O último, filho de Domingos José de Almeida, o mineiro de Diamantina que foi o cérebro civil e o maior estadista da República Rio- Grandense.2

Depoimentos que foram incorporados significativamente pelos historiadores pioneiros desta revolução, os mestres Alcides Mendonça Lima e Alfredo Ferreira Rodrigues em seu célebre **Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul.**

Depoimentos fundamentais a todos os historiadores do assunto, desde então, sem esquecer Othelo Rosa, autor de **Vultos da Epopéia Farroupilha.**

Mas em que pese a sua grande projeção histórica como preservador da memória da maior e mais longa guerra civil sul-americana, Caldeira até hoje permanecia em posição obscura que não lfazia justiça3 à sua imensa contribuição à memória da Revolução.

Depois de um longo período de obscuridade, ele ressurgiu como fundador e Presidente do 1° Clube Republicano de Canguçu, organizado no 2° Distrito (região de Florida, em 1882),4 no posto de tenente-coronel da Guarda Nacional.

Em 1893-94 foi o comandante da Guarda Nacional, encarregado da proteção do Município de Canguçu, para o qual, em 1896, aos 81 anos, foi lançado como um dos candidatos a Intendente. Logo a seguir irá prestar, ainda de Canguçu, seu torrão adotivo, os famosos depoimentos sobre a Revolução Farroupilha. Depoimentos que a cada dia terão maior valor. Os estudiosos aos poucos o elevarão ao local justo que ele deve ocupar, o de -cronista da Epopéia Farrapa.

Naturalidade e descendência

O tenente farrapo Caldeira nasceu na região de Cerro Pelado, que passou a integrar, a partir de 1857, o município de Canguçu. Ali ele e seu irmão José Joaquim Caldeira (Juca Caldeira), possuíam propriedade em 1841. 5 Segundo Frei Cristóvão de Vacaria e J. Simões Lopes Netto, 6 os Caldeiras e os Bentos, junto com outras famílias foram os fundadores do povoado Estação Cerrito, que pertenceu ao município de Canguçu, até formar, com Olimpo, a cidade de Pedro Osório. Hoje Cerrito é município. Em 1841, Manoel era tenente farrapo e seu irmão, coletor da República. 7Os últimos anos de Caldeira ligam-se

ao 2° Distrito de Canguçu (Iguatimi, Florida, Posto Branco), onde presumo, tinha residido longo tempo e deixado descendência.

Contribuições à História da Revolução Farroupilha

Caldeira enviou carta a Alcides Lima de Quaró-Chico, em 21 de novembro de 1888 e três cartas de Canguçu a Alfredo Ferreira Rodrigues, datadas de 25 de janeiro, 20 de setembro e 20 de outubro de 1898, sendo que as duas últimas do 2° Distrito (Florida, Iguatemi).

Estas cartas foram publicadas na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,** n° 27, em 1927, em cerca de 100 páginas.

Ao Dr. Alfredo Varela ele enviou cartas de Canguçu, em 13 de setembro de 1894 e em 5 de maio de 1895, durante a Revolução de 93 e em 1° de dezembro de 1898.

Indiretamente chegou às mãos de Varela seus escritos em Pelotas, em 20 de agosto de 1896 e dirigidos ao Dr. Piratinino de Almeida. Todos estes depoimentos, reproduzidos de memória, foram publicados no volume 5 dos **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul,** 1981, em 170 páginas. Portanto, foram 170 páginas de documentos, que o velho farrapo escreveu que merecem ser lidos pelos estudiosos, pois neles sempre encontrarão novas inspirações. E lhe farão justiça.

Alfredo Ferreira Rodrigues teve conhecimento da existência do velho farrapo, em Canguçu, através de seu colega no Colégio Sul Americano em Pelotas - Genes Gentil Bento, filho de Canguçu e mais tarde seu intendente de 1905-17. 8

Para mim, a grande contribuição de Caldeira foi captar de maneira precisa e feliz e preservar para a posteridade os perfis militares dos principais líderes farrapos, nos quais baseamos nossos estudos sobre o assunto. Eles são fundamentais para compor o perfil do combatente brasileiro no Sul, 9 assunto de interesse das pesquisas históricas do Estado-Maior do Exército. Não fora Caldeira, a posteridade não teria conhecido o perfil dos campeões farrapos.

Candidato a Intendente de Canguçu

Através de reportagem no jornal **Opinião Pública** de Pelotas, de 28 de maio de 1896, conhecemos mais sobre o maior cronista da república. Dessa reportagem sintetizamos o seguinte:10

“O Partido Republicano, guarda avançada da República em Canguçu, reuniu-se ali em 3 de maio de 1896, elegendo sua comissão executiva. Em eleição prévia escolheu para candidato à Intendência de Canguçu o venerando

ancião e velho farrapo tenente-coronel Manoel Alves da Silva Caldeira, valente soldado de 35...Trata-se de republicano convicto, companheiro inseparável de Bento Gonçalves e Garibaldi. Ele arrostou corajosamente o decênio da memorável cruzada de 35, cujo atestado traz patente na funda cicatriz que lhe atravessa a fronte... Apesar de contar 81 anos ainda é varonil. Dotado de esclarecida inteligência, honesto e probo, desafiando neste particular a quem quer que seja.

Na Revolução de 93, estando no comando dos patriotas que guarneciam a vila de Canguçu, estava sempre toda a noite e constantemente no quartel com seus camaradas, dormitando sobre dura tarimba, sem pensar nas comodidades da vida.11O artigo assinado por Juvenal concluiu com este estímulo a Caldeira: “Avante! Grande patriota e velho farrapo! “

Mas o candidato escolhido em seu lugar pela Comissão Executiva foi Leão dos Santos Terres, em razão da avançada idade do velho farrapo, que representou Canguçu em histórico congresso republicano em Porto Alegre.

Integravam a citada comissão Carlos Noberto e Franklin Moreira, filhos do 1° Escriturário do Ministério do Interior e Justiça da República Rio-Grandense, em 1838, em Piratini - José Ignácio Gonçalves Moreira, genro do presidente da Câmara de Piratini, o legislativo de fato da República Rio Grandense. José Ignacio, bisavó do autor e trisavô de Barbosa Lessa seria em 1857 o primeiro serventuário de Justiça de Canguçu. Era irmão de Pedro que, em 1838, fora escriturário do Ministério da Guerra e da Marinha da República Rio-Grandense e ao que consta seriam sobrinhos de Domingos Moreira, Presidente da Câmara de Jaguarão, a primeira a aderir à República Rio-

Grandense. O Grupo republicano em Canguçu, em 1889, possuía raízes na República Rio- Grandense. Foi denominado Grupo dos 27**. 12**

Participação resumida

Caldeira em seus apontamentos, conta sua participação na revolução, desde os 20 anos, quando foi preso no sítio de Porto Alegre e enviado ao Rio, onde foi obrigado a sentar praça na Artilharia da Marinha, na ilha das Cobras. Nesta condição, participou da fuga de Fortaleza de Santa Cruz, dos coronéis Onofre Pires e Corte Real, em companhia dos quais retornou ao Rio Grande. De retorno, ingressou como sargento-ajudante no célebre Corpo de Lanceiros Negros, ao comando de seu conterrâneo, o Coronel Joaquim Teixeira Nunes.

No memorável combate de Rio Pardo, ele foi o porta-estandarte do Corpo e cumpriu religiosamente esta ordem de Teixeira Nunes “Onde eu for o estandarte me segue e onde for o estandarte todo o Corpo deve seguí-lo”.

Em 3 de janeiro de 1839, Caldeira foi ferido gravemente numa

escaramuça. Seu cavalo foi atingido à bala, no peito, e ele no pé e no queixo, que foi quase esfacelado. A língua teve o freio cortado. Mas sobreviveu, apesar de lhe darem dois dias de vida. Foi tratado pelo Dr. José Carlos Pinto, Cirurgião-Mor do Exército Farrapo em Viamão. Noutra ocasião foi ferido à espada, na testa.

A abordagem do velho farrapo canguçuense, como o primeiro cronista militar da Revolução Farroupilha farrapa não se esgota aqui. Acreditamos que muito se falará da sua obra, à semelhança do tenente argentino Cândido Lopes que fixou em pintura primitivista toda a Guerra do Paraguai até a batalha de Curupaiti, onde foi ferido e teve de amputar a mão. Quando iríamos imaginar que o cenário de minha infância e meninice em Canguçu, 1931-44 já havia sido percorrido 50 anos antes pelo velho farrapo-o maior cronista da Revolução Farroupilha.

Nota: Os números se referem a notas ao texto no livro O Exército Farrapo e os seus chefes .

O Tenente Caldeira teria inspirado o Blau Nunes de J. Simões Lopes Neto em Contos Gauchescos ?

O Major Ângelo Pires Moreira, é bisneto do simbolista farrapo Bernardo Pires, sócio do IHTRGS, correspondente da AHIMTB em Pelotas e acadêmico da Academia Canguçuense de História onde ocupa a cadeira J. Simões Lopes Neto, de que é um dos biógrafos. Cadeira criada por haver sido Simões Lopes Neto o primeiro historiador de Canguçu, na **Revista n° 4 do Centenário de Pelotas,** em 1912. O Major Ângelo nos forneceu a seguinte pista, que deixo à consideração dos tradicionalistas e historiadores gaúchos. Em seu livro **O Civismo e o Espírito Militar de João Simões Lopes Neto,** do qual nos ocuparemos no **O Gaúcho 16,** assim descreve o Blau Nunes, o interlocutor imaginário de Simões Lopes Neto em seus **Contos gauchescos:**

"Blau Nunes, um gaúcho pobre, guasca de bom porte, mas que só tinha seu cavalo gordo, o facão e as estradas reais, mas de grande experiência militar.

O eleito, desempenado arcabouço de 88 anos, todos os dentes, vista aguda e ouvido fino, mantendo o seu aprumo de furriel farroupilha que foi de Bento Gonçalves e de marinheiro improvisado de Tamandaré, de onde deu baixa.

Nas suas andanças pelo Rio Grande, não poderia haver deixado de passar por São Gabriel, a força rebrilhante que tantas espadas valorosas temperou. Entre o Blau -moço militar- e o Blau - velho paisano - ficou estendida uma longa estrada semeada de recordações."

Simões Lopes Neto era jornalista em 1898 no Opinião Pública de Pelotas e possivelmente como o pseudônimo.

"O Partido Republicano, guarda avançada da República em Canguçu, reuniu-se ali em 3 de maio de 1896, elegendo sua comissão executiva. Em

eleição prévia escolheu para candidato à Intendência de Canguçu o venerando ancião e velho farrapo tenente-coronel Manoel Alves da Silva Caldeira, valente soldado de 35...Trata-se de republicano convicto, companheiro inseparável de Bento Gonçalves e Garibaldi. Ele arrostou corajosamente o decênio da memorável cruzada de 35, cujo atestado traz patente na funda cicatriz que lhe atravessa a fronte... Apesar de contar 81 anos ainda é varonil. Dotado de esclarecida inteligência, honesto e probo, desafiando neste particular a quem quer que seja.

Na Revolução de 93, estando no comando dos patriotas que guarneciam a vila de Canguçu, estava sempre toda a noite e constantemente no quartel com seus camaradas, dormitando sobre dura tarimba, sem pensar nas comodidades da vida.11 O artigo assinado por Juvenal concluiu com este estímulo a Caldeira: "Avante! Grande patriota e velho farrapo! "

Principais trabalhos do autor sobre a Revolução Farroupilha :

- **Os símbolos do RGS - subsídios para sua revisão histórica, tradicionalista e legal**. Recife:UFPE,1971.
- **A Grande Festa dos lanceiros**. Recife: UFPE,1971.(Aborda a expedição naval e terrestre a Laguna -SC e seus principais personagens).
- Canguçu na Revolução Farroupilha. **in**: **Canguçu reencontro com a História**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro,1983. (Prefácio de Barbosa Lessa).
- Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. **Diário Popular**, Pelotas, 20 de setembro de 1985(Edição Especial Histórica ilustrada, feita pelo autor).
- **Porto Alegre- memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias.** Brasília: EGGCF,1989.
- **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: Bibliex,1971.2v(Aborda a doutrina militar do Exército Farrapo e o perfil de seus principais líderes, depois de explorar arquivo publicado pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul).
- **Piratini, um sagrado símbolo gaúcho e Farrapo**.Resende: IHTRGS/AHIMTB 2.000 (Aborda a projeção histórica de Piratini, a capital farroupilha e de seus distritos Canguçu, Cerrito e Bagé até o Piraí).

O Instituto de História e Tradições do RGS foi fundado em Pelotas em 10 setembro de 1986, como comemoração aos 150 anos do combate do Seival e contou com a presença de grande número de expressivos historiadores gaúchos no auditório da Escola Técnica Federal de Pelotas, tendo realizado diversos encontros nas cidades de Pelotas, São Gabriel, Caçapava, Rio Pardo, Lavras do

Sul, São Borja, Santana, Rosário do Sul, Canguçu e do Alegrete, dos quais conserva alentada documentação.
Possui sua sede em Porto Alegre na Avenida João Pessoa junto com a LDN e Associação de veteranos da FEB -RGS e da Delegacia Gen Rinaldo Pereira da Câmara no RGS da Academia de História Militar Terrestre do Brasil .

Nota: Informativo editado pelo Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, vice presidente do Instituto de História e Tradições do RGS e delegado da AHIMTB no RGS

Série Revolução Farroupilha

N° 16 - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento

CORPO DOS LANCEIROS NEGROS FARROUPILHAS

Cláudio Moreira Bento

Em 1975, pesquisando para concorrer no Biênio da Colonização e da Imigração do Rio Grande do Sul com o livro O negro na sociedade do Rio Grande do Sul, que seria premiado com 1º lugar em Concurso Nacional, foi que deparamos com a existência dos Lanceiros Negros Farrapos assunto sobre o qual não existiam estudos mais aprofundados, bem como um silêncio sobre a presença da mulher nos campos de batalha, assuntos sobre os quais abordamos alguns casos no citado livro.

Em 20 de setembro de 1985, sesquicentenário da Revolução Farroupilha, focalizamos o assunto na edição histórica do **Diário Popular**, a nós confiada, ilustrada com 41 gravuras em 31 páginas. Edição cujo original, doado pelo **Diário Popular** à Biblioteca de Pelotas, fui informado não mais existir. Felizmente preservamos um exemplar e o reproduzimos para durar, em xerox.

Em 1988 participamos de Concurso Literário Tasso Fragoso promovido pela Biblioteca do Exército sobre o tema O Exército e a Abolição. E fomos classificados em 1º lugar e o trabalho foi publicado na **Revista A Defesa Nacional** n° 743, Mai/Jun 1989 p.109/158 em 49 páginas, onde focalizamos a participação militar destacada do negro em nossas lutas internas e externas.

E com destaque os Lanceiros Negros farrapos, que foram libertados por inteligente artifício do Barão de Caxias que reproduzimos, para impedir que fossem enviados para o Rio de Janeiro como escravos estatais da Fazenda Imperial de Santa Cruz. E então Caxias os incorporou como livres à Cavalaria Ligeira do Exército Imperial no Rio Grande do Sul. Fato que consagrou a República Rio Grandense e o Barão de Caxias como pioneiros abolicionistas 43 anos antes da Lei Áurea. Tocamos no tema Lanceiros Negros em nosso livro **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do

Exército.1992.2v.

Agora retomo ao assunto a propósito da mini-série da **Globo** A Casa das sete mulheres, em que os lanceiros negros são abordados com mais destaque nestes 28 anos que decorreram da edição do nosso livro citado sobre **O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul.**

Retomo o tema mais ampliado, para atender a um grupo de jovens em Pelotas que ali pretendem, em 20 de setembro, num desfile tradicionalista, reverenciar a memória dos Lanceiros Negros farrapos e seu líder o Coronel Joaquim Teixeira Nunes. Desfile integrado por um grupo tradicionalista simbolizando os Lanceiros Negros e o seu intrépido comandante, e justo na região onde eles em maioria foram mobilizados. História e verdade e justiça!

A organização militar da República Rio-Grandense

Os farroupilhas possuíram um efetivo de 9.372 homens, assim repartidos:

- 4.296 homens de 1ª Linha
- 5.076 homens da Guarda Nacional

Este efetivo distribuía-se por diversos corpos, conforme quadro que publicamos em **O Negro e descendentes...**citado sob o título: Efetivo Total do Exército da República Rio- Grandense.

Organização dos corpos de lanceiros negros

Os dois corpos de lanceiros eram constituídos, basicamente, de negros livres ou de libertos pela República Rio-Grandense,

enquadrados por valorosos oficiais brancos.

Possuíam 8 companhias a 51 homens cada, totalizando 426 lanceiros.

Tornou-se célebre o 1° Corpo de Lanceiros Negros organizado e instruído, inicialmente, pelo Coronel Joaquim Pedro Soares, antigo capitão do Exército Imperial, que se destacara nas guerras platinas e cujo perfil histórico abordamos em O Exército Farrapo e seus chefes, v.1, p.168/170. Era veterano da guerra de expulsão dos franceses de Portugal depois que mandado invadir por Napoleão.

Secundou o Coronel Joaquim Pedro, nesta tarefa, o Major Joaquim Teixeira Nunes, veterano e com ação destacada na Guerra da Cisplatina.

Este bravo, à frente deste Corpo de Lanceiros Negros, libertos, prestaria relevantes serviços militares à República Rio-Grandense.

O 1° Corpo foi recrutado, principalmente, entre os negros das charqueadas de Pelotas e do então município de Piratini (atuais Canguçú, Piratini, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Herval do Sul, Bagé, até o Piraí e parte de Arroio

Grande).

Foram seus oficiais, entre outros:

Coronel Joaquim Pedro Soares Coronel Joaquim Texeira Nunes Tenente Manoel Alves da Silva Caldeira

Capitão Vicente Ferrer de Almeida Cap Marcos d' Azambuja Cidade 1° Ten Antônio José Coritiba 2° Ten Caetano Gonçalves da Silva (filho de Bento Gonçalves) 2° Ten. Ezequiel Antônio da Silva 2° Ten. Antônio José Pereira

Teixeira Nunes, Caldeira e Vicente Ferrer foram ligados a Canguçu.

Teixeira Nunes nasceu próximo à atual cidade de Canguçu. Caldeira era da região de Vila Freire mas viveu

muitos anos na Florida em Canguçu e foi o biógrafo de Teixeira Nunes, conforme revelação de Otelo Rosa, em **Vultos Farroupilhas**, ao basear- se em carta deste bravo, publicada pela **Revista do IHGRGS** - 1927.

Vicente Ferrer de Almeida, natural de Lavras, foi o primeiro funcionário público de Canguçu, por ocasião da instalação deste município, em 1857.

Caldeira foi fundador do primeiro Clube Republicano de Canguçu, na Florida e Iguatemi em 1884 e representou Canguçu em histórico encontro de republicanos em Porto Alegre .

Tenho para mim que foi inspirado em sua vida que J. Simões Lopes Neto criou o Blau Nunes seu interlocutor imaginário em **Contos Gauchescos.**

O Corpo de Lanceiros Negros em Campo do Menezes

O 1° Corpo de Lanceiros Negros, ao comando do Tenente - Coronel Joaquim Pedro Soares e sub- comandado pelo então Major Teixeira Nunes, teve atuação importante no combate de Seival, de 11 de setembro de 1836, em reforço à Brigada Liberal de Antônio Netto que surgiu por transformação do Corpo da Guarda Nacional de Piratini integrado por 2 esquadrões com 4 companhias, recrutados em Piratini e em seus distritos Canguçu, Cerrito e Bagé até o Piraí.

"Joaquim Pedro Soares... foi o organizador e instrutor do famoso 1° Corpo de Lanceiros Negros. As tropas para o combate de Seival foram dispostas por Joaquim Pedro, na qualidade de imediato e assessor militar de Antônio Netto.

Deixou um esquadrão em reserva que foi empregado em momento oportuno, decidindo a sorte da luta".

Segundo Souza Docca, coube a este bravo e a Manoel Lucas de Oliveira convencerem Antônio Netto da proclamação da República Rio- Grandense, bem como "a grande satisfação de ler, a 11, no Campo do Menezes, à frente da garbosa tropa por ele instruída, a Proclamação da República Rio-Grandense". Idéia de República que teria sido sugerida pelos cariocas majores João Manoel de Lima e Silva (tio de Caxias) e José Mariano de Mattos e que antes da Revolução

comandavam as unidades de Infantaria e de Artilharia do Exército destacadas no Rio Grande do Sul e mais pelo filho de Diamantina José Domingos de Almeida.

Um depoimento de testemunha dos acontecimentos

"Em 6 de novembro de 1836, menos de dois meses após Seival, Teixeira Nunes era Major do Corpo de Lanceiros Negros, a esse tempo comandado pelo Ten Cel Joaquim Pedro Soares.

Assim fica evidente a grande contribuição do gaúcho negro e mulato para a vitória de Seival e para a proclamação da República Rio-Grandense, onde buscam inspiração as mais caras tradições políticas e militares do povo gaúcho. República que enformou no gaúcho histórico do Rio Grande do Sul duas características sociológicas excelsas: Firmeza e Doçura.

Recrutamento dos Lanceiros Negros

O Corpo de Lanceiros Negros era integrado por negros livres ou libertados pela Revolução e, após, pela República, com a condição de lutarem como soldados pela causa.

Recorde-se que Artigas havia usado o mesmo expediente. Os Lanceiros Negros, em sua grande maioria, foram recrutados entre os negros campeiros e domadores da atual Zona Sul do Estado bem como negros tropeiros das charqueadas e nestas funções amavam a liberdade, acostumados que estavam a movimentar-se dentro da amplidão dos horizontes da terra gaúcha nas lides pecuárias.

Armamento Individual

Excelentes combatentes de Cavalaria, entregavam-se ao combate com grande denodo, por saberem, como verdadeiros filhos da liberdade, que esta, para si, seus irmãos de cor e libertadores, estaria em jogo em cada combate.

Manejam como grande habilidade suas armas prediletas - as lanças.

Estas, por eles usadas mais longas do que o comum. Combinada esta característica, com instrução para o combate e disposição para a luta, foram usados como tropas de choque, uso hoje reservado às formações de blindados.

Por tudo isto infundiram grande terror aos adversários.

Rusticidade e obediência

Eram rústicos e disciplinados. Faziam a guerra à base de recursos locais. Comiam se houvesse alimento e dormiam em qualquer local, tendo como teto o firmamento do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A maioria montava a

cavalo quase que em pêlo, à moda charrua.

Vestuário ou Uniforme

Seu vestuário era constituído de sandálias de couro cru, chiripá de pano grosseiro, um colete recobrindo o tronco e na cabeça uma vincha vermelha símbolo de República.

Os Corpos de Lanceiros Negros conquistaram a Liberdade, lutando pela República Rio-Grandense nos campos de batalha. O Império respeitou suas liberdades pela cláusula IV da Paz de Ponche Verde. "São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram à República".

Cláusula respeitada por conta e risco pelo Barão de Caxias contrariando determinação superior de os recolher como escravos estatais para a Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro.

Caxias usou o seguinte expediente para não os enviar para o Rio. Considerou que eles haviam se apresentado livremente. E a seguir os libertou e os incorporou às 3 unidades de Cavalaria Ligeira do Exército Imperial no Rio Grande. E em Ponche Verde, D. Pedrito, foram acolhidos pelos coronéis Manoel Marques de Souza e Osório comandantes de duas unidades de Cavalaria.

Como esporas improvisavam uma forquilha de madeira presa ao pé com tiras de couro cru. Esta espora farroupilha acomodava-se ao calcanhar e possuía a ponta bem afiada.

Alguns poucos usavam calças, cartola e chilenas (esporas), como o imortalizado em pintura no Museu de Bolonha, Itália, reproduzido no **Atlas**

Histórico e Geográfico do MEC - 1996.

Eram armados também com adaga ou facão e, em certos casos, algumas armas de fogo em determinadas ocasiões.

Como lanceiros não fizeram uso de escudos de proteção, tão comuns na História Militar dos povos.

Os seus grosseiros ponchos de lã - bicharás, serviram-lhes de cama, cobertor e proteção do frio e da chuva.

Quando em combate a cavalo, enrolado no braço esquerdo, o poncho (bichará) servia-lhes para amortecer ou desviar um golpe de lança ou espada.

No corpo a corpo desmontado, servia para aparar ou desviar um golpe de adaga ou espada em cuja esgrima eram habilíssimos, em decorrência da prática continuada do jogo do talho, nome dado pelo gaúcho à esgrima simulada com faca, adaga ou facão.

Alguns poucos eram hábeis no uso das boleadeiras como arma de guerra, principalmente para abater o inimigo longe do alcance de sua lança, quer em

fuga, quer manobrando para obter melhor posição tática.

Parte do 1° Corpo de Lanceiros Negros participou da expedição a Laguna, ao comando de Davi Canabarro, que teve como comandante de Vanguarda o Tenente - Coronel Joaquim Teixeira Nunes com seus Lanceiros Negros.

É bastante conhecido, na História da Revolução Farroupilha, o fato de que estes dois célebres, valorosos e intrépidos chefes e combatentes possuíam em suas forças Lanceiros negros.

A retirada dos farroupilhas de Laguna para o Rio Grande do Sul, através de Lajes e Vacaria, contou com a presença de Teixeira Nunes, Garibaldi, Rosseti e Anita e foi assegurada por muitos valorosos Lanceiros Negros.

Foi por certo lembrando Teixeira Nunes e seus bravos lanceiros negros, que o acompanharam na expedição a Laguna, que Garibaldi escreveu:

"Eu vi batalhas disputadas mas nunca e em nenhuma parte homens mais valentes nem lanceiros mais brilhantes do que os da cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras comecei a desprezar o perigo e a combater pela causa sagrada dos povos."

Deve-se talvez a Garibaldi, no Museu de Bolonha, Itália, o quadro intitulado Farroupilha, que fixa e imortaliza um lanceiro negro da República Rio-Grandense.

Quando irrompeu a Revolução Farroupilha, no mesmo dia, em São Leopoldo, o Dr. Hillebrand lançou a seguinte proclamação:

"Convidado insistentemente pelo Presidente da Província, e autorizado pelo Juiz de Paz deste Distrito, passo a comunicar aos meus patrícios alemães que um partido pela maior parte composto de negros e índios, está ameaçando as autoridades desta Província."

Esta proclamação difundida na Alemanha, segundo Walter Spalding, deu a impressão de que a "Revolução Farroupilha era uma violenta rebelião de negros índios ou racial."

Lanceiros negros salvaram a Revolução

Na Surpresa de Porongos, em 14 de novembro de 1844, os Lanceiros Negros de Teixeira Nunes salvaram a Revolução Farroupilha de desastre total.

Pelo modo como combateram, salvaram Canabarro e grande parte das tropas e tornaram possível a negociação de uma paz honrosa como foi a de Ponche Verde, e a liberdade para todos os negros e mulatos que lutaram pela República Rio Grandense. Ao final do combate o campo de batalha de Porongos ficou juncado com 100 mortos farroupilhas.

Segundo descrição do historiador Canabarro Reichardt:

"Dentre eles 80 eram bravos Lanceiros negros de Teixeira Nunes".

Com a surpresa em Porongos, os farrapos, passados os primeiros

momentos de estupor, recobram ânimo e se dispõem a morrer lutando. Teixeira, o Bravo dos bravos, cujo denodo assombrou um dia o próprio Garibaldi, reuniu os seus lanceiros negros.

O 4° Regimento de Linha farrapo e alguns esquadrões desanimam quando os imperiais se multiplicam, e surgem de todos os pontos. Uma segunda carga imperial e mais impetuosa é também repelida. E este foi o sinal da debandada farrapa geral.

Em vão os chefes chamam os soldados ao dever, dando-lhes o exemplo. Nada os contêm e o Exército Farrapo como por encanto, se dissolve, arrastando consigo ainda os que querem lutar.

Apenas alguns grupos mantêm-se resistindo e neles o combate se trava à arma branca. Tombam os lanceiros negros de Teixeira,

brigando um contra vinte, num esforço incomparável de heroísmo".

Esta descrição do sacrifício dos Lanceiros Negros para salvar ao máximo o Exército, o ideário da República Rio-Grandense, é comovente e deve emocionar todo o filho do Rio Grande do Sul, justificando uma homenagem póstuma, ainda que tardia, do Governo e Povo do Rio Grande do Sul.

Seria de erigir na Praça da Matriz em Porto Alegre, o mais próximo possível dos palácios Piratini e Farroupilha, uma estátua ao **Lanceiro Negro Farroupilha**, ao gaúcho filho da Liberdade, por sua contribuição, como valoroso soldado, para a evolução social e política do Brasil, com reflexos na luta para a conquista dos objetivos de Democracia (República) e Paz Social. Zumbi dos Palmares custou mas já foi consagrado em estátua por sua luta pela liberdade de seus irmãos.

E o melhor e mais autêntico modelo seria o do quadro existente no Museu de Bolonha, Itália, reproduzido no Atlas Histórico e Geográfico do MEC e neste trabalho com outros detalhes históricos de alto significado simbólico.

Os Lanceiros Negros na última resistência farrapa

Em 28 de novembro de 1844, Teixeira Nunes e remanescentes de seu legendário Corpo de Lanceiros Negros travaram o último combate da Revolução em terras do Rio Grande do Sul, consta que em terras do atual município de Arroio Grande, berço do Visconde de Mauá.

A morte de Teixeira Nunes foi assim comunicada por Caxias, em ofício: "Posso assegurar a V. Exa. que o Coronel Teixeira Nunes foi batido no campo de combate, deixando o campo, por espaço de duas léguas, juncando de cadáveres". Eram seguramente cadáveres de Lanceiros Negros.

Teixeira Nunes foi um dos maiores lanceiros de seu tempo, e como uma ironia do destino teria caído mortalmente ferido por uma lança manejada pelo braço vigoroso do Alferes Manduca Rodrigues. Segundo Dante de Laytano "sua

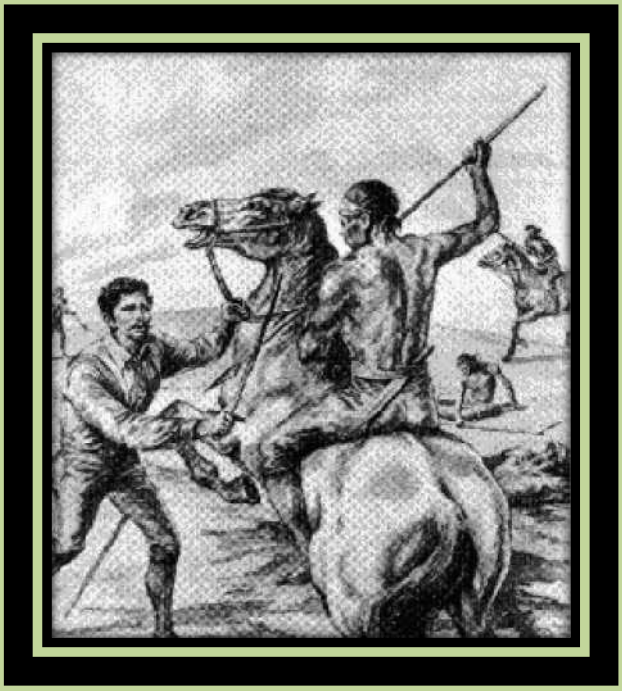
morte foi sentidíssima".

Dos Lanceiros negros acreditamos tenham restado mais de 120, que após a paz de Ponche Verde foram mandados incorporar pelo Barão de Caxias aos três Regimentos de Cavalaria de Linha do Exército na Província.

Dentre em breve iriam lutar no Uruguai e na Argentina na Guerra contra Oribe e Rosas, pela Integridade e Soberania brasileiras no Sul, ameaçadas por caudilhos platinos.

Iconografia

Lanceiro Negro Farroupilha, segundo quadro existente no Museu de Bolonha, Itália. Representa um dos célebres lanceiros negros farroupilhas que acompanharam Garibaldi e Rossetti no retorno de Santa Catarina, após o malogro da República Juliana. Fonte: Atlas Histórico e Geográfico do MEC.



Legenda: Resistência épica a todo o custo dos Lanceiros Negros em Porongos.
Fonte: História do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: EME, 1972. V2, p. 478.
(Desenho de Y. Bento)

Fontes consultadas que remetem a outras fontes

BENTO, Cláudio Moreira. **A Grande Festa dos lanceiros**. Recife: UFPE,1971.

____ . **Autoria dos símbolos do Rio Grande do Sul, subsídios para sua revisão histórica, tradicionalista e legal. Recife: UFPE, 1971 (ensaio biográfico de Bernardo Pires, o simbolista farrapo).**
____ . O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul. P. Alegre: IEL, 1975.
_ ___ . Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. **Diário Popular**, Pelotas, 2 de setembro de 1985 (Edição Histórica a seu cargo).

____ . **Porto Alegre-memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**. Brasília: EGGCF, 1989.

____ . **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, **1992.2v**
DOCCA, Emílio Fernandes de Souza, Gen. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Org.Simões, 1954. (obra póstuma).
FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do RGS 1503-1960**. Porto Alegre: Ed.Globo, 1960.

LAYTANO, Dante de. **O Negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1937.
LOPES NETO, João Simões. **Síntese histórica de Canguçu.** Revista do Centenário de Pelotas, n° 4, 1912 .
O POVO, (Quadro de Organização do Exército Farrapo) p.21/22.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis *(lecaminha@gmail.com)*
2° Vice-presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

Delegacia Gen Rinaldo Pereira da Câmara.

N° 17 - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento

MANIFESTO DE BENTO GONÇALVES EM 1835, INÍCIO DA REVOLUÇÃO

"Bravos companheiros compatriotas! A causa das leis triunfou na Capital, e após esse triunfo apareceu o sossego e a ordem. Um governo estabelecido conforme a Lei, sustentado pela grande maioria da província, e forte da opinião pública, substituiu ao governo de partido. A felicidade e a concórdia serão suas concorrências imediatas, se continuarmos o respeito ao nosso Código Sagrado; mas infelizmente há brasileiros degenerados que, não contentes de haver até agora sacrificado o bem geral a sede de ouro e de vingança, pretendem acender a tocha da discórdia e se comprazem com bárbaro intento de derramar o sangue brasileiro. Sim, compatriotas! Os restos da facção retrógrada e anti-nacional, com o dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga à sua frente, fugindo da Capital, pretende envolver esta Benemérita Província na mais horrorosa anarquia; mas eles não o conseguirão. Sua nulidade é um garante da ordem pública. Por outra parte, os bravos rio-grandenses já não se deixam iludir; eles bem sabem que nada podem esperar de vantajoso à nossa cara Pátria de uma facção, que tantos crimes, e atentados tem cometido, que os sobrecarregou de um imposto injusto e cruel de dez mil réis por légua quadrada e que projetou a criação de um corpo de setecentas praças a fim de melhor escravizar-vos. Compatriotas! Não ama a sua Pátria aquele que tão somente se apóia na opressão, e arbitrariedade; não ama a sua Pátria que, consultando unicamente sua segurança pessoal, deixa acéfalo o governo e abandona os cidadãos que a Lei lhe confiou, não ama, enfim, a sua Pátria que intentou, ainda que em vão, armar braços estrangeiros para verter sangue dos nossos caros patrícios; e quem não ama sua Pátria não pode ser já Magistrado de um povo livre. Cerrai, pois, os ouvidos, e desprezai suas calúnias e intrigas, e se ousarem aparecer em campo, e negar a devida obediência ao Governo Legítimo e Patriota do Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Dr. Marciano Pereira Ribeiro; correi com as armas a reunir-vos aos livres que jurarão não depô-las senão depois de haver feito desaparecer totalmente da cena política a facção inimiga; voai a incorporar-vos à coluna dos Bravos, que acompanham o valente e patriota capitão Manoel Antonio da Porciúncula. União e firmeza, e nada teremos que receiar. Viva a liberdade! Viva a Constituição Reformada! Viva o nosso Jovem Imperador Constitucional! E vivam os briosos riograndenses livres. - o coronel *Bento Gonçalves da Silva"*

CARTA DE BENTO GONÇALVES AO REGENTE FEIJÓ EM 1835

"Senhor. Em nome do povo do Rio Grande, depus o governador Braga e entreguei o governo ao seu substituto legal, Marciano Ribeiro. E, em nome do Rio Grande, eu lhe digo que, nesta província extrema, afastada dos corrilhos e conveniências da Côrte, dos rapapés e salamaleques, não toleramos imposições humilhantes, nem insultos de qualquer espécie. O pampeiro destas paragens tempera o sangue riograndense de modo diferente de certa gente que por aí. Nós, rio-grandenses, preferimos a morte, no campo áspero da batalha, às humilhações nas saias blandiciosas do Paço do Rio de Janeiro.

O Rio Grande é a sentinela do Brasil, que olha vigilante para o Rio da Prata. Merece, pois, mais consideração e respeito. Não pode nem deve ser oprimido por dépotas de fancaria.

Exigimos que o governo imperial nos dê um governador de nossa confiança, que olhe pelos interesses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro e, com a espada na mão, saberemos morrer com honra ou viver com liberdade. É preciso que V.S. saiba, Sr. Regente, que é obra difícil, senão impossível, escravizar o Rio Grande, impondo-lhe governadores despóticos e tirânicos. Em nome do Rio Grande, como brasileiro, eu lhe digo, Sr. Regente, reflita bem, antes de responder, porque, da sua resposta depende talvez o sossego do Brasil. Dela resultará a satisfação dos justos desejos de um punhado de brasileiros que defendeu, contra a verocidade espanhola, uma nesga fecunda da pátria, e dela também poderá resultar uma província ou a formação de um Estado novo dentro do Brasil".

PROCLAMAÇÃO DE BENTO GONÇALVES EM 1838

Há muito desenvolvia o Governo Imperial uma parcialidade imérita, um desprezo insolente e revoltante respeito à nossa Província. O sangue que derramamos na guerra com as Repúblicas Argentinas, o sacrifício das vidas que nossos irmãos, a destruição de nossos campos, a ruína de nossas fortunas, as prodigiosas somas que nos extorquiu, a nós, os mais sobrecarregados e cotizados durante aquela luta desastrosa, não nos valerem a menor deferência da parte daquele governo injusto e tirânico.

Éramos o braço direito e também a parte mais vulnerável do Império.

Agressor ou agredido, o governo nos fazia sempre marchar à sua frente: disparávamos o primeiro tiro de canhão, e éramos o último a recebê-lo.

Longe do perigo, dormiam em profunda paz as demais províncias, enquanto nossas mulheres, nossos filhos, nossos bens, presa do inimigo, ou nos eram arrebatados, ou mortos, e muitas vezes trucidados cruelmente.

Sobre povo algum da terra carregou mais duro e mais pesado o tempestuoso aboletamento; transformou-se o Rio Grande numa estalagem do Império.

Exibiam certamente as províncias a quota respectiva, onde incluímos a nossa para as despesas da guerra; mas o arbítrio nos tirava com violência em gado em gado vacum e cavalar e em exigência de todo o gênero mil vezes mais do que cumpria quotizar-nos proporcionalmente.

Reduzida a oito mil homens a força da primeira linha do exército, só ao Rio Grande coube sustentar cinco corpos dessa força, além de um corpo de guardas policiais.

Não nos pagou o governo o que nos tirou a título de compra ou de empréstimo, e muito menos ressarciu as nossas perdas, ocasionadas por um estado de coisas que só ele era o culpado.

Uma administração sábia e paternal nos teria indenizado de sacrifícios tais e tão pesadas cargas, pela abolição de alguns impostos e direitos; o governo imperial, pelo contrário, esmagou a nossa principal indústria, vexando-a ainda mais. A carne, o couro, o sebo, a graxa, além de pagarem nas alfândegas do país o duplo do dízimo, de que se propuseram aliviar-nos, exigiam mais quinze por cento em qualquer dos portos do Império.

Imprudentes legisladores nos puseram, desde esse momento, na linha dos povos estrangeiros, desnacionalizaram a nossa província e de fato a separaram da comunhão brasileira.

Era o Rio Grande uma província de primeira ordem, se se tratava de concorrer para as despesas gerais; entravam quase na última quanto à sua representação no Congresso Geral.

Tínhamos rendimentos bastante para sustentar um tribunal de segunda e última instância, um tribunal que nos era garantido pela Constituição do Estado e, entretanto, nos era preciso procurar na Corte os recursos judiciários naquela instância, com enormes sacrifícios.

Em vão representamos para que se aumentasse o número de nossos deputados à assembléia geral e se criasse uma relação em Porto Alegre.

Em um só ano sacou sobre o nosso Tesouro a espantosa soma de oitocentos contos de réis. Foram quase equivalentes a essa quantia os subsequentes e sucessivos saques que para adiante sobre nós fizeram.

Baldadas foram as veementes representações da junta da fazenda provincial, expondo a penúria em que a guerra deixara o nosso tesouro e pedindo a cessação desse esbulho revoltante e indecente. Montava a vinte e quatro contos de réis o suprimento que fazíamos anualmente à província de Santa Catarina, além de outros avultados saques a favor dessa província.

O Tesouro de São Paulo nos devia uma soma avultada: o governo imperial a deu por satisfeita, não obstante haver já concedido àquela província os direitos de nossos animais introduzidos na mesma província.

O Rio Grande, que amplamente supria e ostentava outras províncias, que satisfazia pronto e generoso as repetidas e imoderadas requisições de seu governo, que amontoava anualmente em seus cofres as copiosas somas de seus rendimentos, o Rio Grande, cheio de ouro e recursos, só podia dispor, em virtude de uma lei assassina, da mesquinha quantia de cento e onze contos, trezentos e cinquenta mil réis, para fazer face às numerosas precisões e despesas provinciais".

FINAL DO MANIFESTO ÀS NAÇÕES, DE BENTO GONÇALVES, EM 1838

"Um só recurso nos restava, um único meio se oferecia à nossa salvação, e este recurso e este meio único eram a nossa Independência Política e Sistema Republicano, só assim podíamos adquirir a força, a compatibilidade e energias necessárias para debelar nossos algozes em tão lamentável catástrofe. Obedecemos à voz santa da natureza, cumprimos as eternas e imutáveis leis do Criador, lançando mão desse recurso, desse meio único de salvação.

"Perdidas, pois, as esperanças de concluírem com o governo de S. M. Imperial uma conciliação fundada nos princípios de Justiça Universal, os rio-grandenses, reunidas as suas Municipalidades, solenemente proclamaram e fundaram a sua independência Política, debaixo dos auspícios do Sistema Republicano dispostos, todavia, a federarem-se, quando nisso se acordem às Províncias irmãs que venham a adotar o mesmo sistema.

"Bem penetrados da justiça de sua causa, confiando, primeiro que tudo, no favor do Juiz Supremo das Nações, eles, guiados por esse mesmo Juiz Supremo, por sua honra, por tudo que lhes é mais caro, não aceitam, do Governo do Brasil, uma paz ignominiosa que possa desmentir a sua Soberana Independência"

COMENTÁRIO DE ALFREDO FERREIRA RODRIGUES NO ESTUDO SOBRE BENTO GONÇALVES

"Muito antes de se iniciar a revolução, os periódicos liberais pregavam sem rebuços as vantagens do sistema republicano e incitavam os rio-grandenses a adotá-los, salientando-se mais que todos, nessa campanha, o "Continentista", que, em artigo memorável, publicado antes da revolução (17 de agosto), repetia a declaração do povo da Virgínia insurgindo-se, em 1776, contra o governo inglês: "Cada vez que um governo for conhecido como incapaz de preencher os grandes fins para que o povo o investiu do poder, ou que lhe seja contrário, a maioria da nação tem o direito indubitável, inalienável e inalterável, de aboli-lo, substituí-lo e

reformá-lo, da maneira que julgar mais conveniente ao bem público".

COMENTÁRIO DE PEDRO CALMON SOBRE BENTO GONÇALVES

"Muita gente ignora, porém, que o papel desempenhado pelo chefe farrapo foi decisivo para a marcha dos fatos políticos da nação; e que, indiretamente, pôs abaixo o governo do regente Feijó, que encerrou a fase turbulenta da estabilização monárquica. Ainda não se disse, também, que a espada brandida pelos democratas, na Bahia, a 7 de novembro de 1837, foi-lhes pelos copos entregue por Bento Gonçalves..."

Organizado por Luiz Ernani Caminha Giorgis, Delegado da AHIMTB/RS e Vice-Presidente do IHTRGS.

Nº 18 - Bicentenário do Duque de Caxias - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento

Condições de paz reivindicadas pelos Farrapos em 1845

I - O indivíduo que for pelos Republicanos indicado presidente da Província é aprovado pelo Govêrno Imperial e passará a presidir a Província.

II - A dívida nacional é paga pelo Govêrno Imperial, devendo apresentar-se ao Barão a relação dos créditos para ele entregar à pessoa, ou pessoas para isso nomeadas, a importância a que montar dita dívida.

III - Os oficiais republicanos que por nosso Comandante em chefe forem indicados, passarão a pertencer ao Exército do Brasil no mesmo posto, e os que quiserem suas demissões ou não quiserem pertencer ao Exército, não serão obrigados a servir, tanto em G. Nacional, como em 1ª linha.

IV- São livres, e como tais reconhecidos, todos os cativos que serviram na República.

V - As causas civis não tendo nulidades escandalosas, serão válidas, bem como todas as licenças e dispensas eclesiásticas.

VI - É garantida a segurança individual, e de propriedade, em toda a sua plenitude.

VII - Tendo o Barão de organizar um Corpo de Linha, receberá para ele todos os oficiais dos Republicanos, sempre que assim voluntariamente queiram.

VIII - Nossos prisioneiros de guerra serão logo soltos, e aqueles que estão fora da Província, serão reconduzidos a ela.

IX - Não serão reconhecidos em suas patentes os nossos generais; porém gozarão das imunidades dos demais cidadãos designados.

X - O Governo Imperial vai tratar definitivamente da linha divisória com o Estado Oriental.

XI - Os soldados da República, pelos respectivos comandantes, relacionados, ficam isentos de recrutamento de 1a linha.

XII - Oficiais e soldados que pertenceram ao Exército Imperial, e se apresentarem ao nosso serviço, serão plenamente garantidos como os demais Republicanos".

Relativamente à ação de Garibaldi, na "Revolução de 1835", vale a pena citar um admirável trecho literário de Olavo Bilac, que não só glorifica aquele, como os próprios farrapos. Ei-lo:

"Nunca esquecemos e nunca esqueceremos, Italianos, que foi o Brasil o primeiro trecho da Terra em que se cultivou e apurou o heroísmo do vosso grande homem; aqui se emplumou a sua bravura; aqui padeceu ele as primeiras torturas físicas e morais, que enrijaram o seu corpo e temperaram a sua alma; aqui pôde ele, pela primeira vez, de modo eficaz, arriscando a vida, sofrendo os assaltos da fadiga, da fome, da sêde, da injúria, da calúnia, afirmar o absoluto sacrifício de sua pessoa à vitória das idéias liberais e ensaiar aquele entusiasmo, aquele devotamento, aquela abnegação, que lhe valeram, depois, o nome de "Paladino da Humanidade". Já em 1837, muito antes da campanha da unificação da Itália, o jovem guerreiro ilustrava a sua vida no Rio Grande do Sul, em terra e no mar, batendo-se ao lado dos "Farrapos". Garibaldi, para honra nossa e para honra sua, foi também um "Farrapo"... Esse nome, criado pelo desprezo, foi nobilitado pela glória; a inevitável glória da justiça do Tempo transformou o epíteto injurioso em titulo de suprema honra. Eram desgraçados, sim, eram pobres, eram maltrapilhos, aqueles guerreiros que, para não morrer de fome, contentavam-se com um bocado de carne crua; acampavam e dormiam ao relento, com a face voltada para as estrelas; não tinham dinheiro, nem uniforme, e não podiam renovar as botas e os "ponchos" que o pó da estrada, as balas, as cutiladas, as chuvas estraçalhavam e apodreciam; - mas prezavam o seu nome de "Farrapos", e tinham o orgulho da sua pobreza: - eram mais ricos assim, possuindo apenas o seu cavalo, a sua garrucha, a sua lança e a sua bravura... Cenobitas da religião cívica, anacoretas da guerra, vivendo no imenso e fulgido ascetério do "pampa", esses primeiros criadores da nossa liberdade política não olhavam para si: se olhavam para a estepe infinita que os cercava, para o infinito céu que os cobria, - e nesses dois infinitos viam dilatar-se, irradiar e vencer no ar livre o seu grande ideal de justiça e de fraternidade. Foi ao lado desses rudes gaúchos que o desertor do navio real "De Geneys", o ardego "Cleombroto", o moço conspirador da "Giovane Italia", o admirador e amigo de Mazzini, veio fazer as suas primeiras armas, de 1837 a 1842... Assim, o "vosso" Garibaldi foi a princípio o "nosso" Garibaldi, com é hoje Garibaldi de todos os povos livres, porque todos o podem chamar seu, reivindicando para a comunhão a posse de uma Glória demais para

caber nos limites morais de uma só pátria”!

Comentário de Alfredo Ferreira Rodrigues no estudo sobre BG

“Muito antes de se iniciar a revolução, os periódicos liberais pregavam sem rebuços as vantagens do sistema republicano e incitavam os riograndenses a adotá-los, salientando-se mais que todos, nessa campanha, o “Continentista”, que, em artigo memorável, publicado antes da revolução (17 de agosto), repetia a declaração do povo da Virgínia insurgindo-se, em 1776, contra o govêrno inglês: “Cada vez que um govêrno fôr conhecido como incapaz de preencher os grandes fins para que o povo o investiu do poder, ou que lhe seja contrário, a maioria da nação tem o direito *indubitável, inalienável e inalterável,* de aboli-lo, substitui-lo e reformá-lo, da maneira que julgar mais conveniente ao bem publico ”.

Síntese de Mansueto Bernardi sobre o Projeto da Constituição Farroupilha

“Queriam, em síntese, uma forma de govêrno que, adequada aos costumes, situação e circunstâncias do povo riograndense, lhe protegesse, como reza o preâmbulo do seu projeto de constituição, “com toda a eficácia, a vida, a honra, a liberdade, a segurança individual, a prosperidade e a igualdade, bases essenciais dos direitos dos homens ”.

“Essa forma de govêrno foi a república constitucional e representativa.

“Exercia o executivo o presidente do Estado, sendo o legislativo delegado a uma Assembléia Geral, composta, de Senado e Camara. Os senadores eram, em parte, eleitos por eleição indireta e um terço diretamente. A nomeação dos deputados devia ser feita sempre por eleição direta dos povos.

“O presidente da Republica, eleito quadrienalmente, pela Assembléia Geral, não podia ser reeleito. O poder judiciário era independente dos outros e exclusivamente exercido por tribunais, juízes e jurados. Administravam a justiça um Supremo Tribunal, diversas camaras de Apelação, juízes singulares de direito e paz, e corpos de júri popular.

“No tocante à autonomia local, a constituição riograndense instituía as câmaras municipais, eleitas por eleição direta, sendo-lhes cometido o govêrno economico e administrativo das cidades, vilas e povoações.

“Declararam ainda “sagrado e inviolável” o direito de propriedade, salvos os casos de expropriação por utilidade pública reconhecida, e invioláveis eram igualmente o domicílio e a correspondência. Abolia os privilégios, consagrava em toda a sua plenitude a liberdade de imprensa, de comércio, de profissões, o

direito de petição, de reunião e de associação e, apesar de ser católica, apostólica, romana a religião do Estado, todas as outras crenças e religiões eram permitidas, com seu culto doméstico ou particular.

"À exceção de flagrante delito, ninguém podia ser preso senão por ordem escrita de autoridade legítima e expressamente proibidas eram as torturas, os açoites e outras penas cruéis.

"As garantias constitucionais só podiam ser suspensas por tempo determinado e por ato especial da Assembléia Geral ou do Senado, não estando essa reunida, mas só nos casos extraordinarios de traição contra a Pátria ou de invasão externa.

"Era, como se vê, a dos Farrapos, uma constituição que nada fica devendo aos mais liberais estatutos dos nossos dias e quanto mais se a estuda e avança o tempo, tanto mais tambem aumenta a nossa admiração pelo manipulo de fortes e nobres espíritos que a inspiraram ou redigiram e dentre os quais a justiça manda salientar, de um lado, Bento Gonçalves da Silva, Antonio de Souza Neto, David Canabarro, João Manuel de Lima e Silva, e João Antonio da Silveira, que atuaram com a espada, e por outro, Domingos de Almeida, Mariano de Matos, Marciano Ribeiro, Antonio Vicente da Fontoura, Uchôa Cintra e Ribeiro Barreto, que eram homens de gabinete e pensamento".

Declaração de paz de Davi Canabarro

"Concidadãos! Competentemente autorizado pelo magistrado civil, a quem obedecíamos, e na qualidade de comandante em chefe, concordando com a unânime vontade de todos os oficiais da força de meu comando, vos declaro que a guerra civil, que por mais de nove anos devasta este belo país, está acabada.

"A cadeia de sucessos por que passam todas as revoluções tem transviado o fim político a que nos dirigíamos, e, hoje, a continuação de uma guerra tal seria o *ultimatum* da destruição e do aniquilamento de nossa terra. Um poder estranho ameaça a integridade do Império, e tão insólita ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros.

"O Rio Grande não será teatro de suas iniqüidades, e nós partilharemos da glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil.

"Concidadãos! Ao desprender-me do grau que me havia confiado o poder que dirigia a revolução, cumpre assegurar-vos que podeis volver tranquilos ao seio de vossas famílias. Vossa segurança individual e de propriedade está garantida pela palavra sagrada do Monarca, e o apreço de vossas virtudes confiado ao seu magnânimo coração. União, fraternidade, respeito às leis, e eterna gratidão ao ínclito presidente da província, o Ilmo. sr. Barão de Caxias,

pelos afanosos esforços que há feito pela pacificação da província.

"Campo em Ponche Verde, 28 de fevereiro de 1845. - *Davi Canabarro*".

Proclamação de Caxias ao final da Guerra

"Riograndenses! É sem dúvida para mim de inexprimível prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil que, por mais de nove anos, devastou esta bela província, está terminada. Os irmãos contra quem combatíamos estão hoje congratulados conosco e já obedecem ao legítimo govêrno do Imperio Brasileiro. S. M. o Imperador ordenou, por decreto de 18 de dezembro de 1844, o esquecimento do passado, e mui positivamente recomenda no mesmo decreto que tais brasileiros não sejam judicialmente, nem por qualquer outra maneira, perseguidos ou inquietados pelos atos que tenham sido praticados durante o tempo da revolução. Esta magnânima resolução do Monarca Brasileiro há de ser religiosamente cumprida, eu o prometo sob minha palavra de honra. Uma só vontade nos una, Riograndenses! Maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas passadas dissensões! União e tranquilidade - seja de hoje em diante a nossa divisa!

"Viva a religião!

" Viva o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil!

"Viva a integridade do Império!

"Quartel-general, da Presidencia e do Comando em chefe do Exército, no campo de Alexandre Simões, margem direita do Santa Maria, 1° de março de 1845. - *Barão de Caxias.*"

Episódio de Rosas e Canabarro em 1843

Há um episódio interessante e que define a rigidez de caráter dos homens que tomaram parte na revolução. Durante os dias em que se tratava da pacificação que foi levada a bom termo, o ditador Rosas, sabendo da patriótica proclamação de Caxias, ao assumir o comando das forças imperiais (1843), exasperado, cheio de ódio, "mandou um mensageiro oferecer a David Canabarro um poderoso auxílio de homens, armamentos e dinheiro, terminando com estas frases:

"Meus homens estão prontos para se unirem aos valentes do Rio Grande. A um simples aceno eles transporão a fronteira e esmagarão os imperiais, combatendo pela vossa república. Quereis o meu auxílio? Ele decidirá o vosso triunfo".

Canabarro respondeu:

"Senhor. O primeiro soldado de vossas tropas que atravessar a fronteira fornecerá o sangue com que será assignada a paz de Piratini com os imperiais. Acima de nosso amor á república colocamos o nosso brio de brasileiros. Quizemos a separação. Hoje queremos a integridade da pátria. Se puderdes pôr agora vossos soldados na fronteira, encontrareis hombro a hombro os soldados republicanos de Piratini e os soldados monarquistas do sr. d. Pedro II ".

Carta de Garibaldi a Domingos José de Almeida

"Modena, 10 de setembro de 1859. - Meu prezado amigo sr. Almeida.

Quando eu penso no Rio Grande, nessa bela e cara província, quando no acolhimento com que fui recebido no gremio de suas familias, onde fui considerado filho: quando me lembro das minhas primeiras campanhas entre vossos valorosos concidadãos e os sublimes exemplos de amor pátrio e abnegação que deles recebi, eu fico verdadeiramente comovido. E esse passado de minha vida se imprime em minha memória como alguma cousa de sobrenatural, de mágico, de verdadeiramente romântico.

Eu vi corpos de tropas mais numerosos, batalhas mais disputadas; mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes que os da bela cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras aprendi a desprezar o perigo e combater dignamente pela causa sagrada das nações. Quantas vezes fui tentado a patentear ao mundo os feitos assombrosos que vi realisar por essa viril e destemida gente, que sustentou por mais de nove anos contra um poderoso império a mais encarniçada e gloriosa luta!

Não tenho escrito semelhante prodígio por falta de habilitações, porém a meus companheiros de armas por mais de uma vez tenho comemorado tanta bravura, nos combates, quanta generosidade na vitória, tanta hospitalidade, quanto afago aos estrangeiros, e a emoção que minha alma, então ainda jovem, sentia na presença e na magestade de vossas florestas, da formosura de vossas campinas, dos viris e cavalheirescos exercícios de vossa juventude corajosa; e, repassando pela memória as vicissitudes de minha vida entre vós, em seis anos de ativíssima guerra e da prática constante de ações magnânimas, como em delírio brando:

-Onde estão agora esses buliçosos filhos do Continente, tão magestosamente terríveis nos combates? Onde Bento Gonçalves, Neto, Canabarro, Teixeira e tantos valorosos que não lembro?

-Oh! Quantas vezes tenho desejado nestes campos italianos um só esquadrão de vossos centauros avezados a carregar uma massa de infantaria com o mesmo desembaraço como se fosse uma ponta de gado?

-Que o Rio Grande ateste com uma modesta lápide o sítio em que descansam seus ossos. E que vossas belíssimas patrícias cubram de flores esses santuários de vossas glórias, é o que ardentemente desejo.

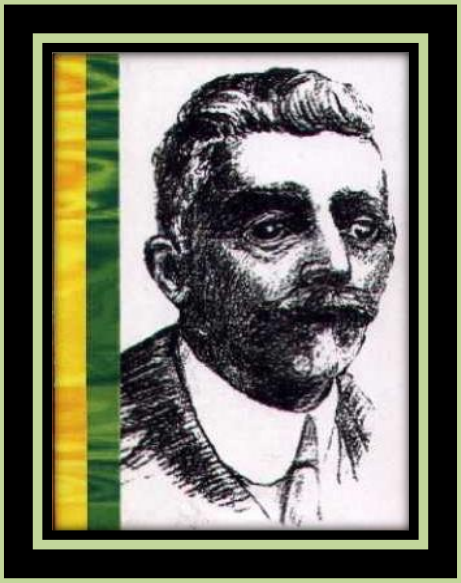
-Eu muito me lembro, meu digno e caro amigo, da bondade generosa com que fui honrado por vós, no tempo em que tão dignamente ocupastes uma das pastas do ministério da república, e tenho verdadeira saudade, como gratidão dos beneficios recebidos de vós e de vossos companheiros e concidadãos na minha estada no Rio Grande. Por mim abraçai a todos esses amigos e mandai em toda a ocasião ao vosso verdadeiro amigo - *José Garibaldi ".*

Organizado por Luiz Ernani Caminha Giorgis, Vice-Presidente do IHTRGS, Delegado da AHIMTB/RS, Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara, Porto Alegre. giorgis@cpovo.net

N° 19 - Ano 2003 - Bicentenário do Duque de Caxias – Cel Cláudio Moreira Bento

A EDUCAÇÃO CÍVICA E O ESPÍRITO MILITAR NA VISÃO DO CAPITÃO DA GUARDA NACIONAL JOÃO SIMÕES LOPES NETO (1865-1916)

Cel Cláudio Moreira Bento (*)



(Capitão GN João Simões Lopes Neto)

O historiador e tradicionalista Major Ângelo Pires Moreira, Delegado da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) em Pelotas-Delegacia Fernando Luiz Osório Filho e membro do Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS), fundado naquela cidade, na Escola Técnica Federal em 10 de setembro de 1986, sesquicentenário do combate do Seival, é um dos biógrafos do grande escritor regionalista gaúcho João Simões Lopes Neto (1865-1916) na obra **A outra face de J. Simões Lopes Neto** (Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.v.1) junto com Carlos Macedo Reverbel na obra **Capitão da Guarda Nacional -vida e obra de Simões Lopes Neto**. (Porto Alegre: UCS/Martins Livreiro,1981.v.1).

O Major Ângelo produziu também original trabalho intitulado **O Civismo e o Espírito Militar de João Simões Lopes Neto.**(Pelotas, Ed. Universitária, 1999), com o comentário, nas abas, do acadêmico da AHIMTB e 2° Presidente do citado IHTRGS, Osório Santana Figueiredo.

Assim se definia o maior escritor regionalista do Rio Grande de Sul e talvez o maior, ou um dos maiores do Brasil, o que diria um concurso nacional a ser feito, se já não o foi:

"Eu tive campos, vendi-os. Freqüentei uma academia, não me formei. Mas, sem terras e sem diploma, continuo a ser um capitão da Guarda Nacional."

Simões Lopes Neto - militar da Guarda Nacional

Simões Lopes Neto ingressou como tenente no 3° Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de Pelotas, em 1894, aos 29 anos, por ocasião da Guerra Civil de 1893/95 (Revolução de 93) combinada com a Revolta de 1/5 da Armada em 1893/94. Guerra Civil que teve o seu final em Pelotas, no ano seguinte, conforme abordamos em nosso livro **História da 3ª Região Militar, 1889-1953**.(Porto Alegre: 3ª RM,1995). Mas o seu batalhão não se envolveu nesta revolução.

Ali ele teve como instrutor o Tenente Cunha de Martins, do malfadado 28° BI do Exército, que foi feito prisioneiro pelos federalistas no combate do Rio Negro (Hulha Negra atual), em 28 Nov1893, ao final do qual foi degolada, inerme, a Cavalaria Civil, que estava a serviço dos governos estadual e federal, por mercenários platinos a serviço de federalistas, depois de rendição sob garantia de vida firmada em documento, bem como o seu comandante, o Cel Maneco Pedroso, de Piratini.

E o 28° BI foi obrigado a combater pelos federalistas com o nome de Ernesto Paiva. O 28° BI, mais tarde libertado, foi enviado para Canudos, com o moral baixíssimo e sem entrar em combate. Ao término da guerra de Canudos foi enviado para São João d'El Rey onde se reabilitou como o atual 11° BI de Montanha que, como 11° RI-Regimento Tiradentes, brilhou com a FEB em

Montese, Itália.

João Simões Lopes Neto foi secretário do seu 3° BI GN e depois de sete anos, em 1901, foi promovido a capitão. A Guarda Nacional da época foi por ele criticada, de acordo com a sua visão, e com razão, por ela se haver degradado, a ponto de ser extinta em 1918, pelo Presidente Wenceslau Braz, dois anos depois da morte do notável escritor regionalista.

Foi então que em 1904 decidiu lutar pelo fortalecimento do Civismo e do Espírito Militar, uma tradição gaúcha marcante, então decadente. Assuntos hoje considerados pelo Estatuto dos Militares “como inerentes à profissão militar, na forma de Culto ao Civismo e das Tradições Históricas”.

Pioneiro do ensino de Educação Cívica no RGS

Em 14 de julho de 1904, Simões Lopes Neto, aos 39 anos, fez a sua primeira conferência sobre Educação Cívica, tendo como sub-título Terra Gaúcha. Não confundir com livro inacabado de sua autoria, publicado depois de sua morte.

Seu pioneirismo em prol da Educação Cívica teve lugar depois de dois anos da fundação do Tiro Brasileiro em Rio Grande, pelo farmacêutico e mais tarde Cel Honorário do Exército Antônio Carlos Lopes, fato histórico que abordamos na **Revista do Exército** v.139, 2002 p. 20/22. Pioneirismo que foi iniciado por Simões Lopes Neto 11 anos antes da atuação de Olavo Bilac, em 1915/16, em defesa da adoção do Serviço Militar Obrigatório, do qual é hoje o patrono.

Sua primeira conferência foi feita no ano da Revolta da Vacina Obrigatória na Escola Militar da Praia Vermelha. Fato histórico que provocou o retorno do profissionalismo militar até hoje em vigor, sufocado que fora pelo bacharelismo militar criado em 1874 pelo Regulamento de Ensino do Exército e potencializado com o Regulamento de Ensino do Exército de 1890, baixado pelo Ministro da Guerra Ten Cel Professor Benjamin Constant e com um marcante vezo positivista.

Reação ao bacharelismo militar liderada por oficiais veteranos, ou filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, que baixaram o Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo militar para o profissionalismo militar e fechamento, seguido de extinção, da Escola Militar da Praia Vermelha, para ressurgir no ano seguinte no Casarão da Várzea, atual caserna do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) e com o nome de Escola de Guerra, para não deixar dúvidas sobre a sua finalidade: o preparo de oficiais para a defesa nacional.

Bacharelismo militar em grande parte responsável pela trágica Guerra Civil de 1893/95, Revolta de 1/5 da Armada,1893/94 e Guerra de Canudos em 1897 onde, por culpa, em grande parte, do bacharelismo dominante no Exército

e descaso com o preparo para a defesa nacional, por vezes o Exército apresentou operacionalidade inferior aos revoltosos. E em Pelotas residira, exercendo ali muita influência, mesmo depois de falecer em 1879 um ícone do profissionalismo do Exército, o General Osório.

Cidade de Pelotas onde se conheceram, em 1839, o Tenente Osório e o Ten Cel Luiz Alves de Lima e Silva, futuros Marquês do Herval e Duque de Caxias, onde iniciaram uma sólida amizade, de notáveis reflexos para a segurança interna e externa do Brasil.

Vale lembrar que Olavo Bilac teve em grande parte financiada a sua campanha com recursos da rica herdeira pelotense Alice Porciúncula, casada com Miguel Calmon e descendente de um oficial de Milícias, mais tarde coronel do Exército Pacificador da Banda Oriental em 1812, conforme informamos a Pedro Calmon e que o mestre fez constar de seu livro **Miguel Calmon, uma grande vida** (Brasília: INL,1983), prefaciado por Afonso Arinos de Mello Franco.

Como veículo notável de divulgação do Civismo e do Espírito Militar, João Simões Lopes, em Pelotas, um ano antes de falecer, aos 50 anos, produziu, em 1915, a **Coleção Brasiliana,** em 2 coleções de 25 postais cada, editadas pelo gráfico francês Eduardo Chapon, os quais o Major Ângelo Pires Moreira reproduziu em seu livro, já citado.

A primeira série foi de excelente qualidade gráfica e um exemplar até hoje me acompanha, depois de o admirar várias vezes no escritório de meu pai Conrado Ernani Bento, tabelião em Canguçu.

Estamos publicando em **Caxias e a Unidade Nacional,** no prelo**,** um equivocado brasão do Duque de Caxias, editado, mas não distribuído e que me foi cedido pelo conhecido colecionador, em Pelotas, de cartões postais, Flávio Azambuja Kremer.

Simões Lopes e o Tiro de Guerra 31

Um ano antes de sua primeira conferência sobre Educação Cívica, a União Gaúcha, hoje União Gaúcha João Simões Lopes Neto, fundou em 7 de setembro de 1903, a Sociedade de Tiro Brasileiro de Pelotas. E atuou muito nesta campanha vitoriosa J. Simões Lopes Neto.

Em 12Out1908, o agora Coronel Honorário Antônio Carlos Lopes, criador do Tiro Brasileiro, presidiu a instalação de Tiro Brasileiro de Pelotas que recebeu o nome de Tiro de Guerra 31, ao invés de como era esperado, Tiro de Guerra n° 2.

Como Diretor do Arquivo Histórico do Exército, 1985/91, lá localizamos os arquivos do Tiro de Guerra 31, com o qual tomamos conhecimento em Canguçu, como garoto, da vida militar, com as instruções a um grupo local, entre eles nosso irmão Ernani Moreira Bento. Foi o meu primeiro contato com

instrução militar.

Ao Tiro de Guerra 31, que seria presidido pelo grande escritor regionalista Capitão GN João Simões Lopes Neto, coube o privilégio de possuir a 1° linha de Tiro do Brasil, instalação hoje conhecida como Estande de Tiro.

Foi nesta linha de Tiro que em 1950, como soldado da 3ª Cia de Comunicações acantonada no atual 9° BI Motorizado, e hoje 3a Companhia de Comunicações Blindada em Santa Maria, que como soldado iniciei a minha instrução de tiro com fuzil Mauser 1908. Esta linha de Tiro existiu no local onde hoje se ergue a Vila Militar, em cujo Hotel de Trânsito com freqüência me hospedo.

Ao fazer entrega, em 09 Ago 1913, ao Exército, em sessão solene na Intendência de Pelotas, da 1a turma de reservistas do TG 31, discursou o seu presidente o Capitão GN João Simões Lopes Neto.

Simões Lopes Neto e a Educação Cívica

Em 1904, como referido, J. Simões Lopes Neto proferiu na Biblioteca Pública de Pelotas sua primeira conferência sobre Educação Cívica, a qual repetiu ampliada em 1906, neste mesmo local e nas guarnições militares de Bagé, S. Gabriel, S. Maria, Rio Grande e P. Alegre. A conferência, com 20 páginas impressas de João Simões Lopes Neto em 1906, possui os seguintes dados na capa, que reproduzimos na grafia da época:

"João Simões Lopes Neto. EDUCAÇÃO CIVICA. Conferência realizada na Biblioteca Pública de Pelotas e repetida a convite, em outras cidades. Publicada sob o patrocínio das Sociedades União Gaúcha de Pelotas, Centro Gaúcho de Bagé e Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, para distribuição gratuita. Pelotas 1906."

Simões Lopes Neto ofereceu e dedicou assim a sua conferência em plaqueta:

"O Autor em respeitoso testemunho de muita gratidão e sympathia offerece: À Bibliotheca Pelotense e União Gaúcha de Pelotas.

Ao Centro Gaúcho de Bagé e snrs Pedro Cunha, e A. Caminha e Humberto Arêas.

À União Caixeral, de São Gabriel e Snrs Dr Fernando Abbot, Ildefonso Vasconcellos e Francisco Farias.

Ao Club Caixeral de Santa Maria e Snrs Dr Andrade Neves Netto e Henrique Ribeiro.

Ao Grêmio Gaúcho e Club Caixeiral de Porto Alegre e Exmo Snr Dr Borges de Medeiros, digno presidente do Estado, e snrs Francelino E. Cordeiro e Ovídio Silveira Martins.

Ao Clube Caixeiral de Rio Grande, e Snr. A.Cintra Jor, Rodolfho Emil e

Vaz Dias Jor e a Imprensa das referidas Cidades".

As expressões Jor e Snrs seriam na época abreviaturas de Junior e Senhores.

Ao iniciar sua conferência procurou mostrar o quanto conhecia o Rio Grande do Sul, nos seus 40 anos.

"Eu tenho cruzado o nosso Estado em caprichoso zig zag. Já senti as ardências da areias desoladas do litoral. Já me recreei nas encantadas ilhas da Lagoa Mirim. Já me fatiguei na extensão da Coxilha Geral de Santana. Já molhei as mãos na águas do soberbo Uruguai. Estremeci de medo nas ásperas penedias do Caverá. Já colhi malmequeres nas planícies do Saicã, oscilei sobre as águas grandes do Ibicuí e palmilhei os quatro ângulos da derrocada fortaleza de Santa Tecla.(em Bagé). Já pousei em São Gabriel, a forja rebrilhante onde tantas espadas valorosas se temperaram.

Fui arrastado no turbilhão das máquinas possantes (locomotivas).Corri pelas paragens magníficas de Tupanciretã, o nome doce, que no lábio ingênuo dos caboclos quer dizer campos onde repousou a mãe de Deus.

Saudei a graciosa Santa Maria, fagueira e tranqüila na encosta da serra. E emergindo do verde negro da montanha copada, o casario branco, como um fantástico algodoal em explosão de casulos.

Subi aos extremos de Passo Fundo e deambulei para os cumes da Lagoa Vermelha e retrovim pela merencória Soledade, flor do deserto, alma risonha nos ecos do mundo e cortei por um formigueiro humano na zona colonial

Desta digressão (viagem) longa e demorada feita em etapas, em datas diferentes, meus olhos trazem ainda, a impressão vivaz e maravilhosa da grandeza, da uberdade e da hospitalidade do Estado.

Eu vi a colméia e o curral. Vi o pomar e o rebanho. Vi a seara e as manufaturas. Vi a serra, os rios, a campina e as cidades. E das auroras de pássaros e rosto de crianças, dos sulcos dos arados, das águas e de tudo, esses pobres olhos meus condenados a morte e ao desaparecimento, guardarão na retina, até o último milésimo de luz, a lembrança da visão sublimada e consoladora.

E o meu coração, quanto faltar a seu ritmo, arfará num último esto, para a raça que esta se formando, aquilate (julgue), ame e glorifique os lugares e os homens de nossos tempos heróicos, pela integração da Pátria comum, agora abençoada na paz".

Ao lamentar não existir ainda nenhum monumento no Rio Grande do Sul estranhou o fato e escreveu assim:

"Rio Grande do Sul, onde a cada passo em teu chão se acorda um eco, onde cada barranca de teus rios conhecem uma história, onde cada coxilha testemunhou um feito histórico e onde os muros de cada cidade abrigam um acontecimento" e prossegue:

"...E por todo este Rio Grande nenhum marco de relembrança, nem um padrão votivo, nenhum granito cívico ensina aos contemporâneos que passam descuidados-aqui triunfou Rafael Pinto Bandeira, aqui jaz o Marechal José de Abreu, o anjo da Vitória, aqui se planejou uma Constituição (Alegrete), aqui nasceu Tamandaré.

Sim, que na velha cidade do Rio Grande, o núcleo de nossa formação urbana onde troaram os canhões do Brigadeiro Silva Pais que ali houvesse um simples bloco de pedra a recordar seus feitos. E em Jaguarão, a primeira a declarar a forma republicana em 35 e Piratini, a arca do governo farroupilha. Bagé, a barreira contra a conquista espanhola. São Borja, a sentinela destroçada e indomada da invasão paraguaia. São Luiz Gonzaga dos famosos templos do Império jesuítico. Rio Pardo, a muralha contra os choques do estrangeiro. A vetusta Viamão teto dos primeiros casais portugueses. E Seival, a ilha do Fanfa, Ponche Verde e rio Camaquã..."

Aliás, frase histórica em negrito, com a qual iniciamos os encontros do Instituto de História e Tradições do RGS, que fundamos em Pelotas em 10 Set 1986, em concorrida sessão na Escola Técnica Federal de Pelotas, por nós presidida e coordenada pelo Major Ângelo Pires Moreira e apoio da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, comandada pelo Gen Bda Sadi Lisboa Filho e pelo **Diário Popular,** através do Dr Clayr Lobo Rochefort.

Recordo que como aluno do Colégio Gonzaga, 1945/48, a Biblioteca Pública de Pelotas, no 2° andar, era usada para conferências concorridas. Lembro que era um salão enorme em que os assistentes se sentavam em cadeiras encostadas na parede e entre eles e a mesa diretora um enorme vazio.

Mais tarde voltei ao local, então Câmara de Vereadores, onde em 20 de setembro de 1985, sesquicentenário da Revolução Farroupilha, proferimos palestra sobre este tema, atendendo a convite do Gen Bda Egeo Corrêa de Oliveira Freitas, comandante da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, cuja história publicaríamos em 2001, com o patrocínio do GBOEx, tendo como parceiro o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis e sob o título **8ª Brigada de Infantaria Motorizada, Brigada Manoel Marques de Souza 1°.**

No ano seguinte, em 18Set1986, ali retornamos para recebermos homenagem do povo pelotense, por intermédio de sua Câmara de Vereadores, consistente na outorga, por Lei 2740, da honrosa Comenda J. Simões Lopes Neto.

Fora nesta Biblioteca Pública que em Jan1951, surpreso, conhecemos notícia de nossa aprovação para ingresso na Escola de Cadetes de Porto Alegre, ao ser informado por alguém que ali vira meu nome convocado para a EPPA.

Como mandamentos cívicos básicos J. Simões Lopes assinalou em sua

primeira conferência:

"O amor à Pátria sobre todas as coisas e se possuir espírito nacionalista inquebrantável, capaz de resistir a todas as tempestades".

E que destes mandamentos decorriam todas as leis e a ação educacional. Enfatizava:

"Que o amor à Pátria se desenvolvia e se fortalecia com o conhecimento de seu passado e presente e com fé em seu futuro". E completava:

"Nenhum povo pode ser grande sem o sentimento de amor a sua pátria. Nenhuma nação pode ser forte sem se apoiar no amor a ela de seus filhos. Por isso amar a Pátria é o mais sólido elo da nacionalidade e o maior estímulo dos cidadãos."

Assim J. Simões Lopes foi o pioneiro de ensino de Educação Cívica no Rio Grande do Sul e possivelmente no Brasil, antes que por ali passasse, 10 anos depois, Olavo Bilac, que visitou o seu túmulo e sobre ele colocou uma flor, numa reverência muda ao seu pioneirismo em defesa do ensino de Educação Cívica.

Simões Lopes revelava grande preocupação pelas causas que ameaçavam a Unidade Nacional assegurada no passado pela Religião Católica, pela língua portuguesa e pelo trono.

E a Guerra Civil de 1893-95, que teve seu fim físico, mas não o espiritual com a paz celebrada em Pelotas, e que dividira a família da Região Sul do Brasil, o preocupava muito.

Revolução que passou a História como revolução Maldita, de Bárbaros e da Degola e foi procurado esquece-la por 100 anos até cicatrizar suas feridas, mas neste ínterim evocada nos lenços brancos dos governistas e no vermelho dos federalistas, ao invés dos lenços farroupilhas mandados fazer fora do Brasil por Bernardo Pires, o simbolista farrapo e bisavô do Major Ângelo, conforme abordamos e o biografamos no livro **Autoria dos símbolos farrapos, subsídios para a sua revisão histórica, tradicionalista e legal** (Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1971).

Lenços vermelhos usados equivocadamente pelos personagens da mini-série **A casa das sete mulheres** e por muitos tradicionalistas sem saber o real significado político trágico dos mesmos. Em realidade lenços brancos e vermelhos manchados de sangue numa maldita e impiedosa luta fratricida, de republicanos em Rio Negro, então em Bagé e depois de federalistas em Boi Preto, em Palmeira das Missões. Que glória isto encerra, senão remorso e vergonha pela degola de irmãos inermes!

De minha parte, o meu lenço de pescoço é a primeira bandeira farrapa idealizada por Bernardo Pires, com as pontas uma verde e outra amarela e em volta do pescoço o vermelho da República Rio Grandense. Mas cada um que

fique com o que gosta, sem remorso e vergonha.

Revolução que degolou as tradições farrapas de Firmeza e Doçura representada por dois amores perfeitos nos ângulos do losango do brasão farrapo, segundo simbologia maçônica.

J. Simões Lopes Neto divulgava estes conceitos, entre outros:

"O homem morre, as gerações se sucedem, mas a Pátria fica, sobrevive e segue adiante, e mais e sempre, ancorada na saudade dos que a construíram e já tombaram e nas esperanças dos que nascem.

Nenhum povo pode ser grande sem esse sentimento. Nenhuma nação pode ser forte sem nele apoiar-se. E o amor a Pátria é o mais sólido elo da nacionalidade e o mais forte estimulo aos cidadãos".

E sobre o ensino de História do Brasil:

Esse estudo não é somente descurado, mas ele não existe e nunca existiu. E a sua conseqüência é a preferida ignorância em que vivemos da nossa história e estudando histórias alheias..." E mais adiante:

"Todo o ensino tem um fim, o da História do Brasil e dar-nos o conhecimento da noção exata da solidariedade nacional, da disciplina cívica, da liberdade obediente e com ela o amor ao Brasil".

Diríamos que do estudo da História do Brasil faz nascer e se consolidar no cidadão a consciência da identidade e da perspectiva histórica nacionais. Do contrário ele se torna uma nau sem bússola, à deriva na tempestade, que não sabe de onde veio, onde está e nem para onde é que está indo.

E mais adiante, a respeito de necessidade da Educação Cívica dos brasileiros defendia:

"É preciso promover em favor da Educação Cívica uma das mais necessárias reformas, qual seja a introdução do livro de leitura primária.

Cumpre que ele seja brasileiro pelo assunto, pelos pontos que reproduz pela história, pela tradição e pelo sentimento nacional que anime o aluno e o faça amar a sua pátria".

Acredito que o livro chamado **Seleta,** que existiu no meu Colégio N. S. Aparecida em Canguçu antes de eu lá ingressar em 1938, tenha atendido esta reforma preconizada por J. Simões Lopes Neto.

E a J. Simões Lopes Neto devo o conhecimento da História de Canguçu, meu berço natal, através de sua **Revista do Centenário de Pelotas n° 4,** 1912**,** que produziu a convite de nosso avô, Cel GN Genes Gentil Bento, então intendente de Canguçu, no contexto dos festejos do centenário de Canguçu como freguesia e guardada zelosamente por 45 anos por nosso pai, o que nos permitiu uma base de partida para ampliar esta história comunitária na nossa obra **Canguçu, reencontro com a História** (Porto Alegre: IEL, 1983), prefaciada por Barbosa Lessa, outro ícone como Simões Lopes, do tradicionalismo e da literatura gauchesca e bisneto de Carlos Norberto Moreira,

nosso avô e do Major Ângelo Pires Moreira e foi quem orientou J. Simões Lopes Neto nesta pesquisa, conforme mencionou na citada revista.

Creio que J. Simões Lopes Neto foi o filósofo da Educação Cívica que provocou o culto do nativismo gaúcho e junto com ele o Ten Cel Cezimbra Jaques no início do século no Grêmio Gaúcho, no Casarão da Várzea, no atual Colégio Militar de Porto Alegre, na União Gaúcha em Pelotas e no Centro Gaúcho de Bagé.

Creio ainda que Barbosa Lessa provocou o renascimento deste sentimento nativista gaúcho, que passou a ser tratado de tradicionalismo gaúcho, e do qual foi seu filósofo e diríamos seu codificador, com sua tese, apresentada e aprovada no 1° Congresso Tradicionalista Gaúcho em 1954, intitulada **O sentido e o valor do tradicionalismo**, conforme análise do historiador, tradicionalista e animador cultural canguçuense Caio Moreira Pinheiro em **O Gaúcho** n° 9, em 2002, de homenagem a Barbosa Lessa, em que prestamos nosso depoimento sobre ele em homenagem que lhe foi prestada pelo Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS).

O sonho de J. Simões Lopes Neto, um livro chamado Terra Gaúcha

Em sua citada 1ª conferência sobre Educação Cívica na Biblioteca Pública de Pelotas em 14 Jul 1904, em que ele apresentou um projetado livro Terra Gaúcha, falou entre outras coisas:

"Sonho fazer um livro simples, saudável, cantante de alegria e carinhoso
Um livro em que das águas e das selvas,
surgissem e desfilassem ante a evocação das crianças brasileiras, os troços (bandeiras) atrevidos dos bandeirantes lendários, dos negros altivos de Palmares, dos famosos índios potiguares e guaranis adustos, da figura de índias amorosas em Lindóia, Paraguaçu, Moema, iguais em poema a Francisca Remini dos Cabelos de ouro!

Livro que abordasse nossas lutas (peleias) nunca perdidas, rasgos de generosidade iguais pelo menos, aos maiores de qualquer povo da terra: a Inconfidência Mineira; o rei Amador Bueno, desambicioso de São Paulo; a retirada da Laguna - *rival da do historiador grego e, tantos outros esplendores pátrios: a abolição, a ciência e a arte brasileira e, por fím, a República, a resplandecente liberdade!*

Sonho fazer um livro assim que concretizasse a Tradição, a História, ensinamentos cívicos e as aspirações pátrias. A ele eu dedicaria o mais brilhante hausto de minha pobre vida, à terra rio - grandense, mãe de raça forte, túmulo de ossadas venerandas, berço de incomedido patriotismo."

Este livro não chegou a ser publicado. É lamentável!

Simões Lopes Neto e o jornalismo de seu tempo

Sobre o jornalismo brasileiro no inicio do século referiu:

"O nosso jornalismo, afora política e pequenas notícias pouco se ocupa do Brasil. Quantas vezes vamos encontrar nos jornais estrangeiros notícias de nossa pátria. Não possuímos uma única revista, variada, popular, barata que leve a todos os cantos do país os trabalhos de seus escritores, pensadores e artistas, as obras de construção no Brasil, feita por brasileiros, nem sobre os sucessos de seus filhos mais notáveis. No entanto nos maiores centros do Brasil medram (1904) jornais eróticos que a polícia tem de coibir".

Creio que esta situação hoje, depois de um período positivo, a mídia brasileira não dá espaço para seus historiadores, pois os assuntos devem ser curtos e os jornais do interior hoje publicam matérias assinadas por jornalistas nacionais, preterindo a prata da casa.

Um dos últimos a dar espaço para artigos históricos fundamentais para o despertar e alimentar a consciência nos brasileiros de sua identidade e perspectiva históricas foi o **Diário Popular**, onde no nosso caso produzimos bastante e na Coluna Querência da União Gaúcha J. Simões Lopes Neto, com o apoio do Dr Clair Lobo Rochefort e intermediação do Major Ângelo Pires Moreira.

Manteve assim o **Diário Popular** até onde que pode uma tradição de dar espaço para artigos históricos conforme se constata da obra de Luis Fernando Luiz Osório e de outros intelectuais pelotenses. Mas tudo tem o seu fim!

Outro jornal que resistiu foi o **Jornal do Comércio** do Rio de Janeiro.

Enfim, para a atual mídia brasileira não tem sentido o que afirmou o grego Cícero de que **"A história é a mestra da vida e a mestra das vidas."** Parece considerar a História com um casaco velho sem serventia e para ser colocado no lixo.

E o que se vê são absurdos como na TV a novela **Quinto dos Infernos** e agora na mini-série **A casa das sete mulheres,** excelente como produção televisiva, mas que procedeu a satanização de heróicos personagens da História gaúcha, como os generais Bento Manoel Ribeiro e Davi Canabarro, que tiveram suas imagens linchadas injustamente.

Sobre o ordenamento jurídico do Brasil em 1904 Simões Lopes mencionou:

"A nossa legislação é uma montanha de leis, de disposições, regulamentos, decretos, circulares, avisos que se chocam, se enovelam, se disputam, sendo opulentíssima e é difícil destrinchá-la. Nos vemos seguidamente nossos tribunais, alfândegas, comandos e repartições em conflitos, em atritos de atribuições e despejarem perguntas e consultas sobre assuntos que deveriam ser diferentes. Uma nevrose de desorientação lavra por todo o canto."

Sobre os parlamentares brasileiros:

“Os nossos parlamentares saem quase totalmente das profissões liberais... Sem ir mais longe, no atual Congresso Nacional com 212 deputados em exercício, há 90 advogados, 50 médicos, 40 engenheiros, 30 militares e 2 padres. E nenhum agricultor e criador (fazendeiro) de profissão, nenhum comerciante, industrial e armador! Isso é um mal ou um bem?“

Felizmente a Internet esta dando oportunidade aos poucos e teimosos historiadores brasileiros que restaram de publicarem seus trabalhos. Vamos tentar através da Internet melhores dias para fortalecer a consciência da identidade e da perspectiva históricas dos brasileiros que neste particular, “estão mais perdidos e confusos do que um cego no meio de um tiroteio.”

Creio que J. Simões Lopes Neto se vivo fosse diria que a Mídia nacional cometeu um grave erro neste particular, e que faltou ao seu dever. E como Mídia registro as editoras nacionais que não estimulam a produção de obras históricas com apoio em fontes históricas autênticas, integras e fidedignas e sim como tal, opiniões pessoais, depoimentos sem os requisitos das fontes confiáveis que dão um caráter de ciência à História.

E algumas delas se limitam a reeditar obras históricas sem estimular novos trabalhos, para não se darem ao trabalho que exige uma nova obra. E justiça seja feita. Existem historiadores que não procuram atingir o povo e se mantém num isolamento completo valendo repetir uma classificação irônica de um comunicador bem sucedido. ”Não existem ciências ocultas e sim cientistas que ocultam as ciências, no caso a história.”

A indiferença pelos feriados nacionais no Brasil

Sobre a indiferença pela comemoração de feriados nacionais no Brasil escreveu:

“Enquanto outros povos festejam solene e ruidosamente as suas grandes datas nacionais as do Brasil caem no olvido e no abandono. Ainda não instituímos as grandes festas públicas, como as manobras militares e as civis de ginástica, de tiro, de remo a coincidirem com nossas festas nacionais...O nosso 21 de abril, o 7 de setembro, o 15 de novembro se diluem na memória do povo brasileiro. E não é por ingratidão que isso acontece, mas por falta de Educação Cívica. Recordar é viver. E povo que fecha o coração e a memória, a comemoração das suas grandes datas históricas e digna de lástima. E quem já assistiu a um 4 de julho nos EUA, a um 20 de setembro na Itália, pasmará contristado de nossa indiferença“.

Para Simões Lopes Neto o único remédio para os males que ameaçavam o sentimento nacionalista brasileiro era a Educação Cívica.

E com esperança no desenvolvimento da Educação Cívica no Brasil escreveu:

“Há pouco começamos trazer nossos homens para o bronze da consagração... Agora um escritor José de Alencar já tem uma estátua em praça pública, Carlos Gomes emerge da grande saudade paulista. Bustos se erguem, modestas placas comemorativas estão sendo implantadas. Caxias e Osório hoje são exemplos permanentes para o povo.

Floriano tem no seu túmulo um símbolo de peregrinação. Júlio de Castilhos terá seu monumento estímulo de méritos. Os monumentos de Tamandaré, Saldanha da Gama, Mauá, Silveira Martins, Benjamin Constant e outros se estão cimentando.

E não há como negar, já foi a aurora nova...só ela (a República) que trouxe este rejuvenescimento dos credos dos cidadãos.”

Simões Lopes e os símbolos nacionais

J. Simões Lopes Neto lamentava as faltas cometidas por ignorância ou falta de Educação

Cívica contra os símbolos nacionais e escreveu:

“O Hino! O Hino Nacional! Vibração marcial e soberana, o clangor da vitória, a marcha para o progresso. Ele é como o aplauso de todo o peito, ou o tremendo rugido de um povo ferido, a espiritual, a solene e confortante presença de toda a pátria, liame do mar, da serra e da campina no momento e no local onde é executado... é o aroma da flor, o brilho da estrela, o canto da ave, o soluçar da fonte, o balar do gado pacífico da lavoura e o bramir da fera, que é uma fremente onda sonora, mas que é a Pátria...”

E sobre a bandeira referiu:

“Ela, em qualquer parte do mundo representa todos nós. Ela que é nossa glória e nossa honra...“

Se o hino e a voz, a bandeira é a face augusta da Pátria... Ela não se abate diante de ninguém... É a bandeira que segreda a um brasileiro: resiste! A outro - protege-me! E a outro- vence! É ela que soluça a benção maternal ao ouvido dos que morrem. É ela que diz ao ferido - tem fé! É ela que diz ao vencedor - cumpriste o dever! Varada pelas balas, negra de fumaça, úmida de lágrimas, salpicada de sangue, ela é sempre imaculada e pura, lúcida e bendita. É preciso que sintamos que quando ela se desdobra no alto de um mastro, parece que é dentro do nosso coração que ela flutua!”

O espírito militar na obra de J. Simões Lopes Neto

Quando jovem ginasiano do Ginásio Gonzaga 1945/48 em Pelotas, em companhia do hoje Dr. Lori da Rosa Krusser e já revelando notável sensibilidade e vocação para produzir literatura tradicionalista gaúcha, eu ouvia

e lia as obras de Simões Lopes Neto **Contos gauchescos, Lendas do Sul e Cancioneiro Guasca,** enquanto tomávamos chimarrão no Hotel do Comércio, na rua 7 de Setembro, por falta de dinheiro para uma diversão mais cara.

E não percebia ainda na qualidade de não militar, a forte ligação da obra de J. Simões Lopes Neto com o espirito militar, análise que seu biografo Major Ângelo Pires Moreira agora fez na sua obra.

E o interlocutor imaginário de seus contos, o Blau Nunes, creio tenha se inspirado no Tenente farrapo Manoel Alves da Silva Caldeira (1815-1900) que considero o maior cronista farrapo e que focalizamos no nosso **Canguçu, reencontro com a História**. (Porto Alegre:IEL,1983), na Edição Histórica sobre a Revolução Farroupilha do **Diário Popular** de Pelotas, de 20 Set1985 e no nosso livro **O Exército Farrapo e os seus chefes,** editado pela BIBLIEx em 1992.

E só conferir o perfil de Blau Nunes com o de Caldeira.

J. Simões Lopes Neto e Caldeira são patronos de cadeiras da Academia de Canguçuense de História(ACANDHIS). Simões Lopes por haver sido o primeiro historiador de Canguçu, em seu centenário como freguesia e na **Revista do Centenário de Pelotas n° 4,** em 1912 e Caldeira por haver em Canguçu escrito cartas que permitiram a diversos historiadores da Revolução Farroupilha resgatarem o perfil militar dos líderes farrapos, com quem Caldeira privou.

Ângelo Pires Moreira identificou o palavreado castrense ou militar de Simões Lopes Neto nos contos Trezentas Onças, O Negro Bonifacio, Manantial, Correr Eguada, Os Cabelos da China, Melancia - Côco Verde, Contrabandista, Jogo de Osso, Batendo Orelha.

E como essencialmente militares: Chasque do Imperador, Duelo de Farrapos e Anjo de Vitória. Este o reproduzi na **História da 3ª RM, 1808-1889 e Antecedentes** e na obra (no prelo) **2002 - os 175 anos de Passo do Rosário,** tendo ao final um Glossário de seus termos gauchescos, para que o texto seja entendido por não gaúchos.

Como presidente da União Gaúcha, que hoje leva o seu nome, Simões Lopes Neto organizou na estância de Antônio Rodrigues Ribas, no Fragata, em Pelotas, um intenso programa tradicionalista, misto de práticas campeiras e militares, em homenagem a guarnição da canhoneira Pátria, doada a Portugal pela colônia portuguesa no Brasil e programa assim sintetizado:

"Exercício de guerrilha, reconhecimento de um reduto (fortim) artilhado. Ataque por um esquadrão de Cavalaria. Defesa de uma posição pela Infantaria. Tomada de uma peça de Artilharia, a laço, e defesa da mesma depois de capturada por um esquadrão."

Isto fala com eloquência do espírito militar que ele possuía, o que é reforçado pelo seu grande orgulho de ser um capitão de Guarda Nacional,

circunstância muito bem explorada por outro grande biógrafo seu e com quem tive muito prazer de conviver e me corresponder, Carlos Reverbel e dele receber com amável dedicatória seu livro já citado, **Um capitão da Guarda Nacional - vida e obra de J. Simões Lopes Neto**. E em carta recebi a sua solidariedade a minha tese de localização da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu, 1783/93, em Canguçu Velho, o que abordo a seguir.

Em Canguçu a 1a missão jesuíta do RGS?

Um conferencista na Biblioteca Pública de Pelotas apresentou a equivocada tese de que em Canguçu Velho havia sido instalada pelo padre Roque Gonzales, o mártir de Caaró, a primeira missão jesuítica no Rio Grande do Sul. Isto por ter lido em algum lugar que esta missão fora fundada entre os rios Piratini e Icamaquã. Mas não percebeu que isto se referia aos citados rios afluentes do rio Uruguai e não aos rios Camaquã e Piratini, que desaguam respectivamente na Lagoa dos Patos e no Canal São Gonçalo.

E J. Simões Lopes escritor e jornalista, mas não historiador preciso, defendeu esta tese equivocada na citada **Revista, do Centenário de Pelotas** n° 4 em 1912, quando em realidade, em Canguçu Velho funcionou a sede da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu (1783-1789), antes de ir para São Leopoldo.

E as terras que haviam lhe pertencido foram adquiridas pelo Capitão Mor de Laguna Paulo Xavier Prates, que mais tarde adquiriu a ilha Canguçu, que passou a ser conhecida como ilha da Feitoria. Ou seja, ilha da estância Feitoria e não local onde tenha funcionado a Real Feitoria.

Defendemos nossa tese documentalmente, com apoio em fontes primárias, depois de diversos e demorados ensaios nesta plaqueta:

Real Feitoria do linho-cânhamo do Rincão do Canguçu, 1783/89. Canguçu: Prefeitura/1992.

Tese que foi aprovada pelo Conselho de Cultura Estadual que opinou por nunca a Real Feitoria haver funcionado na ilha Canguçu, ou ilha da estância Feitoria. E a nossa carta àquele Conselho, a este respeito, foi publicada por Carlos de Souza Morais em **Feitoria de Linho Cânhamo de São Leopoldo** (Porto Alegre: Parlenda, 1994 p. 58-59 e 109-112). Antes de ser despertado para o fato de que havia existido em Canguçu Velho a Real Feitoria referências a ela se limitavam a poucas e desencontradas linhas, a localizando na ilha Canguçu, mais tarde Feitoria ou prudentemente deixando a questão de localização no ar.

Nesta abordagem em que recebemos a solidariedade de seu biógrafo Carlos Reverbel, não vai nenhum desrespeito à obra de Simões Lopes Neto, o 1° historiador de Canguçu e patrono de cadeira em sua Academia de História por nossa proposta e ocupada por outro seu biógrafo, o Major Ângelo Pires

Moreira, com cuja ajuda comecei a escrever sobre História em 1971, na coluna Tradição da União Gaúcha Simões Lopes do **Diário Popular**.

E mais, por ser um orgulhoso detentor da Comenda J. Simões Lopes Neto, a nós conferida pelo povo pelotense através de seus representantes na Câmara de Vereadores de Pelotas em 18 Set 1986. Mas história deve ser verdade e justiça. E foi o que fizemos. E não sem uma oposição amadora injusta, por sem apoio em fontes primárias e até irônica, mal educada e desleal algumas vezes.

Conclusão

Fica pois evidenciado, com apoio no trabalho do Major Ângelo Pires Moreira que além do grande escritor regionalista e pioneiro tradicionalista que foi J. Simões Lopes, a sua face mais conhecida e só exaltada depois de morto, é que ele possuiu e cultivou acendrado espírito militar, revelado pelo orgulho de ser Capitão da Guarda Nacional e pela sua participação como presidente de Tiro de Guerra 31 que construiu a 1ª linha de Tiro do Brasil em Pelotas e pela programação da União Gaúcha onde cultuava tradições campeiras e militares gaúchas.

E mais do que isto, foi um pioneiro entusiasta defensor do ensino de Educação Cívica no Brasil, atividade que iniciou em 1904 com conferência na Biblioteca Publica e ali repetida em 1906, cujo texto foi impresso sob o título **Educação Cívica,** sob o patrocínio das mais antigas agremiações tradicionalistas gaúchas. Sociedade União Gaúcha de Pelotas, Centro Gaúcho de Bagé e Grêmio Gaúcho de Porto Alegre. Este, fundado na Escola Militar de Porto Alegre pelo Ten Cel Cezimbra Jaques, atual patrono do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), por iniciativa do patrono em vida de cadeira na AHIMTB e 1° vice-presidente do IHTRGS, Cel Hélio Moro Mariante e há pouco evocado pelo Cel Leonardo Araújo em plaqueta, **Homenagem a João Cezimbra Jaques, patrono do MTG e ex-professor do Velho Casarão da Várzea(CMPA**). Porto Alegre: IHTRGS/AHIMTB, 2001.

Tradicionalismo gaúcho então iniciado com um forte sentido militar, para tentar melhorar a delicada conjuntura da Defesa Nacional, decorrente do bacharelismo militar, 1874/1905, que relegou a um plano crítico os problemas de Segurança Nacional e abandonou a idéia do Serviço Militar Obrigatório depois de o Duque de Caxias deixar o Ministério da Guerra, onde começara a implementá-lo. Idéia que só voltaria a ser adotada 40 anos mais tarde, em 1916, com a implantação do 1° Sorteio Militar, em pleno curso da 1ª Guerra Mundial na Europa, assunto que evocamos em detalhes no artigo: Os 70 anos do 1º Sorteio Militar. **A Defesa Nacional**, n° 729, Jul/Ago1987. p.120/139.

Preservar e analisar esta conferência histórica foi um grande serviço à cultura militar, prestada pelo Major Ângelo Pires Moreira, que ocupará a

cadeira especial na Academia de História Militar Terrestre, Cap GN João Simões Lopes Neto, além de já figurar como seu Delegado, em Pelotas, da Delegacia Fernando Luiz Osório,(Filho), neto do General Osório, o historiador de Pelotas que em 1915, 1 ano antes da morte de J. Simões Lopes e 2 anos depois dela, em 1918, reforçou o espírito militar nacional com suas excelente obras: **História do Gen Osório**, 2º volume,1915, **Tiro de Guerra 31**, em 1916, e em 1918 **O espírito das armas brasileiras.** Obra esta que em criança, creio, despertou minha vocação de historiador militar, ao compulsá-la no escritório de meu pai, ao admirar suas fotos. E depois publicaria várias obras de interesse militar terrestre sobre a Revolução Farroupilha em seu centenário em 1935 e o excelente **Sangue e alma do Rio Grande**, (Porto Alegre-Pelotas: Liv. Globo,1937), nesta, tratando do Rio Grande esquecido, Repelindo infâmias, Reparação a um Osório do primeiro Rio Grande e de seus leais comandados na Trincheira de Castilhos). Trabalho em defesa da memória do Cel de Dragões Thomaz Luiz Osório, defensor em 1763 da Fortaleza de Santa Teresa no Uruguai atual, quando ela foi conquistada pelo General espanhol D. Pedro Ceballos. Defesa que continuou a fazer ao abordar trabalhos focalizando a atuação do Cel Thomaz Osório na Guerra Guaranítica, como comandante do Regimento de Dragões do Rio Grande.

Tese que defendemos em 1976 no IHGB, da qual enviamos exemplar ao Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório, cuja inauguração havíamos registrado no livro **A Grande festa dos lanceiros** (Recife:UFPE,1971) e lançado em 19 de abril de 1971, na inauguração do Parque Histórico Nacional do Guararapes, de cujo projeto, construção e inauguração fomos o coordenador pelo então comando do IV Exército.

Assim Pelotas, através de J. Simões Lopes Neto e de Fernando Luiz Osório, prestaram notável concurso ao culto de nossa História Militar e à Educação Cívica do Rio Grande do Sul e sem esquecer na atualidade, o historiador Major Ângelo Pires Moreira com suas obras e a historiadora Heloísa Assunção do Nascimento, esposa de militar e correspondente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em seus 3 volumes sobre Pelotas: **Nossa cidade era assim** (1989-1999).

(*) Presidente da Academia de Historia Militar Terrestre do Brasil, do Instituto de História e Tradições do RGS e da Academia Canguçuense de História.

O DECANO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RGS (IHTRGS)

Luiz Ernani Caminha Giorgis (Vice-Presidente do IHTRGS**)**

Em 10 Set 1986, sesquicentenário do combate do Seival, que criou condições para a Proclamação da República Riograndense (1836-45) no Campo do Menezes, foi fundado, em cerimônia concorridíssima na Escola

Técnica de Pelotas, o **Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS**). Instituição destinada precipuamente a memorar fastos sesquicentenários da Revolução Farroupilha (1835-45). A referida fundação está toda documentada em volume especial.

Como sócios efetivos fundadores figuraram Alberto R. Rodrigues, Angelo Pires Moreira(coordenador), Arnaldo Luiz Cassol, Clayr L.Rochefort, Cláudio Moreira Bento(presidente), Corálio Cabeda, Fernando O'Donell, Gastão Abbot(falecido), Hélio M. Mariante (vice-presidente), Ivo Caggiani, Jonas Correia Neto, José Luiz Silveira(2ºvice), Júlio Petersen, Manoel A.Rodrigues, Mário Gardelin, Mário Matos, Marlene Barbosa Coelho, Morivalde Calvet Fagundes, Mozart Pereira Soares, Osório Santana Figueiredo(secretário), Péricles Azambuja, Sejanes Dorneles(falecido) e Telmo Muller .

Dentre as múltiplas realizações do IHTRGS registradas em seus Anais mencione-se encontros anuais, com vistas a integrar historiadores, tradicionalistas e folcloristas, isolados no movimento cultural, estreitar laços de amizade e culturais entre eles próprios e deslocarem-se até os locais de fastos históricos para comemorá-los.

Assim, em Pelotas ocorreu o encontro de fundação na **Escola Técnica Federal,** coordenado por Ângelo Pires Moreira e com apoio do **Diário Popular,** através de Clayr L. Rochefort, que dedicou edição especial ao combate do Seival, por nós elaborada.

Em 8 Abr 1987 ocorreu o Encontro de Caçapava do Sul, no **Clube União Caçapavano,** sob a coordenação de Arnaldo Luiz Cassol, onde foi empossado efetivo Humberto Fossa, de Encruzilhada do Sul.

Em 13 Set 1987 ocorreu mais um encontro em Pelotas, na sede da **União Gaúcha Simões Lopes Neto,** mais uma vez sob a coordenação de Ângelo Pires Moreira. Encontro que se estendeu a Porto Alegre, no CPOR/PA, com conferência do presidente sobre os **Sítios farrapos de Porto Alegre,** sob a coordenação do sócio Jonas Correa Neto, na época comandante da 6ª DE.

Em 30 Abr 1988 ocorreu o encontro de Rio Pardo, comemorativo do sesquicentenário da maior vitória farrapa - o combate do Rio Pardo - quando foi lançada pelo presidente plaquete alusiva. Encontro ocorrido no **Clube Literário Recreativo de Rio Pardo**.

Em 10 Set 1988 ocorreu o encontro de Canguçu, na **Casa de Cultura,** tendo como tema o combate de Serro Alegre de 20 Set 1932, quando foi lançada plaqueta alusiva de José Luiz Silveira e Osório Santana Figueiredo, preparatória à fundação 3 dias após, da **Academia Canguçuense de História**. Encontro coordenado por Marlene Barbosa Coelho, onde foi efetivado o tradicionalista Armando Ecíquo Perez, que representara o Instituto no sesquicentenário de instalação da República Rio Grandense em Piratini em 6 Nov 1986 e que mereceu do **Diário Popular** memoração condigna do fato

histórico.

Em 10 Jul 1989 ocorreu o encontro de São Borja, no **Teatro do Regimento João Manoel,** tendo como tema central a comemoração à resistência a invasão paraguaia em 1865. Coordenaram o evento os sócios efetivos então empossados Sérgio Roberto Dentino Morgado e Aparício Silva Rillo (falecido). Houve visita às ruínas de São Miguel.

Em 15Set1990 e 28Set1991 ocorreram os encontros de São Gabriel, na **Associação Alcides Maya**, sob a coordenação do sócio Osório Santana Figueiredo, um dos esteios do IHTRGS e com apoio cultural e logístico do dr. Milton Teixeira, quando foi efetivado o poeta gaúcho Caio Prates da Silveira e muito evocada a obra de Alcides Maya.

Em 14 Set 1992 ocorreu o encontro de Lavras do Sul, no **Plenarinho da Casa de Cultura** José Néri da Silveira, sob a coordenação do sócio Edilberto Teixeira.

Em 25 Set 1993 ocorreu o encontro de Santana do Livramento, de caráter internacional, marcadamente histórico e tradicionalista, na **Associação Comercial e Industrial,** sob a coordenação do historiador santanense Ivo Caggiani, ocasião em que foi lançada a obra **O Exército Farrapo e seus chefes,** da lavra do presidente e diplomados efetivos os historiadores Raul Pont , Miguel Jaques Trindade e Blau Souza.

Em 7 Abr 1995 ocorreu o encontro do Rio de Janeiro, na sede do **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, sob a coordenação do sócio então empossado Manoel Pessoa Mello Farias, coordenador do Núcleo Rio de Janeiro do IHTRGS, que reúne diversos e ilustres gaúchos e gaúchas residindo no Rio de Janeiro e também sócios da quase sesquicentenária **Sociedade Sul Riograndense,** lá existente. Na oportunidade foram diplomados sócios efetivos Manoel Pessoa Mello Farias, Edson Otto, Daoiz de La Roche, Pedro Ari Veríssimo da Fonseca e Ciro Dutra Ferreira. Categoria na qual já haviam sido empossados, quando da fundação do Núcleo do IHTRGS na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, P. J. Mallet Joubim e Hélio Almeida Brum.

Dia 10 Set 1996, o IHTRGS fez mais um encontro no Rio de Janeiro, na sede do **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** em parceria com a **Sociedade Sul Rio Grandense**, seu **CTG Desgarrados do Pago** e mais o **Galpão da Saudade** da **Academia Militar das Agulhas Negras**, para memorar, no seu 10° aniversário suas realizações em pról da História, Folclore e Tradições do Rio Grande do Sul. E o fez com a satisfação de já haver superado o tempo de duração da **República Rio-Grandense**, cujos fastos se propôs prioritariamente memorar e divulgar, o que tem consciência de haver bem cumprido.

Em 27Mai99 foi feito um memorável encontro no Salão Brasil do Colégio

Militar de Porto Alegre, onde foi reverenciada a memória dos seguintes sócios falecidos, evocados pelos novos sócios: Arthur Ferreira Filho, de São José do Norte; Aparício Silva Rillo, de Porto Alegre (samborjense de coração); Raul Pont, de Uruguaiana; Miguel Jacques Trindade, de Alegrete; Edilberto Teixeira, de Lavras do Sul; Arnaldo Cassol, de Caçapava do Sul; Humberto Castro Fossa, de Encruzilhada do Sul; Sejanes Dornelles, de Santa Vitória do Palmar; Manoel Pessoa Mello Faria, de Pelotas (viveu no Rio); Hélio de Almeida Brum, de Dom Pedrito (viveu no Rio) e Marlene Barbosa Coelho, de Canguçu. Foram eleitos os seguintes sócios efetivos: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Ivo Benfatto, Flávio Mabilde (falecido), Aroldo Medina, José Conrado de Souza, Leonardo R. de Araújo e Cláudio Belém de Oliveira.

Em 24Jul99, na cidade de Alegrete, foram eleitos sócios efetivos: Hugo Ramires e Maria Fraga Dornelles. Sócios colaboradores: Sérgio Alves Levy, César Pires machado, João Francisco de Andrade e Marione Jacques. Sócio correspondente: Daniel Fanti.

Em 15Abr2000, na reunião de Rosário do Sul, foram entregues diplomas de colaboradoras às professoras Mara Regina Miranda de Souza, Secretária Municipal de Educação e Maria Almir Souto Nascimento.

Nestes 10 anos de resistência cultural, alguns dos soldados do **IHTRGS** faleceram, outros foram atingidos por problemas de idade e outras limitações, para uma presença mais efetiva em suas atividades. A renovação de novos nomes foi pouca, de igual forma que nas demais entidades brasileiras do genêro, parecendo que as novas gerações são avessas a estudos históricos ou pelo menos à produção e à divulgação históricas, o que nos parece lamentável. E no caso do Rio Grande do Sul, como ficará em breve a sua perspectiva e a identidade históricas na cabeça das novas gerações gaúchas? Só Deus sabe!

Aqui, por oportuno, registre-se o apoio que o IHTRGS teve de parte do jornal **Diário Popular** de Pelotas, de **A Platéia** de Santana, dos mensários **Ombro a Ombro** e **Letras em Marcha** e ultimamente de **O Tradição,** editado pelo sócio efetivo Edson Otto e hoje órgão de divulgação oficial do **IHTRGS**, **MTG** e da **CBTG**.

Em **História** ou **Estória,** que o Presidente do IHTRGS publicou em **Tradição,** maio 96 (ano da consciência tradicionalista) abordamos a conjuntura crítica da historiografia brasileira, assunto estratégico nacional, para o qual os governos em todos os níveis e a Mídia, salvo raras e honrosas exceções, não tem dado a menor atenção. Em vista desta postura de quem teria obrigação social e cívica de estimular estudos de História, qual o jovem que se animará a dedicar-se a este assunto? E quem no futuro escreverá **HISTÓRIA** e não **ESTÓRIA** do Rio Grande do Sul, como bússola para a construção segura do futuro do Rio Grande do Sul e de seus filhos e como mãe legítima das **TRADIÇÕES GAÚCHAS**? Eis a pergunta que o IHTRGS deixará no ar no seu

10° aniversário? Praza a Deus que os estudos de História do Rio Grande do Sul sejam retomados com vigor, para que produzam perspectiva e identidade históricas seguras. E estas mais consensos sobre soluções a implementar! E que não aconteça o que ocorria em 1904, segundo J.Simões Lopes Neto em sua histórica conferência na Biblioteca Pública de Pelotas sobre Educação Cívica sobre o ensino de História do Brasil:

"Esse estudo não é somente descurado, mas ele não existe e nunca existiu. E a sua conseqüência é a preferida ignorância em que vivemos da nossa história e estudando histórias alheias.

Todo o ensino tem um fim, o da História do Brasil é dar-nos o conhecimento da noção exata da solidariedade nacional, da disciplina cívica, da liberdade obediente e com ela o amor ao Brasil".

O Arquivo das comunicações feitas nos diversos encontros acha-se com o Presidente do IHTRGS, em Itatiaia, RJ, e as Atas dos Encontros estão em São Gabriel com o 2° Presidente.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS

N° 20- Bicentenário do Duque de Caxias - Ano 2003 – Cel Cláudio Moreira Bento

Este número de O Gaúcho destina-se a relatar o desenvolvimento da histórica Sessão da Academia de História Militar Terrestre do Brasil realizada no Salão Brasil do Colégio Militar de Porto Alegre em 08 de julho de 2003.

Inventário das atividades desenvolvidas: Convite - Roteiro da Sessão - Leitura da Oração da AHIMTB - Hora da Saudade (Gen Rotta) - Síntese da AHIMTB - Texto do significado histórico de Duque de Caxias - Oração de Recepção ao novo Acadêmico - Palavras do novo Acadêmico sobre o Patrono da sua cadeira - Entrega de Diplomas, distintivos e Brasão - Agradecimento às entidades colaboradoras - Palavras finais - Lançamento dos livros e coquetel.

COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE - ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL - INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL

CONVITE

O CMPA, a AHIMTB e o IHTRGS têm a grata satisfação de convidar V. Excia e família para a sessão de posse como acadêmico na Cadeira n° 11 - General **Emílio Fernandes de Souza Docca,** do Professor Dr. **Flávio Camargo**, no **Salão Brasil** do CMPA, às 2000 h do dia 08 de julho de 2003, seguida do lançamento, no contexto das comemorações do Bicentenário do

Duque de Caxias, patrono da AHIMTB, das seguintes obras, de autoria do historiador militar Coronel **Cláudio Moreira Bento**, Presidente da AHIMTB e do IHTRGS:

- Caxias e a Unidade Nacional;
- 2002 - Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário;
- História da Artilharia Divisionária da 6ª DE (AD/6) - AD Marechal Gastão de Orleans;
- A Educação Cívica e o Espírito Militar na visão do Capitão da Guarda Nacional João Simões Lopes Neto. (As duas últimas com a parceria do Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis).

Observações:

1) O estacionamento será no pátio interno do CMPA, orientado pelo 3° BPE e pela Guarda do Colégio Militar;
2) Será oferecido um coquetel aos presentes.

Paulo César Monteiro Cabrita - TenCel
Comandante do CMPA
Luiz Ernani Caminha Giorgis
Cel Delegado da AHIMTB/RS
(Delega cia Gen Rinaldo Pereira da Câmara)
Vice-Presidente do IHTRGS

ROTEIRO DA SESSÃO NO CMPA, 08 de Julho de 2003

1. O Cel Araújo abre, agradece as presenças e anuncia o Cmt CMPA;

2. O Cmt do CMPA faz breve apresentação do Cel Bento e lhe passa as instalações para que ele presida a Sessão da AHIMTB;
3. O Cel Bento assume a Sessão e forma a Mesa com as autoridades;
4. O Cel Bento declara aberta a Sessão, declina a condição dos integrantes da mesa e informa sobre a finalidade da sessão;
5. O Cel Bento convida os presentes para o canto do Hino Nacional;
6. O Cel Bento convida o acadêmico Vet FEB José Conrado de Souza para proceder à leitura da Oração com a qual a AHIMTB inicia suas sessões;
7. Em hora da saudade, o Cel Bento reverencia a memória do falecido acadêmico Gen Div João Carlos Rotta;8. O Cel Bento comunica que o histórico da AHIMTB consta ao final dos livros que serão lançados;
9. Evocação, pelo Cel Bento, da vida e obra do Duque de Caxias, patrono da Academia, em face do bicentenário em 2003;
10. Convite ao acadêmico Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis a proceder a oração de recepção do novo acadêmico Professor Dr Flávio Camargo na cadeira n° 11, General Emílio Fernandes Souza Docca;
11. Convite ao novo Acadêmico Professor Dr Flávio Camargo a

proceder o elogio de seu patrono, o General Souza Docca;

12. Leitura das sinopses dos livros sobre Caxias e Passo do Rosário;

13. Leitura dos nomes dos patrocinadores em Porto Alegre, pelo Cel Caminha e convite para que apanhem seu exemplar;

14. Agradecimentos aos colaboradores da montagem do evento (Cel Caminha);

15. Diplomação e entrega de insígnias:

a) Dr. Flávio Camargo: Diploma e Insígnia;

b) Cmt do CMPA Cel Paulo César Monteiro Cabrita:

Diploma de Colaborador Emérito da AHIMTB;

c) Dr. Eduardo Muller: Diploma de Colaborador

Emérito da AHIMTB;

16. Convite aos presentes a adquirirem os livros Caxias e a Unidade Nacional e 2002 - Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário e para o coquetel;

17. Convite a uma das autoridades presentes para proceder a leitura das palavras finais alusivas à histórica sessão; (Leitura feita pelo Cel Caminha).

18. O Cel Bento convida o Presidente de Honra da sessão que a encerre; (Foi o Gen Décio Barbosa Machado).

HORA DA SAUDADE

Recordando o falecido acadêmico General João Carlos Rotta

Como é da tradição acadêmica, hoje nos toca evocar com saudades a ausência entre nós do amigo e acadêmico General João Carlos Rotta, que inaugurou a cadeira n°40, General Valentim Benício, neste histórico Salão Brasil do Casarão da Várzea em 26 de março de 1999 quando foi recebido pelo hoje acadêmico emérito Veterano da FEB José Conrado de Souza.

Casarão da Várzea onde o General Rotta iniciou sua carreira militar como aluno da Escola Preparatória de Cadetes e aqui a encerrou, orgulhoso, em concorrida cerimônia na qualidade de Comandante da 3ª Região Militar.

Muito ligado aos estudos de História, formou-se em Geografia e História pela Universidade do Paraná. Recordo que por ocasião de uma festa em Brasília, comemorativa do Dia da Engenharia, presente o Ministro do Exército General Coutinho, recebemos a incumbência de produzir um alusivo sobre o nosso patrono. E indicamos para interpretá-lo o então Major Rotta, o que ele fez com sucesso, valorizando o nosso texto. Como comandante da 6a Região Militar o auxiliamos na pesquisa que terminou por consagrar como denominação histórica daquela Região a figura do heróico porto-alegrense Marechal José Thomas da Cantuária, artilheiro da Retirada da Laguna, consolidador da Paz de Pelotas em 1895 e o 1o Chefe do Estado-Maior do

Exército.

Profissional militar de alto gabarito, o General Rotta sempre teve visão antecipada para os problemas enunciados no hoje Objetivo Atual n° 1 do Exército:

Pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a história, as Tradições e os valores morais, culturais e históricos do Exército.

Assim foi que nos convidou em 1994 para escrevermos a História da 3ª Região, fato que daria origem ao Projeto em curso, História do Exército na Região Sul, hoje com oito volumes publicados e m ais o da AD/6, a ser lançado hoje aqui. Está em curso a História da 2a Bda C Mec, a da 5a RM/5a DE e a do Casarão da Várzea, ora retomado pelo Cel Cabrita, comandante do Colégio Militar.

Em Salvador o Gen Rota restaurou os fortes Monte Serrat e São Diogo, e preservou as ruínas do Forte Santo Alberto.

Aqui na 3a Região Militar iniciou a implantação do Museu do Exército de Porto Alegre e promoveu a restauração dos históricos prédios deste Casarão da Várzea, do Conjunto arquitetônico do Velho Quartel General e outros, como os do Antigo Arsenal de Guerra.

Desenvolveu expressivo estímulo para que o Próprio Nacional da Avenida João Pessoa, 567 se transformasse num Centro de Cultura e Biblioteca, nele abrigando a sede da ANVFEB - Porto Alegre, a Delegacia Gen Rinaldo Pereira Câmara da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, a Liga da Defesa Nacional e o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, este muito ligado ao culto das tradições militares gaúchas.

Na Reserva, o nosso destacado acadêmico como Historiador desenvolveu a Memória da FEB na Região Sul e o Projeto Memória da Contra Revolução de 1964, atividade que, mesmo muito doente, dispensava desvelada atenção, para o concluir.

Seu amigo, o acadêmico Vet FEB José Conrado de Souza, ao recebê-lo em nome da AHIMTB assim se referiu: O General Rotta, de estilo literário correto e deslisante, revela humor sadio e cativante. O que temos lido de sua lavra, nos tem encantado, e por aí podemos deduzir que teremos na Academia de História Militar um colaborador de estilo lírico e envolvente.

E neste relato Hora da Saudade do acadêmico General João Carlos Rotta deixamos registrada a relevante contribuição, antes de nos deixar, para maior glória e verdade de nossa História Militar Terrestre do Brasil, onde ele ocupará lugar contemporâneo de destaque.

General Rotta, nossas imensas Saudades pelo grande acadêmico que foi. E a Academia espera imortalizá-lo, dentro do princípio de que "O homem é eterno enquanto sua obra permanecer e for lembrada."

Cel Cláudio Moreira Bento - Presidente da Academia de História Militar

Terrestre do Brasil

Colégio Militar de Porto Alegre, 08 Jul 2003

SÍNTESE DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) foi fundada há sete anos em Resende, a Cidade dos Cadetes, em 1o de março/1996. Tem por fim desenvolver a História das Forças Terrestres do Brasil: Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica, Forças Auxiliares, Guarda Nacional, Voluntários da Pátria e de outras forças que as antecederam, desde o Descobrimento.

Com sede em Resende, em dependência da AMAN, mas de amplitude nacional, tem como patrono o **Duque de Caxias** e como patronos de cadeiras historiadores militares terrestres assinalados, e por vezes também ilustres chefes militares como os marechais **José Pessoa, Leitão de Carvalho, Tasso Fragoso, Mascarenhas de Moraes, Castelo Branco e o Gen Aurélio de Lyra Tavares.** Foram consagrados em vida alguns patronos de cadeiras, em razão de notáveis serviços prestados à História Militar Terrestre do Brasil. Figuram como patronos civis o **Barão do Rio Branco, Dr. Eugênio Vilhena de Morais, Gustavo Barroso**, **Pedro Calmon** e **José Antônio de Mello Neto,** pelas contribuições assinaladas à História Militar Terrestre do Brasil. A Academia tem como 1o presidente de Honra o Comandante do Exército, 2° Presidente de Honra o chefe do DEP, 3° Presidente de Honra o comandante da AMAN e 4° Presidente de Honra o Presidente da AEDB.

A Academia possui como órgão de divulgação o Informativo **O GUARARAPES,** que é dirigido a especialistas no assunto e a autoridades com responsabilidade de Estado pelo desenvolvimento deste assunto de importância estratégica, por gerador da perspectiva e identidade históricas das **Forças Terrestres do Brasil** e, principalmente pelo desenvolvimento de suas doutrinas militares. Divulgação que potencializa através de vários sites, em espacial do site http://www.resenet.com.br/users/ahimtb, já com cerca de 19.000 visitas e onde implantou vários livros e artigos como **As batalhas dos Guararapes,** relacionadas com o Dia do Exército e **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro,** recém reeditado pelo EME. Em Resende, divulga seus trabalhos no link Caserna do Portal Agulhas Negras.

A Academia desenvolve História militar **crítica** e não **descritiva,** em duas dimensões:

A **1a**, a clássica, como instrumento de aprendizagem da Arte Militar com vistas ao melhor desempenho constitucional das Forças Terrestres, com apoio em suas experiências passadas, etc.

A **2ª,** com vistas a isolar os mecanismos geradores de confrontos bélicos externos e internos para que colocados à disposição das lideranças

civis, da OEA e da ONU, estas evitem futuros confrontos bélicos com todo o seu rosário de graves conseqüências para a Sociedade Brasileira.

A Academia vem dando especial atenção à Juventude masculina e feminina que estuda no sistema de ensino das Forças Terrestres Brasileiras, com vistas a promover encontro dela com as velhas gerações e as atuais de historiadores militares terrestres e soldados terrestres, além de tentar despertar no turbilhão da hora presente, no insondável 3o milênio, novas gerações de historiadores militares terrestres, especialidade hoje em vias de extinção por falta de apoio e sobretudo estímulo editorial. Constatar é obra de simples raciocínio e verificação!

É assunto que merece, salvo melhor juízo, séria reflexão de parte de lideranças das Forças Terrestres com responsabilidade funcional de desenvolver a identidade e a perspectiva histórica das mesmas e, além disso, as suas doutrinas militares expressivamente nacionalizadas, calcadas na criatividade de seus quadros e em suas experiências históricas bem sucedidas, o que se impõe a uma grande nação, potência, ou grande potência do 3° Milênio.

No desempenho de sua proposta realizou nos últimos sete anos sessões solenes junto à juventude militar brasileira, a par de posses de novos acadêmicos do Exército, Fuzileiros Navais, Infantaria da Aeronáutica e Polícias Militares, que vem progressivamente mobilizando e integrando em sua cruzada cultural e centralizando subsídios em seu Centro de Informações de História Militar Terrestre do Brasil em Resende, em dependência cedida pela AMAN.

Complementarmente procura a Academia apontar aos jovens, seu público alvo, os homens e instituições que lutam patrioticamente, a maioria das vezes sem nenhum apoio, para manter acesas e vivas as chamas dos estudos de História do Brasil e seus desdobramentos, com o apoio na análise racional e não passional de fontes históricas, íntegras, autênticas e fidedignas, que com grandes esforços garimpam, ao invés das manipulações históricas predominantes entre nós feitas por historicidas, fruto das mais variadas paixões, fantasias e interesses, o que Rui Barbosa já denunciava em seu tempo. Confirmar é obra de simples verificação e raciocínio. E se os jovens disto se convencerem e exercerem o seu espírito crítico será meia batalha ganha.

A Academia vem atuando em escala nacional com representantes em todo o Brasil em suas várias categorias de sócios e já possui em Brasília, no CMB, a Delegacia Marechal José Pessoa; em Porto Alegre no CMPA, a Delegacia General Rinaldo Pereira Câmara; em Fortaleza, no CMF, a Delegacia Cel José Aurélio Câmara; no Rio de Janeiro, no IME, a Delegacia Marechal João Baptista de Matos. Em Curitiba, no CMC, a Delegacia Gen Luiz Carlos Pereira Tourinho, em Campinas a Delegacia Marechal Mário Travassos,

em Caxias do Sul, no Grupo Conde de Caxias, a Delegacia Gen Morivalde Fagundes e em Pelotas, no 9° BI Motorizado, a Delegacia Fernando Luiz Osório. Em São Paulo está tratando de fundar a Delegacia Gen Bertoldo Klinger e em Belo Horizonte a Delegacia Gen Antonio de Souza Junior. Em outros locais estabelece sócios correspondentes e em São Paulo, na Polícia Militar, a Delegacia Cel Pedro Dias de Campos, na qual é cultuada a memória do Gen Miguel Costa, o comandante da Grande Marcha que passou a História, por manipulação ideológica bem sucedida, de Coluna Prestes.

A Academia em seus sete anos de atuação se orgulha das realizações concretizadas e ressalta os seguintes trabalhos em curso:

O desenvolvimento do Projeto História do Exército na Região Sul. Já publicou a História da 3a RM em 3v, a do CMS, a da 6a Divisão de Exército, a da 8a Brigada de Infantaria Motorizada, a da 3a Brigada de Cavalaria Mecanizada, a da 6a Brigada de Infantaria Blindada e a da Artilharia Divisionária da 6ª DE. E já pesquisa a História da 2a Brigada de Cavalaria Mecanizada. Esta última prevista para este ano. E tem consciência da importância desta contribuição, não sabendo se é avaliada em sua real projeção.

Já desenvolveu para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, para seu projeto de ensino a distância os compêndios integrados: Brasil, Lutas Externas 1500-1945 e Brasil Lutas Internas até nossos dias. E neste já concluiu e lançará **Amazônia Brasileira - a conquista, a consolidação e a manutenção - História militar terrestre da Amazônia, 1616-2003,** que aborda as lutas internas e externas que a envolveram.

Tudo na tentativa de ajudar a melhor orientar o esforço de defesa daquela estratégica área no insondável 3° Milênio.

Lançará hoje aqui as obras **Caxias e a Unidade Nacional**, comemorativa do bicentenário de seu patrono e também o do Exército e **2002-175 anos da Batalha do Passo do Rosário,** ilustrada com mapas coloridos didáticos e mais **História Militar de Resende, 1744-2003**.

Eis, senhores e senhoras, uma síntese do perfil da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e de suas vitórias, sem mencionar o valioso acervo que reuniu em seu modestíssimo e já lotado Centro de Informações de História Militar Terrestre do Brasil onde em paralelo possui valioso acervo bibliográfico sobre as histórias da AMAN, de Resende e de Itatiaia.

SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA DO DUQUE DE CAXIAS, O PATRONO DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL (AHIMTB)

Cláudio Moreira Bento - Acadêmico Emérito Presidente da AHIMTB

Hoje, quando a novela **A Casa das sete mulheres,** num misto de pouca História e muita fantasia, trouxe à baila em escala nacional e popular a

Revolução Farroupilha, no ano do Bicentenário do Duque de Caxias, o seu pacificador, também patrono do Exército Brasileiro e de nossa Academia de História Militar Terrestre do Brasil; ano também em que em Porto Alegre a RBS, em seu programa **A Ferro e Fogo,** em 26Mar, sobre a Revolução Farroupilha, potencializou calúnia histórica transitada em julgado contra Caxias, como envolvido numa falsa trama com os líderes farrapos, visando eliminar os infantes e lanceiros negros farrapos, torna-se oportuno evocar a sua significação histórica aqui no Rio Grande do Sul onde ele terminou de pacificar a Família Brasileira em Ponche Verde, Dom Pedrito. Caxias presidiu a Província duas vezes, foi eleito seu senador vitalício por cerca de 30 anos, deixou em P. Alegre marcas até hoje visíveis como a Ponte dos Açorianos e lançou as raízes do magnífico edifício educacional do Rio Grande do Sul, com a inauguração do Liceu D. Afonso em 1° Fev 1846, além de outras iniciativas que abordamos na obra Porto Alegre - memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias, editado em 1989 pelo Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF).

Mas hoje o Duque de Caxias tem sido alvo alternado, ora de silêncios ora de deformações de sua real imagem, ou de contaminantes indiferenças em locais e instituições que por vezes se limitam a cultuar sua imagem de maneira mecânica sem aprofundarem e captarem o real sentido e as preciosas lições de sua vida e obra. E tudo em contraposição aos conceitos que até poucos anos atrás dele emitiam o Povo, a Imprensa, estadistas, chefes militares notáveis, pensadores, escritores e historiadores militares e civis que o definiam como: Filho Querido da Vitória; O Pacificador; General Invicto; Condestável; Escora, Esteio e Espada do Império do Brasil; Duque de Ferro e da Vitória; Nume e Espírito Tutelar do Brasil; Símbolo da Nacionalidade; o Maior Soldado do Brasil; o maior dos generais sul-americanos; Alma Militar do Brasil; Herói tranqüilo e perfeito; etc.

Sua obra monumental de Pacificador de quatro lutas internas, e mais, as suas modelares manobras de flanco de Humaitá e Piquiciri na Guerra do Paraguai o credenciam a figurar, sem favor nenhum, na galeria dos maiores capitães da História Militar Terrestre Mundial.

Sua eleição inconteste para patrono do Exército o foi no sentido como a definiu Pedro Calmon: “Como o chefe integral do Exército, o seu modelo, a sua alma, a imagem maravilhosa do espírito que nele deve vibrar, e a síntese mágica das virtudes e brios de que ele deve estar imbuído”.

Sua elevação ao patronato do Exército se deveu fundamentalmente a haver vencido seis campanhas militares (quatro internas e duas externas), além de haver dirigido o Exército de forma marcante e muito fecunda, como Ministro da Guerra, em três oportunidades (1855/58, l861/62 e l875/78), cumulativamente com a Chefia do Governo do Brasil, na condição de

Presidente do Conselho de Ministros.

Caxias foi o 1° Porta-Bandeira do Pavilhão Nacional, tão logo proclamada a Independência, em solene cerimônia realizada a 10Nov1822 na Capela Imperial, quando o recebeu das mãos do próprio Imperador. E ninguém mais do que ele glorificaria a Bandeira do Império que ele ali recebia.

Profissional militar de altíssimo gabarito, sempre sonhou com o Exército Brasileiro possuir uma Doutrina Militar genuína. Sonho que expressou em 1862, ao baixar as Ordenanças do Exército Imperial do Brasil, calcada em adaptações das Ordenanças de Portugal às realidades operacionais do Brasil. Realidades operacionais que vivenciara em cinco campanhas militares, nas quais lhe coube comandar e conduzir à vitória o Exército Brasileiro, mas com a ressalva: ”**até que o nosso Exército possua uma Tática (Doutrina) genuinamente nossa**”. Mais um pioneirismo seu!

Como Ministro da Guerra entre suas muitas grandes realizações: a Escola Militar da Praia Vermelha, no local onde hoje se acha a praia entre a ECEME e o IME e que formou as gerações de oficiais que fizeram a guerra do Paraguai, como o General Tibúrcio, que hoje dá o nome a aquela praça. E a reforma do QG do Exército, em local hoje onde se situa o Panteon com sua estátua eqüestre, que abriga em seu interior os seus restos mortais e os de sua esposa, além de outras marcantes, como o primeiro Regulamento Disciplinar do Exército (1875).

Como cidadão, sua culminância foi pacificar a Família Brasileira em Ponche Verde, Dom Pedrito atual, em 1° Mar 1845 e onde se consagrou pioneiro abolicionista ao assegurar, a despeito de fortíssimas pressões de escravocratas, a Liberdade para os lanceiros negros farrapos, incorporando-os ao Exército, como livres, na Cavalaria Ligeira do Rio Grande. Na Revolução Farroupilha, que por quase 10 anos assolou o Rio Grande do Sul, segundo Pedro Calmon:

“O Barão de Caxias venceu sobretudo por convencer, pois a verdadeira vitória não consiste em sufocar ou subjugar o adversário, pois é antes uma tarefa de persuasão, de conquista de corações, para que se atinja o ideal vencedor. E Caxias sobrepôs a olhos fratricidas a dignidade da paz justa, cobrindo as forças em luta com o véu iluminado da concórdia e da pacificação. Pois ali reuniu ao gênio de guerreiro consumado a generosidade clemente e aliciadora”.

Ao pedido de um áulico para que se festejasse a vitória com um Te Deum na igreja São Sebastião em Bagé, optou por uma missa em “sufrágio das almas dos mortos imperiais e republicanos que haviam tombado em defesa de suas verdades”, entre os quais encontrava-se seu tio general João Manuel de Lima e Silva, que fora consagrado pelos farrapos como o seu primeiro general. A grandeza desta tolerância, a serviço da preservação da Unidade da

Família Nacional, fez com que os gaúchos o consagrassem como o seu presidente e a seguir como seu senador vitalício por 30 anos, a partir de 1845.

Como líder de batalha, o seu grande feito estratégico foi a modelar Manobra de Flanco da posição fortificada de Piquiciri, através do Chaco, onde correu Risco Calculado, ao sacrificar o Princípio de Guerra da Segurança, em benefício do da Surpresa que ele obteve a nível estratégico, ao desembarcar, de surpresa, na retaguarda profunda do adversário em Santo Antônio, abreviando em muito a duração do conflito e poupando assim recursos de toda a ordem e vidas humanas de irmãos brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios, envolvidos no maior conflito até hoje ocorrido na América do Sul e o primeiro com características de Guerra Total entre nações.

Como líder de combate seu maior momento foi na conquista da ponte de Itororó. Ao perceber que o seu Exército poderia ali ser detido, desembainhou sua invencível espada de cinco campanhas, brandiu-a ao vento, voltou-se decidido e convincente para seus liderados e apelou com energia com o brado **"Sigam-me os que forem brasileiros!"** Ato contínuo lançou-se sobre a ponte de Itororó com o seu cavalo de guerra, indiferente ao perigo e arrastando atrás de si todo o Exército detido, para, em seguida, colher expressiva vitória tática que removeu obstáculo que quase havia colocado em perigo toda a sua brilhante manobra estratégica através do Chaco.

Sua derradeira ação pacificadora foi a de pacificar a Questão Religiosa, ou Episcopo-Maçônica, defendendo e obtendo êxito na assinatura pelo Imperador do decreto de no 5093, de 17 set 1875, que anistiou os bispos.

Caxias nasceu em 25 Ago 1803 no local do atual Parque Histórico Duque de Caxias do município de Duque de Caxias-RJ, que recebeu o nome de seu título por ele ali haver nascido. Faleceu em 7 Mai 1880, aos 77 anos, na Fazenda de Santa Mônica, em Juparanã- Valença -RJ, à vista do rio Paraíba do Sul e onde se recolhera e passara os dois últimos anos de sua vida, viúvo e aos cuidados de sua filha mais velha, a Baronesa de Santa Mônica. Segundo sua vontade expressa em testamento, foi transportado ao túmulo no Rio de Janeiro por soldados de bom comportamento, cujos nomes foram imortalizados em pedestal de seu busto em passadiço do Conjunto Principal antigo da AMAN.

Falou junto à sua sepultura, interpretando os sentimentos do Exército Brasileiro, o já consagrado escritor e historiador Major de Engenheiros Alfredo de Taunay, que assim concluiu a sua antológica oração:

"Só a maior concisão, unida à maior singeleza é que poderá contar os seus feitos! Não há pompas de linguagem! Não há arroubos de eloqüência capazes de fazer maior esta individualidade, cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza".

Capistrano de Abreu, grande historiador do Brasil, assim interpretou os

sentimentos do Exército Brasileiro ao saber que o Duque de Caxias havia dispensado as honras militares:

"O Duque de Caxias dispensou as honras militares! Acho que ele fez muito bem! Pois as armas que ele tantas vezes conduziu à vitória, talvez sentissem vergonha de não terem podido libertá-lo da morte!"

O Duque de Caxias sublimou as Virtudes Militares de Coragem, Abnegação, Honra Militar, Devotamento e Bravura. O Exército manifestou-se oficialmente em Ordem do Dia alusiva ao seu falecimento concluindo suas considerações elogiosas com esta afirmação:

"Se houve quem prestasse serviços excepcionais ao Brasil foi o Duque de Caxias. Se houve quem menos os fizesse valer foi o Duque de Caxias!"

Desde 1931 os cadetes do Exército portam como arma privativa o Espadim de Caxias, cópia fiel em escala do glorioso e invicto sabre de campanha de Caxias.

Em 1° Mar 1996, há sete anos, fundamos em Resende - RJ, a Cidade dos Cadetes - a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) que elegeu o Duque de Caxias como o seu patrono e o seu invicto sabre como símbolo em seu brasão, por ser a mais representativa espada do Brasil. Academia de História Militar Terrestre do Brasil que, com diversas sessões solenes pelo Brasil, como esta, de posses como a do acadêmico Gen Ex Gleuber Vieira e do seu 2o presidente de Honta Gen Ex Conforto, Chefe do DEP, abriu as comemorações do bicentenário do Duque de Caxias. Sessões que são marcadas pelo lançamento do livro editado pela AHIMTB **Caxias e a Unidade Nacional,** patrocinado por subscrição popular de membros e amigos da nossa Academia de História e admiradores de Caxias, e como conclusão de um projeto por nós iniciado na AMAN em 1980, quando ela sediou a cerimônia nacional oficial evocativa do centenário da morte do Duque de Caxias, presidida pelo Presidente da República General João Figueiredo. Evento documentado pela **Revista Agulhas Negras/**1980**.**

Colégio Militar de Porto Alegre, 8 Jul 2003

ORAÇÃO DE RECEPÇÃO AO NOVO ACADÊMICO PROF. FLÁVIO CAMARGO

Flávio Camargo nasceu na cidade de Alegrete, RS, em 03 de agosto de 1966. Filho de Léo Pereira de Camargo e Irene Oliveira de Camargo, concluiu sua graduação universitária e o seu curso de mestrado em agronomia em 1992, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O seu doutoramento em Ciência do Solo foi feito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e concluído em 1996. Além desses cursos tem especialização em biotecnologia, realizado na Universidade Federal de Uberlândia e Pós-Doutorado em Ciências Ambientais pela Universidade da Califórnia.

Em 1995 prestou concurso para o cargo de professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ocupou os cargos de Coordenador Adjunto do Curso de Pós-Graduação em Microbiologia Ambiental e do Curso de Graduação em Agronomia da UFRGS. Publicou no país e no exterior, mais de 100 trabalhos científicos na sua área de pesquisa, entre livros, capítulos de livros, artigos científicos, boletins, etc. Recebeu seis prêmios científicos em reconhecimento ao seu estudo na área de bioquímica aplicada ao ambiente.

Em 2000, foi agraciado com o Diploma e Insígnia de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro, pelo Comando Militar do Sul e com a Medalha da Vitória, pela Associação Nacional dos Ex-Combatentes da FEB em reconhecimento à sua atuação junto ao 3° Batalhão de Polícia do Exército. Recentemente, foi agraciado com a Medalha Sangue dos Heróis, também concedida pela Associação Nacional dos Ex- Combatentes da FEB, seção Nova Iguaçú.

Grande admirador de história militar, começou seu estudo e acervo voltado para as guerras napoleônicas e para a guerra civil americana, dada a quantidade e a facilidade de aquisição de materiais publicados.

Entretanto, em 1999, adquiriu o livro intitulado “Dicionário das Batalhas Brasileiras” do acadêmico Hernani Donato, onde tomou conhecimento dos vários conflitos, tanto internos como externos, em que o Brasil esteve envolvido. A partir dessa leitura, começou a se interessar especificamente por nossas batalhas e numa biblioteca da Universidade da Califórnia teve acesso ao livro “As Batalhas dos Guararapes” do Cel Cláudio Moreira Bento. Entrou em contato com este autor através da internet, como correspondente no exterior, e desde então tem atuado como membro efetivo da AHIMTB.

Seu currículo cultural iniciou com a editoração da Revista da PE, comemorativa aos 50 anos do 3° BPE, em parceria com seu irmão Sgt Sandro Camargo, seguido de um livro intitulado “A Polícia do Exército Brasileiro” organizado com o acadêmico Gen Domingos Ventura Pinto Jr. Recentemente, teve um artigo publicado na Revista do Exército Brasileiro, além de ter escrito prefácios, abas e oração de apresentação de acadêmico. Sua maior contribuição à história militar brasileira tem sido a editoração de obras como “A conquista de Monte Castello-La Serra, de autoria do Gen Ventura e do Cel Dinoá Medeiros, Caxias e a Unidade Nacional, 2002-175 anos da Batalha do Passo do Rosário, Amazônia brasileira-Conquista, consolidação e manutenção entre outros, de autoria do Cel Cláudio Moreira Bento.

Seu currículo cultural é ainda modesto, mas alimenta um sonho de produzir um atlas histórico militar de nossas batalhas, com o objetivo de divulgar para o público civil o nosso envolvimento em conflitos que moldaram as nossas fronteiras e definiram os esteios da nossa nação. Trata-se de

resgatar para a atualidade, em linguagem acessível e de apresentação visual interessante, o espírito de brasilidade, há muito tempo esquecido nas nossas escolas. Para isso, contando com o apoio da AHIMTB, reuniu um pequeno acervo e já está começando a concretizar o seu sonho. Ao novo acadêmico, o nosso desejo de sucesso no seu empreendimento e que seja bem-vindo a este grupo de historiadores-sonhadores.

Luiz Ernani Caminha Giorgis - Cel Delegado da AHIMTB/RS

ELOGIO AO GEN SOUZA DOCCA - PROF. FLÁVIO CAMARGO

Senhor Presidente, componentes da mesa já nominados, senhores acadêmicos, senhoras e senhores, boa noite!

Emílio Fernandes de Souza Docca nasceu em São Borja em 1884 e órfão de um veterano da guerra do Paraguai, começou sua vida cheia de dificuldades e de privações. No ambiente em que viviam sua mãe e seus irmãos, o Exército surgiu como uma perspectiva de futuro e um meio de amenizar estas dificuldades. Aos 15 anos iniciou como soldado no 6° Batalhão de Infantaria de São Borja e no mesmo ano foi promovido a anspeçada, cabo e furriel, tudo no mês de maio. No ano seguinte a 2° sargento e assim foi de posto em posto até chegar ao generalato em 1941.

Como militar, Souza Docca atingou o mais alto degrau de seu quadro, e segundo as palavras do seu biógrafo, o Cel Mário Calvet Fagundes: “Foi o chefe admirado e respeitado, pelas virtudes de caráter, de inteligência e de coração, sempre presentes em todos os seus atos, numa harmonia ideal, cuja resultante foi o homem capaz e oportuno que as situações da existência o exigiam”.

Como escritor, o sargento Docca começa na poesia e suas primeiras publicações surgem em jornais de São Borja e Uruguaiana. Como um jovem historiador, Souza Docca busca na história formas de “descobrí-la e eliminar-lhe as impurezas do toque da crítica para que se engaste de verdade”. Este lema seria seu companheiro para o resto de sua vida e com este espírito, o sargento Docca vai dando a sua interpretação da história com o objetivo de “destruir ídolos falsos e restabelecer a fase eurística da história, na consulta documental dos arquivos”.

Com a pretensão natural de todo jovem, o sargento Docca surpreende a oficialidade dos editores da Revista dos Militares com uma carta e um estudo intitulado: A Batalha de Tuiuti. Esta quebra disciplinar foi justificada da seguinte forma por Aurélio Porto: “Um trabalho conciso, simples e envolto em conceitos que já revelavam um pensador, destruindo erros e restabelecendo a verdade, fatos esses que honravam as exigências da história militar e devia ser publicado”.

Começa assim o jovem historiador a definir o seu estilo e partir para a

sua cruzada em busca da verdade. Já como tenente, publica em 1919, seu primeiro livro sobre as origens do maior conflito sul- americano, intitulado “Causas da Guerra do Paraguai”, onde aponta seus autores e responsáveis com base na pesquisa minuciosa e profunda de documentos e arquivos. A interpretação da história com base documental é a sua forma de trabalho e a faz de forma tão intensa que esta seria a sua marca como historiador. A obra de Souza Docca é vastíssima e pode ser agrupada em vários assuntos. Sua base de historiador está expressa no seu Estudo da História e a História à luz da Filosofia, onde discorre sobre a epistemologia da história.

Em relação aos nossos vizinhos, Souza Docca escreveu sobre as Causas da Guerra do Paraguai, A convenção preliminar de 1828, O Brasil no Prata, A missão Ponsonby e a independência do Uruguai e Limites entre Brasil e o Uruguai. Seus trabalhos sobre o Brasil também são voltados para o momento da época às vésperas da 2ª Guerra mundial, onde apresenta suas preocupações como cidadão:

As forças Armadas na formação e defesa da nacionalidade, A estatística e a defesa nacional, O esforço de Guerra do Brasil, A questão militar e Paz na América. Para o seu estado natal se dedicou com um maior volume de trabalho, onde pode-se destacar a sua História do Rio Grande do Sul, entre outros, como: Capitania de São Pedro, Gente Sul-Riograndense, Bicentenário da colonização de Porto Alegre e vocábulos indígenas na geografia Rio-Grandense. Sua maior contribuição para a história gaúcha foram as suas obras dedicadas à revolução farroupilha, citando-se entre elas Ideologia federativa na cruzada farroupilha, Sentido brasileiro da revolução farroupilha, O porque da brasilidade farroupilha e os italianos na revolução farroupilha. Como todo bom historiador, também prestou homenagens a grandes vultos da nossa história, onde destacam-se os trabalhos sobre a Vida do Marechal José Antônio Corrêa da Câmara, Ensaio psicológico do Marechal Bento Manuel Ribeiro, Caxias, e de outros vultos com os títulos de: Marquês de Barabacena, Visconde de Taunay, Osório, Deodoro, Floriano Peixoto, Hilário Ribeiro, Getúlio Vargas, Rocha Pombo e Alcides Maia.

Sua obra representa um esforço hercúleo para revelar a verdade absoluta dos fatos, imparcial, isenta de interesses e sem pré-concepção. A sua compreensão e o seu julgamento da história é que fizeram da obra de Souza Docca um referencial para a história brasileira e o tornaram um historiador imprescindível para a reconstituição do nosso passado.

Como intelectual, a expressão do pensamento do Gen Souza Docca foi reconhecida por instituições as quais pertencia como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual foi fundador ainda como tenente, a Federação das Academias de Letras do Brasil, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Sociedade

Brasileira de Filosofia, a Academia de Letras do Rio Grande do Sul, o Instituto Duque de Caxias, o Instituto de Geografia e de H istória Militar do B rasil, a Junta Nacional de Montevideo, a American Geografical Society, os Institutos Histórico e Geográfico do Ceará, Paraná, Pernambuco, São Paulo e Bahia e o Centro de Estudos Históricos do Rio Grande do Sul.

A história foi companheira do Gen Souza Docca e as circunstâncias do seu tempo foram o epílogo trágico de sua vida. Depois de atingir o máximo na sua carreira militar, o historiador, como um reles morta l e instigado por amigos, começa a sonhar com a honraria máxima de um escritor: a imortalidade da Academia Brasileira de Letras. Com receio do fracasso, não se candidata a vaga de Alcides Maia, e esta não é preenchida. Achava incerta a vitória de quem se inscreve sem combinações prévias e seguras, entre um número de acadêmicos, capaz de garantir a eleição. Seus receios continuam e seus amigos e admiradores insistem com o velho general até que este, contrariando-se a si próprio, se candidata na segunda chamada.

O escrutínio que deveria escolher o novo imortal da cadeira de Alcides Maia se transforma em vários escrutíneos constrangedores, confirmando os receios de Souza Docca que dizia: “O meu receio pelo fracasso em de mérito simplesmente individual, mas sobretudo, pelo meu posto é a repercussão desagradável que cria entre os meus colegas; cumpre-me, acima de tudo, salvaguardar o prestígio do general, especialmente tratando-se de um general de Serviço, que deve ficar a coberto, em tudo e por tudo, de qualquer demérito”.

A angústia da espera por longos dias nos quais a academia não se decidia por sua candidatura e a tortura moral que um fracasso pudesse envolver o nome de um general estavam lhe corroendo os pensamentos. Sem saber que havia sido envolvido por uma conspiração de acadêmicos para atingir o Exército e o são borgense Getúlio Vargas, no quarto dia angustiante de espera, ao sair pela manhã para as suas obrigações profissionais comentou:

“Hoje não poderei trabalhar!” Envolto pela culpa de ter almejado a imortalidade, contra a retidão do seu caráter e das suas convicções não resiste a espera e morre fulminantemente. Numa simples decisão, a academia negou-lhe o prêmio justo da tranqüilidade nos instantes finais de uma honrada e produtiva vida.

A riqueza da obra do Gen Souza Docca, a sua interpretação da história e em última análise, a sua verdade, é o legado magnífico que o tornam mais que um imortal, pois o coloca no Olimpo da história brasileira e universal. A sua vida é um exemplo de abnegação, decência, honestidade e de intelectualidade, que se refletem na sua obra. Deste modo, sinto-me extremamente honrado pela indicação da Academia para ocupar a Cadeira N° 11, cujo patrono é o Gen

EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA, ao mesmo tempo que me sinto tão pequeno diante de tão soberbo espírito e de tão grande responsabilidade. Agradeço ao Colegiado da Academia e em especial ao seu presidente, o Cel Cláudio Moreira Bento, que apostam pela segunda vez num civil para ocupar uma cadeira da Academia História Militar Terrestre do Brasil. Muito Obrigado.

Empresas e Unidades Militares que colaboraram com o evento

As seguintes unidades militares e empresas civis colaboraram com a AHIMTB/IHTRGS para a montagem e realização do evento: Comando da 3ª Região Militar - Comando da Artilharia Divisionária da 6a DE (AD/6) - 3° Batalhão de Suprimento - Caixa de Pecúlio dos Militares (Capemi) - Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército (GBOEx) - Promoarte Comunicação Gráfica Ltda. - San Marino veículos (Fiat e Alfa Romeo).

PALAVRAS FINAIS DO PRESIDENTE DA AHIMTB NO CMPA EM 8 JUL 2003

Cel Cláudio Moreira Bento - Acadêmico Emérito e Presidente da AHIMTB

Hoje, decorridos sete anos de fundada em Resende, a Cidade dos Cadetes, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) realiza a sua 3a sessão, neste Salão Brasil do CMPA, histórico celeiro de futuras lideranças militares e civis brasileiras, nos primeiros anos do insondável 3° Milênio e que acolhe e abriga em suas instalações a Delegacia Gen Rinaldo Pereira da Câmara, antigo comandante deste Casarão inaugurado por seu avô, o Marechal Câmara, do qual ele é biógrafo.

Sessão comemorativa pela AHIMTB, em seu âmbito, em Porto Alegre, do bicentenário do Duque de Caxias, seu patrono, e marcada pela evocação de sua vida e obra por nós levada a efeito, bem com a evocação do seu falecido acadêmico, o General João Carlos Rotta, pela posse como acadêmico do Professor Dr. Flávio Camargo e ainda pela leitura das sinopses sintéticas das obras principais que hoje aqui serão lançadas **Caxias e a Unidade Nacional** e **2002-Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário.**

Hoje foi aqui apresentado um conjunto precioso de conhecimentos históricos que esperamos reforcem em seus assistentes a identidade e a perspectiva profissional. E aqui desfilaram os perfis históricos do Duque de Caxias, patrono da AHIMTB, do acadêmico Professor Flávio Camargo, do seu patrono o General Souza Docca e reverenciada a memória do falecido acadêmico Gen Rotta, ao qual se deve a iniciativa do importante Projeto História do Exército na Região Sul, hoje com 9 volumes editados, além de acabar de coordenar na Região Sul o projeto já publicado Memória da FEB e de concluir no Sul o projeto **Memória da Contra Revolução de 1964,** projetos apoiados e estimulados pelo hoje acadêmico General Gleuber Vieira. E com

esta sessão a Academia de História Militar Terrestre do Brasil procurou demonstrar o que tem realizado efetivamente para ajudar o Exército a conquistar seu Objetivo Atual n° 1:

Pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a memória histórica, as tradições e os valores morais, culturais e históricos do Exército.

Objetivo a nosso ver providencial e oportuno se bem estendido, prestigiado e implementado, com vistas a anular no seio do Exército a estratégia denominada Gramscismo que aos poucos sutilmente envolve e confunde a Sociedade Brasileira. E hoje nossa Academia tem a consciência de haver avançado muito neste particular, o que comprovam os seus arquivos, trabalhos realizados por seus membros espalhados por todo o Brasil, a divulgação de seus trabalhos em seu site e no site Militar, tendo como seus web designer dois oficiais da Marinha especialistas em Informática, seus membros colaboradores eméritos, e ainda, em Resende, no link Caserna do site Portal Agulhas Negras.

E tudo isto nos dá hoje uma agradável sensação de vitória ao lembramos que a História Cultural do Exército já registrou a criação do Instituto Histórico Duque de Caxias que não ultrapassou a sua sessão de criação e desapareceu.

Caso a Academia de História Militar Terrestre do Brasil tivesse hoje que encerrar suas atividades principalmente por falta de apoio financeiro, e mais por falta de vontade cultural de seus membros e apoio moral das instituições em cujo proveito julga que trabalha, ela deixaria um precioso acervo documental e bibliográfico sobre suas realizações e em especial na Internet. Acervo onde se destacam a documentação encadernada de posses, diversos números de seu modesto mas guerreiro Informativo **O Guararapes**, valioso arquivo biográfico, a História do Exército na Região Sul, já com 9 volumes editados e 2 encaminhados, os compêndios de Lutas Internas e Externas para a ECEME e mais o de História Militar Terrestre da Amazônia, pronto para ser editado. E também grande parte de seu acervo em CDs. Para breve prevê a reedição da obra **As batalhas dos Guararapes, análise e descrição militar.**

Mas instituições como a nossa Academia, de despesas certas e rendas incertas necessitam de recursos financeiros. Ela provou ser uma boa idéia. E Napoleão costumava dizer que o sucesso de qualquer empreendimento depende de quatro condições: 1ª) uma boa idéia; 2ª) de dinheiro; 3ª) de dinheiro; e 4a) de dinheiro.

Tem sido comum a falta de recursos, a incompreensão de parte de alguns raros companheiros que julgam não ser o trabalho da Academia de importância e que não a prestigiam, e até não a visitam, parecendo considerar a nossa História Militar como um casaco velho sem serventia e para ser jogado

no lixo. Ou que ao se olhar para trás, para o passado, corre-se o perigo de acontecer como em Sodoma e Gomorra: o virar-se estátua de sal.

Outros, por não terem tomado contato com a História Militar Crítica quando estudantes e sim com a História Militar Descritiva que não os levava a lugar nenhum, modalidades que foram assim exemplificadas por Frederico o Grande, grande general, cujo estudo de suas batalhas integraram o currículo de História da Real Academia Militar, ao tempo em que ali estudou o Duque de Caxias. E assim falou indignado Frederico o Grande, ao assistir uma péssima aula de um professor de História Militar de seu filho:

"Não ensine História Militar a meu filho como se ensina a um papagaio, fazendo ele decorar datas,nomes e trechos. Faça meu filho raciocinar e tirar conclusões e lições do que lhe ensina".

Este é o espírito do ensino da História Militar Crítica que foi introduzido na AMAN quando seu instrutor de História Militar foi o mais tarde General Álvaro Cardoso e continuado com vigor por nosso hoje patrono de cadeira na AHIMTB, Cel Francisco Ruas Santos e pelos que o sucederam até a modernização do ensino, onde nos incluímos e o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, nosso dinâmico Delegado aqui no Rio Grande do Sul.

Por oportuno, vale lembrar aos presentes esta imagem: O passado é uma enorme planície onde correm dois rios. Um reto e de margens bem definidas que é o rio da **História.** Esta, fruto da razão e da análise isenta de fontes históricas autênticas, fidedignas e íntegras, à luz de fundamentos de crítica escolhidos. O outro é um rio cheio de curvas e meandros, de margens indefinidas e por vezes com perigosos alagamentos. Este é o rio do **Mito**. Este, fruto das paixões humanas, das fantasias, da ignorância, das manipulações, das deformações, dos preconceitos e da injustiça, etc.

E, infelizmente predominante entre nós. Esta é uma importante lição para os jovens que nos assistem para que saibam exercer o seu espírito crítico para sempre distinguir a **História** do **Mito**.

O Brasil acabou de assistir a excelente novela A Casa das sete mulheres onde registro, foram cruelmente linchados moralmente e satanizadas as imagens de dois grandes soldados brasileiros, os generais Bento Manoel Ribeiro e David Canabarro aos quais o Brasil muito está a dever na preservação de sua Integridade, Soberania e Unidade do Rio Grande do Sul.

E creio que foi essa a idéia guardada pelos jovens militares desavisados da imagem manipulada daqueles dois heróis, os quais abordei em meu livro **O Exército farrapo e seus chefes,** editado em 1991 pela Biblioteca do Exército e que colocado à disposição da direção da Minisérie minimizou certos exageros principalmente no capítulo final em relação a Caxias e Canabarro, além de incluir os bravos lanceiros negros farrapos, cuja presença heróica enfatizamos

na obra **A Grande Festa dos Lanceiros**, que lançamos em 1971, alusiva à inauguração do Parque Histórico Osório em Tramandaí.

A História Militar Terrestre tem sido tradicionalmente, no mundo, uma atividade nobre para soldados inativos e uma maneira de continuarem a contribuir para o progresso da instituição, com a experiência que adquiriram. Aliás, prática esquecida entre nós, o que sugere análise profunda pela estreita ligação da História Militar com o desenvolvimento de uma Doutrina Militar.

E neste objetivo vem se aplicando a nossa Academia num toque de reunir soldados inativos e ativos e civis interessados em delegacias espalhadas pelo Brasil.

Dentre os objetivos que a Academia persegue registre-se o de resgatar, preservar e divulgar as obras de historiadores militares terrestres e com elas, expressivamente, a História Militar Terrestre do Brasil, indiscutivelmente o Laboratório da Tática, da Logística e da Estratégia terrestres brasileiras.

Aqui vale lembrar o Marechal Ferdinand Foch que saiu da cadeira de História Militar da Escola Superior de Guerra para comandar a vitória aliada na 1a Guerra Mundial e sob cujo comando lutaram 24 oficiais de nosso Exército, inclusive o então Ten de Cavalaria José Pessoa, patrono da Delegacia de Brasília e futuro idealizador da AMAN, o qual, como seu comandante, dinamizou o ensino de História Militar e introduziu o de Geografia Militar, como a Geografia do Soldado, a serviço do maior esclarecimento nos mais diversos escalões do fator da decisão militar - o TERRENO.

Falou o marechal Foch:

“Para alimentar o cérebro (entenda-se Comando) de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para a indesejável eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo em lições e meditações do que o livro da História Militar”.

Esperamos que a abordagem deste assunto, contribua para solidificar nos presentes a perspectiva e identidade histórica das especialidades escolhidas do Brasil e de suas forças terrestres. Isto para que, em melhores condições, possam vir a contribuir para o desenvolvimento do Brasil e para a liderança das Forças Terrestres no início do insondável 3° Milênio. E também, tentar despertar vocações adormecidas de historiadores militares terrestres brasileiros, categoria que se acha em fase de extinção, por razões várias, e em especial por invasões indébitas de sua função social por de formadores da História Militar com os mais variados e até inconfessáveis fins. Constatar é obra de simples verificação e raciocínio!

A História, por seu poder de solidificar o patriotismo, o civismo, a auto estima de um povo e a identidade e perspectiva históricas do mesmo, vem sendo atacada por expressiva parte da Mídia pela estratégia do **Silêncio**

alternada com a estratégia da **Deformação,** e por duas forças poderosas convergentes: o Gramscismo e o Poder Econômico Mundial que domina o Mercado Mundial, uma variante em nossos dias do Bezerro de Ouro da Bíblia.

Silêncios e Deformações a que se atribui indiferença pelo assunto História Militar e do Exército, pelos que tem o dever de preservar, pesquisar, cultuar e divulgar a História, as Tradições e os valores morais, cultura is, profissionais e históricos do Exército, minados pelos silêncios e deformações.

Cabe pois aos que nos ouvem, futuros líderes civis e do Exército, saber distinguir como foi assinalado a **História** do **Mito**. Deste hoje tem sido vítimas preferidas as nossas Forças Armadas e Auxiliares de parte de agentes da Mídia em especial.

Mas as falsidades e deformações de nossa História continuam produzindo seus efeitos como se verdadeiras, no seio da juventude que não teve contato com as Forças Armadas. Disto resulta uma desorientação de parcela desta juventude que se entrega à prática de valores que confrontam e mesmo agridem os enumerados pela Sociedade Brasileira na Carta Magna. Fato diagnosticado por alguns analistas como falta de Religião e de História e do que decorre a falta de identidade e de perspectiva históricas. E nisto vem a Academia se aplicando em esclarecer manipulações que distorcem e comprometem a verdadeira imagem das forças terrestres com calúnias, deformações e manipulações que circulam com foros de pretensa História. Ou seja, não se limita a AHMTB à indignação pura e simples. Parte como ONG para o debate defendendo a sua verdade!

Na peça de Júlio Cezar de Shakespeare, Marco Antônio diz a certa altura a Brutus: "As boas obras que os homens praticam são sepultadas com os seus ossos. No entanto só o mal sobrevive."

Outro papel da Academia tem sido o de desenterrar junto às obras dos historiadores militares terrestres brasileiros, civis e militares e com elas, por via de conseqüência, o valioso patrimônio cultural militar terrestre brasileiro acumulado em quase cinco séculos de lutas e vigílias por várias gerações de militares de terra, os quais foram, em grande parte, responsáveis pelo delineamento, exploração, conquista, segurança e manutenção de um Brasil Continente que cabe às atuais e futuras gerações preservar e defender. E às gerações do 3° Milênio caberá responder aos graves desafios reservados à soberania do Brasil na sua Amazônia. E nesta defesa a Academia se engajou ao preparar para edição este ano da obra **Amazônia Brasileira - A conquista, consolidação e manutenção-História Militar Terrestre da Amazônia 1616-2003.**

Especial atenção tem dado a Academia ao resgate e culto das memórias de soldados terrestres que no curso do processo histórico brasileiro deram

suas vidas em holocausto à pátria brasileira, os quais, segundo Péricles, que viveu em Atenas, cujo século V antes de Cristo levou o seu nome, por haver se constituído no apogeu da civilização grega e com ela a da Democracia, que ele ajudou a construir como chefe de Estado e estrátego por 14 anos:

"Aquele que morre por sua pátria, serve-a mais em um só dia que os outros em toda a vida."

Agradecemos a presença de todos quantos prestigiaram com suas presenças este encontro de gerações de jovens alunos, futuras lideranças civis e do Exército, com historiadores civis e militares e soldados terrestres da Guarnição de Porto Alegre. Foi uma renovada emoção a AHIMTB iniciar em seu âmbito aqui em Porto Alegre no carismático Casarão da Várzea, onde estudamos em 1951/52 e cuja história a AHIMTB está desenvolvendo, as comemorações do Bicentenário do Duque de Caxias e aqui entregar, a seguir, a seus patrocinadores em Porto Alegre o livro Caxias e a Unidade Nacional. E depois desta sessão, no coquetel a ser servido, os autografar a interessados que o adquirir, bem como a obra **2002-Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário,** ambos de cunho profissional militar, além de outros, um deles como um revelador do Espírito Militar e pioneirismo na Educação Cívica do maior escritor regionalista brasileiro Capitão da Guarda Nacional João Simões Lopes Neto e a História da Artilharia Divisionária da 6a Divisão de Exército. Atualizando também os últimos comandantes do CMS e 3a RM e fazendo justiça a um dos mais injustiçados soldados do Brasil o Marechal Gastão d'Orleans, o
Conde D'Eu. Agradecimentos a todos que prestigiaram com suas honrosas presenças esta histórica sessão. Agradecimentos especiais ao Comandante do CMPA, Ten Cel Cabrita meu ex-aluno de História como cadete, à sua dedicada equipe, aos oficiais que serviram de porta vozes e nos auxiliaram na condução desta seção. E finalizando, em tributo à Disciplina e a Hierarquia, sustentáculo constitucional do ordenamento jurídico brasileiro, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil convida para encerrar a sessão, como a maior autoridade hierárquica presente e presidente de Honra desta sessão o Gen Ex Décio Barbosa Machado.

COMENTÁRIOS GERAIS

Cerca de 200 pessoas estiveram presentes ao lançamento dos livros, entre civis e militares. Entidades ligadas à Cultura, como o Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL) e o MTG também se fizeram presentes. Os convidados foram brindados com um coquetel acompanhado de refrigerantes e vinho. A noite foi desfavorável, devido à forte chuva. Alguns convidados não compareceram com receio de terem dificuldade de retornarem às suas

residências em conseqüência dos alagamentos de ruas em Porto Alegre. As vendas de livros alcançaram o total de 1600 reais. O livro mais vendido foi Caxias e a Unidade Nacional. Até às 2300 h ainda haviam pessoas confraternizando no Salão Brasil, ou seja, o lançamento dos livros serviu também como uma atividade social. Quarenta e duas pessoas assinaram o livro de presença. As demais não atenderam o alerta para o registro de presenças.

FUNDAÇÃO DA ACADEMIA PIRATINIENSE DE HISTÓRIA

Dia 6 de julho de 2003, no contexto da comemorações do 214 anos da fundação de Piratini, a convite de um grupo daquela comunidade, o Cel Cláudio Moreira Bento, na condição de Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, do Instituto de História e Tradições do **Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul O Gaúcho, n° 20 - julho de 2003 13** Rio Grande do Sul e da Academia Canguçuense de História, fundou a Academia Piratiniense de História, como Presidente Fundador e instalador da mesma. A citada Academia tem como patrono o Comendador Manoel José Gomes de Freitas e como patronos de cadeiras, entre outros, os generais Bento Gonçalves da Silva e Antônio de Souza Netto, o Major Bernardo Pires e Luiz Carlos Barbosa Lessa. O ato de fundação teve lugar na sede do CTG 20 de Setembro.

Pela AHIMTB/IHTRGS: Cláudio Moreira Bento
Luiz Ernani Caminha Giorgis
Flávio de Oliveira Camargo

N° 21 - Ano 2003 – Cel láudio Moreira Bento

A FERRO E A FOGO - A SAGA DAS GUERRAS E REVOLUÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL - NA RBS TV

Este número de O Gaúcho destina-se a análise da série A FERRO E FOGO, produzida pela RBS TV em 2003, pelo Presidente do IHTRGS, Cel Cláudio Moreira Bento.

"Tempos de guerra, tempos de paz. Por quase 200 anos, homens e mulheres do Rio Grande do Sul defenderam a fronteira Sul do Brasil. Muitas vezes o sangue manchou a terra defendida com heroísmo. Mesmo as derrotas contribuíram para solidificar a identidade de quem sabe da importância de defender os pampas gaúchos, uma terra sagrada para quem tem os olhos cravados no futuro e o passado forjado a ferro e fogo". (R B S T V, ao final da série "A Ferro e Fogo").

INTRODUÇÃO

Foi com este espírito que, dentro do projeto História do Exército na

Região Sul, produzimos a **História da 3ª Região Militar, 1808-2000** em 3 volumes. Abordagem ampliada com a **História do Comando Militar do Sul**, da **8a Brigada de Infantaria Motorizada** (Pelotas)**,** da **6ª Divisão de Exército,** da **3a Brigada de Cavalaria Mecanizada** (Bagé)**,** da **6a Brigada de Infantaria Blindada** (Santa Maria) e da **Artilharia Divisionária da 6a Divisão de Exército** (AD/6), e de pesquisas em curso, outras publicadas, que mencionaremos, sempre que oportuno, nas quais procuramos resgatar a História Militar do Rio Grande do Sul, à luz de fundamentos da Arte e da Ciência Militar.

Espírito também manifesto pelo deputado Rui Ramos, ao prefaciar **Galpão de estância,** do consagrado e inspirado poeta gaúcho Jayme Caetano Braun, e que assim transcrevemos, na Introdução do 1° volume da **História da 3a Região Militar, 1808-1889 e Antecedentes**:

O Culto das tradições gaúchas representa no Rio Grande do Sul um impulso espontâneo e irresistível da alma da raça...Falar das lutas e das dores para definir e fixar os limites do Brasil no Sul e manter a posse da terra, e a dominar, é tocar na corda sensível das gerações gaúchas".

O mesmo espírito foi o qual manifestou, decepcionado em seu tempo, à inexistência de monumentos comemorativos de heróis e eventos gaúchos notáveis, o maior escritor regionalista, J. Simões Lopes Neto, com estas palavras, com as quais damos início a reuniões do Instituto de História e Tradições do RGS, que fundamos em Pelotas em 1° Set 1986, nos 150 anos do combate do Seival. Pensamento que reproduzimos no **O Gaúcho** n° 20/2003, sob o título **A Educação Cívica e o Espírito Militar na visão do capitão da Guarda Nacional João Simões Lopes Neto,** no qual demonstramos o seu pioneirismo na defesa da Educação Cívica no Brasil.

"Rio Grande do Sul, onde a cada passo, em teu solo se acorda um eco, onde cada barranca de teus rios conhece uma história, onde cada coxilha tua testemunhou um feito histórico e onde os muros de cada cidade tua abrigam um acontecimento importante".

História Militar do Rio Grande do Sul que temos divulgado em grande parte nos seguintes sites:

www.resenet.com.br/users/ahimtb;
www.militar.com.br/história, em Artigos;
www.acandhis.hpg.igcom.br; e, em Caserna, no
www.resenet.com.br

História Militar que abordamos no livro **História Militar do Brasil,** em 2 volumes (texto e mapas), usado como livro-texto de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras, desde 1978, e onde fui instrutor da matéria em 1978/80, local onde desde 1996 dirigimos, em dependências por ela cedidas, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Conhecimentos que somados aos divulgados pela épica serie, em 13 capítulos, **A Ferro e Fogo - A Saga das Guerras e revoluções do Rio Grande do Sul,** de abordagem predominantemente civil e muito bem feitas por historiadores e professores de História e outros intelectuais, e com o concurso da equipe da RBS, ampliaram nossos conhecimentos sobre o tema a que nos dedicamos de longa data.

Conhecimentos sobre História do Rio Grande do Sul, incluindo a sua História Militar, que sintetizamos na publicação prefaciada pelo geopolítico General Carlos de Meira Matos, acadêmico emérito da AHIMTB:

Inspirações geopolíticas das ações de Portugal e do Brasil no Prata e suas projeções no Rio Grande do Sul, 1680-1900. (AHIMTB, 2002).

A citada série **A Ferro e Fogo** nos surpreendeu, pelo gigantismo da operação, que envolveu mais de 450 pessoas e revelou para o Rio Grande do Sul a existência de uma plêiade competente de historiadores e intérpretes gaúchos, empenhados com seriedade em pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a História, as Tradições e os valores morais, culturais e históricos do estado, e agora sem silêncios e deformações, como vinha sendo costume.

Faltou a abordagem das guerras que definiram, "a ferro e fogo", o destino brasileiro do Rio Grande do Sul: A Guerra Guaranítica, 1752-54; As Guerras do Sul, 1763-1774, marcadas por duas invasões e pela dominação espanhola do Rio Grande do Sul, e onde, historicamente, teve início a Guerra à gaúcha, com esta diretriz baixada pelo Junta Militar do Governo no Rio de Janeiro, pela falta de condições de realizar uma guerra convencional:

"A Guerra contra o invasor espanhol será feita com pequenas patrulhas localizadas em matas e nos passos dos rios. Destes locais elas sairão ao encontro dos invasores para os surpreender, causar-lhes baixas, arruinar-lhes gados, cavalhadas e suprimentos e ainda trazer-lhes em constante e continua inquietação".

Tipo de guerra original, que ensaiamos em "Guerra à gaúcha" em publicação **Regionalismo Sul-Rio-Grandense,** editada pelo Círculo de Pesquisas Literárias (CIPEL) em 1996 e organizada pela historiadora Hilda A. Hübner Flores.

Faltou A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul, 1774-1777, marcada pela expulsão definitiva dos espanhóis do Rio Grande do Sul, com as conquistas do Forte de São Martinho (próximo de Santa Maria atual), da Fortaleza de Santa Tecla (próximo de Bagé atual) e da Vila de Rio Grande, ocupadas por 13 anos. Guerra esta que abordamos com detalhes, com apoio em relatório do comandante português desta operação Tenente-General Henrique Bohn e na sua correspondência com o Vice-Rei do Brasil, na citada obra **A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro:

Biblioteca do Exército, 1996.

Concluo, com apoio na Teoria de História do Exército Brasileiro, a qual abordamos em nosso manual editado pelo Estado-Maior do Exército **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**.

Brasília: EGGCF/AHIMTB, 2000, 2 ed., que faltou, ainda, na magnífica série **A Ferro e Fogo,** o seguinte:

A abordagem da guerra de 1801 (em que foram conquistados pelas armas os Sete Povos das Missões, o território do atual município de Santa Vitória do Palmar e os municípios entre os rios Piratini e Jaguarão, territórios não reclamados por haver a Espanha conquistado a cidade portuguesa de Olivença e não a devolvido).

A seguir, houve uma verdadeira guerra, que passou à História como Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, 1811-12 (em que teve início a conquista do antigo território espanhol de Entre Rios (rios Uruguai, Ibicuí, Santa Maria e Quaraí) e, logo a seguir, as Guerras contra Artigas em 1816 e 1820, as quais, em linhas gerais, definiram e consolidaram, **A Ferro e Fogo**, os contornos do Rio Grande do Sul e possibilitaram a incorporação artificial do atual Uruguai a Portugal, o qual foi herdado pelo Brasil de 1821/1827, por cerca de 6 anos, como Província Cisplatina.

E foi a partir deste ponto que teve início a série **A Ferro e Fogo,** da RBS.

Não imaginava o Rio Grande já capaz de uma obra tão séria e útil para educar as novas gerações gaúchas, no sentido de reconhecerem o passado do Rio Grande, para entenderem o seu presente e planejarem o seu futuro. Foi uma revolução cultural na divulgação da História do Rio Grande do Sul, quando existe, tramitando na Assembléia do Rio Grande do Sul, projeto visando tornar o ensino de História do Rio Grande do Sul obrigatório em suas escolas.

Foi um prazer ouvir a bela trilha sonora deste grande feito cultural de autoria do grande maestro Geraldo Flach, que resgatou canções militares do tempo da Guerra do Paraguai, com apoio em partituras que lhe fornecemos, como as canções Oh! Virgem da Conceição, a padroeira do Exército Imperial, e A Vivandeira, que figuram em nossa pesquisa **Amor Febril-A memória da canção militar brasileira,** editada pelo GBOEx em 1990, com um disco contendo as canções militares históricas e também as atuais.

UMA SURPRESA AGRADÁVEL

Depois da notável mini-série **A casa das sete mulheres,** que mostrou ao Rio Grande e ao Brasil, num misto de muita Fantasia, mas pouca História, mas esta, a história, essencial para mostrar ao Brasil a espinha dorsal da Revolução Farroupilha. Espetáculo belíssimo mas que, lamentavelmente, fez

um linchamento moral dos generais Bento Manoel Ribeiro e Davi Canabarro, dois grandes heróis brasileiros e gaúchos.

Outras iniciativas surgem e aos poucos constatamos que a Mídia Gaúcha vai abordando e levando ao conhecimento das atuais gerações as lutas internas e externas ocorridas no Brasil e que tiveram por cenário o Rio Grande. Eventos que de uns tempos para cá eram objetos de silêncios, ou quando abordados completam ente deformados, por escritores que assim faziam marketing pessoal ou abordagens políticas de natureza ideológica, sem direito a contraditório num projeto onde se procura a verdade.

É o que vem acontecendo positivamente a nível nacional com a obra **Maldita Guerra,** do historiador Francisco Doratioto, que desqualifica e desacredita a grande farsa da História da Guerra do Paraguai intitulada **Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai,** de Júlio José Chiavenatto, o qual, em mais de 25 edições, teve grande influência negativa no Magistério e alunos do Ensino Médio no Brasil e sem possibilidade, até então, de nenhum contraditório.

Elogiável neste tempo foi o esforço da Editora Martins Livreiro, em Porto Alegre, em manter acesa e viva a chama da memória histórica do Rio Grande do Sul, insistindo em publicar e reeditar obras sobre a História do Rio Grande do Sul, tarefa que no passado a Livraria Globo o fazia com destaque e terminou por desistir, acreditamos.

Agora, revendo em vídeo a série **A Ferro e fogo,** levada ao ar pela RBS/TV, constatamos que ela fez uma série monumental para a educação das atuais e futuras gerações gaúchas, em que pese raras abordagens, que não tem apoio na verdade, do ponto de vista do historiador militar, que possui como elementos de critica histórica, fundamentos da Arte e da Ciência Militar, não dominados por historiadores civis, de igual forma que o historiador militar não domina os fundamentos de crítica do jurista, do jornalista, do médico, do engenheiro e assim por diante.

1. GUERRA DA CISPLATINA (1825-1828)

A série sobre a Guerra Cisplatina satisfez plenamente no conjunto, e em particular, as intervenções cuidadosas, fruto de segura interpretação histórica dos historiadores Tao Golin, Ana Frega, Moacyr Flores, Earle Macarthy Moreira e do Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, nosso Delegado no Rio Grande do Sul, 3° Vice- Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e vice-presidente do Instituto de História e Tradições do RGS.

Foi uma grande produção, da qual discordamos, em relação aos julgamentos, como historiador militar, da classificação de incompetentes dada aos generais Alvear e Marquês de Barbacena. E a nossa defesa, em contrário

dessa tese, abordamos em nosso livro **2002** - **Os 175 anos da Batalha do Passo do Rosário,** Porto Alegre: Metrópole, 2003, obra para suas análises, e que procuraremos fazer chegar aos distintos historiadores citados. Livro que aborda, com apoio em fundamentos da Arte e da Ciência Militar, a situação dos dois exércitos antes e durante a maior batalha campal travada no Brasil.

Batalha esta cujos mais importantes resgates foram feitos pelos hoje patronos de cadeiras na AHIMTB, General Augusto Tasso Fragoso, em **A Batalha do Passo do Rosário** (Rio de janeiro:BIBLIEx, 1961, 2ª ed. A 1ª ed. é de 1922) e do gaúcho de Montenegro Ten Cel Henrique Oscar Wiedersphan, **A Campanha de Ituzaingô** (Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1961).

2. REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845)

Na parte referente à Revolução Farroupilha, registro as razões procedentes da Sra. Iara Tavares Botelho que, caso a República Rio Grandense vencesse se tornaria uma república hostil. Colocação respondida pela argumentação do historiador Darcy Cheuiche, de que, ao tornar-se República, num momento desesperador para a causa, a única maneira de preservar os ideais revolucionários que os levaram à luta foi o recurso usado para não perecer: adotar a república, a conselho de dois farrapos fluminenses e oficiais do Exército, com curso na Escola Militar do Largo do São Francisco, no Rio, os majores João Manoel de Lima e Silva e José Mariano de Mattos. O primeiro, tio de Caxias e o segundo, mais tarde, o seu chefe de Estado-Maior na Guerra contra Oribe e Rosas, 1851-52. A idéia da República atrairia sobre ela a proteção e simpatia de repúblicas mundiais.

Sobre as causas da Revolução Farroupilha registre-se a revolta de integrantes do Exército, pela ação contra o seu progresso, seguida de seu sutil desmantelamento por lideranças liberais, que empolgaram o poder depois de 7 de abril de 1831.

Conforme demonstramos em nosso estudo **O Exército Farrapo e os seus chefes,** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992 2 v., foi a guarnição do Exército do Rio Grande do Sul, a maior do Brasil, que fez a revolução em 20 Set 1835, apoiado por estancieiros e charqueadores.

Os dois últimos, revoltados com o aumento do imposto sobre o charque, que o Sudeste adquiria no Uruguai e Argentina, inimigos de ontem. E os militares, pelo desmantelamento da estrutura militar do Exército e da Marinha, pelo que o Brasil quase se despedaçou, na Regência, com lutas fratricidas, que ameaçaram transformar o Brasil numa colcha de republiquetas hostis entre si. Foi salvo pela atuação do Duque de Caxias, cujo bicentenário transcorre este ano, e sobre o qual produzimos **Caxias e a Unidade Nacional,** Porto Alegre: Metrópole, 2003 e o acadêmico Osório Santana Figueiredo produziu o livro **Caxias, o predestinado da Pátria.**

Outro fato pouco explorado na História da República Rio-Grandense foi a de que a 1ª Brigada do Exército Liberal, do então Capitão da Guarda Nacional Antônio Neto, em Seival, em 10 de setembro de 1836, fora resultado da transformação, em Brigada, do Corpo da Guarda Nacional de Piratini, então integrado por 2 esquadrões a 2 companhias cada, recrutados nos distritos de Piratini, Canguçu, Cerrito e Bagé, hoje municípios que então pertenciam ao enorme município de Piratini, criado em 1831. Foram eles que apoiaram a Proclamação da República Rio Grandense, onde possui suas mais fortes raízes a República do Brasil, já com 114 anos de existência, contra os 67 anos que durou o Império do Brasil. E foi esta tropa, reforçada pelo Corpo de Lanceiros Negros farrapos, recrutados especialmente nas charqueadas de Pelotas, que ali obtiveram memorável vitória que, acreditamos, tenhamos, pela primeira vez, a analisado militarmente, à luz de fundamentos de Arte Militar, no citado **O Exército Farroupilha e seus chefes, v.2,** no qual incorporamos, interpretadas, informações inéditas, divulgadas na preciosa coleção **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Obra na qual revelamos outros heróis militares farrapos, que até então permaneciam nas sombras.

Notável, na série em foco, foi que um descendente do General Netto mostrou que os generais Antônio Neto e o Coronel Silva Tavares, que se enfrentaram em Seival, estão sepultados em Bagé, próximos um do outro e ambos merecendo a reverência e o respeito dos descendentes. E, junto ao Cel Silva Tavares, o Preto Caxias, o Santo de Bagé, um negro carioca e antigo soldado do Exército, Maximiano Domingos do Espírito Santo, grande admirador e amigo de Caxias, que estudamos na **História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada,** em parceria com o acadêmico Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis.

Foi notável e segura a abordagem de todos os historiadores participantes da filmagem, prestando informações seguras e notáveis ao enorme público gaúcho. Informações acessíveis, aos que não assistiram a série, através da sua edição em duas fitas de vídeo da RBS. A nota triste esteve por conta de falsa interpretação, sem apoio em fontes históricas confiáveis, feita por um antropólogo, não historiador e professor da PUC, Dr. Iosvaldir Carvalho Bittencourt, que defendeu a absurda tese, já transitado em julgado na História, de que Canabarro, Antônio Neto e outros líderes farrapos presentes em Porongos, haviam concordado com Caxias “em serem atacados pelo Cel Chico Pedro para tornar possível a destruição dos combatentes farrapos negros”.

E justificou com o absurdo e ingrato conceito, de que o acordo entre imperiais e farrapos “era para matar os negros farrapos, por não admitir Caxias que negros fossem alforriados”.

Esqueceu o Dr. Iosvaldir o grande debate histórico sobre o tema que inocentou Canabarro e outros líderes farrapos e de que Caxias foi um pioneiro abolicionista, 43 anos antes da Lei Áurea, e que, por sua conta e risco, não cumpriu orientação superior escravista, que obrigava que os soldados negros farrapos fossem retirados do Rio Grande e levados para o Rio, como escravos do Estado, para a Fazenda de Santa Cruz. Foi então que usou o seguinte artifício: com apoio em instrução anterior, recebeu os negros farrapos como rendidos voluntariamente, com direito à liberdade, e incorporando-os à seguir no Exército, como livres, nas três unidades de Cavalaria. E muitos combateram com Osório na batalha de Monte Caseros, em 2 de fevereiro de 1852, que assinalou a vitória de aliados argentinos e brasileiros contra Juan Manuel de Rosas, ditador argentino.

Sabe-se hoje que o falso ofício sobre Porongos foi forgicado por Chico Pedro, com o auxílio de um major, seu subordinado, e distribuído depois de Porongos, como instrumento de Guerra Psicológica, para minar, entre os farrapos, a confiança na única resistência militar farrapa capaz de prolongar o final da guerra: Canabarro.

Foi um desserviço que o Dr. Iosvaldir prestou à cultura rio-grandense e à seus irmãos negros e descendentes gaúchos, o que afirmo com a autoridade de autor e 1° lugar em Concurso Nacional com o livro **O Negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: IEL,1975**,** prefaciado pelo ilustre homem negro e nosso amigo, Dr. Carlos Santos, que governou os gaúchos de igual forma que o fez, na Revolução Farroupilha, o Cel José Mariano de Matos, de descendência negra, e em data recente o ilustre, combativo e sério político Dr. Alceu Colares.

Os lanceiros negros foram organizados em 1836 e não em 1838. Não conheço os fundamentos de crítica de fontes da Antropologia e sim os da História que, creio, não foram aplicados pelo Dr. Iosvaldir, ao invadir seara alheia e promover desinformação, confusão, injustiça e calúnia, as quais, à semelhança de um saco de penas despejado ao vento jamais serão recolhidas. Creio que devia ter consultado e criticado todas as fontes que tratam do assunto. Não o fez e laborou em equívoco. Lamentável!

Partes importantes no contexto da Revolução Farroupilha, e não explorados, foram os três sítios farrapos de Porto Alegre, que se estenderam por 3 anos e meio, descontínuos, os quais abordamos, creio que pela primeira vez, em detalhes, em nosso livro editado sob a égide do Instituto de História e Tradições do RGS que presidimos: **Porto Alegre - memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias**. Brasília: EGGCF,1989 (Texto de palestra que pronunciamos no CPOR/PA em 18 Set 1987 e no IHGB em 20 Set 1987).

Administração de Caxias em Porto Alegre muito bem realçada, pela

primeira vez, em painéis e cartazes no Museu do Comando Militar do Sul, no local do antigo Arsenal de Guerra de Porto Alegre, ao tempo da Guerra do Paraguai e também atacado, junto como o velho QG da 3ª RM, por revolucionários em 3 de outubro de 1930. Com este sítio de Porto Alegre, por 3 anos e meio, os farrapos desfrutaram das seguintes vantagens estratégicas:

- Fixar ali importantes efetivos imperiais impedindo que ganhassem a campanha.
- Impedir o apoio imperial mútuo, por terra, entre Porto Alegre e Rio Grande.
- Impedir reforços imperiais a Porto Alegre, pelo litoral, enviados de Santa Catarina.
- Impedir a expansão de pontos fortes imperiais terrestres, com apoio naval, ao longo do rio Jacuí e seus afluentes, assegurando assim, a livre circulação e comunicações farrapas no interior do Rio Grande do Sul.
- Assegurar, nas posições de sítio, em torno de Porto Alegre, a articulação da região serrana (de Cima da Serra) e, por via de conseqüência, com Santa Catarina e São Paulo, por terra.
- Melhor realizar a espionagem dentro dos muros da sitiada Porto Alegre, através de republicanos farrapos infiltrados.
- Criar segurança, à distância, aos trabalhos do Governo Farrapo em Piratini, na serra dos Tapes.

3. A GUERRA CONTRA ROSAS (1851-1852)

Foi muito bem abordada pelo historiador Moacyr Flores, num amplo contexto histórico em que ela se desenvolveu, e complementada por boas interpretações dos jovens diletantes de História Newton Carneiro e Jarbas Giuliani Filho e desenvolvida por uma equipe de atores representando alunos e alunas do Colégio Militar de Porto Alegre. E também com a participação do pesquisador e maior pintor militar brasileiro de todos os tempos, membro acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, o Cel Pedro Paulo Cantalice Estigarríbia.

Sobre a Batalha de Monte Caseros, ou dos Santos Lugares, de 2 de fevereiro de 1852, teve influência importante, no rompimento da posição rosista, os tiros dos 100 fuzis Dreise de agulha, utilizados contra a Artilharia rosista por mercenários prussianos Brummer (resingões), contratados pelo Brasil para esta guerra, conforme abordamos em nosso livro **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS.** Porto Alegre: IEL, 1975.

Feito militar notável foi a travessia do rio Paraná, em Diamante, da margem esquerda para a direita, por forças aliadas argentinas, uruguaias e brasileiras. Merece destaque a travessia do rio a nado, pela Cavalaria de Entre Rios com a perda por afogamento de muitos cavalos e soldados.

Escreveu sobre esta campanha, o mais tarde Marechal Bernardino Bormann, porto-alegrense e patrono de cadeira na AHIMTB, filho de um

mercenário alemão a serviço do Brasil, que foi achado ferido e parcialmente queimado pelo incêndio do campo de batalha do Passo do Rosário.

Bernardino Bormann foi ajudante de ordens e um dos biógrafos de Caxias e fundador, faz mais de um século, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Caxias, o comandante do Exército Brasileiro nesta guerra, presidente do Rio Grande do Sul pela 2ª vez, seu senador e pacificador, nesta abordagem foi silenciado, mas felizmente não teve a sua imagem deformada e caluniada como o fez o Dr. Iosvaldir na abordagem da Revolução Farroupilha.

Boa foi a abordagem das Califórnias de Chico Pedro, que acreditamos o tenhamos biografado pioneiramente no citado **Porto Alegre - Memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias,** com apoio em suas Memórias na **RIHGRGS,** 1921, n°s 1 e 2 e com dados de Raul Pont em **Campos Realengos.** (Porto Alegre: Renascença, 1983.2v).

4. A GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870)

Foi uma abordagem civil feita pelo historiador Teófilo Torronteguy e por Ilfo Rivero, do Paraguai, como uma interessante interpretação militar da Batalha de Riachuelo pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Péricles Vieira Filho.

Vale lembrar que, na Esquadra Brasileira que lutou em Riachuelo, existia mais gente do Exército do que Marinha, inclusive o, mais tarde, General Tibúrcio, conforme escrevemos em artigo: Heróis do Exército e da Marinha na batalha de Riachuelo. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 Jun 1972.

Em interpretação feita com apoio em Arte Militar concluímos o seguinte: Na Batalha do Riachuelo foi eliminada a capacidade ofensiva estratégica do Marechal Solano Lopes. Em Tuiuti, a maior batalha campal sul-americana, foi eliminada a sua capacidade ofensiva tática. Com a conquista de Humaitá, e seu desmantelamento, foi conquistado o objetivo militar da Tríplice Aliança e eliminada a capacidade defensiva estratégica de Lopes. E com a sua derrota na Dezembrada foi assinalado o fim de sua capacidade defensiva tática, com a conseqüente conquista do objetivo político aliado da guerra, a conquista de Assunção, a capital do Paraguai.

No combate de Campo Grande ou Acosta Nu, na Campanha da Cordilheira, onde os aliados enfrentaram crianças disfarçadas com barbas e com armas na mão, as tropas foram comandadas pelo General Victorino Carneiro Monteiro.

Não concordamos com a responsabilidade que se quer atribuir ao Conde D'Eu, Marechal Gastão de Orleans, por pretensas atrocidades cometidas na Campanha da Cordilheira. Creio que foi o chefe mais injustiçado e caluniado da História, o que concluí ao biografá-lo como patrono da Artilharia da 6a Divisão de Exército na obra **Artilharia Divisionária Marechal Gastão de Orleans, AD/6,** Porto Alegre, 2003.

A ele se deve a melhor memória do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai, a qual abordou em sua **Viagem à Província do Rio Grande do Sul,** publicado na **RIHGB**, sendo que hoje existe livro sobre esta viagem.

Existe uma cultura nacional de se transferir responsabilidades sobre tragédias, repressões e crimes a personalidades que se afastaram do centro onde elas ocorreram. E foi o caso em Santa Catarina, em 93, com o Cel Moreira César e, no Paraná, com General Ewerton Quadros. Violências praticadas por lideranças civis locais que fugiram às responsabilidades, debitando-as nas contas de ausentes que não puderam ou não souberam se defender.

Na Guerra de Canudos, o Coronel Moreira César passou à tradição como "O cortador de cabeças", quando, em realidade, ele não cortou a cabeça de ninguém, mas teve cortada a sua e as de seus comandados, já mortos, e mais as dos recém-mortos, depois de degolados. Cabeças que foram colocadas na beira da estrada com os rostos voltados para o interior, como um meio-fio de cabeças humanas.

Certas conjunturas políticas apontam negativamente certas figuras. E assim muitas permanecem na História, se o historiador não fizer a crítica das fontes em que baseou seus estudos. Jesus Cristo é o maior exemplo disto! E creio que o Conde D'Eu, os generais Davi Canabarro, Bento Manoel Ribeiro, Marquês de Barbacena, Ewerton Quadros e o Coronel Moreira César, são vítimas de conjunturas políticas adversas e que não mereceram um julgamento justo. Neste conjunto enquadro o Coronel Maneco Pedroso, que será abordado mais adiante.

5. OS MUCKERS - Sangue e Fé no Ferrabráz

Está excelente o trabalho, e traduz uma síntese de várias obras: a do padre Ambrósio Shup, a de Leopoldo Petry, a de Moacyr Domingues e a de Antônio Assis Brasil e ainda, a opinião do General Flávio Oscar Maurer, descendente dos Muckers. Esta, foi a que mais se aproximou da **Videiras de Cristal,** de Antônio Assis Brasil. Evento que abordamos no 1° volume da **História da 3ª RM**, p.271/276. Notáveis e serenas as abordagens dos historiadores Martim Dreher e Dóris Magalhães.

Sobre os descendentes dos Muckers (Santarrões, doidos, derivado de verbo alemão que significa o som emitido por uma colméia de abelhas, o que fazia lembrar, segundo o pastor Martim Dreher, os ruídos das rezas conjuntas de Jacobina Maurer com seus seguidores), existe no Exército mais um oficial-general descendente dos Muckers, além do citado General Maurer, o qual registrou que na resistência oferecida por eles havia a presença de muckers veteranos da Guerra do Paraguai, que findara há 4 anos.Trata-se do General de Exército Virgílio Ribeiro Muxfeldt, ex-comandante da 8ª Brigada de

Infantaria Motorizada (Pelotas), e depois da 3a Região Militar. À 8a Bda Inf Mtz está subordinado o 19° Batalhão de Infantaria Motorizado, de São Leopoldo. Sua ancestral mucker, ainda menina, foi salva do confronto final por alguém.

6. MARAGATOS E PICA-PAUS

Abordagem interessante a da Sra. Yara Botelho Vieira, descendente do General Joca Tavares e parenta do Cel José Tavares que, segundo consta, era irmão, genro e afilhado do General Joca Tavares. José, ou Zeca Tavares, que tinha com o capataz o degolador Adão Latorre e sobre os quais se apontam as responsabilidades pela degola da Cavalaria Patriota em Rio Negro, ao comando do Cel Maneco Pedroso, de Piratini.

O prezado amigo, Dr. Fernando O'Donnel, registra que a morte de inimigos presos por degola era a maneira mais barata, por questão de logística militar, para não se ter, mais tarde, de desviar recursos para os alimentar e mantê-los prisioneiros.

Mas no massacre, por degola, da Cavalaria Patriota em Rio Negro, num efetivo de 300 homens, segundo a tradição republicana gaúcha, a serviço dos governos federal e estadual, não se enquadra no conceito emitido pelo ilustre historiador Dr. Fernando O'Donnel. Os federalistas prenderam também tropas do Exército e da Brigada Militar, as quais não degolaram, somente a tropa civil do Cel Maneco Pedroso, e que, segundo consta, se renderam sob garantia de vida, firmada em documento pelo comandante do 28° BC, do Exército. Unidade esta feita prisioneira, e obrigada a combater como federalista, com o nome de Ernesto Paiva. Mais tarde foi enviada a Canudos, com o moral muito baixo, sem ser engajada em combate, e dali foi enviada para São João d'El Rei onde, por transformações sucessivas, deu origem ao heróico 11° Batalhão de Infantaria de Montanha, que participou com destaque da Campanha da FEB. O 28° BC substituiu em São João d'El Rei o heróico 30° BC que, ao comando do Coronel Carlos Telles, resistiu ao sítio federalista de Bagé.

Abordamos este triste episódio do Massacre do Rio Negro em alentado artigo, com apoio em fontes primárias, no 2° volume da **História da 3ª RM** e no artigo "O massacre federalista de Rio Negro, em Bagé, em 28 Nov 1893". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** n° 154, n° 378, jan/mar1993, p. 55/88.

Gostaríamos que fosse provado que foram só 27 degolas, e não 300, como defende o Sr. Lauro José de Silva Tavares, quantia esta, para ele, uma lenda, como a da Lagoa da Música. E que fosse historicamente comprovado, com apoio em fontes confiáveis, que a degola em Rio Negro não foi ordenada pelo coronel federalista Zeca Tavares. E mais, que o coronel Maneco Pedroso e sua tropa barbarizaram a família do uruguaio Adão Latorre. História é verdade e justiça!

Comandou a operação militar em Bagé, contra o general Joca Tavares, para depô-lo do governo paralelo do Rio Grande do Sul, que ele ali estabelecera, o General (civil) Luis Alves Pereira, que estava no comando da 4a Brigada (civil), mobilizada em Pelotas. Esta Brigada teve, como seu Chefe de Estado-Maior, o polêmico Dr. Alfredo Varela, conforme demonstramos pela primeira vez, com apoio em fontes primárias, em nosso livro **História da 3a RM**, v.2.

Enfim, é preciso um esclarecimento do episódio do Massacre do Rio Negro, envolto em lendas escapistas e justificativas que não convencem e não esclarecem. E outras, que apontam responsabilidades do Cel Zeca Tavares pelo massacre. O Jornal **Zero Hora** de 27 de novembro de 1993, publicou nosso artigo O sítio federalista de Rio Negro, um contraditório a versões anteriores divulgadas pelo jornal, referentes ao massacre do Rio Negro. A edição de **Zero Hora** de sábado, 27 de setembro 2003, no caderno Cultura, sob o título Memória Maldita, começa por mostrar a ponta do iceberg e o contraditório, sobre as reais responsabilidades pelo massacre, por degola, da Cavalaria Patriota, que continua envolta ao que parece em armações escapistas, que procuramos esclarecer, com apoio em fontes primárias, relacionadas no nosso livro, e artigos citados anteriorm ente. Espera-se que a Academia Piratiniense de História, que tem o Coronel Maneco Pedroso como patrono de uma de suas cadeiras, ajude a defender a sua memória, o que até agora não foi possível realizar.

Na citada edição de Zero Hora, o jornalista Fábio Shaffner nos entrevistou a respeito do Cel Maneco Pedroso. A nossa opinião foi colocada na página 5 deste modo: "O Cel Bento defende a conduta do Cel Maneco Pedroso e diz que não foi encontrada nenhuma prova de que fosse ladrão e assassino, como se dizia na época, e assegurou que uma revisão histórica do passado redimiria Pedroso, e que ele não era bonzinho, e ninguém na época o era. Dentro da maldade generalizada na revolução, ele morreu defendendo os governos estadual e federal, degolado por mercenários platinos num ato ignóbil, após assinar sua rendição sob garantia de vida".

Enfim, é uma questão que desafia historiadores e jornalistas interessados na verdade, envolta por uma misteriosa e intrigante cobertura protetora que incluiu até a lenda da Lagoa da Música, como tendo sido degolados argentinos, e não em realidade brasileiros, em seu país, por mercenários platinos a serviço do federalista, que ordenou o massacre, e não só pelo uruguaio Adão Latorre, em cuja conta colocaram a responsabilidade fantasiosa pela execução pessoal de 300 cavalarianos civis recrutados pelo governo. Até quando durará esta armação e aparecerá a verdade e a responsabilidade pessoal moral por este massacre nefando?

Curioso que as tradições gaúchas dos lenços brancos e vermelhos tem origem nesta guerra maldita, das degolas recíprocas. Tradição fratricida macabra, que católicos procuraram amenizar, colocando lenços brancos e vermelhos cruzados sobre uma cruz na missa crioula.

O poeta Jayme Caetano Braun amenizou os ódios daqueles tempos com uma linda poesia. Lenços vermelhos que muitos tradicionalistas carregam no pescoço com orgulho, desconhecendo o real significado político/trágico dele, e do lenço branco. Tradição que busca amparo numa revolução de bárbaros, ou maldita. Não está na hora de se pensar numa revisão. De minha parte uso como lenço a primeira bandeira farrapa, com as cores verde e amarelo do Brasil e a vermelha da República, que a Revolução Farroupilha contribuiu para ser implantada no Brasil há 114 anos. Convençam-me se laboro em equívoco. Pavilhão Farrapo inspirado nas gloriosas tradições farroupilhas de Firmeza e Doçura colocadas no brasão da bandeira da República Rio-Grandense, sob a forma de dois amores perfeitos simbolizando: **Firmeza** em combate, ao lutar com toda a garra e determinação, e **Doçura,** significando, após a vitória, respeito, como religião, à vida, à honra, à família e ao patrimônio do vencido inerme. Tradição restaurada em 1924 quando Honório Lemes rendeu-se a Flores da Cunha, ao este se recusar a receber suas armas e terminarem ambos com um abraço de consideração recíproca. Exemplo dado pelo Gen Neto que, impressionado em Triunfo, com a coragem inaudita de um adversário que morreu em combate, colocou em local de destaque o seu corpo inerme, e fez sua tropa desfilar em tributo e honra à coragem do mesmo. Isto era, na prática, as virtudes gaúchas de Firmeza e Doçura, que foram degoladas pelos contendores de 93, fanatizados pela propaganda radical e com ofensas sem limites, divulgadas pelos jornalistas dos jornais **A Federação** e **A Reforma,** a se concluir do jornalista Elmar Gomes. Tese que merece ser aprofundada!

7. REVOLUÇÃO DE 1893

Abordaram esta trágica e cruel revolução, classificada didaticamente como Guerra Civil na Região Sul, 1893-95, e popularmente referida como a Revolução de 93, das Degolas, a Revolução Maldita e/ou Revolução de Bárbaros, a historiadora Suzane Biehl de Souza e os professores de História Mário Osório Magalhães, trineto do Gen Osório, Luciane de Abreu e Mário Maestri, consultor histórico da produção **A Ferro e Fogo**. Nesta abordagem é exposto o pensamento do jornalista norte americano Ambrose Pierce, do **Tribune** de Nova York.

Sobre os combates e armamentos, falaram Ricardo Gomes Henriques, o pesquisador Poitevim e a Tenente Andréa Reis Silveira, diretora do Museu do Comando Militar do Sul. Como singularidade, tem-se o registro de que o campo

da indecisa batalha de Inhanduí permaneceu inalterado desde então, e onde pessoas locais tem recolhido vestígios da batalha ali travada.

Abordou o tema com muita propriedade o jornalista Elmar Bones, que referiu, e com ele concordamos, que a Revolução de 93 iniciou na imprensa republicana, no jornal **A Federação,** e na imprensa federalista no jornal **A Reforma.** Ambos fizeram a cabeça de lideranças das duas correntes, ao radicalizarem as questões sem limites éticos e provocando a carnificina, quando líderes civis se arvoraram em líderes militares, sem conhecimento das regras éticas da profissão militar e assim iniciando a Revolução Maldita, a Revolução de Bárbaros, conforme concluiu na Revista **A Defesa Nacional** n°1/1970, o notável historiador Tarcísio Taborda, ligado por laços de sangue à família Tavares.

"A insatisfação política reinante após a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, levou os chefes municipais das duas facções em luta que se formaram (republicanos e federalistas) a reunir homens em armas. Formados estes exércitos particulares, começaram as tropelias, os abusos, que se espraiaram por todo o território estadual."

No nosso citado **História da 3a RM**, v.2, abordamos as conseqüências trágicas destas atitudes, de líderes municipais, para a Família Gaúcha.

Foi lembrado que a Constituição gaúcha de 1891, de inspiração positivista, previa que o Presidente do Estado poderia ser reeleito quantas vezes fosse possível, desde que obtivesse nas reeleições o numero mínimo previsto.

Neste contexto merecem atenção as informações, sobre a situação política gaúcha, que o jornalista e escritor norte americano, citado, Ambrose Pierce, passava aos seus leitores do **Tribune,** de Nova York.

8. O FIM DAS DEGOLAS

Episódio abordado pelos professores de História Luiz Roberto Borges e Heloísa Capovilla, e pelo jornalista Elmar Bones, que afirmou, como já referimos, que a Revolução de 93 começou na Imprensa republicana e na federalista, as quais incendiaram os espíritos com seu radicalismo e agressões verbais sem limites, com o que concordamos.

Mencionam que o termo "pica-pau" referia-se à semelhança da ave com o uniforme usado pelo Exército.

Emitem opiniões diversas sobre Gumersindo Saraiva, a maior figura militar da Guerra Civil de 1893/95, ao lado do Marechal Floriano Peixoto e do Gen Gomes Carneiro, o herói da resistência ao avanço federalista na Lapa.

O seu perfil de grande líder militar, chamado até de "Napoleão dos Pampas" pode ser concluído da leitura da obra **Voluntários do Martírio,** do médico baiano Dr. Ângelo Dourado, que o acompanhou na Grande Marcha, a

qual chegou ao fim com a sua morte.

Do lado republicano abordamos na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,** em 1993, o artigo A participação de São Paulo no combate à Guerra Civil 1893-95 e a Revolta na Armada 1893-1894, com apoio em fonte histórica pouco conhecida, publicada em Portugal. Ela detalha a contra ofensiva federal desfechada contra Gumersindo Saraiva, por um Corpo de Exército lançado a partir de Itararé-SP.

Em 1983, a convite do governo do Paraná, no contexto das comemorações do Centenário da Revolução Federalista, previstas na Constituição Estadual, pronunciamos palestra sob o titulo: **Os cercos de Bagé e da Lapa, duas resistências épicas da História Militar do Brasil,** publicadas no n° 707 da revista **A Defesa Nacional,** 1995. Creio que foi a única das palestras que foi salva do incêndio da Assembléia Legislativa do Paraná, que iria publicá-las.

Não foi focalizada a importância da retomada da Baia de Guanabara pela Esquadra Legal e como ela influiu na decisão de Gumersindo Saraiva de interromper seu avanço, por falta de apoio naval, e retornar ao Rio Grande, depois de percorrer 2500 Km.

Na época, espalhou-se entre seus lanceiros que a Esquadra Legal, impropriamente chamada de Esquadra de Papelão, possuía um canhão cujos tiros podiam atingir a lua e entre os soldados republicanos que organizaram a defesa em Itararé, o grande temor de serem vítimas da degola por lanceiros federalistas.

Consagrou-se o termo Revolta **da** Armada, mas que, em realidade, foi Revolta **na** Armada, pois só 1/5 da Armada se revoltou, segundo o maior historiador naval, Almirante Hélio Leôncio Martins, patrono em vida de cadeira na Academia de História Terrestre do Brasil. O Alm Leôncio foi o maior historiador do Corpo de Fuzileiros Navais e o primeiro a comandar o Navio-Aeródromo Minas Gerais, conhecido como Porta-Aviões.

Na já citada poderosa Esquadra Legal, chamada de “Esquadra de Papelão”, como federalistas, combateram militares da Armada, reforçados por alunos de nossas escolas militares e especialistas estrangeiros. Esquadra Legal que resgatamos em artigo **O Centenário da Revolta na Armada** na revista **A Defesa Nacional**, n° 762,1993, p.25/58.

9. CHIMANGOS E MARAGATOS - A Revolução de 1923 no Rio G. do Sul

Excelente abordagem, apoiada em filme sobre a Revolução de 23 filmado em Cachoeira do Sul por Benjamim Camosato.

Na exposição, está o Dr. Paulo Brossard, focalizando aspectos jurídicos da questão e da manipulação da reeleição do Dr. Borges de Medeiros, por uma

comissão integrada por Getúlio Vargas, Ariosto Pinto e Vasconcelos Pinto. Assunto complementado pela historiadora Helga L. Piccolo.

Abordaram os produtores que a causa desta Revolução, liderada de fora do Rio Grande pelo Dr. Assis Brasil, foi o resultado da eleição decorrente da Constituição de 91, elaborada sob a forte influência de Júlio de Castilhos e de forte sentido positivista, que defendia uma forma de governo autoritária e reeleição, sempre que o candidato a obtivesse 3/4 dos votos.

São abordadas didaticamente as áreas de ação de forças revolucionárias e dos chefes governistas correspondentes nas mesmas.

Desfilam, interessantes, bem interpretados e instrutivas descrições dos historiadores Antônio Augusto Fagundes, Moacyr Flores e Sérgio da Costa Franco. Este, autor de excelente estudo sobre a Paz de Pedras Altas, onde exaltou o bom desempenho do Ministro da Guerra Fernando Setembrino de Carvalho, filho de Uruguaiana, que fora constituinte gaúcho em 1891, pacificador do Ceará e do Contestado e, por fim, do Rio Grande do Sul. Portanto, o pacificador do Século XX, como o Duque de Caxias o foi do Século XIX, este em ação que culminou com a Paz em D. Pedrito atual, em 01Mar1845. Rio Grande, portanto, cenário das pacificações: Dom Pedrito em 1845, Pelotas em 1895 e Pedras Altas em 1923.

O feito mais notável desta revolução foi a tomada de Pelotas, em 29 de outubro, por cerca de 6 horas, por força do Gen revolucionário José Antônio Mattos Netto (Zeca Netto), sobrinho do Gen Antônio Netto. A cidade foi tomada depois de Zeca Netto ser batido, em 14 de agosto, no mais violento combate desta revolução, o de Canguçu Velho, junto as ruínas da antiga Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu, 1783-89. Tomada e combate que abordamos com detalhes na **Revista do CIPEL, 2003** sob o título **Os 80 anos da tomada de Porto Alegre pelo General Zeca Netto.**

10. A REVOLTA DOS QUARTÉIS
A Revolução de 1922

Abordaram o tema os historiadores Renê Gertz, Eloísa Capovilla, Flávio Herz e Cláudia Wasserman, que caracterizam a Década de 20 como a do Tenentismo, compreendido pelos episódios dos 18 do Forte de Copacabana, Revolução de 24, Coluna Miguel Costa/Prestes e Revolução de 30.

A Revolução de 1822 decorreu de revolta da classe militar pelo fechamento do Clube Militar e prisão de seu presidente, General Hermes da Fonseca, gaúcho de São Gabriel, líder da classe militar, ex-ministro do Exército e ex-presidente do Brasil, modernizador do Exército e Marinha e em prisão no Regimento da Praia Vermelha, local incompatível com a sua patente, no PC (Posto de Comando) de um coronel. Concorreram para a exaltação dos ânimos

as Cartas Falsas, que colocaram palavras na boca de Arthur Bernardes, por ele não pronunciadas, manifestando desconsiderações com oficiais generais. O próprio General Hermes havia, em 1912, conduzido sem sucesso uma campanha contra as oligarquias estaduais.

Este sentimento estava presente na jovem oficialidade egressa da Escola Militar nos anos 1919/21, sob a égide da Missão Indígena da Escola Militar e que então passaram a lutar contra as oligarquias, que venceriam expressivamente a Revolução de 1930.

A Revolução de 1924

Militares gaúchos se revoltaram sob a liderança do Capitão Luiz Carlos Prestes e se juntaram, fora do Rio Grande, no Paraná, com coluna bem maior vinda de São Paulo, passando a formar a Coluna Miguel Costa/Prestes, fato reconhecido publicamente por Prestes em São Paulo frente a Miguel Costa. Mas a denominação Coluna Prestes é falsa e inspirada por manipulação ideológica.

Existe livro do Coronel Gay Cardoso Galvão colocando historicamente esta questão no seu devido lugar na História.

A marcha da Coluna Miguel Costa/ Prestes durou 171 dias e creio que se inspirou na Guerra à gaúcha, liderada pelo General Zeca Netto nas serras do Tapes e Herval, visando se manter em campo sem travar combate decisivo, e conseguir uma intervenção federal no Estado.

José Antônio Netto (Zeca Netto) era sobrinho do general Antônio Netto, de quem herdou o nome Antônio. Procurava imitar o heróico tio, que morreu no Paraguai quando o sobrinho tinha 15 anos.

A Revolução de 30

Muito bem explicada e exposta a nível estratégico. A batalha que decidiu a sua sorte e vitória foi travada no vitorioso ataque do Quartel General da 3ª Região Militar, em 3 de outubro de 1930, liderado por Osvaldo Aranha e Flores da Cunha. Fosse mal sucedido, talvez a revolução de 30 não tivesse o sucesso que teve.

Este episódio foi por nós abordado na **História da 3ª RM** v.2 e falta muito ainda a ser dito sobre ele. Foram tempos de união dos gaúchos.

A Revolução de 32

A Revolução de 1932, de São Paulo, teve por idéia força a constitucionalização do Brasil por Getúlio Vargas e foi por este vencida. No Rio Grande ela contou com o apoio do Dr. Borges de Medeiros e de Batista

Luzardo, que pegaram em armas e foram batidos em Piratini, em 20 de setembro de 1932, no Combate do Cerro Alegre. Ali Borges foi preso e mandado para fora do Estado, encerrando o processo revolucionário gaúcho, exatamente 97 anos depois de iniciado com a conquista farrapa de Porto Alegre.

Segundo os acadêmicos Osório Santana Figueiredo e José Luiz Silveira da AHIMTB, membros do Instituto de História e Tradições do RGS no livro: **Combate do Cerro Alegre-o último de um ciclo guerreiro**. Santa Maria: Pallotti, 1988. Homenagem ao Encontro do IHTRGS em Canguçu.

11. NÃO PERMITA DEUS QUE EU MORRA

Excelente exposição feita pelos veteranos da FEB, José Conrado de Souza, acadêmico emérito em nossa Academia de História Militar Terrestre do Brasil e de seus companheiros veteranos: Tadeu Gersk, Cícero Castilho Branco, Rubem Barbosa, Adão Viera Aguiar que nos emocionaram e se emocionaram cantando a Canção da FEB. Nela combateram 1880 gaúchos e pereceram na Itália 21, o que mereceu de um deles, ao serem destacados por seus heroísmos, dizer: "**Heroísmo foi o dos que ficaram lá"!**

Sobre a indefinição de Getúlio Vargas sobre o lado pelo qual combateria o Brasil, hoje se conclui que foi uma exemplar manobra pendular, à procura de quem mais vantagens proporcionasse ao Brasil. E, sem dúvida, os Aliados ofereceram maiores vantagens, o que explicamos em nosso livro: **A participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante na 2ª Guerra Mundial,** prestes a ser relançado em Porto Alegre, como o prefácio do Acadêmico Emérito Veterano da FEB, José Conrado de Souza, Presidente da regional da ANVFEB/RS.

Destaco que, considerado o maior herói da FEB, é o Sargento Max Wolf. O primeiro comandante brasileiro a tomar contato com o inimigo nazista foi o cachoeirense Capitão Floriano Moeller, e que se destacou na FEB o leopoldense Capitão Yedo Blauth, todos descendentes de alemães.

12. CICATRIZES DA GUERRA

Episódio que resgata parte das perseguições no Rio Grande do Sul a alemães e italianos e seus descendentes, em função da Guerra contra a Alemanha e Itália.

Abordam os episódio os historiadores leopoldenses Thelmo Lauro Muller e Germano Moelcke, grandes preservadores de memória histórica de São Leopoldo no Instituto Histórico de São Leopoldo e no Museu Histórico da mesma cidade.

Comentários enriquecidos pelo pastor luterano Martim Dreher e pelos historiadores Núncia Santoro de Constantino e Voltaire Schilling, que divulgam o rigor dos treinamentos de **black out** (deixar tudo às escuras), realizados em

Antônio Prado, com toda a pompa e circunstância, para prevenir um bombardeio aéreo alemão da cidade, incluindo um abrigo antiaéreo onde, nos exercícios, se recolhiam as autoridades locais.

Eram episódios pouco conhecidos das atuais gerações. Lembro, quando menino, havia assistido em Canguçu estas violências, decorrentes de acusações de espiões nazistas, ou integrantes da 5ª Coluna nazista, sendo preso e humilhado publicamente, em conseqüência, o Sr Bruno Blas, construtor e dono de um moinho. Ele foi transportado numa carroça puxada por um cavalo e obrigado a desfilar pela cidade apupado por populares, e seus jornais em alemão rasgados e espalhados pelas sarjetas. Vi uma série de rádios receptores de propriedade do alemão Waissan serem recolhidos à cadeia local e os populares acreditando tratar-se de rádios transmissores a serviço da espionagem. Isto me faz lembrar a cruel perseguição a japoneses e descendentes moradores nos EUA.

É uma lição para as atuais futuras gerações gaúchas das surpresas que a História nos reserva e da validade da firmação “de quem não conhece a História , corre o serio risco de a repetir”. E a História gaúcha tem destas surpresas, como os bárbaros massacres por degola do Rio Negro e do Boi Preto, já abordados, e outras violências inumeráveis.

13. TANQUES NAS RUAS

Focaliza no Rio Grande do Sul as agitações ocorridas entre 1961 e 1985, caracterizadas inicialmente pela Crise de Legalidade em agosto de 1961, liderada pelo governador Leonel Brizola, que criou uma rede radiofônica da Legalidade, conseguindo impedir que seu cunhado o vice-presidente João Goulart, fosse impedido de assumir a Presidência da República, o que não aconteceu, mas assumiu com a limitação de exercê-la em regime parlamentar.

Aparecem depoimentos do Cel Pedro Américo Leal, então comandante da 1ª Companhia de Guardas; do ex-governador José Augusto Amaral de Souza, de Raul Pont, filho do grande historiador de Uruguaiana de mesmo nome e autor de **Campos Realengos** e ainda Sirlei Cedoz e Moacyr Scliar. Ouviram-se, no debate, afirmações de que o projeto dos militares era desenvolvimentista e que depois dele não houve investimentos públicos.

Enfim, houve um contraditório democrático, orientador dos assistentes, entre os adeptos da Contra Revolução de 64, que procuravam defendê-la, e a Democracia no Brasil, e ex-presos políticos, que foram claros e honestos em admitir que recorreram à luta armada, não para defender a Democracia, mas inclusive, com cursos de guerrilha em Cuba, lutarem contra o governo Contra-Revolucionário, para implantar uma República Socialista no Brasil. E deste confronto surgiu uma guerra suja, inevitável nestes casos, com abusos e

crimes de parte a parte, cobertos pelo manto da Anistia.

Foi elogiável e surpreendente o contraditório educado entre defensores da Contra-Revolução de 64 e dos que pegaram em armas para a derrotar, acreditando estarem defendendo a Democracia. E outros com vistas a implantar no Brasil uma Sociedade Socialista, mencionando os sofrimentos porque passaram, uma lição para as atuais e futuras gerações.

Creio que, quem parte sinceramente e de armas na mão para impor as idéias em que acredita, bem como os que lutaram para defender as suas verdades, merecem todo o respeito, cessada a luta. Ninguém arrisca a vida e a liberdade, os seus bens mais preciosos, se não possuir fé nas idéias que defende.

Em relação aos líderes militares farrapos, decorridos 158 anos da Paz de Ponche Verde e 114 do regime republicano, que ajudaram a implantar no Brasil, eles ainda sofrem preconceitos no Sudeste, como separatistas, esquecendo-se que, ainda vivos, os generais Antônio Neto, Davi Canabarro, e José Antônio Silveira, defenderam a Integridade e a Soberania do Brasil nas guerras contra Oribe e Rosas e do Paraguai. E que os líderes mortos foram representados por seus descendentes, como foi o caso de Bento Gonçalves da Silva, representado por seu heróico filho, Cel da Guarda Nacional Caetano Gonçalves da Silva, cujo filho, Major Bento Gonçalves da Silva, teve heróico papel como comandante do Corpo de Transportes do Exército na defesa de Bagé, sitiada por federalistas em 1893. E Bento Manoel Ribeiro foi representado por seu genro, o General Vitorino Carneiro Monteiro, Barão de São Borja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revista A Ferro e Fogo. Porto Alegre: RBS, 2003, foi coordenada por Pedro Haase Filho, editada por Ticiano Osório, capa e projeto gráfico de Rodrigo Rosa, Fotos de Andriana Francioci, Duda Pinto, Fernando Gomes, e Ronaldo Bernardi. Revisão: Henrique Erni Grawer. Produção executiva: Thais Malmann.

Fomos informados pelo historiador Dr. Veríssimo da Fonseca, de Passo Fundo, sócio do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, em seu notável e original trabalho **Síntese de um Povo,** que tramita na Assembléia Legislativa do Rio Grande o projeto 31/2002 do deputado Manoel Maria para oficializar o ensino de História nas escolas gaúchas.

Lamentou o citado intelectual que nossas obras sobre o Rio Grande, aqui referidas, entre várias outras, não são consideradas pelos gaúchos. E escreveu:

“A vasta obra erudita de Cláudio Moreira Bento, sobre a História do

Rio Grande do Sul, em especial, deverá estar em todas as bibliotecas gaúchas, como fonte obrigatória de pesquisa e ensino.

Incrível: Claudio Moreira Bento é o maior biógrafo dos heróis gaúchos mas não é ainda exigido nos concursos da Mais Prendada Prenda do MTG.

As biografias dos nossos heróis por ele escritas estão à disposição no Arquivo Público de Passo Fundo e muitas outras no Jornal Tradição, ao tempo do grande tradicionalista Edson Otto, outra cabeça que merece ser coroada e reconhecida pelo MTG. Pois não existe nenhuma instituição tão democrática quanto o MTG."

Agradecemos o reconhecimento do ilustre e culto confrade passo-fundense. Mas o Rio Grande do Sul, "resultado de uma civilização castrense", no dizer do mestre Dante de Laytano, cultiva um inconsciente preconceito contra autores militares gaúchos, desde o início da Guerra Fria, por se constituírem, as Forças Armadas, o braço armado do Povo Brasileiro, e para o Movimento Comunista Internacional, até a Queda do Muro de Berlim, a Grande Barreira a seu avanço pela força .

Desde 1680, até poucos anos atrás, ou por quase 300 anos, o esforço de defesa do Brasil se concentrou em sua Fronteira do Vai e Vem - O Rio Grande do Sul. E, neste contexto, historiadores militares gaúchos (civis e militares) por atavismo, creio, se dedicaram ao desenvolvimento da História Militar do Brasil.

Hoje são patronos de cadeiras ou de delegacias da AHIMTB os historiadores militares civis e militares falecidos: Marechais João Baptista Mascarenhas de Morais e José Bernardino Bormann e os generais Antônio da Rocha Almeida, Emílio Fernandes de Souza Docca, João Borges Fortes, Francisco de Paula Cidade, Riograndino da Costa e Silva, Valentim Benício, Rinaldo Pereira da Câmara, Bertholdo Klinger, Morivalde Calvet Fagundes e coronéis Deoclécio De Paranhos Antunes, Ten Cel Henrique Oscar Wiedersphan e Arthur Ferreira Filho e, ainda, Tarcísio Taborda .

CLÁUDIO MOREIRA BENTO
Presidente da AHIMTB e
IHTRGS

Bicentenário do Conde de Porto Alegre

N° 22 - Ano 2004 – Cel Cláudio Moreira Bento

EM CANGUÇU VELHO-CANGUÇU-RS A SEDE DA REAL FEITORIA DO LINHOCÂNHAMO DO RINCÃO DO CANGUÇU 1789-89

Cláudio Moreira Bento (x)

Nota: A presente pesquisa é de interesse histórico nacional do Brasil e de Portugal e do Rio Grande do Sul e trata do resgate, com apoio em fontes primárias, de importante assunto que se encontrava coberto pela pátina do tempo. É de interesse também da História Militar Terrestre do Brasil pelos personagens militares brasileiros nela envolvidas no final do século.

SUMÁRIO

- Controvérsias e dúvidas na História do Brasil
- Localização do Rincão do Canguçu por fontes primárias
- Ilha de Canguçu e atual Feitoria -entendimento
- Capitão Mor de Laguna Paulo Rodrigues Xavier Prates
- Um apoio oportuno e elucidativo da genealogista Ilka Guittes Neves
- Relação de trabalhos do autor sobre o tema
- Notas ao texto (49 notas)
- Artigo do autor -"Dúvidas sobre a localização da Feitoria”
- A exata localização da Real Feitoria
- -" A ilha tida como Feitoria é uma restinga"
- - A explicação da denominação Arroio do Padre
- Onde se localizavam as sementeiras de trigo
- A sede da Real Feitoria em Canguçu Velho
- Um canal navegável no arroio Correntes
- Possível origem das denominações Canguçu na Zona Sul
- Real Feitoria -um exemplo de contribuição do Exército ao desenvolvimento
- Notas finais
- "O passado uma enorme planície onde correm dois rios".

O original deste trabalho, que reproduzimos para o site da Academia Canguçuense de História, foi publicado em 1992, sob a égide da citada Academia e publicado em plaqueta pela Prefeitura Municipal de Canguçu sob o titulo A Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu - 1783/1789 e prefaciado pelo prefeito Nelson Edi Grigoletti que, a certa altura de seu prefácio, escreveu:

"Repetimos: Cláudio Moreira Bento é, acima de qualquer dúvida, a representação viva do elo entre o presente e o passado do município de Canguçu, pelo qual demonstra tanto amor. Por isso, principalmente, e pelo que tem honrado e dignificado a sua terra natal, como historiador emérito e renomado, há que ser reconhecido e muito especialmente pelos seus conterrâneos canguçuenses."

CONTROVÉRSIAS E DÚVIDAS NA HISTÓRIA DO BRASIL

A História do Brasil, país novo e que pouca importância oficial tem dado à preservação de sua memória histórica, salvo honrosas exceções, é cheia de dúvidas e controvérsias históricas, só solucionadas com aparecimento de documentos primários a justificar ou a pôr por terra hipóteses de trabalho ou tradições corrigindo, no último caso, equívocos históricos por vezes seculares, até então tidos como verdades.

A maior das dúvidas históricas entre nós foi a do próprio local do descobrimento do Brasil, o qual, por mais de três séculos acreditou-se e difundiu-se como sendo em Porto Seguro, na Bahia. No entanto, carta de Pero Vaz de Caminha, redescoberta pelo padre Aires Cassal na Torre do Tombo, em Portugal, no início do século XIX, mostrou que o Brasil fora descoberto em Baia de Cabrália, mais ao norte de Porto Seguro.

Apesar disto as dúvidas ainda persistiram. Em 1972 fomos convidados pelo Ministério dos Transportes, gestão Ministro Mário Andreazza, na qualidade de membro da Comissão de História do Exército de seu Estado-Maior, para emitirmos parecer sobre o assunto. Caso o parecer apontasse Baía de Cabrália como local do descobrimento seria construída até lá uma rodovia federal. Caso contrário a rodovia só iria até Porto Seguro. Estudos que procedemos e que foram traduzidos na obra de Rocha Maia DO MONTE PASCOAL À BAIA DE CABRÁLIA nos levaram a optar por Baia de Cabrália como local do descobrimento. Nada pudemos concluir sobre o local da 1ª Missa, pois, inclusive, comissão anteriormente nomeada para tal e constituída de 6 membros optou por 6 locais diferentes, tal a impossibilidade de determiná-lo decorridos tantos anos.

Agora, no recente centenário da Proclamação da República, ainda persistiam várias controvérsias sobre o evento, as quais traduzimos no ensaio CONTROVÉRSIAS SOBRE A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, que foi amplamente divulgado.

Apparício da Silva Rillo em POPULÁRIO SÃO BORJENSE derrubou as tradições seculares que eram passadas como história de que sobre a antiga Igreja Matriz de São Francisco de Borja existiam subterrâneos e que a imagem daquele santo tinha sido profanada com cortes de suas pernas, quando em realidade ela foi esculpida como santo ajoelhado e, portanto, sem pernas, para melhor fixação. Sem documento não há história. Assim, o surgimento de um documento pode pôr abaixo tradições à semelhança de castelos construídos sobre a areia ou sobre o gelo, por levantados sem apoio documental.

Esta breve introdução é a propósito de dúvida por nós levantada há mais de 30 anos e expressa por escrito pela primeira vez, em 1970, na Coluna A Querência do DIÁRIO POPULAR, de Pelotas- RS, nos dias 30 de agosto e 06

de setembro, sob o título "História da Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu". Assunto sobre o qual alguns autores, sinteticamente, e sem apresentar comprovação e com apoio na tradição oral, a tem definido como tendo funcionado na Ilha da Feitoria, conjunto aparente de três ilhas sendo que a mais do sul vem sendo, desde 1777, conhecida oficialmente em mapas como Canigoçu, Cangazú e Canguçu. A do meio e a maior abriga a sede da Estância Sotéia. Ilha entre as desembocaduras dos arroios Correntes e grande (ex-das Pedras, em 1783) na Lagoa dos Patos, em Pelotas.

Nossas pesquisas sobre o assunto e publicadas conforme relação em anexo, nos conduziram às seguintes conclusões, com apoio em fontes primárias, principalmente, que apresentaremos e justificaremos:

1. O Rincão do Canguçu era o território continental que fazia frente à Lagoa dos Patos se estendia até as imediações da cidade de Canguçu atual, entre os arroios Correntes e Grande (ex-das Pedras). Dele estava fora a Ilha da Feitoria. Foi neste Rincão que funcionou de 1783-89 a Real Feitoria do Linhocânhamo.
2. A primitiva Ilha de Canguçu, e hoje conhecida como da Feitoria, desde 1777, pelo menos, tem sido propriedade particular e nela jamais funcionou nenhuma instalação da Real Feitoria do Linhocânhamo.
3. A sede da Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu funcionou no ponto mais alto Rincão do Canguçu, local que passou a ser conhecido como Canguçu Velho, a partir de 1800, com a fundação da atual cidade de Canguçu. Canguçu Velho cujas ruínas ali existente (sobrado e mangueirão quadrado de pedras) foram confundidas como tendo sido a da primeira redução jesuítica, por um pesquisador apressado, num momento de bairrismo regional, segundo assinalou e não contestou o grande J. Simões Lopes, por não dispor aquele tempo de elementos.
4. Com a transferência da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu, em 1789, para o Fachinal da Courita, em São Leopoldo atual, o Rincão de Canguçu passou a se constituir, com o nome de Estância Feitoria, uma das 7 estâncias formadoras de Pelotas. Estância que por volta de 1795 passou a pertencer ao rico e importante capitão-mór de Laguna Paulo Rodrigues Xavier Prates. Neste mesmo ano ele recebeu uma sesmaria na região da atual cidade de Canguçu e entrou de posse da Ilha da Feitoria onde estabeleceu a sede de seu vasto domínio na Estância da Sotéia, que também chamou- se da Feitoria e São Francisco Xavier, em função de oratório que ali existiu em invocação àquele Santo. Entrou de posse desse vasto domínio em época coincidente com a morte do brigadeiro Rafael Pinto Bandeira que foi substituído por seu cunhado, o Coronel Manoel Marques de Souza, no comando militar da Fronteira do Rio Grande, grande sesmeiro em Canguçu no

vale do Rio Piratini e futuro padrinho do Marquês de Tamandaré e avô do conde de Porto Alegre, hoje patrono da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada de Pelotas, por proposta por nós instruída.

5. Que o nome da Feitoria da primitiva Ilha de Canguçu, não advém da Real Feitoria do Linho- cânhamo do Rincão do Canguçu, mas sim da Estancia Feitoria, uma das 7 estâncias primitivas de Pelotas e que passou a ser comandada da Estância Sotéia da Ilha da Feitoria, cabeça de um vasto latifúndio que ia da ilha e ultrapassava um pouco Canguçu. Latifúndio situado estrategicamente à beira do caminho terrestre Rio Pardo-Rio Grande e do canal de navegação principal Porto Alegre-Rio Grande. Portanto, com suas extremidades junto a duas esquinas do Rio grande antigo e importantes rotas comerciais e de comunicações.

6. Que documentos cartoriais de Registro de Imóveis de Pelotas comprovam que a ilha pertenceu a Paulo Xavier Rodrigues Prates e seus descendentes, de 1795 até cerca de 1864.

7. Que o nome de Ilha da Feitoria e primitiva Canguçu começou a aparecer em documentos cartoriais a partir da Revolução Farroupilha e, ainda, em 1888, ela figurava no DICIONÁRIO IMPERIAL GEOGRÁFICO com o nome de Canguçu. Qual seria a razão da mudança de Ilha Canguçu para Feitoria? É a pergunta que fica no ar para os cartógrafos da Marinha e Exército.

8. Que a Real Feitoria foi anterior à fundação das cidades de Canguçu e Pelotas, e suas terras hoje abrangeriam porções dos municípios de Canguçu e Pelotas, portanto tradição repartida entre os dois, até a criação de outros municípios abrangendo terras do primitivo Rincão do Canguçu que é o caso de Turuçú.

LOCALIZAÇÃO DO RINCÃO DE CANGUÇU POR FONTES PRIMÁRIAS

Conforme mapa levantado em 1783, pelo Capitão Alexandre Eloy Portelli, do Rincão do Canguçu onde já haviam iniciado os trabalhos da Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu, aquele território abrangia as terras entre os arroios Correntes e o das Pedras (atual Arroio Grande) e entre a Lagoa dos Patos e alturas indeterminadas da Serra dos Tapes, nas cabeceiras do Arroio Moinho, próximo à atual cidade de Canguçu. O mapa excluía do Rincão do Canguçu a Ilha de Canguçu, hoje conhecida como da Feitoria. Ilha lacustre que em mapa levantado em 1777, figurava como propriedade de Manoel José Viana e tinha na sua extremidade sul a denominação Ponta do Canigoçu.

Segundo se conclui da REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RGS, n° 23, 1930, o Rincão de Canguçu, então chamado de Rincão Correntes e contíguo ao Rincão de Pelotas estava de posse do Capitão-Mór de Viamão

Manoel Bento Rocha. O referido Manoel Bento Rocha havia adquirido o Rincão de Pelotas por compra dos herdeiros do Coronel de Dragões Thomaz Luiz Osório que fora enforcado em Portugal sob a acusação de haver entregue, sem luta, a Fortaleza de Santa Tereza no atual Uruguai ao General D. Pedro Ceballos, o invasor do Rio Grande em 1763. Coronel cuja memória defendemos, por julgá-lo vítima de uma grande trama, em trabalho que fizemos entrega ao Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório, em Tramandaí-RS.

O Capitão-mór de Ordenanças de Viamão era pessoa importantíssima no Rio Grande de então. Era casado com D. Izabel Francisca da Silveira. Foi o fornecedor de carnes aos Exércitos do Sul ao comando do Tenente General Henrique Bohn que de 1774-79 atuou no Rio Grande na expulsão dos espanhóis de São Martinho, Santa Tecla e Vila do Rio Grande. Esta, em 1° de abril de 1776, dia de São Francisco de Paula, santo que por esta razão veio a ser escolhido padroeiro de Pelotas e nome da primitiva povoação que deu origem à cidade.

Bento Rocha testemunhou favoravelmente em processo a que foi submetido Rafael Pinto Bandeira, da acusação de apropriação indébita das presas de guerra feitas na conquista de São Martinho. Possuiu estâncias em diversos locais do Rio Grande: N. S. da Saúde: ao sul do Jacuí, defronte a Triunfo, obtida por concessão em 1781; em Capão da Canoa; no Curral do Arroio, em Santa Vitória atual; no Laranjal, em Pelotas; no Rincão do Canguçu, em Canguçu e Pelotas atuais. Esta, ele foi obrigado a devolver como se verá, por ordem do vice-rei para nele ser instalada a Real Feitoria do Linho-cânhamodo Rincão do Canguçu em 1783.

D. Luís de Vasconcelos, vice-rei do Brasil que mandou instalar a Real Feitoria do Rincão do Canguçu, transferiu-a para São Leopoldo atual. Assim se referiu, em relatório ao seu substituto, o 2° Conde de Resende, 13° vice-rei do Brasil, ao entregar àquele o vice-reino:

"Para o estabelecimento da Real Feitoria do Linho-câmnhamo foi escolhido um rincão denominado do Canguçu, de que se achava empossado um particular (referia-se ao Capitão-mór de Viamão Manoel Bento Rocha) com um daqueles títulos ilegítimos com os quais o Coronel Rafael Pinto Bandeira se tem feito senhor de muitos outros terrenos, e logo vende como fez a este por dinheiro."

Antes, assim referiu-se Vasconcellos ao Coronel José Ribeiro da Costa, comandante militar do Rio Grande, interino, de 1787-1801, que substituíra o Coronel Rafael Pinto Bandeira neste posto, após este exercê-lo de 21 de janeiro de 1784 a maio de 1787, ocasião em que se tornou o primeiro rio-grandense a dirigir o Rio Grande:

"O lugar ou Rincão de Canguçu, em que está a Real Feitoria é grande e de muitos bons pastos."

Era tão grande o Rincão de Canguçu (ou do Correntes) que tinha igual extensão ao de Pelotas, a concluir-se desta referência documental, constante da citada REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RGS:

"O mesmo cap. mór (tratava-se de Manoel Bento Rocha) estando de posse de outro rincão denominado Correntes (depois chamado rincão do Canguçu) de igual extensão que o rincão de Pelotas, o fez despejar dele (do rincão de Correntes ou do Canguçu) o brigadeiro governador do Rio Grande (Sebastião Veiga Cabral da Câmara) atual, para nele acomodar casais vindos de Maldonado e outros que se achavam sem estabelecimento (deslocados da guerra 1763-77)."

Portanto o Rincão do Canguçu era, pelo tamanho, igual ao que pertencera ao Coronel Thomaz Luiz Osório e adquirido de sua viúva pelo Capitão-mór de Viamão Manoel Bento Rocha. Sem dúvida, descrição que não se coaduna com um rincão na primitiva Ilha de Canguçu e atual Feitoria, para uns uma restinga, para outros um arquipélago de três ilhas e para outros uma só ilha, o que ficaria evidente nas secas.

O porto da Real Feitoria do Linho-cânhamo era no arroio Correntes, à margem esquerda e próximo de sua foz, o que fica evidente nesta carta do vice rei D. Luís de Vasconcelos ao comandante e governador militar do Rio Grande Coronel José Ribeiro da Costa, ao instruí-lo do modo de como transferir o pessoal e material da Real Feitoria de Canguçu para São Leopoldo:

"Do Rincão do Canguçu se pode transportar tudo embarcado a Porto Alegre, fazendo-se as conduções (transportes) do porto que serve a mesma feitoria (Real Feitoria) no arroio Correntes em pequenos barcos e canoas grandes até a qualquer barco que receba os efeitos (produção), sementes, escravatura (escravos) e o mais que se deve mudar. Referido barco deverá estar no canal por onde se atravessa quando da Real Feitoria se conduz alguma coisa para Rio Grande."

Como se viu não há nenhuma referência a embarques na Ilha de Canguçu e hoje da Feitoria, cujo canal de navegação passava e passa próximo dela, a concluir-se das cartas de navegação n° 2105 e 2112 da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, focalizando respectivamente na Lagoa dos Patos o Canal da Feitoria e proximidades, levantado em 1988.

Caso a Real Feitoria tivesse funcionado na ilha o lógico seria que o material a ser transferido para Porto Alegre fosse embarcado em porto da Ilha da Feitoria. Mas não foi assim que a fonte primária apontou ou seja, carta do vice-rei Luís de Vasconcelos, o maior interessado no assunto.

Aliás, estranhamos a denominação Feitoria, pois ainda em 1863 antes do início da Guerra do Paraguai, a ilha figura como o nome de Ilha Canguçu na obra de Eudoro Berlink, COMPÊNDIO DE GEOGRAFIA DO RGS (Porto

Alegre, 1863), à página 23. Obra adotada pelo governo da Província, para ser usada pelas escolas públicas do Rio Grande, após ouvido o seu Conselho Diretor da Instrução Pública. Neste ponto já havíamos insistido em artigo A Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu, 1783-1786, no DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 19 de julho de 1986, em que exploramos o mapa levantado do Rincão do Canguçu, em 1983 e que lamentavelmente não pode ser publicado pelo jornal por razões técnicas. Sobre arroio Correntes escreveu Eloy Portelli:

"Os práticos informam que o arroio Correntes é navegável até o passo da Cachoeira (na altura dos Três Cerros) ... O Correntes contudo oferece mais comodidade do que o das Pelotas (e atual Grande) para transportes. Dizem existir um canal junto à costa do Canguçu (atual Ilha da Feitoria) na Lagoa dos Patos. Este canal que penetra num saco (antiga Lagoa de Dentro e atual Lagoa Pequena) situado para além da barra da lagoa (dos Patos) e onde o Correntes desemboca. Isto permite navegarem no Correntes grandes embarcações."

Aqui mais uma evidência em uma fonte primária de história de que o porto da Real Feitoria ficava no Continente e não na Ilha de Canguçu e atual da Feitoria.

Pelo mapa citado de Eloy Portelli, o único caminho que registra foi um que atravessava o Rincão do Canguçu nos passos das Pedras e Correntes fazendo parte, seguramente, do caminho terrestre Rio Pardo. Caminho que passava junto ao "sítio mais alto da fazenda (feitoria) onde se pode fazer um grande potreiro", o qual coincide com a atual Canguçu-Velho que consideramos, com base em vários indícios e ruínas oitocentistas lá existentes além de o ponto mais alto da serra dos Tapes e também do primitivo Rincão do Canguçu, como a sede da Real Feitoria.

Por combinação deste caminho terrestre com o navegável arroio Correntes e mais o canal da lagoa entre sua foz e Lagoa dos Patos, próximo da Ilha Canguçu, era fácil atingir-se o canal de navegação Rio Grande-Porto Alegre.

A Real Feitoria possuía muares, a concluir-se do Relatório de passagem do Vice Reino do citado vice rei D. Luiz de Vasconcellos. E a pecuária teve grande desenvolvimento na Real Feitoria no Rincão do Canguçu:

"Não se perdeu contudo o tempo no adiantamento na criação de animais para o sustento de indivíduos (pessoal) e cavalhada para o serviço da Feitoria, conhecendo-se nesta parte tanto aumento, que se não fossem as despesas dos mantimentos e jornais (vencimentos) dos trabalhadores não seria difícil a independência da Real Feitoria de outros socorros (recursos)".

Em 1788, em Canguçu atual, o rebanho da Real Feitoria era 3031 bovinos e 105 muares e cavalares além de haver produzido durante seu período alí, 1.450 couros, além de 255 quilos de sebo, 142 queijos, 1.380 quilos de estopa

e 8.400 quilos de linho, seu objetivo principal, segundo exposição em 1801 de seu administrador em São Leopoldo, o padre Antônio Gonçalves Cruz, que consultei no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Documento 10, Lata 48).

Em Canguçu Velho existem ainda vestígios do mangueirão quadrado usado na sede da Real Feitoria erigida no local mais alto do Rincão do Canguçu, indicados em 1783 por Portelli como ideal "para levantar-se um potreiro".

Em nossos trabalhos O NEGRO NA SOCIEDADE DO RGS e CANGUÇU - REENCONTRO COM A HISTÓRIA, constantes do anexo, publicamos fotos das ruínas do sobrado e mangueirão de pedra da sede da Real Feitoria, em Canguçu Velho.

Canguçu Velho foi visitado em, 1912 por J. Simões Lopes Neto, ano em que se comemorava o centenário das freguesias gêmeas de Pelotas e Canguçu. A visita ele a realizou na presunção, pelo que lhe constava pela tradição oral, que ali havia funcionado a primeira redução jesuítica do Rio Grande do Sul - a de São Nicolau. O responsável pela confusão histórica, confundiu os rios Piratini e Icamaquã das Missões com os nossos Piratini e Camaquã, assunto que esclarecemos com auxílio dos jesuítas do Cristo Rei de São Leopoldo e traduzimos no artigo CANGUÇU REDUÇÃO JESUÍTICA? no qual rebatemos o equívoco e reafirmamos nossa convicção que ali havia sido a sede da Real Feitoria do Linho-cânhamo 1783-79, pelos vestígios ainda existentes e outros fortes indícios.

Da visita a Canguçu, J. Simões Lopes Neto publicou uma reportagem alusiva ao centenário da freguesia de Canguçu na REVISTADO DO CENTENÁRIO DE PELOTAS N°4, em 1912, pelo que o considero o 1° historiador de Canguçu a cuja memória ele prestou relevante serviço e foi a partir dela que comecei a pesquisa sobre Canguçu. Ele aceitou e transmitiu o equívoco de ali haver funcionado a primeira redução jesuítica, que é compreensível dado o atraso nos estudos históricos. Mas para justificar a povoação que ali teria existido, para ele uma redução jesuítica e para mim a sede da Real Feitoria, ele escreveu o seguinte, após demoradas observações no local, com apoio em pessoas conhecedoras do lugar:

"Canguçu Velho repousa sobre o pendente Leste-Norte de uma extensa colina. Dela alonga-se uma vasta área quase plana, que vai fazer a margem direita no arroio hoje do Moinho de límpidas águas roladas sobre pedras e de volume bastante para uma grande população. Em frente e aos lados ergue-se a serra como defesa natural fácil de realizar. Para traz os campos ricos de pastagens abundantes de gado de toda a espécie, para alimento e trabalho. Próximo e de um lado o veio cristalífero e mineral (cristal de rocha), no outro lado, camadas de terra humosa de um metro ou mais de espessura para frutas

e cereais".

Portanto era a região do Rincão do Canguçu com água abundante, campos próximos ricos para a pecuária e terras próximas férteis para a agricultura. Com água próxima para sustentar uma grande população, região de fácil defesa e no ponto mais elevado do rincão. Portanto ideal para ali funcionar a sede da Real Feitoria do Linho-cânhamo, além de próximo do caminho histórico Rio Pardo-Rio Grande.

Do contrário, como explicar as ruínas oitocentistas ainda existentes no local, anteriores a fundação da cidade de Canguçu em 1800, cerca de 11 anos após a transferência da Real Feitoria para São Leopoldo e erigida em local contestado, o Rincão do Tamanduá, pelo dono do imenso latifúndio que vinha desde a Ilha de Canguçu e atual Feitoria - o Capitão-mór de Laguna Paulo Rodrigues Xavier Prates. E mais, fundação atendendo ao pedido formal de 140 moradores e vizinhos "do Arroio das Pedras, denominado Canguçu, distrito dessa Freguesia de São Pedro do Rio Grande com 1.000 pessoas de sua obrigação", conforme requerimento que enviaram ao governador do Continente de São Pedro, ao final de 1799, para levantarem uma capela, o que foi feito em Canguçu atual e não em Canguçu Velho. Por certo para não ficar incrustada nas terras do citado Capitão-mór de Laguna.

O vice rei D. Luiz Vasconcelos, no já várias vezes citado relatório de transferência do Vice Reino, assim alude à produção do linho-cânhamo na Real Feitoria:

"Ainda que as primeiras sementeiras de linho que se fizeram no dito Rincão do Canguçu prometeram uma feliz produção, por ter crescido linho de boa elevação (tamanho) e excelente fibra, segundo o resultado de experiência feitas nas amostras que enviei a esta Corte (a Lisboa), as quais tive particular satisfação de corresponderem as do melhor linho de Riga. Contudo, indo em maior aumento às proporções das sementes que se foram colhendo, não me pareceu muito fértil aquele terreno pela pequena cultura do linho plantado nos campos, sendo isso necessário aplicar maior força de trabalho em derrubadas de mato virgem, de cujas se tiravam maior utilidade pela bondade (qualidade) e altura do linho que produziam."

Vê-se que os campos não aprovaram para o plantio do linho e foi necessário derrubar matos abundantes próximos de Canguçu Velho, conforme assinala mapa de Eloy Portelli, para linho comparável ao famoso de Riga ser produzido. Conforme assinalamos, a Real Feitoria produziu em Canguçu, até sua transferência para São Leopoldo, em 1789, mais de 8 ton. de linho sendo que em 1788 bateu em Canguçu o seu recorde de produção de toda a sua existência em Canguçu e São Leopoldo até 1824, sendo que neste último local dispôs de bem maiores recursos, humanos principalmente.

É uma contradição a decisão de transferência da Real Feitoria sob o

argumento de fertilidade insuficiente.

Em realidade o problema do linho residia na falta de sementes adaptadas às condições de Canguçu e São Leopoldo, conforme se conclui de ofício do vice-rei Conde de Resende, em 1800, ao Ministério Ultramarino.

Este ofício contrariava o sentido do que o citado vice-rei informara ao Príncipe D. João, 11 anos antes, ao comunicar-lhe a transferência da Real Feitoria para São Leopoldo, ao mesmo tempo que enviava ao Príncipe a maior produção da Feitoria - a de 1788.

Assim, o Conde de Resende explicou a D. João a transferência da Feitoria de Canguçu para São Leopoldo:

"Pouca fertilidade do Rincão do Canguçu onde se formou o estabelecimento."

O assunto era importante e ao nível estratégico. Interessava ao príncipe D. João, aos dois-vice reis e a dois governadores do Continente. O linho era para navegação o que hoje é o petróleo. E Portugal procurava ficar independente da Inglaterra, daí a importância que teve de 1783-89 o Rincão do Canguçu que, atualmente, se estenderia por terras de Canguçu, Pelotas e Turuçú.

ILHA DE CANGUÇU E ATUAL DA FEITORIA - ENTENDIMENTO

Ficou claro, à luz de fontes primárias de que a Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu 1783-79 não funcionou e nem teve nenhuma ligação com a Ilha de Canguçu e atual da Feitoria. Documentos cartoriais assinalam a partir de 1846 esta denominação local, mas não constantes dos mencionados COMPÊNDIO DE GEOGRAFIA DO RGS de 1863, aprovado para o uso em escolas públicas do Rio Grande e no DICIONÁRIO GEOGRÁFICO BRASILEIRO de 1888. Como explicar esta quebra da tradição? Tentaremos!

Com a transferência da Real Feitoria de Canguçu para São Leopoldo em 1789, o primitivo Rincão do Canguçu, que já pertencera ao Coronel Rafael Pinto Bandeira, ao Capitão-mór de Viamão Manoel Bento Rocha e ao Governo, passou ao domínio do Capitão-mór de Laguna Paulo Rodrigues Xavier Prates, isso por volta de 1795. Sua estância no primitivo Rincão do Canguçu passou a chamar-se Estância Feitoria. E com este nome ela figura ocupando o primitivo Rincão do Canguçu, em mapa das 7 estâncias formadoras de Pelotas, levantado e organizado pelo historiador pelotense Alfredo Coelho da Cunha e publicado na 1° edição de CIDADE DE PELOTAS.

Estância Feitoria com as seguintes lindes, segundo o citado historiador em artigo de 1928:

"Fazia frente a Lagoa dos Patos e atingia pelos fundos eminências indeterminadas da Serra dos Tapes. Corria-lhe o Arroio Grande ao norte (ex-

das Pedras). Era ao sul pelo Arroio Correntes."

Esta descrição corresponde exatamente ao primitivo Rincão do Canguçu e anteriormente Rincão Correntes, onde funcionou a Real Feitoria. A estância descrita não incluía a Ilha Canguçu e atual da Feitoria.

O citado Capitão-mór Paulo recebeu por esta época mais um acréscimo a seu patrimônio e um prolongamento dele na região da cidade de Canguçu e imediações. Foi uma sesmaria de 1,5 légua de comprimento e uma de largura no caminho do Rio Pardo.

Posteriormente, ou na mesma época, o referido Capitão-mór entrou de posse da Ilha de Canguçu e atual da Feitoria, atual Fazenda Sotéia, debruçada na Lagoa dos Patos e que também chamou-se Feitoria e São Francisco Xavier. Isto, a concluir-se de estudos de Carlos Grandmasson Rheigantz sobre o Capitão-mór Paulo e seus descendentes, que herdaram a ilha e ali ainda eram proprietários ou residiam, até pelo menos início da Guerra do Paraguai em 1865, como se verá, com apoio em documentos cartoriais obtidos pelo canguçuense Major Ângelo Pires Moreira. Este, fundador e primeiro Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas - e que muito nos ajudou a esclarecer este assunto nebuloso, na busca incansável pela verdade histórica.

Assim, a ilha passou a ter a denominação de Feitoria, não por ter ali funcionado a Real Feitoria do Linho-cânhamo, mas sim por ter passado a ser a sede da Fazenda Canguçu, Feitoria, São Francisco Xavier e atualmente Fazenda Sotéia. Dela o capitão-mór Paulo passou a administrar seu enorme latifúndio. Sim, a atual Fazenda Sotéia aparece até como Canguçu!

Aí está a raiz das divergências entre os que com apoio na tradição ou fontes históricas de segunda, terceira e quarta mãos ou, de uma leitura incorreta das fontes primárias, têm considerado a Ilha da Feitoria como o Rincão do Canguçu e, por via de consequência, o local onde funcionou a Real Feitoria. Ao contrário de nós, com apoio em fontes primárias, localizamos o Rincão do Canguçu no Continente e de que o nome local de Ilha Feitoria advêm da Estância da Feitoria que aí teve sede na atual Fazenda Sotéia, a qual governava o imenso território que, além da ilha, abrangeu o antigo Rincão do Canguçu e uma sesmaria na região da cidade de Canguçu e imediações.

O Capitão-mór de Laguna Paulo Rodrigues Xavier Prates foi sesmeiro em local da atual cidade de Canguçu a partir de 1795 e foi parte de uma rumorosa questão de terras com João Francisco Teixeira de Oliveira, da qual resultou o terreno onde foi erigida a atual cidade de Canguçu, então doado a N. S. da Conceição. Eu abordo, com apoio em fontes primárias, esta rumorosa questão em CANGUÇU - REENCONTRO COM A HISTÓRIA, que com o presente estudo ficará mais clara.

CAPITÃO MÓR DE LAGUNA PAULO RODRIGUES XAVIER PRATES (1743-

1813)

Como se viu, ele foi proprietário de um vasto latifúndio que abrangia à época a Ilha de Canguçu (atual Feitoria), a estância Feitoria (que abrangeu o Rincão do Canguçu onde funcionou a Real Feitoria) e o Rincão do Tamaduá (onde foi fundada a atual cidade de Canguçu em 1800).

Quem foi este ilustre e poderoso personagem tão ligado aos primórdios de Canguçu e Pelotas? É o que tentaremos explicar, da interpretação de múltiplas fontes históricas, visando mostrar que ele foi proprietário da Ilha Canguçu (atual da Feitoria), que passou como herança a alguns de seus 11 filhos.

Paulo Rodrigues Xavier Prates nasceu em Laguna-SC, em 1743. Era filho do Capitão-mór de laguna João Rodrigues Prates, natural de Estremo-Èvora em Portugal e que veio a tornar-se dos primeiros estancieiros lagunenses a se estabelecer no Rio Grande, na região do Viamão. Era tronco da ilustre família Prates que deu ao Rio Grande entre outras personagens o 1° Bispo do Rio Grande, D. Feliciano Prates e o Dr. Júlio Prates de Castilhos. A mãe do Capitão Paulo era D. Izabel Gonçalves Ribeiro, natural de Laguna -SC e filha de outro dos primeiros estancieiros lagunenses a se estabelecer no Rio Grande, na região de Viamão: Manoel Gonçalves Ribeiro. Era irmão mais velho do Capitão Paulo o padre Francisco Xavier Rodrigues Prates, o instalador e 1° administrador da Real Feitoria do Linho- cânhamo do Rincão do Canguçu em 1783 e que ali faleceu logo em seguida, deixando na toponímia de Pelotas o Arroio do Padre, do qual derivou a Colônia do Padre, que nada tem a ver com a denominação de Arroio do Padre Doutor, alusiva ao tio de Hipólito da Costa que ali residiu depois de 1780, bem como o citado patrono da Imprensa Brasileira.

O casal João e Izabel, pais de Paulo, deixaram Laguna para vir cuidar de seus vastos patrimônios do Rio Grande. Em Laguna ficaram parentes do casal em importantes funções. Paulo foi eleito pela Câmara de Laguna para o Terço de Ordenanças, constituído de no mínimo 3 companhias e destinadas a auxiliar os oficiais de Justiça e de Fazenda, mediante requisição, e tropa de reserva, em caso extremo, da tropa de 1ª linha, e encarregada de executar o recrutamento para o Exército e Marinha. Era, pois, homem poderoso que satisfez a condição exigida para o cargo de "ser pessoa de qualidade e da 1ª nobreza", podendo por outro lado comerciar. Cada Companhia de Ordenanças era composta de 1 capitão, 1 alferes, 1 sargento, 10 cabos e 250 soldados, todos reconhecidamente idôneos. Segundo instruções da época este serviço militar, bem como no das Milícias, era considerado:

"É vida muito decente e própria para os homens ganharem merecidamente a honra e para adiantarem suas graduações e fortunas."(Alvará de 15 de outubro de 1764, baixando no ano seguinte à invasão do Rio Grande

por Espanha).

Paulo exerceu as funções de Capitão-mór de Laguna até novembro de 1775 quando, a pedido, foi dispensado das funções que vinha exercendo desde 1770, com prolongadas licenças para cuidar dos interesses de sua mãe e os que herdara no Rio Grande, na Aldeia dos Anjos (Gravataí atual) em razão da morte de seu pai.

Dois anos antes já havia casado em Aldeia dos Anjos com a filha de Rio Grande, Joaquina Marques de Souza, irmã do mais tarde Marechal Manoel Marques de Souza I. Este, guiara o ataque principal em 1° de abril de 1776 à Vila de Rio Grande, há 13 anos em mãos dos espanhóis, como tenente dos Dragões de Rio Pardo e servindo de ajudante-de-ordens do Tenente general Henrique Bohn, comandante do Exército do Sul que libertou o atual Rio Grande do Sul.

Marques de Souza era avô do Conde de Porto Alegre e parente e padrinho de batismo do futuro Marquês de Tamandaré, o Patrono da Marinha de Guerra do Brasil, nascido em Rio Grande. O Capitão mór Paulo e D. Joaquina tiveram 11 filhos de 1770 a 1792, todos nascidos na região de Gravataí atual, onde possuíam propriedade, sendo que os 4 primeiros durante a Guerra do Sul (1763-76). Foram eles, com apoio em Carlos G. Rheingantz e elementos cedidos pela Prof. Ilka Guites Neves:

1°) Joaquim de Souza Prates (padre, 1770);

2°) Joaquina de Souza Prates (1772, casou com capitão José Joaquim Gouveia que cuidava dos interesses do sgro em Canguçu por volta de 1784, cuja esposa ainda vivia na Ilha de Canguçu e atual da Feitoria em 1880;

3°) Ana (Marques) de Souza Prates (1774, a qual casou com Carlos Pereira Lago e mãe do capitão Carlos Aurélio de Souza Prates que, conforme documentos cartoriais, herdou uma fração da Ilha de Canguçu (atual da Feitoria) em 1852;

4°) Bernardina Marques de Souza Prates (1776, casou com Antônio José Carneiro);

5°) Brígida Marques de Souza Prates (1778, casou com Antônio Soares da Silva);

6°) Joaquim Silvério de Souza Prates (1780, e faleceu em Boqueirão em 1862);

7°) Felicina de Souza Prates (1782, que foi casada com Francisco Lopes Soares);

8°) João Marques de Souza Prates (1784, que casou em Canguçu com Ana Fausta de Figueiredo em 1835, aos 51 anos);

9°) Maria Cizelina de Souza Prates (1787, que casou "em 1808 no oratório São Francisco Xavier da Fazenda Canguçu", para nós atual Fazenda Sotéia, com Antônio Marques de oliveira);

10°) Antônio José Rodrigues Prates (1789, e faleceu solteiro em Boqueirão-São Lourenço do Sul atual);

11°) Feliciano Rodrigues Xavier (1792, que faleceu solteiro tendo com Maria Filisbina Rosa 3 filhos entre eles Senhorinha Carlota Rodrigues Prates que recebeu em 1846, por partilha da herança de seu pai, uma fração da Estância Feitoria na Ilha de Canguçu. Senhorinha ainda se encontrava na ilha em 1880 segundo documento cartorial).

Em 1855, Senhorinha foi co-herdeira, junto com seu primo Carlos Aurélio Souza Prates, de uma fração na Ilha de Canguçu, da Estância Feitoria. Foi a filha do capitão Paulo, D. Ana de Souza Prates e mãe de Carlos Aurélio de Souza Prates, falecida em 1853, que vendeu dois quinhões da ilha aos tios bisavós do autor Joaquim Gomes de Araújo (originário do vale do Piratini) e sua prima Delfina Gomes de Borba (originária da Armada em Canguçu, no vale do rio Camaquã e filha de Malaquias Borba).

A presente demonstração de que o Capitão-mór Paulo foi proprietário, além da Estância Feitoria (no antigo Rincão do Canguçu) e da sesmaria no Rincão do Tamanduá (cidade de Canguçu e imediações), da Ilha de Canguçu e atual da Feitoria, foi feita com apoio em interpretações anteriores do autor, confirmadas pelo estudo, integração e interpretações em documentos de partilhas e vendas de terras ali ocorridas em 1846, 1852 e 1880. Estes documentos me foram cedidos pelo Major Ângelo Pires Moreira e que por sua vez lhe foram cedidos pelos atuais proprietários da Ilha de Canguçu e atual da

Feitoria, cuja sede, que atualmente se chama Sotéia, já foi chamada em documentos, de Canguçu, São Francisco Xavier e Feitoria. Este, nome mais vinculado à Fazenda Feitoria existente na ilha do que à ilha tradicionalmente Canguçu, conforme demonstrado, mas que acabou se impondo.

A comprovação da propriedade da ilha pelo Capitão Paulo foi muito auxiliada por Carlos G. Rheigantz em POVOAMENTO DO RIO GRANDE.

Ângelo Pires Moreira e Carlos Rheigantz me ajudaram a provar que a Ilha de Canguçu e atual da Feitoria foi herdada pela 2ª e 3ª filhas (Joaquina Prates e Ana de Souza Prates) e pelo 11° filho (Feliciano Rodrigues Xavier Prates), o caçula, do Capitão-mór Paulo.

Seguramente, ao transferir-se por volta de 1795 da Aldeia dos Anjos para atual Ilha da Feitoria e primitiva de Canguçu, O Capitão-mor Paulo vinha morar mais próximo da imensa família de sua esposa, muito antiga e prestigiosa na Vila de Rio Grande e imediações, cujas terras haviam iniciado a povoar antes da invasão espanhola de 1763, como o seu cunhado Tenente Luiz Francisco Marques Fernandes que estabeleceu estância, cujas ruínas ainda existem, e que serviu de base de guerrilhas para Rafael Pinto Bandeira contra os espanhóis, dominando a Vila do Rio Grande. Estas ruínas ficam em Canguçu. O Capitão Paulo era tio avô de D. Feliciano Rodrigues Prates, o 1° bispo do Rio

Grande do Sul. Ele foi visitado na Ilha da Feitoria em 1809 pelo comerciante inglês John Luccok, que sobre ele e sua propriedade deixou valiosas impressões tais como:

"Era um major de Milícias, homem alto e bem apessoado. Trajava casaco e colete de algodão, calças de fustão, botas a moda de Hesse e um chapelão de palha manufatura caseira. Num boldrié de couro preto exibia a tiracolo uma faca de mato."

O comerciante referiu que eram três ilhas. Que a mais do sul, por onde passava próximo o canal de navegação da Lagoa dos Patos, chama-se Ilha Cagazú o que a tornava um ponto obrigatório da navegação Porto Alegre-Rio Grande. Mencionou que o major Paulo possuía sua casa na ilha maior, o que corresponde à Fazenda Sotéia atual. Que na época, na Ilha Canguçu, ele estava explorando uma fábrica de sabão, aproveitando o sebo e cinzas que vinha obtendo de três tipos de madeira. Avaliou o patrimônio do proprietário em 8.000 cruzados ou cerca de 9.000 libras esterlinas.

O então major Paulo morreu na estância em 13 de junho de 1813 de dor no peito (angina ou do coração), sendo transportado de barco até Rio Grande onde foi sepultado. A descrição do arquipélago da Feitoria por Luccok é a única que conhecemos até hoje. Ela nos dá a impressão de que o capitão Paulo reduzira seu imenso latifúndio à ilha, ou arquipélago ou restinga da Feitoria, tarefa a ser definida pelos geógrafos.

Os 11 filhos do major, agora entre 21 e 43 anos, estariam explorando o seu latifúndio no Continente. A mudança do posto de capitão-mór de Ordenanças para o de major de Milícias se explica em razão do Dec de 7 de agosto de 1796 passar a considerar Milícias todas as tropas de 2a linha, que até então eram organizadas em Ordenanças e Auxiliares. Em 1831 as Milícias foram substituídas pela Guarda Nacional. Guilhermino Cézar não definiu o local da Real Feitoria em HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL. Talvez por sentir estar em solo movediço.

UM APOIO OPORTUNO E ELUCIDATIVO

Quando nossa pesquisa havia chegado a este ponto de convencimento recebemos valiosos subsídios solicitados à distinta e competente historiadora e genealogista professora Ilka Neves sobre o Capitão-mór Paulo, em complemento ao que já havia nos enviado sobre o mesmo.

Subsídios onde avulta o inventário do Capitão Paulo, aberto em 8 de outubro de 1813 e do qual foi inventariante sua esposa D. Joaquina Marques de Souza. Inventário que vem confirmar o que até agora havíamos afirmado, de que o antigo Rincão do Canguçu, no Continente, e a primitiva Ilha de Canguçu e atual da Feitoria eram propriedade do falecido Capitão Paulo. Diz o inventário que pertenciam ao falecido capitão Paulo R. X. Prates:

"- A estância denominada Canguçu, com 3 léguas de comprimento por uma de largura a qual se divide a noroeste com a Serra dos Tapes, e pelo nordeste com Arroio Grande (ex-das Pedras) e pelo sudeste com o Arroio Correntes.

• Uma ilha nos fundos do mesmo campo da estância (Canguçu), circundada pela Lagoa dos Patos com 1,5 léguas de comprido por 1,4 de largura."

Portanto, é confirmado o que afirmei que o Capitão Paulo foi proprietário de três propriedades que iam da Lagoa dos Patos, incluindo a Ilha Canguçu, atual da Feitoria, até além da atual cidade de Canguçu no vale do Piratini e Camaquã.

Ainda em 1801, existia a denominação de Rincão do Canguçu, onde havia funcionado a Real Feitoria de 1783-89, conforme esta concessão feita pelo Rei de Portugal a Antônio José Marques:

"Sobras do Rincão denominado Canguçu, no qual possui sesmaria Paulo Rodrigues Xavier Prates, com as seguintes confrontações: oeste Serra do Herval (Tapes); norte o Arroio Grande; sul o Arroio Correntes e leste a Lagoa (dos Patos)."

Mais uma confirmação documental de que o Rincão do Canguçu ficava no Continente.

Sobre a ilha denominada Canguçu e hoje Feitoria, consta a seguinte concessão à viúva D. Joaquina Marques de Souza, em 1814:

"Ilha na Fronteira do Rio Grande denominada Canguçu, comprada por seu falecido marido Paulo Rodrigues Xavier Prates de Manoel Marcelino que por sua vez a adquiriu de seu parente (capitão mór de Viamão) Manoel Bento Rocha. A ilha divide-se ao norte por um arroio estreito, pelo sul com a Lagoa dos Patos, ou canal por onde navegam as embarcações para o Porto Alegre, a leste com a Lagoa dos Patos e a oeste com a Lagoa Pequena que existe entre a Fazenda Pelotas e a mesma ilha."

Este documento revela mais uma propriedade que pertenceu ao rico e empreendedor Capitão mór de Viamão Bento Rocha, que estou recordando em próximo trabalho sobre A MEMÓRIA DO TEN. GEN. HENRIQUE BOHN SOBRE A EXPEDIÇÃO MILITAR AO RIO GRANDE, 1774-79.

Os documentos mostrados e contribuição oportuna da historiadora Ilka Neves falam por si só que o primitivo Rincão do Canguçu, em 1813, era a sesmaria ou estância Canguçu do Capitão-mór Paulo e que a ilha era ainda chamada Canguçu. Onde estaria a origem da mudança do nome de Canguçu, do Rincão e da ilha, para Feitoria? Antônio Gonçalves Chaves rico e culto charqueador pelotense em suas MEMÓRIAS ECÔNOMO-POLÍTICAS (5ª memória) de 1822, escreveu a certa altura:

"Sob o Ministério do Marques de Pombal (sic) mandou-se criar uma

feitoria de Cânhamo nesta Província, e veio encarregado deste negócio um tal de Fachina. Foi escolhido o lugar em que é situada a Fazenda de D. Joaquina Marques viúva do capitão mór Paulo Rodrigues Xavier Prates, do que esta fazenda tira o nome de Feitoria."

A fazenda herdada, chamada de Fazenda Canguçu no inventário, correspondia ao Rincão do Canguçu, onde funcionara a Real Feitoria. Mudando-se o nome da fazenda para Feitoria, em alusão à antiga Real Feitoria que ali funcionara de 1783-89, entre 1814 e 1822 a ilha passou a ser chamada Ilha da Feitoria por ter sido integrada à agora Fazenda da Feitoria, no Continente, o que tem lógica, mas não o confundir-se uma ilha, a ilha de Canguçu com Rincão do Canguçu, coisas distintas.

Creio que o Rincão do Canguçu recebeu este nome por estar atrás da Ilha de Canguçu e esta, em compensação, receberia mais tarde o nome de Ilha da Feitoria, por estar defronte e integrada à Fazenda feitoria no Continente que substitui no mesmo rincão a Real Feitoria.

Arno Wheling afirma que o vice-rei, apesar de o Rincão do Canguçu estar ocupado com o título ilegítimo indenizou o Capitão-mór Bento Manoel da Rocha, talvez por julgar que adquirira de boa fé.

Do inventário do Capitão Paulo registro entre outras coisas: uma ferraria, o iate Livre Canto, um escaler, uma canoa para pescar, quatro redes de pesca, 40 escravos, uma olaria de telhas e tijolos e moinho a água na fazenda, uma casa, 3.000 reses, 990 bois mansos, 90 cavalos mansos, 150 éguas chucras, 130 mulas, 200 ovelhas, 200 alqueires de cal e 90 de sal, duas fardas de pano fino, um chapéu com galão de prata, um aparelho da Índia para chá, um missal com estante, uma espada, um par de dragonas, um crucifixo, uma tesoura, um sino, um tacho grande e duas caldeiras grandes (fabrico de sabão), etc.

Obs.: 1 - A presente demonstração responde à comunicação da Sra. Zênia Leon no 9° Encontro de Micro-História em Erechim, 1991 onde, com recurso de um vídeo, apresentou a Fazenda Sotéia como sendo a sede da Real Feitoria do Linho-cânhamo e a ilha de Canguçu ou Feitoria com o Rincão do Canguçu 1783-89.

2 - Ao presente estudo foi anexado um dossiê de que foram destinados exemplares aos IHGB, IHGRGS, IHGPEL e Academia Canguçuense de História. Dossiê que documentará a história desta controvérsia.

RELAÇÃO DE TRABALHOS (INCLUSIVE DE ÂMBITO NACIONAL, ESTADUAL E REGIONAL) PUBLICADOS PELO AUTOR SOBRE A REAL FEITORIA DO LINHO-CÂNHAMO DO RINCÃO DO CANGUÇU

1 - História da Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu. DIÁRIO POPULAR (Coluna Querência, órgão de divulgação da União Gaúcha J. Simões Lopes Netto), Pelotas, 30 agosto e 6 de setembro de 1970.

2 - Canguçu Primeira Redução Jesuítica? DIÁRIO POPULAR (Coluna Querência), 22 novembro 1970.

3 - O Negro na Real Feitoria do Linho-cânhamo em Canguçu. in: O NEGRO NA SOCIEDADE DO RGS. Porto Alegre: IEL, 1976, p. 96-107.

4 - Aspectos da época da criação da Escola Naval. DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 25 dezembro 1982 e no LETRAS EM MARCHA, dezembro 1982, p. 19.

5 - Pelotas até a fundação do Diário Popular. DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 1980. (Pesquisa comemorativa dos 90 anos do Diário Popular).

6 - Bicentenário da instalação da Real Feitoria do Linhocânhamo do Rincão do Canguçu. REVISTA DO INST. HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, v. 340, julho/setembro 1983, p. 99-102.

7 - Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu in.: CANGUÇU REENCONTRO COM A HISTÓRIA. Porto Alegre: IEL, 1983, p. 25-29.

8 - Uma companhia de Ordenanças em Pelotas desde 1774? REVISTA DO INSTITUTO. HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, v. 344, julho/setembro 1983, p. 155-156 e no DIÁRIO DE PELOTAS, Pelotas, 26 agosto 1984.

9 - A Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu 1783-1986. DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 19 de julho 1987. (Analisa as revelações e confirmações do mapa de levantamento do Rincão do Canguçu em 1783, pelo Capitão de Infantaria Alexandre Eloy Portelli. Mapa que exclui do levantamento a llha de Canguçu e hoje da Feitoria).

10 - MUNICÍPIO DE CANGUÇU - FORMAÇÃO HISTÓRICA. Canguçu: Prefeitura Municipal, 1991 (comunicação a reunião anual da Academia Canguçuense de História, ao 9° encontro do Instituto de Tradições e História do RGS em São Gabriel e do de Micro- História em Erexim), p. 6-7.

Obs.: O artigo constante no n° 1 foi publicado em 1973 no ALMANAQUE DO CORREIO DO POVO depois de ser publicado em seu Caderno do Sábado.

NOTAS AO TEXTO

1)) Editado pelo Ministério dos Transportes no Rio de Janeiro , 1973, p.25-26.

2)) Revista A DEFESA NACIONAL, n° 127, abril/junho 1990, p. 17-31 e CADERNOS DA COMISSÃO COORDENADORA NO EXÉRCITO DAS COMEMORAÇÕES DOS CENTENÁRIOS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E DA CRIAÇÃO DA BANDEIRA NACIONAL, Rio de Janeiro: SENAI, BIBLIEx, 1991. p. 223-244.

3)) Livro editado por Martim Livreiro, Porto Alegre, 1991, com co-autoria de Fernado O 'Donnell e patrocínio da Prefeitura de São Borja.

4)) Foi publicado também no CORREIO DO POVO e no seu Almanaque de

1973.

5)) Mapa existente a cores na Biblioteca Nacional, conforme indicado por Abeillard Barreto em sua BIBLIOGRAFIA SUL-RIOGRANDENSE, Rio de Janeiro:, CFC, 1976, p.1082 (em PORTO) E que assim consta:

"Plano do terreno em que atualmente se fazem experiências da sementeira do Linhocânhamo por ordem do llmo. Exmo. Sr. Vice Rei do Estado (D. Luiz de Vasconcelos) por ordem do Brigadeiro Governador do Continente (Sebastião Veiga Cabral da Câmara) por Eloy Portelli, Capitão de lnfantaria com exercício de Engenheiro. Manuscrito colorido de 0,31 x 0,40m."

Segundo AbeilLard Barreto "abrange desde a serra dos Tapes, ao norte da Lagoa dos Patos, entre os arroios Correntes e das Pedras". O plano não inclui a llha de Canguçu e hoje da Feitoria.

6) Carta corográfica levantada em 1777 pelo Capitão de Granadeiros do Regimento de lnfantaria de Santos, Manoel U. do Couto Reis e publicada no livro A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO (Rio de Janeiro:Imprensa Militar, 1922). Em realidade tratava-se do mais tarde Ten. Gen. Manoel Martins do Couto Reis que escreveu sobre a Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro, a qual, em 1783, fornecera 40 escravos para acionar a Real Feitoria em Canguçu. Ele administrou aquela fazenda e sobre ela produziu memória em 1804 que foi publicada na REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Foi o primeiro cartógrafo da Zona Sul do Rio Grande do Sul, estado ao qual contribuiu com outros levantamentos. Era santista. Faleceu em 1827 deixando como viúva D. Maria dos Santos Ribeiro. Antes da vinda do Regimento de Santos para lutar no Sul ele havia integrado a fortaleza de N. Sra. da Conceição do Iguatemi, no sul do Mato Grosso atual. Talvez a denominação de lguatemi, em Canguçu, se dava a um paulista veterano da defesa daquela praça.

7) Conforme se conclui de documento publicado na REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE,n° 23, junho 1930, p. 38, 485-486.

8) Segundo relatório de 20 de agosto 1789 do vice rei D. Luiz de Vasconcelos ao seu substituto 2° Conde de Resende, ao entregar o Vice Reino do Estado do Brasil, conforme publicou a REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, t.XXlll, 1860, pp.220-225.

9) Segundo o vice rei D. Luiz em carta ao governador interino do Continente do Rio Grande, Coronel José R. Costa publicada na REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RGS, n°23, junho 1930, p. 470.

10) Idem documento citado da fonte da Nota 7, p. 486.

11) ldem documento citado na Nota 8 do vice rei (relatório).

12) ldem fonte citada na Nota 5 (mapa de Eloy Portelli).

13) Idem fonte citada na nota 8.

14) Canguçu redução jesuítica? DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 22 novembro

1970.

15) Reproduzido em nosso CANGUÇU - REENCONTRO COM A HISTÓRIA. (Porto Alegre: IEL, 1963).

16) Idem Nota anterior, p.39.

17) Fonte referida na Nota 8.

18) Ofício 265, de 21 de março 1800 do vice rei 2° Conde de Resende ao Príncipe D. João em Lisboa (Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

19) Ofício 8, de 14 maio 1789 do vice rei 2° Conde de Resende, ao Príncipe e citado em artigo nosso sobre a Real Feitoria no Diário Popular ,Pelotas, 30 agosto e 6 setembro 1970 (documento do arquivo do lnstituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

20) Obra de Fernando Luiz Osório, 1ª ed. entre p. 26 e 27, ano 1922. Antes dessa obra J. Simões Lopes referiu na REVISTA DO CENTENÁRIO DE PELOTAS N° 4 de 1912 a ilha da Feitoria ainda com o nome de ilha Canguçu. O citado autor de CIDADE DE PELOTAS (Porto Alegre: Globo, 1962), 2a ed. p. 25 assim refere:

"E é conhecida por llha da Feitoria a llha de Canguçu, na Lagoa dos Patos, por ter sido nela, por ordem do governo português, estabelecida em 1785, uma feitoria para cultivo do linho que aí dá de qualidade superior".

Talvez daí, ou seja desde 1922, resida a confusão de considerar-se a ilha de Canguçu como tendo abrigado a Real Feitoria, o que é um equívoco como demonstramos no texto, com apoio em fontes primárias.

Para afirmar isto, creio que pela primeira vez pela 1ª vez, Fernando Osório cita como apoio em nota 20 de pé de página, o artigo Vocábulos Tupis na Geográfia Rio-Grandense na REVISTA DO INST. HIST. GEOGR. DO RGS de 1921, de Souza Docca. E este equívoco baseado em fontes de no mínimo 3a mão, que vem desde então sendo repetido e incorporado, inclusive à cartografia terrestre e naval.

21) Coluna Antigualhas do OPINIÃO PÚBLICA, Pelotas, 3 de agosto 1928.

22) Revista do ARQUIVO PÚBLICO DO RGS, n° 2, abril 1921, p. 452 (Registro Geral de Sesmarias).

23) Ver na op. citada na Nota 15: A cidade de Canguçu surge de uma questão de terras, p. 33, 4752. E muito esclarecedora sobre a personalidade do Cap. mór Paulo e seus importantes relacionamentos.

24) Sobre ele escrevemos no NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO, 17 outubro 1991.

25) Ver do autor Pelotas e o fundador do jornalismo brasileiro, DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 30 janeiro e 10 e 20 fevereiro 1972.

26) Povoamento do Rio Grande de São Pedro - a contribuição de Colônia do

Sacramento in: ANAIS DO BICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE, Rio de Janeiro: IHBG- IGHMB, 1979,p. 472-487. (Descendência de Paulo R. Xavier .Prates).

27) Vide op. citada na Nota 15, p.48 onde aparece o nome do Capitão Gouveia enviado pelo Capitão Paulo 1787 a Canguçu para tratar de seus interesses no local da cidade de Canguçu atual.

28) Conforme documentos cartoriais de registro de imóveis fornecidos por Ângelo Pires Moreira e Carlos Rheigantz.

29) Escritura de venda de 2 quinhões de campo na llha da Feitoria que faz D. Ana Marques de Souza (Prates) (filha do Capitão mór Paulo) e Joaquim Gomes de Araujo por 112, 5 onças. Livro 4, fls14.

30) Citação do juíz municipal Dr. Joaquim Augusto Assunção de Pelotas, de 15 julho 1880, enviada a llha da Feitoria a Senhorianha Rodrigues Prates e a seu marido.

31) Idem op. citada a Nota 26. Estudo importante sobre a geneologia de importantes famílias povoadoras da Zona Sul do Rio Grande do Sul.

32) Na obra ASPECTOS SUL-RIOGRANDENSES, São Paulo, Record, 1931, p.92-94.

33) Raimundo da Cunha Matos, REPERTÓRIO DA LEGISLAÇÃO MILITAR, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1837, t.2, p. 166.

34) Obra editada pela Livraria Globo de Porto Alegre, em 1970, com referências genéricas a Real Feitoria do Rincão do Canguçu, às p. 30, 209 e 237. Esperamos que nossas pesquisas mais específicas lancem, em definitivo, a luz sobre este empreendimento que teve enorme sentido estratégico a época. Parece que fica claro que Rafael Pinto Bandeira não teve nada a ver diretamente com a transferência da Real Feitoria para São Leopoldo, pois, na época não era o Governador interino do Continente e que inclusive a Real Feitoria foi instalada em terreno que lhe pertencera e que vendera com título ilegítimo ao Capitão mór Manoel Bento Rocha que teve de abandoná-lo por ordem do vice rei, para ali instalar-se a Real Feitoria. Procuramos a opinião de Sandra Jatahy Pesavento em sua exelente HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985) e nada encontramos sobre o assunto. Obra na 4a ed. Leopoldo Petry em SÃO LEOPOLDO, São Leopoldo, Rotermund 1964, p. 32 (2a ed.) dá algumas informações imprecisas e outras incorretas sobre a Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu. Por exemplo, dizer que funcionou em terrenos hoje de Pelotas o que é % verdade e que foi no Reinado de D. João VI e governo da Província (sic) de Paulo Gama, etc.

35) Autora de diversas pesquisas, inclusive nossa genealogia sob o título Dos Leme aos Moreira Bento de Canguçu. Foi professora primária em Canguçu, terra a qual agora presta grande contribuição. Os subsídios que

nos enviou abrange 10 páginas sob a temática geral: propriedade da llha Canguçu onde transcreve o inventário do Capitão Paulo Prates e sinopse da concessão de sesmarias de interesse do tema constante da REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO N° 1, 2, 3, 4, 19 e observações sobre o tema de Arno Welhing e Antônio Gonsalves Cruz e dados genealógicos de Manoel José Viana.

36) REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RGS, n° 3, julho 1921 (Livro 9 do Registro Geral de Sesmarias de 1798-1814).

37) Idem Nota anterior N° 4, 1921 (Livro l de Sesmarias em 1814).

38) Trabalho aprovado pelo lnstituto Estadual do Livro para 1992.

39) RIHGRGS, II e III trim. 1992 p. 270.

40) ANAIS DO SIMPÓSIO DA RESTAURAÇÃO DO RGS, Rio de Janeiro: IHGB-IGHMB, 1979, v.1. p. 240.

TRANSCRIÇÃO DE ARTIGO DO AUTOR INTITULADO "A REAL FEITORIA DO LINHO-CÂNHAMO
DO RINCÃO DO CANGUÇU" PUBLICADO NO DIÁRIO POPULAR, PELOTAS 19 JULHO 1987, CUJO
MAPA QUE REFERE OMITIDO POR RAZÕES TÉCNICAS.

" DÚVIDAS SOBRE A LOCALIZAÇÃO DA REAL FEITORIA"

Há 200 anos funcionava na Zona Sul do Rio Grande do Sul a Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão Canguçu, destinada, então, a produzir linho, item essencial à navegação, antes do advento da máquina a vapor. O linho era obtido por Portugal, a altos preços, da Inglaterra. A tradição que chegou- nos dava a Feitoria Real como tendo funcionado na ilha hoje conhecida como Feitoria. llha chamada primitivamente Canguçu, mas que em realidade é uma restinga, conforme o demonstra Mário Rosa em sua excelente GEOGRAFIA DE PELOTAS.

E como llha de Canguçu ela figura no exelente COMPÊNDIO DE GEOGRAFIA DO RGS editado em Porto Alegre, em 1863, e de autoria de Eudoro Berlink (p. 32). Obra adotada então para uso em aulas públicas da Província, sob parecer do Conselho Diretor da lnstrução Pública. E com este nome ela figura em 1887 em DICIONÁRIO GEOGRÁFICO DO IMPÉRIO. A denominação Feitoria é pois recente.

A fundação da cidade de Canguçu, em 1799, a existência de localidade chamada Canguçu Velho e mais, a denominação da região de Sesmaria Real, terminaram por me indicar a região de Canguçu Velho como tendo sido a Sede da Real Feitoria de Canguçu. Pesquisas que procedi no local resultaram na descoberta, no meio do mato, de ruínas oitocentistas de um casarão e de um mangueirão quadrado de pedra.

Daí por diante, com mais outros elementos de convicção sedimentados em cerca de 30 anos de pesquisas e reflexão, passamos a considerar Canguçu-Velho, que antecedeu a atual cidade de Canguçu, sede da Real Feitoria do Linho-cânhamo, de 1783-89.

Esta conclusão de nosso demorado estudo não era e não é aceita por alguns interessados no assunto em razão de existirem outros elementos de tradição oral que se contrapunham a ela.

Felizmente, com apoio em mapa que aqui publicamos (omitido) que encontramos na Biblioteca Nacional, por indicação de Abeillard Barreto e em sua Bibliografia Sul-Riograndense, mais os estudos que até então havíamos procedido e, finalmente, as conclusões de Mário Rosa em sua GEOGRAFIA DE PELOTAS, nos foi possível esclarecer a exata localização, há 200 anos passados, da Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu - a primeira iniciativa oficial governamental na Agricultura do Rio Grande do Sul. E este é o objetivo do presente esclarecimento aos estudiosos das entidades históricas de que sou membro e em especial aqueles que por força da tradição aceitam a llha da Feitoria como local da Real Feitoria do Linho-cânhamo 1783-89.

A EXATA LOCALIZAÇÃO DA REAL FEITORIA

O documento que encontramos na Biblioteca é um esboço impresso levantado em cerca de 1783, no início das atividades da Real Feitoria, pelo Capitão de lnfantaria, com exercício de Engenheiro, Alexandre Eloy Portelli. Ele veio a fazer brilhante carreira no Brasil, onde atingiu o posto de tenente-general e o cargo de Conselheiro de Guerra quando da elevação do Brasil a Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve 1815.

Foi objeto de seu levantamento o Rincão do Canguçu, compreendido desde a Lagoa dos Patos até a região da cidade de Canguçu e entre os arroios então chamados Correntes e o das Pedras (atual Arroio Grande) que também se chamou Canguçu e Turuçu) e divisa dos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, excluindo a hoje chamada Ilha da Feitoria.

Portanto, o Rincão do Canguçu, que se transformou mais tarde na Estância da Feitoria, uma das formadoras do município de Pelotas, abranje hoje os distritos pelotenses de Vila Lange (hoje município de Turuçu), Santa Silvana, Arroio do Padre e Quilombo. Este, ao norte do divisor de águas dos Arroios Quilombo e Grande (ex-das Pedras) e de grande parte do 1° distrito de Canguçu, onde se localiza Canguçu Velho.

Tanto o Arroio Quilombo, um dos formadores do Arroio Pelotas, quanto o Grande, nascem em Canguçu, próximo a Canguçu Velho, primitivo povoamento que deu origem a Canguçu e onde fica o ponto mais alto da Serra

dos Tapes, o Cerro Canguçu.

O mapa traz o atual Arroio Grande com o nome de Arroio das Pedras. Isto responde ao seguinte trecho do requerimento dos 140 povoadores da cidade de Canguçu, em 1979, ao Governador do então Continente do Rio Grande de São Pedro e atual RGS e de 1780-1801, o Ten Gen Sebastião Xavier Veiga Cabral da Câmara e também demarcador do Tratado de São lldefonso.

'Dizem os moradores do ARROIO DAS PEDRAS, denominado CANGUÇU, distrito dessa Freguesia de São Pedro do RIO GRANDE'. E mais adiante. 'NO DISTRITO DE CANGUÇU se acham 140 vizinhos com 1.000 pessoas de sua obrigação.'

O Arroio das Pedras é o atual Arroio Grande e nascia em Canguçu Velho em cujas imediações já existiam 140 vizinhos.

A ILHA CONSAGRADA COMO FEITORIA É UMA RESTINGA

A ilha hoje consagrada como Feitoria é em realidade uma restinga, segundo Mário Rosa. Ela não foi abrangida do levantamento do Rincão do Canguçu, repetimos. Aliás, local que figura quando da doação do rincão, onde se ergue Pelotas em 1758, ao Coronel de Dragões Thomaz Luiz Osório, como sendo propriedade particular de Manoel José Vianna, conforme se conclui da 1ª edição de A CIDADE DE PELOTAS de Fernando Osório.

A região consagrada como Feitoria, segundo a GEOGRAFIA DE PELOTAS já citada, é considerada como tipo de solo - banhados marginais e no tocante ao seu uso a terras não agricultáveis. Como poderia alguém plantar Linho-cânhamo nestas condições, uma cultura mais indicada para regiões altas. O mesmo se pode dizer em relação às terras do distrito de Vila Lange, a oeste da BR 116. Terras mais aptas para pastagens ou culturas irrigadas, segundo ainda se conclui de Mário Rosa (op. cit.).

A EXPLICAÇÃO DA DENOMINAÇÃO ARROIO DO PADRE

O nome do distrito Arroio do Padre, não confundir-se com o padre Doutor, tio de Hipólito da Costa, o fundador da Imprensa Brasileira, advém do nome do organizador e primeiro administrador de Feitoria - o padre Francisco Xavier Prates. Era professor do Mosteiro de São Bento e do Convento Santo Antônio no Rio, tendo falecido em 1784, e irmão de Paulo Xavier Rodrigues Prates, mais tarde proprietário da região da cidade de Canguçu e da ilha hoje da Feitoria e de todo o primitivo Rincão do Canguçu, a concluir-se de mapa elaborado por Alberto Coelho da Cunha, refletindo as sesmarias concedidas em Pelotas.

O padre Prates era cunhado do então Ten. Cel. Manoel Marques de Souzal, citado herói, como tenente da expulsão dos espanhóis da Vila de Rio

Grande em 1° abril 1776. Ou, por outro lado, subcomandante da Legião de Cavalaria Ligeira da Fronteira do Rio Grande, com base na estância do Pavão e ao comando de seu proprietário, o então Coronel Rafael Pinto Bandeira. Marques de Souza é raiz histórica da 8a Brigada de Infantaria Motorizada da qual hoje, por nossa proposta, tem como patrono o Marechal Manoel Marques de Souza I.

ONDE SE LOCALIZAVAM AS SEMENTEIRAS DE TRIGO

No mapa aparecem com a letra L ao lado de um pequeno quadrado três sementeiras de experiências de linho. A primeira próximo à foz do Correntes e com a inscrição POIZO DE FRANCISCO FERREIRA. Era ligada por um caminho até o PORTO DE FRANCISCO FERREIRA, próximo da barra do Correntes, pois o restante da margem era dominada por uma restinga. Portanto, sementeira e porto distantes da hoje impropriamente llha da Feitoria. Denominação que talvez fosse referência para dizer que além dela estendeu-se a Feitoria Real.

A segunda sementeira assinalada como L é um quadrado e POIZO DO PADRE PRATES, que situar-se-ia hoje entre os povoadores de Vila Lange e Santa Silvana e ao norte da BR 116 junto ao Arroio Grande, numa das duas áreas assinaladas por Mário Rosa como de culturas diversificadas.

A terceira sementeira assinalada com um L e um quadradro preto é RONDA DO CORONEL (Rafael Pinto Bandeira) penso ficasse no distrito de Santa Silvana ou mesmo na Vila de Santa Silvana.

A SEDE DA REAL FEITORIA EM CANGUÇU VELHO

Ao norte do mapa ele é cruzado por um caminho que coincide mais ou menos com antigo caminho da colônia Canguçu-Pelotas que entrava nesta por Três Vendas. Caminho hoje balizado por CANGUÇU - CANGUÇU VELHO - GRUPELLI - VILANOVA - CORDEIRO DE FARIA - MONTE BONITO - PELOTAS.

Ao norte desse caminho aparece a inscrição "SÍTIO O MAIS ALTO DA FAZENDA (do Rincão do Canguçu), AONDE SE PODE FAZER UM GRANDE POTREIRO".

Este pra mim é o Canguçu Velho sede, pelo menos da pecuária da Real Feitoria do Linho- cânhamo e onde fica o cerro Canguçu, ponto culminante da Serra dos Tapes e o mais alto do Rincão do Canguçu.

As localizações feitas pelo Capitão Eloy Portelli foram imprecisas e assim, por ele justificadas em observações:

"O plano (mapa, esboço) foi feito por rumos de agulha (bússola) e distâncias arbitrárias, pois o tempo não permitiu maior exatidão".

UM CANAL NAVEGÁVEL DA LAGOA DOS PATOS - ARROIO CORRENTES ADENTRO

Quanto aos arroios limites da Real Feitoria observou:

"Não houve tempo para sondar o fundo dos arroios, mas os práticos informam que o Arroio Corrente é navegável até o passo da Cachoeira e o das Pedras é navegável até as suas vertentes. O primeiro, o Correntes, contudo, oferece mais comodidade para os transportes. Dizem existir um canal junto da costa do Canguçu (Ilha da Feitoria atual) na Lagoa dos Patos. Canal este que penetra num saco (LAGOA DE DENTRO) situado além da BARRA DA LAGOA (DOS PATOS) e no qual o ARROIO CORRENTES desemboca. O que permite navegarem no correntes grandes embarcações. O Arroio das Pedras possui coroas de areia em sua entrada que dificultam a navegação pelo seu interior de canoas maiores".

Aqui está a prova que o porto da Feitoria ficava no Arroio Correntes e não na Ilha do Canguçu, propriedade particular não incluída no levantamento de Eloy Portelli.

POSSÍVEL ORIGEM DAS DENOMINAÇÕES CANGUÇU NA ZONA SUL

A Cangazu ou Cangoçu na restinga da Feitoria, creio hoje, tenha sido a responsável pela denominação de Canguçu a diversos acidentes geográficos no paralelo em que situava: Baixo Canguçu, Ponta do Canguçu, Ilha do Canguçu, Distrito de Canguçu, Canguçu Velho, Capela do Canguçu, Cerro Canguçu, etc...

O significado de Canguçu era mato grande. Por que designar uma ilha costeira de Canguçu?

Seria uma onça Canguçu que ali foi surpreendida?

O mistério permanece! Mas uma certeza existe depois de 200 anos.

A Real Feitoria do Linho-cânhamo do Rincão do Canguçu funcionou de 1783-89, num amplo espaço entre os Arroios Correntes e Grande, que abrange hoje terras dos atuais municípios de Pelotas, Canguçu e Turuçú. E mais, confrontava com as estâncias de Contagem, ao sul e a de São Lourenço ao norte, ambas, na época, propriedade do riquíssimo Capitão-mór Manoel Bento Rocha. Este havia sido na Guerra de Restauração do Rio Grande 1774-77, fornecedor de carne ao Exército do Sul que expulsou os espanhóis do Rio Grande do sul em 1774-77.

Não possuindo filhos, segundo a historiadora pelotense Heloísa Assunção do Nascimento, Manoel Bento Rocha deixou sua fortuna à sua afilhada Isabel Dorotéia da Fontoura que veio a casar com João Simões Lopes e foram pais de João Simões Lopes - Visconde da Graça.

Fica claro que era possível, a partir da Lagoa dos Patos, penetrar-se com embarcações grandes Arroio Correntes adentro, evitando-se assim transportar o linho da ilha chamada de Feitoria e desta para os Navios.

REAL FEITORIA, UM EXEMPLO DE CONTRIBUIÇÃO DO EXÉRCITO AO DESENVOLVIMENTO

Entendido como Exército todas as forças terrestres que o antecederam, a Real Feitoria é um exemplo clássico de contribuição pioneira do Exército ao desenvolvimento.

Começa com o levantamento topográfico do Rincão da Feitoria por um Capitão: Eloy Portelli. A administração da Feitoria será conduzida pelo Tenente José Machado de Morais Sarmento e pelos soldados irmãos João e Matias Martins do Regimento de Bragança. Unidade esta que teve papel destacado na reconquista da então Vila do Rio Grande, em 1° abril 1776, dia de São Francisco de Paula e razão do primitivo nome de Pelotas. Regimento então ao comando do Cel Veiga Cabral da Câmara que mandou levantar, como Governador, 7 anos mais tarde, o Rincão do Canguçu.

Regimento que de retorno ao Rio, daria origem ao heróico 1° Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro que, por evolução, fusões e denominações sucessivas se constitui hoje no Regimento Sampaio, homenagem ao Patrono da Infantaria, Brigadeiro Antônio de Sampaio, o qual, como capitão, de 1845-50, estacionou em Canguçu no comando de uma companhia de Infantaria para assegurar a paz de Ponche Verde, segundo P. J. de Mallet Joubim.

O autor reconhece que depois da extinção da Real Feitoria do Linho-cânhamo, o Rincão do Canguçu, desde a foz dos Arroios Correntes e Grande (ex-Pedras) e até a cidade de Canguçu atual e um pouco mais além, passaram a ser propriedade do Capitão-mór Paulo Rodrigues Xavier Prates, o qual veio também a adquirir a Ilha da Feitoria (ex-Canguçu) onde teve a sede de sua estância, vindo a falecer em 1813 como coronel de Milícias.

O Capitão Portelli era genro do então Ten. Cel. Manoel Marques de Souza, bem como o mais tarde General Oliveira Álvares que foi o Ministro da Guerra por ocasião do Dia do Fico. Portanto, Paulo Xavier Rodrigues Prates era tio político dos mais tarde marechais Portelli e Oliveira Álvares.

O citado Manoel Marques de Souza era proprietário nos atuais municípios de Canguçu e Pedro Osório e Piratini no Vale do Piratini. Como marechal foi retirado do Rio Grande do Sul por suspeita de tramar em favor da Independência, tendo falecido antes desse evento, mas a tempo de viver para ouvir o seu genro Oliveira Alvares e seu amigo Gen. Xavier Curado liderarem no Campo de Santana as tropas que forçaram o General Avilez a embarcar para Portugal sem forçar o Príncipe D. Pedro a deixar o Brasil: o grande fronteiro morreu antes da Independência.

O pesquisador interessado poderá obter esclarecimento sobre os citados oficiais na obra GENERAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO, disponíveis na Academia de História Militar Terrestre do Brasil em Resende-RJ. O Capitão mór Paulo Xavier era chegado por laços de parentesco a Bento Gonçalves da Silva.

NOTAS FINAIS

Os confrades Luis Alberto Cibilis, então Presidente do IHGRGS, e Humberto Castro Fossa forneceram as seguintes achegadas: o primeiro que a Real Feitoria de Canguçu ao ser transferida para São Leopoldo teve suas terras devolvidas a Santos da Costa e, o segundo, que Dante de Laytano em sua HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO FERROUPILHA localizou a Real Feitoria em Canguçu, por certo após consultar as fontes primárias publicadas pela REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RGS.

Este trabalho responde também a artigo da microhistoriadora Zênia Leon sob o título - Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu no DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 11/1/92 (37° Congresso do MTG).

Conhecemos que pessoas contrárias à nossa tese encaminharam ao Conselho Estadual de Cultura tese de que a Real Feitoria do Linho Cânhamo funcionara na ilha e não no continente, no que foram derrotados.

A nossa tese teve antes o apoio de Carlos Reverbel em carta que nos dirigiu, o qual na qualidade de maior biógrafo de João Simões Lopes Neto não reconheceu tese que ele defendera na Revista do Centenário de Pelotas n° 4 de 1912, de que Canguçu Velho sediara uma missão jesuítica.

Nesta época escrevemos à Presidência do Conselho de Cultura, carta que foi publicada pelo historiador Carlos de Souza Morais em sua obra Feitoria do Linho-cânhamo - documentação inédita. Porto Alegre: Ed. Parlenda,1994.p.58/59 e 109/112 sobre a Feitoria em São Leopoldo.

Hoje, resta ao defensores da tese da Real Feitoria demonstrarem cientificamente o que funcionou em Canguçu Velho.

"O PASSADO - UMA PLANÍCIE ONDE CORREM DOIS RIOS"

Vale aqui lembrar para os opositores de nossa tese sem tradição historiográfica o que lemos em parede do Museu da República no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

"O passado é uma enorme planície onde correm dois rios. Um reto e de margens bem definidas, que é o rio da História. Esta, fruto da razão e da análise isenta da fontes históricas autênticas, fidedignas e integras, à luz de fundamentos de crítica escolhidos.

O outro é um rio cheio de curvas e meandros e de margens indefinidas e

por vezes com perigosos alagamentos. Este, é o rio do Mito. E este, fruto das paixões humanas, das fantasias, vinganças, da ignorância, das manipulações, das deformações, dos preconceitos e da injustiça etc. E, infelizmente, predominante entre nós, o que Rui Barbosa já assinalava em seu tempo. Esta é uma importante lição para os leitores interessados para que saibam exercer o seu espírito crítico, para sempre distinguir a História do Mito, como no caso em tela.

(x) Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, da Academia Canguçuense de História e da Academia Piratiniense de
História. E.mail: bentocm@resenet.com.br

NOTA SOBRE O CONDE DE PORTO ALEGRE

Neste ano de 2004 transcorre o bicentenário de nascimento do Brigadeiro Manuel Marques de Souza III, o Conde de Porto Alegre.

Manuel Marques de Souza era homônimo de seu avô e também de seu pai. Homens que, antes dele, lutaram bravamente pela defesa do Brasil e do Rio Grande do Sul, cada um em sua época.

O Conde de Porto Alegre não os desmereceu, pelo contrário, foi um dos mais proeminentes militares brasileiros, tendo marcado sua trajetória patriótica pelo menos em duas ocasiões marcantes: na Batalha de Monte Caseros (1852) e na Guerra do Paraguai, entre outras. No Paraguai, foi o herói da Batalha de Curuzú, conduzindo sua tropa à brilhante vitória. Combateu ao lado de Caxias e de Osório.

Durante a Revolução Farroupilha, foi o principal líder legalista na libertação de Porto Alegre do cerco dos farrapos, o que lhe valeu os títulos de Barão, Visconde e Conde de Porto Alegre. Era rio- grandino de nascimento.

Diversas atividades estão previstas para as comemorações do bicentenário do Conde na capital do Estado, iniciativa dos seus descendentes residentes em Porto Alegre. A revitalização da Praça Conde de Porto Alegre, situada entre as ruas Dr. Flores, Duque de Caxias e Riachuelo, ao lado do Viaduto Loureiro da Silva, é uma obra indispensável.

A Academia de História Militar Terrestre do Brasil sente-se regozijada em poder participar e apoiar, embora com parcos recursos, as atividades comemorativas.

Os descendentes do Conde de Porto Alegre e a AHIMTB esperam que as autoridades municipais e estaduais, através de suas organizações culturais, não deixem de providenciar, nos seus âmbitos de competência, as homenagens a este vulto histórico.

À principal obra de referência da história de Manuel Marques de Souza III é “O Conde de Porto Alegre”, de Carlos Maul e Deoclécio de Paranhos

Antunes, obra da Bibliex, já esgotada e rara. Em 2004, ainda, a AHIMTB, o IHTRGS e a Bibliex publicaram, em edição conjunta, o livro CONDE DE PORTO ALEGRE.

O Conde é denominação histórica do 8° Regimento de Cavalaria Mecanizado (8° RCMec), unidade sediada em Uruguaiana e pertencente à 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sediada na mesma guarnição. O 8° RCMec é o “Regimento Conde de Porto Alegre”.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS para o RS: Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara (lecaminha@gmail.com).

N° 23 - Especial: O Conde de Porto Alegre - Ano 2004

Bicentenário do Conde de Porto Alegre

Carmen Lúcia Ferreira da Silva

Manoel Marques de Souza III, Conde de Porto Alegre, nasceu em 13 de junho de 1804, na cidade de Rio Grande. De descendência fidalga, portuguesa e guerreira, teve a guiar seus passos o exemplo do pai e do avô.

Segundo Castilhos Goycochêa, na obra Condado de Porto Alegre, “O avô do conde, pai do segundo Manoel Marques de Souza, foi o tenente-general do mesmo nome, que figura com relevo em todas as páginas da História no período acidentado que foi da fundação do Rio Grande do Sul de São Pedro até a Independência do Brasil e de Portugal. Nascido igualmente como o filho e o neto, no antigo presídio Jesus-Maria-José em 1743, é cedo envolvido nos fluxos e refluxos das duas ondas humanas que se entestavam desde Santa Catarina até a Colônia do Santíssimo Sacramento”. Comandante por mais de 25 anos das fronteiras do Rio Grande durante quatro guerras, o avô foi governador da capitania do Rio Grande do Sul, tendo falecido em abril de 1822, antes de realizar o seu maior sonho - a Independência do Brasil.

Continuou Goycochêa: “O segundo, o pai, é aquele Brigadeiro Manoel Marques de Souza, morto nas cercanias de Montevidéu a 21 de novembro de 1824, quando contava apenas 44 anos de idade, e que fora o herói das vitórias sobre Frutuoso Rivera no Passo de Chafalote e em Índia Muerta”. Ao morrer, o pai do

Conde estava de posse do decreto imperial nomeando-o para o comando em chefe do Exército em operações na Cisplatina.

O livro “Conde de Porto Alegre”, de Carlos Maul, Paranhos Antunes e

Jaime Ribeiro da Graça, edição da Bibliex, apresentou, através “das notas recolhidas por um cronista antigo dos mais autorizados pelo conhecimento do meio e dos fatos, Alfredo F. Rodrigues, o material para a reconstituição de um quadro emocionante, o da partida daquele menino predestinado para a sua primeira campanha em terras de gente adversa. Na sala rústica da estância o garoto toma atitudes marciais. A mãe assusta-se. E o avô, em preparativos para um recontro (peleja, combate) iminente, mira-o comovido.

- Leva-me contigo, vovô! Exclama o pequeno, com a convicção de que será atendido.

Manoel Marques de Souza, o primeiro, na sua indumentária garrida de tenente-general, acha graça daquele entusiasmo. O fedelho insiste, e fica à espera de uma solução, entre os olhares aflitos da progenitora e os olhares de vaidosa ternura daquele velho de pele curtida pelos rudes ventos do pampa.

- És muito novinho...Como levar-te na minha garupa? Vais atrapalhar-me...É perigoso... Podes morrer... Não imaginas o que é uma guerra...

O Tenente-General contempla aquela figurinha a fingir-se de máscula, e revê nela a sua filáucia (amor-próprio), os estos de seu sangue, os seus movimentos audazes. Tem diante de si o espelho mágico que lhe mostra na face polida a sua própria juventude audaciosa. Ele também sentira os mesmos impulsos ao ver partirem os de seu tempo para os entrechoques platinos. Quisera acompanhá-los, mas ninguém o atendeu e ele sofrera com isso. Um relâmpago de orgulho ilumina-lhe a fisionomia taciturna, pensa que há no peito do menino um coração igual ao seu, a bater em harmonia com o seu coração de dominador das coxilhas. Decide-se então a conduzir a carga preciosa, a ter, bem perto de si, nas horas graves e dramáticas, o fruto da sua raça que lhe não desmerece os antecedentes, antes promete elevar bem alto a glória de seu apelido.

- Está bem... vais comigo...

Manoel tem doze anos. Participará das correrias perto de Jaguarão, e alguns meses mais tarde já é cadete num Regimento de Cavalaria Ligeira da Divisão de Voluntários Reais.”

Começou assim a trajetória de um dos maiores heróis da Pátria.

Primeiras batalhas do jovem oficial

Nos postos iniciais, Marques de Souza III serviu com bravura nos combates das forças brasileiras na banda Oriental, como ajudante de ordens do Tenente-General Lecór, Visconde de Laguna. Terminada a guerra com a incorporação da “Banda Oriental”, que passou a denominar-se “Província Cisplatina”, o jovem alferes permaneceu em Montevidéu até a proclamação da Independência do Brasil. Em dezembro de 1822, embarcou para o Rio de

Janeiro, cumprindo a honrosa missão de representar o exército do sul nos cumprimentos ao imperador D. Pedro I pela sua elevação ao trono. Regressou ao sul, continuando a exercer o cargo de ajudante de campo do visconde de Laguna, que sustentava o sítio de Montevidéu, praça ocupada pelas tropas portuguesas do general D. Álvaro da Costa, contrárias à Independência do Brasil.

Nesta segunda campanha, Marques de Souza distinguiu-se no combate de 18 de maio de 1823, em Las Piedras, ao lado do pai. Depois da capitulação de D. Álvaro, foi promovido a tenente para o Estado- Maior do Exército, em fins de 1824. Seguiu para a corte onde, no início do ano seguinte, matriculou-se na academia militar.

A revolução dos “treinta y trez” interrompeu seus estudos e o tenente Marques de Souza passou a servir sob as ordens do brigadeiro comandante da 1ª divisão, Sebastião Barreto Pereira Pinto, primeiro a investir contra o inimigo na célebre batalha de Ituzaingó, também conhecida como Passo do Rosário.

Líder da retomada de Porto Alegre aos farroupilhas

Marques de Souza, no posto de major, reapareceu com brilho no cenário da Revolução Farroupilha, irrompida em 1835, sempre fiel ao lema de seus antepassados e a serviço da legalidade. Quando o chefe revolucionário Antônio Neto, com 600 homens, atacou Pelotas e destroçou a força comandada pelo coronel Albano de Oliveira, Marques de Souza, na liderança de 80 homens, escolheu entregar-se. No capítulo dedicado ao tema, o livro “Conde de Porto Alegre”, transcreveu o depoimento de Alfredo Ferreira Rodrigues, historiador que reuniu o maior documentário sobre a revolução: “Vendo-se na impossibilidade de resistir a forças muito superiores tentou o major legalista ganhar tempo. Fortificou-se em um sobrado e aí procurou resistir até a volta de Albano, mas teve de capitular, entregando-se prisioneiro com garantia de vida para todos”.

E, mais adiante, “Os prisioneiros foram conduzidos para Porto Alegre, sendo Marques de Souza recolhido à “presiganga”, espécie de pontão flutuante, servindo de prisão, não sem antes ter assistido em caminho à execução de Albano...” E prossegue o relato do livro “Ali, naquela prisão úmida e pouco higiênica, adquiriu Marques de Souza pertinaz reumatismo articular que muito o supliciou pelo resto da vida. Mesmo assim, o audacioso major começou a conspirar com seus companheiros, conseguindo interessar alguns homens da guarda, por meio dos quais fez ligação com outros chefes influentes da capital. Isto resultou numa contra-revolução, chefiada por Marques de Souza, que rapidamente se apoderou de Porto Alegre, a 15 de junho de 1836, sendo presos os farroupilhas.”

O historiador Rodrigues escreveu: “Na praça restaurada tudo era agitação. Apressadamente se construíram trincheiras de madeira, no meio de constantes sobressaltos da população. De fato, Bento Manoel não podia acudir com presteza, por estar perto da fronteira. Do Rio Grande não podiam chegar socorros, pois a entrada do Guaíba estava defendida pelos fortes de Itapuã e da ilha do Junco, em poder dos Farrapos. A todos dava ânimo Manoel Marques de Souza, nomeado major da praça. Aparecia em todos os pontos a todos os instantes, risonho, animador e confiado em suas próprias forças e nos exíguos recursos da cidade.”

Em consideração à reconquista de Porto Alegre, o Governo Imperial deu à capital gaúcha, em decreto especial, o título de muito leal e valorosa e, ao herói Marques de Souza, o título de Barão de Porto Alegre.

Sem recuperar a saúde, muito abalada pelas privações sofridas a bordo da “presiganga”, e pelas emoções vividas ao restaurar a ordem legal em Porto Alegre, requereu licença para tratamento, seguindo para a Europa no começo de 1837.

Emissário de Caxias e negociador da Paz Farroupilha

Realizadas as conferências, visando por fim à Revolução Farroupilha, o Coronel Manoel Marques de Souza e o Capitão Carlos Miguel de Lima e Silva receberam do Comandante-em-Chefe das Forças Legais, Caxias, a missão de acompanhar o farroupilha Antonio Vicente da Fontoura à corte. Lá, como oficial superior, Marques de Souza deveria promover o encontro com os ministros diretamente responsáveis pela pacificação, especialmente os do Império, Justiça e Guerra. Ao mesmo tempo, o irmão de Caxias, capitão Carlos, procuraria a influência do pai, o ex-regente, Marechal Francisco de Lima e Silva, junto aos grandes da Corte.

A audiência aconteceu no dia seguinte à chegada ao Rio, em 13 de dezembro de 1844. Fontoura relatou em seu Diário que os ministros José Carlos Pereira de Almeida Torres, Manoel Antônio Galvão e Jerônimo Francisco Coelho mostraram-se orgulhosos e presunçosos, dizendo com frases pouco amáveis que o governo imperial nada cederia. Indignado, Fontoura quis voltar, mas o Coronel Marques de Souza buscou o entendimento e conseguiu marcar nova reunião para 16 de dezembro. Além dos citados, compareceram os ministros Holanda Cavalcanti de Albuquerque, da Marinha, Ernesto Ferreira França, dos Estrangeiros, e Manoel Alves Branco, da Fazenda; desta vez, o Gabinete completo. O encontro foi cordial e nele foram aceitas quase todas as proposições do emissário Farroupilha.

A 18 de dezembro, foi assinado o decreto, acompanhado das instruções que deviam regular a pacificação do Rio Grande, bastante honrosas para os

Farrapos. De volta ao Quartel General, em Piratini, Marques de Souza comunicou o resultado da viagem ao Barão de Caxias que ficou satisfeito. Ao mesmo tempo, Fontoura deu ciência ao governo republicano das condições que obtivera para o término da luta, entre elas, o reconhecimento dos postos conferidos pelos Farrapos até coronel, o pagamento da dívida da revolução, a liberdade dos escravos nela envolvidos e anistia plena.

Mas a paz só foi assinada a 1º de março de 1845, com o lançamento de duas proclamações, uma de Caxias e outra de Canabarro. Ainda na antevéspera do dia 1º, o Coronel Manoel Marques de Souza precisou correr ao acampamento de Fontoura para apressar o pronunciamento dos chefes Farroupilhas, porque o Barão de Caxias estava desconfiado da demora. Então, após dez anos de luta sangrenta, a paz voltou ao Rio Grande do Sul, e isto se deveu em parte à vontade e rapidez com que agiu o futuro Conde de Porto Alegre, fazendo uma viagem ao Rio de Janeiro em apenas 30 dias, e ali, em uma semana, de 12 a 19 de dezembro, conseguindo as entrevistas e os acertos necessários com os altos dignatários do governo para que o delegado Farroupilha pudesse expor as suas propostas.

Grande herói de Monte Caseros

Em dezembro de 1851, a 1ª divisão do Exército Brasileiro, com 4.200 homens das três armas, sob o comando do Brigadeiro Manoel Marques de Souza III, incorporou-se às tropas aliadas (Argentina, Brasil, Uruguai) lideradas pelo General Justo Urquiza, e partiu da Colônia do Sacramento na campanha de Buenos Aires contra o ditador Juan Manoel de Rosas. No dia 17, a divisão brasileira esteve enfrentando as posições fortificadas de Tonelero, nos pontos altos da margem do Paraná, e abriu a via fluvial de apoio das operações. O combate final aconteceu em 3 de fevereiro de 1852, quando Rosas pessoalmente assumiu o comando das suas tropas para impedir a entrada do “Exército Grande da América do Sul” em Buenos Aires. A principal e definitiva batalha aconteceu em Monte Caseros.

Em “Sesquicentenário da Batalha de Monte Caseros”, o coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis, delegado da AHIMTB/RS, expôs os acontecimentos: “A Batalha começou às seis horas com troca de tiros de armas leves. O 2º RC foi lançado pela esquerda para chamar a atenção do inimigo, enquanto a direita transpunha o Arroio Morón. Rosas resistiu a esse primeiro golpe. Em seguida, os Aliados fizeram o centro e a direita girarem sobre o próprio flanco direito e a DB atacou o centro de Rosas enquanto a nossa direita atacava a esquerda inimiga. Nesta hora houve um retardamento do avanço da infantaria uruguaia e o Brigadeiro Marques de Souza manda a 1ª Bda Inf reforçar, mas esta acaba ultrapassando os orientais e conquistando a posição inimiga. Enquanto isso, a

2ª Bda Inf atacava pela frente e colocava os argentinos em fuga. O centro foi rompido às 11 horas. O 1º RACav (O Boi de Botas) bateu a Art de Rosas e sob a sua proteção os prussianos e caçadores brasileiros expulsaram à baioneta os argentinos e tomaram as sotéias. Osório ainda fez uma carga com o seu Regimento, venceu os argentinos e arrebatou uma Bandeira de Rosas".

A batalha de Caseros terminou à uma hora da tarde, terminando com a longa ditadura do General Rosas. O Exército Aliado entrou triunfal em Buenos Aires a 18 de fevereiro. Desse exército fazia parte uma divisão de 4.000 brasileiros comandados por Marques de Souza III, que ficou emocionado com as manifestações do povo, dando vivas ao Libertador.

Rendição de Estigarribia e Libertação de Uruguaiana

O General Barão de Porto Alegre, por causa dos seus sofrimentos físicos de caráter crônico, solicitou e obteve a reforma militar, em 7 de julho de 1856, passando a se dedicar à carreira política. Depois que o ditador do Paraguai Solano Lopez declarou guerra ao Brasil e invadiu Mato-Grosso em 26 de dezembro de 1864 e o Rio Grande do Sul em 10 de junho de 1865, o Barão de Porto Alegre colocou-se à disposição do governo. Assim, por decreto de 21 de julho de 1865 foi nomeado comandante em chefe do exército em operações no Rio Grande do Sul.

A vila de Uruguaiana, invadida por Antônio Estigarríbia, ficou sitiada. O invasor recebeu e não cumpriu várias intimações para se render, em agosto e em setembro, dos diversos chefes aliados. No acampamento diante de Uruguaiana estavam o imperador Pedro II e sua comitiva, com o Conde D'Eu, Duque de Saxe, ministro do Exército Ferraz, Tamandaré e Caxias, e ainda os presidentes da Argentina Mitre e do Uruguai, Flores. Ao chegar, o General Visconde de Porto Alegre assumiu o comando em chefe do Exército Brasileiro.

Pela manhã de 18 de setembro as tropas aliadas tomaram posição em frente às trincheiras dos sitiados; e o comandante enviou a última intimação a Estigarríbia:

"A prolongação do rigoroso sítio em que se acham as forças sob o comando de V. S. deverá por certo tê-lo convencido de que sentimentos meramente humanitários retêm os exércitos aliados em operações nesta província ante o ponto do território que V. S. ocupa. Estes sentimentos que nos animam e que sempre nos dominaram, qualquer que seja o resultado da guerra, me obrigam a ponderar a V. S. que semelhante a posição e estado de cousas deve ter um paradeiro, e, em nome do imperador e dos chefes aliados, anuncio a V. S. que dentro do prazo de duas horas nossa operações vão começar. Toda a proposição que V. S. fizer, que não seja a de renderem-se as forças do seu comando sem condições, não será aceita, visto que V. S. repeliu as mais

honrosas que lhe foram pelas forças aliadas oferecidas. Qualquer que seja, pois, a sua resolução, deve V. S. esperar da nossa generosidade o tratamento consentâneo com as regras admitidas pelas nações civilizadas. - Deus guarde a V. S. - Acampamento junto aos muros de Uruguaiana, 18 de setembro de 1865. - Barão de Porto Alegre, tenente-general - Ao Snr. Coronel Antônio Estigarríbia, comandante em chefe da divisão paraguaia em operações sobre o rio Uruguai, sitiada em Uruguaiana"!

Estigarríbia ainda colocou condições para a rendição, que foram aceitas, exceto, as que os oficiais saíssem da praça com as armas e que pudessem voltar ao território paraguaio enquanto durasse a campanha.

No dia seguinte, o exército tomou conhecimento de duas proclamações:

"Soldados! O território desta província acha-se livre graças à simples atitude das forças brasileiras e aliadas. Os inimigos renderam-se; mas não está terminada a nossa tarefa. A honra e a dignidade nacional não foram de todo vingadas; parte da província de Mato Grosso e do território da república Argentina jazem ainda em poder do nosso inimigo. Avante, pois, que a Divina Providência e a Justiça da causa que defendemos, coroarão os nossos esforços. - D.Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor perpétuo do Brasil. - Ângelo Muniz da Silva Ferraz."

E a famosa ORDEM DO DIA NÚMERO 13:

"Soldados do império brasileiro em operações nesta província!

"Guerreiros do exército aliado no Rio Grande do Sul!

"Companheiros na vindita da honra nacional das três potências Sul-Americanas!

"A divisão paraguaia em operações sobre o rio Uruguai, a guarnição da Uruguaiana à vossa presença depôs as armas sem ter disparado um tiro.

"À frente de vossas armas, ante o vulto augusto de SUA MAJESTADE O IMPERADOR; em presença do exmo. Snr. Ministro da guerra, dos augustos príncipes e da corte, viste desfilar ontem, desarmados, às 4 horas da tarde, 7 regimentos de infantaria e um corpo de cavalaria do exército paraguaio!

"Vossos fuzis e vossas lanças estavam descansados; vossos canhões não anunciavam um combate de sangue, quando os hinos da tríplice aliança proclamavam a esplêndida vitória da civilização contra o vandalismo.

"Soldados da liberdade!

"Em nome do imperador, o general em chefe do exército imperial vos saúda, e vos conjura que respeiteis a desgraça do inimigo vencido.

"O general em chefe agradece a dedicação de cada um de vos, como o entusiasmo de todos; esperando poder ainda uma vez orgulhar-se de haver-se achado à vossa frente - Barão de Porto Alegre."

Vencedor de Curuzú

Após a rendição de Uruguaiana, as forças terrestres brasileiras ficaram constituídas por dois Corpos de Exército. O Primeiro, às ordens de Osório e, o Segundo, do Visconde de Porto Alegre, que em 15 de maio de 1866, teve autorizada a sua licença de afastamento da Câmara dos Deputados para continuar no comando e entrar em solo paraguaio.

A obra Conde de Porto Alegre reproduz a tomada de Curuzú, em 3 de setembro de 1866, liderada pelo Visconde: “Ao clarear do dia, manda formar a infantaria em massa, à retaguarda e esquerda da bateria de 6 bocas de fogo do regimento provisório, aproveitando-se das ondulações do terreno, e cobrindo-lhe de modo conveniente a frente e esquerda pelos atiradores que se apoiavam por este flanco no rio e pela direita em cerca de 3.500 homens de cavalaria, que se achavam a pé, e 200 da brigada ligeira (montada). Dado o sinal de fogo este é feito com verdadeiro entusiasmo pelos nossos artilheiros sendo, porém energicamente respondido pelos canhões inimigos, apesar dos estragos que sofrem do canhoneiro da esquadra”.

Logo, foi ordenado o assalto: “Em poucos minutos os nossos, cobertos por uma chuva de ferro e chumbo que não lhes embarga o passo, vencem o fosso e galgam o parapeito, onde a luta se torna quase pessoal, com artilheiros e infantes inimigos”.

A vitória nesse dia foi alcançada exclusivamente pelos brasileiros.

A retirada em Curupaiti

Após a vitória em Curuzú, foi realizada a célebre conferência de Yataity-Corá, que não firmou a paz, mas proporcionou ao ditador paraguaio tempo para fortificar a posição que ocupava em Curupaiti. Além disso, uma chuva torrencial adiou o ataque marcado para o dia 17, o que ocorreu somente no dia 22, quando os aliados, comandados por Mitre foram então repelidos. O próprio general Porto Alegre, em correspondência escrita, três dias depois do malogrado ataque de Curupaití, ao amigo, coronel Tristão de Araújo Nóbrega, fez detalhada descrição da situação, das alterações que indicou e dos acontecimentos que se seguiram: “Logo depois da tomada desta posição pedi um auxílio de quatro mil homens de infantaria, para poder prosseguir de acordo com a esquadra na execução do plano que em junta de guerra havíamos combinado, tomando Curupaití e atacando Humaitá, que estava mal guarnecida de tropas.

“Não sendo desgraçadamente satisfeito aquele meu pedido, só em 12 deste mês é que o general Mitre aqui chegou com o seu exército argentino com a força de oito a nove mil homens, e no dia seguinte uma brigada de 2000 homens de infantaria, que o Sr. General Polidoro me mandara. Como, porém,

os argentinos não viessem prontos para realizar logo o ataque, tanta demora, como eu previra, dera lugar a que o inimigo desse um grande desenvolvimento ao seu entrincheiramento em Curupaití, acumulando ali mais de 50 bocas de fogo, sendo uma grande parte de grosso calibre, 68 e 32, e concentrando naquele ponto a maior parte da força do seu exército.

“na presença de meios de resistência tão poderosos, como eram aqueles a que me refiro, entendi eu que já não podia ter lugar o premeditado ataque conforme havíamos combinado, devendo sofrer uma modificação nas suas disposições, isto é, que em vez de ser simultâneo o ataque de Curupaití e o das linhas de entrincheiramento inimigo sobre o Tuiutí, onde está o 1º corpo do exército, convinha que ao ataque daquele ponto precedesse o das mencionadas linhas, para que o general Polidoro pudesse vir com o seu exército, que dista daqui menos de duas léguas, atacar pela retaguarda as fortificações de Curupaití, ao passo que nós lhe faríamos o ataque pela frente, e então seria forçado a abandonar a posição, tendo dois expedientes a tomar: concentrar suas forças em Humaitá, o que não me parece provável que fizesse, porque teriam ali a sorte das que comandava Estigarribia em Uruguaiana, ou retirar-se procurando passar o Tebicuarí, operação esta que, com os poderosos recursos de que dispomos por água, poderíamos malograr, embarcando aqui e fazendo desembarca acima daquele rio uma força tal que a impossibilitasse de tentar qualquer resistência em Assunção ou de chegar primeiro do que nós a Vila Rica”.

A mudança sugerida não foi aceita pelos outros generais em chefe, e o plano inicial foi mantido. Na mesma correspondência, o general Porto Alegre escreveu: “Prosseguindo, porém, o ataque à segunda linha da fortificação, que consistia num fosso, com um grande parapeito eriçado de artilharia, tendo na sua frente um banhado muito atolado e sobre o qual haviam estabelecido abatizes (árvores derrubadas), impossível foi realizar o assalto, que às melhores tropas do mundo seria também impossível levar a efeito”.

Invencível na 2ª Batalha de Tuiutí

O Visconde de Porto Alegre, na madrugada de 3 de novembro de 1867, estava preparando o uniforme para o costumeiro passeio à cavalo pela estrada de Tuiutí e Tuiu-Cué. Era dia de chegada do comboio de mantimentos, desta vez desfalcado de dois fortes batalhões. Pronto para sair com seu estado- maior, o general escutou tiros. Rápido, fez voltar a bateria do 2º Corpo, colocou-se à frente dos voluntários da pátria, e expediu as ordens. Os acampamentos em silêncio estavam sendo invadidos e queimados pelos melhores homens das tropas paraguaias. Divididos em três colunas, 8.000 paraguaios buscavam o reduto central. A sangrenta luta foi contada com

detalhes pelo coronel Cunha Jr, surpreendido pelo ataque:

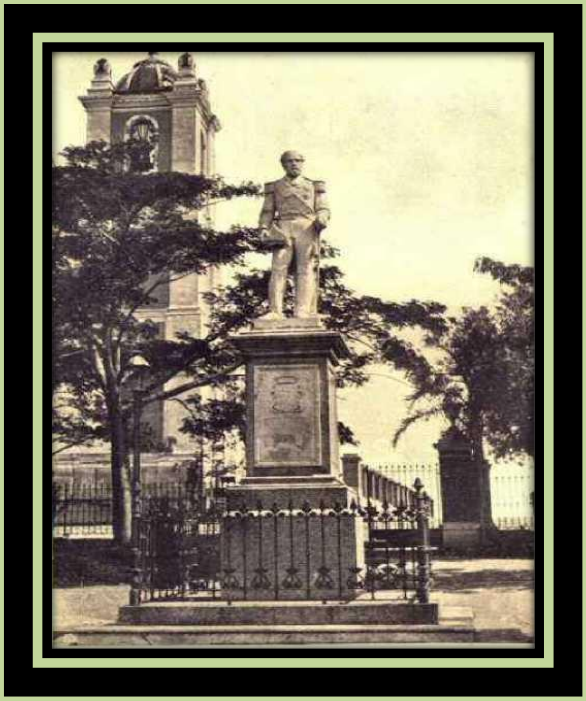
"Aí a luta na relação de 1 para 20! Por entre o fumo que se desprende das armas, os paraguaios reconhecem o general brasileiro, o que não era difícil porque ele não abandona o seu uniforme; apontam- lhe as espingardas, e, por duas vezes, matam-lhe os cavalos. Assim, por duas vezes achou-se o bravo Porto Alegre a pé, mas sempre combatendo - A infantaria não era arma para ele conhecida, mas é que assim deixava a sua homérica figura de ser vista pelos nossos bravos soldados - Caiu o general! - disseram eles.

O grito de furor que soltaram os nossos bravos ainda deve impressionar aquelas regiões tão célebres na sempre memorável guerra do Paraguai. Impelidos por uma mola, todos os oficiais e soldados agruparam-se e cercaram o general, dispostos a venderem caro a vida, em sua defesa. O inimigo acreditou que a vitória se inclinava para o seu lado, e, vendo cair o general, supôs tê-lo morto. Num arranco desesperado, esforçou-se pra romper a nossa linha, ou antes a nossa muralha para se apossar do seu cadáver. O grande poder de Deus, que se manifesta nos lances supremos, inflamando o valor e o patriotismo dos nossos bravos, deteve-lhe o ímpeto e mudou a perspectiva do quadro. Rápido, o general cavalgou outro animal em substituição do que o inimigo matara. Acendeu-se o entusiasmo nas nossas fileiras. O inimigo, ou admirado de tanta audácia, ou para recompor as suas fileiras, recuou. Porto Alegre mandou carregar a baioneta. Obedecendo à bravura, os nossos soldados arrojaram-se como leões. Toda a linha inimiga cedeu - como cede o arco quando sobre o seu centro se atua. As suas extremidades, porém, com as sirtes (perigos) de um dilema, queriam prender o punhado de heróis que lhe disputaram a vitória".

O fogo cessou depois do meio-dia e os batalhões brasileiros, lamentavelmente reduzidos a menos da metade, voltaram vitoriosos aos seus acampamentos. O general Porto Alegre, aos 63 anos, fez sua última batalha e no início do ano seguinte voltou ao Brasil. Não foi ferido, mas foram contados 47 furos de projéteis de infantaria em sua farda e dois dos seus cavalos estavam crivados de balas.

No relato, o coronel Cunha Júnior afirmou que: "A jornada de 3 de novembro de 1867 foi uma das mais importantes das que se feriram na sempre memorável campanha do Paraguai. Foi a única talvez, em que combatemos com notável inferioridade numérica. Si o ousado plano de Lopez tivesse vingado não é lícito aventurar de que modo teria mudado a face da guerra"

Centauro de Luvas



O Conde de Porto Alegre, Manoel Marques de Souza III, ao falecer, em 18 de julho de 1875, no Rio de Janeiro, era Tenente-General do Exército Imperial e Conselheiro de Estado. Havia sido Ministro da Guerra por cinco dias, no Décimo Sétimo Gabinete do Segundo Império, de 24 a 30 de maio de 1862; Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul em 1852 e Deputado eleito na Assembléia Geral nas décima (1856), décima- primeira (1860) e décima-quinta (1872) Legislaturas. Segundo o livro Conde de Porto Alegre, da Bibliex,"Como deputado, sempre comparecia às sessões da Assembléia Geral elegantemente vestido, com aquela distinção que foi o apanágio de sua vida. Gostava dos belos uniformes, trajava com gosto e rigor. Certa ocasião, interpelado porque aparecia assim, tão irrepreensivelmente vestido, mesmo nas sessões comuns da Câmara, respondeu com ufania: - É porque tenho a honra de representar a Província do Rio Grande do Sul, nesta Assembléia". Ficou conhecido como "O Centauro de Luvas".

Recebeu o título nobiliárquico de Barão em três de março de 1852, Visconde em vinte e oito de agosto de 1866 e Conde em onze de abril de 1868 - todos por decreto imperial e com grandeza. O Brasão de Conde de Porto Alegre pode ser identificado pela nobre ascendência com escudos dos antepassados, com as Armas dos Sousas do Prado, Sousas Chichorros, Marques, Leitões, Azevedos e Limas.

Por seus altos méritos ganhou a Cruz de Prata das Campanhas de 1818 a 1822; o Hábito da Ordem de Cristo; as insígnias de Comendador da mesma Ordem; as insígnias de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro; o título de Dignatário da mesma Ordem; as insígnias de cavaleiro da Imperial Ordem de São Bento de Avis; a medalha de ouro da Batalha de Monte Caseros, pendente de fita azul do pescoço; a Grã-Cruz da Imperial Ordem de Cristo; a da

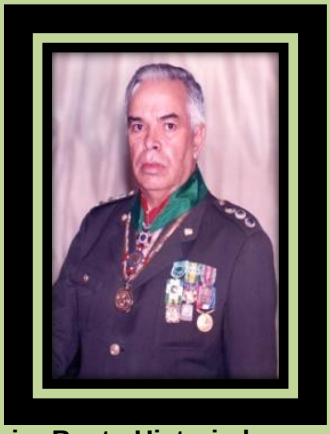
Cisplatina; a de Uruguaiana, a de Mérito e Bravura Militar e a Geral da Campanha do Paraguai.

Em 1852, junto com Oliveira Belo, criou o Partido Liberal Progressista no Rio Grande do Sul. Homem culto, também foi um dos fundadores do Partenon Literário e do Segundo Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Em 1862 foi nomeado Conselheiro de Estado e Diretor do Imperial Instituto Rio Grandense de Agricultura. Pela passagem dos dez anos de sua morte, a princesa Isabel veio a Porto Alegre inaugurar, em dois de fevereiro de 1885, na Praça da Matriz, a primeira estátua da cidade. O monumento do herói foi transferido em 1910 para a Praça Conde de Porto Alegre, onde atualmente se encontra. Ele é o Patrono do Regimento Conde de Porto Alegre - o 8° RCMec de Uruguaiana, e o Patrono do município de Marques de Souza, no Rio Grande do Sul. O nome Conde de Porto Alegre também é homenageado por uma rua no bairro Floresta, e pelo Solar sede do IAB, onde morou.

Carmen Lúcia Ferreira da Silva
Jornalista
Descendente do Conde de Porto Alegre

Pela AHIMTB e IHTRGS: Cláudio Moreira Bento, Presidente e Luiz Ernani Caminha Giorgis, Vice-Presidente e Delegado para o RS. Site: www.ahimtb.org e-mail: bentocm@resenet.com.bre lecaminha@gmail.com

CURRÍCULO CULTURAL SINTÉTICO DO CEL CLAUDIO MOREIRA BENTO



Veterano Cel Eng Claudio Moreira Bento Historiador e pensador militar. Memorialista e Jornalista

(X) Coronel Claudio Moreira Bento nascido em Canguçu-RS em 19 out 1931. Turma Asp Mega Eng AMAN 1955. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio Benemérito do IGHMB, emérito do IHGB, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente das academias Real de História da Espanha, da Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. É o Presidente de Honra e acadêmico da Academia Duque de Caxias na Republica Argentina. Integrou como adjunto do Presidente, a Comissão de História do Exercito do Estado – Maior do Exército 1971/1974, na qual como historiador convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exercito escreveu o artigo As Guerras Holandesas, da **História do Exercito perfil Militar de um Povo.** Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras1978/1980 Academia sobre a qual escreveu 4 livros sobre

sua História, alem de diversos artigos Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985/1980. E autor de mais de 110 obras (Álbuns livros e plaquetas) disponíveis para serem baixados no site www.ahimtb.org.br e no Google, alem de centenas de artigos na imprensa civil e militar, em grande parte disponíveis ou relacionados no citado site . Seu último livro foi sobre **Marechal José Pessoa e seus méritos na Fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no Exército.** Foi o idealizador e executor do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul constante de 24 livros, do quais 21 em 1ed e 3 em 2ed, tendo como principal parceiro o historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Presidiu como Diretor do Arquivo Histórico do Exercito , comissão para estudar e propor a localização do Museu do Exercito, a qual indicou o Forte de Copacabana. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá 1982-1982. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exercito 1985-1990. É Comendador do Mérito Militar, do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil e da Ordem João Simões Lopes Neto, por Lei da Câmara de Vereadores de Pelotas. Trabalhou de 1957/59 e 1961/66 em Bento Gonçalves RS , na construção do Tronco Ferroviario Su, considerado serviço de natureza nacional relevante. Fundou e presidiu as Academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense e Itatiaiense de História. É sócio dos Institutos históricos e geográficos do RS, SC, PR, SP, MG, PB, RN, CE e de Sorocaba,Petropolis, Pelotas do CIPEL, em Porto Alegre e do IEV no Valedo Paraíba correspondente das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e da Paraíba e da Raul Leoni de Petrópolis. Possui 6 prêmios literários e possui artigos transcritos na Câmara Federal e nas assembléias legislativas de Goiás e Minas Gerais e na Câmara de Vereadores de Recife. Coordenou o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes no Recife. E cidadão itajubense, itatiaiense e resendense. Tem sido considerado o maior historiador brasileiro de todos os tempos pelo volume e variedade de sua obra literária. Foi palestrante sobre História do Exercito nas ESG,ECEME,IME, EsAO,AMAN ,ESA e Escola de Instrução Especializada e nos CPOR de Recife,Rio De Janeiro,.Porto Alegre e no NPOR de Pelotas ,e Itajuba e Colégios Militares de Porto Alegre,Rio de Janeiro, Recife e Campo Grande. Desenvolveu, em parceria com o historiador militar Luiz Fagundes, para ser lançado neste ano de 2022, Bicentenário da Independência, a obra Os 78 anos da **Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, com Almanaque de todos os Aspirantes a Oficial masculinos e femininos formados por ela 1944-2021. E** ainda para o Bicentenário da Independência, a Biblioteca do Exército lançará seu livro **Duque de Caxias – o Patrono do Exército e a Unidade Nacional,** como contribuição do Exército às comemorações do Bicentenário da Independênci. Este ano complementara 91 anos de idade .Se Deus quizer!.Em seu site e no Google pode ser acessado seu livro digital **Meu legado historiográfico civil e militar não vivi em vão!** Endereço: Rua Alfredo Whately, 365, Ed. Porto Aquarius, Cobertura 603 – Bloco B – Campos Elíseos, Resende-RJ, 27542-170.Site www.ahimtb.org.br. E-mail bento1931@gmail.com Celular 24/999247757